

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - PPGT**

SANDRA MORAIS RIBEIRO DOS SANTOS

**A PLENITUDE DO ESPÍRITO E A RESTAURAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA
JUSTIÇA E DO DIREITO:
UMA ANÁLISE DE ISAÍAS 11,1-9**

**CURITIBA
2024**

SANDRA MORAIS RIBEIRO DOS SANTOS

**A PLENITUDE DO ESPÍRITO E A RESTAURAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA
JUSTIÇA E DO DIREITO:
UMA ANÁLISE DE ISAÍAS 11,1-9**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia – PPGT, Área de concentração: Exegese e Teologia Bíblica, Linha de Pesquisa: Análise e Interpretação da Sagrada Escritura, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi

CURITIBA

2024

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

S237p 2024	Santos, Sandra Morais Ribeiro dos A plenitude do Espírito e a restauração social na perspectiva da justiça e do direito : uma análise de Isaías 11,1-9 / Sandra Morais Ribeiro dos Santos ; orientador: Luiz Alexandre Solano Rossi. – 2024. 201 f. ; 30 cm Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2024 Bibliografia: f. 185-201 1. Teologia. 2. Bíblia. A.T. Isaías – Crítica, interpretação, etc. 3. Justiça social. 4. Pentecostalismo. I. Rossi, Luiz Alexandre Solano. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título. CDD. 20. ed. – 230
---------------	--



Programa de
**PÓS-GRADUAÇÃO
EM TEOLOGIA
PUCPR**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº.005.2024
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE TEOLOGIA**

Sandra Morais Ribeiro dos Santos

Aos vinte e sete dias de junho de dois mil e vinte e quatro, às cartoze horas reuniu-se por videoconferência a banca examinadora constituída pelos professores doutores Luiz Alexandre Solano Rossi, Vicente Artuso, Fabrizio Zandonadi Catenassi, Valmor da Silva, e a professora doutora Rosemary Francisca Neves Silva para examinar a Tese de doutoranda de **Sandra Morais Ribeiro dos Santos** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia - Doutorado, no ano de 2020, na Área de concentração: Exegese e Teologia Bíblica, Linha de Pesquisa: Análise e Interpretação da Sagrada Escritura. A doutoranda apresentou a tese intitulada: **A PLENITUDE DO ESPÍRITO E A RESTAURAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA E DO DIREITO UMA ANÁLISE DE ISAÍAS 11,1-9**. A candidata fez uma exposição sumária da tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi **aprovada** pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 h. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores(as) participaram da banca de Defesa de Tese por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Vicente Artuso

Convidado Interno

Prof. Dr. Fabrizio Zandonadi Catenassi

Convidado Interno

Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva

Convidada Externa

Prof. Dr. Valmor da Silva

Convidado Externo



Prof. Dr. Waldir Souza

Coordenador interino do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu

Ao Deus Eterno.

Aos meus amados esposo e filho,
André Luiz e João Gabriel.

À minha mãe Elizia (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda a sabedoria, esclarecimento e Senhor de minha história.

Aos meus amados: esposo André Luiz Ribeiro dos Santos e filho João Gabriel Ribeiro dos Santos, pela imensurável ajuda, motivação e paciência durante todo o período de estudos. Essa tese só existe porque vocês existem na minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi, pela confiança, amizade, incentivo, auxílio e paciência em todas as etapas desta pesquisa.

Ao querido professor e pastor Dr. Cícero Manoel Bezerra, pela sua sempre presente motivação, exemplo de vida e incentivo. Obrigada pela sua amizade e por sempre ver potencial em mim.

À diretora da Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas, Prof^a. Dr^a. Dinamara Pereira Machado, que tenho a honra e alegria de chamar também de amiga, que com sua força, positividade e generosidade, tem sido um exemplo e inspiração para mim.

Aos ilustríssimos professores que compuseram a banca de defesa desta tese: Prof. Dr. Valmor da Silva, Prof. Dr. Luiz José Dietrich, Prof. Dr. Vicente Artuso, Prof. Dr. Fabrício Zandonadi Catenassi e Prof^a. Dr^a. Rosemary Francisca Neves Silva, pela disponibilidade e imensurável ajuda na construção do texto.

Aos professores e amigos do Centro Universitário Internacional UNINTER, em especial aos professores da Área de Humanidades da Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas (ESEHL), com os quais tenho a alegria e a honra de trabalhar e chamar de amigos: Prof. Dr. Adriano Sousa Lima, Prof. Me. Márcio José Pelinski, Prof. Me. Rodrigo Mathias Rangel, Prof^a. M^a. Daiane Martins Batista, Prof^a. M^a. Cristiane de Fátima Ramos Lieuthier, Prof. Me. José Carlos Moraes, Prof. Me. Roberto Rohregger, Prof. Dr. Gilberto Aurélio Bordini, Prof^a. Dr^a. Marli Turetti Rabelo Andrade, que me ajudaram de alguma maneira na construção desta pesquisa, seja com

palavras de incentivo e motivação, ou ainda colaborando de outras formas possíveis. Grata por sua amizade e carinho.

Aos amigos e irmãos de ministério da Igreja do Evangelho Quadrangular, em especial aos meus pastores e queridos amigos Luís Carlos Siqueira e Sirlei Aparecida Siqueira, pela compreensão, orações e apoio durante o período de estudos.

Aos professores do Instituto Teológico Quadrangular Ecoville, na pessoa da professora e amiga, professora e diretora Eliane Hubner da Silva Rodrigues, aos Pastores Almir de Paula e Paula Amorim, com quem tive o privilégio de ter minhas primeiras aulas de Teologia. Obrigada pelo exemplo e pelo grande amor, responsabilidade e voluntariedade no ensino da Palavra de Deus. Vocês sempre foram um exemplo para mim no serviço cristão e dedicação incansável ao ensino teológico.

A todos os meus familiares e amigos que me incentivaram e acreditaram neste projeto. Em especial aos meus primos (e irmãos) José Norberto Ferreira e Wagner Moraes de Oliveira, e minha tia Hermínia Moraes de Oliveira. Às minhas amigas e irmãs de décadas, Ivete do Carmo Conte e Valmira Cristina Kuss. Sou grata a Deus pela vida de vocês.

In memoriam aos meus entes queridos que já partiram, mas que foram significativos nessa caminhada, e de forma alguma poderia deixar de me lembrar deles: minha mãe, professora Elizia Moraes Santos, meu primeiro exemplo de amor e dedicação à docência, uma grande incentivadora para os meus estudos e que me inspirou a nunca parar de buscar o conhecimento. Aos meus tios Calurinda Moraes Santos, Gemina Moraes Santos, Nair Santos Ferreira, José Cecílio Ferreira, Valdomiro de Oliveira, e meu avô, Norberto Moraes Santos, que me acolheram nos momentos mais difíceis da minha vida. Amo vocês além desta vida.

Muito obrigada

“Quem reconhece que estes escritos têm sua origem naquele que é Criador do mundo deve ter a certeza de experimentar o mesmo que acontece aos exploradores do Universo. Mais ele avança na leitura, tanto mais lhe parece intransponível a montanha de mistérios. É como aquele que, enfrentando o mar numa pequenina embarcação, pouco teme enquanto está ainda próximo à terra firme. À medida, no entanto, que, avançando para o alto-mar, ora é levado para o alto das ondas revoltas, ora é ameaçado de ser varrido para os abismos a ferver entre as vagas, é assaltado pelo pavor, o espanto, por ter ele enfrentado o imenso oceano com tão pequena nave. Assim parece acontecer a nós, nautas de pouca proeza e de estreito espírito, ao demandar um mar de mistérios tão vasto”.

(Orígenes, 1999, VI, 86-87)

RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, inserida na linha de Pesquisa Análise Interpretação da Sagrada Escritura para fundamentar a Pastoral, e tem como título “A plenitude do Espírito e a Restauração Social na perspectiva da justiça e do direito: uma análise a partir de Isaías 11,1-9”. A hipótese investigada consiste na afirmação de que possível que o texto de Isaías 11,1-9 se refira à prática pública da justiça e do direito, numa mudança da realidade social não somente no tempo do profeta, mas contemporaneamente, o que implicaria em uma nova perspectiva na leitura do significado da Plenitude do Espírito, dentro de uma realidade que é social e pública, a partir de um giro epistemológico da Teologia Bíblica Pentecostal. O texto da perícopa implicaria assim numa leitura diferente do que habitualmente é realizada nos meios eclesiais, onde normalmente os dons do Espírito de Deus e a Plenitude do Espírito são tratados como algo pessoal, espiritual e internalizado, não sendo estudada a plenitude do Espírito a partir da justiça e do direito, na efetivação da justiça social principalmente aos vulneráveis da sociedade. Para tanto, procedeu-se uma análise bibliográfica qualitativa, utilizando elementos do método histórico-crítico, bem como de análise de conteúdo, a fim de buscar-se elementos literários, sociais e históricos significativos da perícopa de Isaías 11,1-9 visando a atualização e aplicação do tema na atualidade, dentro de uma perspectiva teológico-pastoral. Foram pesquisadas fontes primárias e secundárias, através de pesquisa bibliográfica e documental qualitativa. Estruturada em seis capítulos, a tese buscou compreender com maior profundidade e precisão a mensagem da perícopa, abordando os seguintes tópicos: *status quaestiones*, delimitação da perícopa, contexto histórico, social e econômico de Proto-Isaías, proposta de tradução do texto, influências teológicas de Isaías de Jerusalém, análise teológica da perícopa de Isaías 11,1-9, *Yahweh* como Deus da justiça e do direito, conceitos de justiça e direito no Antigo Testamento e sua relação com a perícopa, justiça social no Antigo Testamento e na perícopa, relação da justiça e do direito com a plenitude do espírito de *Yahweh* a fim de gerar a justiça social, reflexão teológico-pastoral sobre a ação do espírito de *Yahweh* na sociedade para efetivação da justiça social a partir de Isaías 11,1-9. O estudo abre novas possibilidades e contribuições para a pesquisa bíblica, pois denota que há ainda lacunas sobre o tema que precisam ser pesquisados, principalmente no Brasil, no que diz respeito aos estudos investigativos sobre as ações públicas do Espírito de *Yahweh*, sobretudo com o advento do avanço do pentecostalismo (protestante e católico) no país. Espera-se com isso contribuir com a pesquisa dentro da perspectiva dos campos da Teologia Bíblica, Teologia e Sociedade e Teologia Pública, ampliando os conceitos e horizontes sobre a temática.

Palavras-Chave: Profeta Isaías. Justiça (*Tsedaqah*). Direito (*Mishpat*). Justiça Social. Plenitude. Espírito de *Yahweh*.

ABSTRACT

This research is affiliated with the Postgraduate Master's and Doctorate Program in Theology at the Pontifical Catholic University of Paraná, specifically within the research line of Analysis and Interpretation of Sacred Scripture for Pastoral Care. The study is titled "The Fullness of the Spirit and Social Restoration from the Perspective of Righteousness and Justice: An Exegesis of Isaiah 11:1-9." The hypothesis investigated posits that Isaiah 11:1-9 may refer to the public implementation of righteousness and justice, suggesting a transformation of social reality not only in the prophet's era but also in contemporary times. This implies a reevaluation of the concept of the Fullness of the Spirit, considering a social and public reality from the standpoint of Pentecostal Biblical Theology. The pericope, therefore, might require a reinterpretation distinct from the usual ecclesiastical approach, where the gifts and Fullness of the Spirit are often seen as personal, spiritual, and internalized. This study contends that the Fullness of the Spirit should also be examined in the context of righteousness and justice, particularly with regard to social justice for marginalized groups. To address this, a qualitative bibliographical analysis was conducted, employing elements of the historical-critical method and content analysis. This methodology aimed to identify significant literary, social, and historical elements within Isaiah 11:1-9, with the goal of updating and applying the theme from a theological-pastoral perspective. Both primary and secondary sources were examined through qualitative bibliographical and documentary research. The thesis is organized into six chapters, exploring the message of the pericope in depth and precision. It covers the following topics: status quaestiones, delimitation of the pericope, general aspects of Proto-Isaiah, proposed translation of the text, theological influences of Isaiah of Jerusalem, theological analysis of Isaiah 11:1-9, *Yahweh* as God of righteousness and justice, concepts of righteousness and justice in the Old Testament and their relation to the pericope, social justice in the Old Testament and the pericope, and the relationship between righteousness, justice and the Fullness of *Yahweh's* Spirit in the realization of social justice. The study concludes with a theological-pastoral reflection on the role of *Yahweh's* spirit in societal transformation to achieve social justice as illustrated in Isaiah 11:1-9. This study opens new possibilities for biblical research by addressing existing gaps, especially in Brazil, regarding the public actions of *Yahweh's* spirit, particularly in light of the growing influence of Pentecostalism (both Protestant and Catholic) in the country. It is hoped that this research will contribute to the fields of Biblical Theology, Theology and Society, and Public Theology, enriching the understanding and perspectives on these topics.

Keywords: Prophet Isaiah. Righteousness (*Tsedakah*). Justice (*Mishpat*). Social Justice. Fullness. *Yahweh's* Spirit.

RESUMEN

Esta investigación está vinculada al Programa de Posgrado en Maestría y Doctorado en Teología de la Pontificia Universidad Católica de Paraná, específicamente dentro de la línea de investigación Análisis e Interpretación de las Escrituras Sagradas para el Cuidado Pastoral. El estudio lleva por título “La Plenitud del Espíritu y la Restauración Social desde la Perspectiva de la Justicia y el Derecho: Una Exégesis de Isaías 11:1-9.” La hipótesis investigada sostiene que Isaías 11:1-9 podría referirse a la aplicación pública de la justicia y el derecho, sugiriendo una transformación de la realidad social no solo en la época del profeta, sino también en tiempos contemporáneos. Esto implica una reevaluación del concepto de la Plenitud del Espíritu, considerando una realidad social y pública desde el punto de vista de la Teología Bíblica Pentecostal. Por lo tanto, la pericopa podría requerir una reinterpretación distinta a la usualmente encontrada en los círculos eclesiales, donde los dones y la plenitud del Espíritu a menudo se consideran personales, espirituales e internalizados. Este estudio sostiene que la Plenitud del Espíritu también debe examinarse en el contexto de la justicia y el derecho, particularmente en lo que respecta a la justicia social para los grupos marginados. Para abordar esto, se llevó a cabo un análisis bibliográfico cualitativo, utilizando elementos del método histórico-crítico y análisis de contenido. Esta metodología tuvo como objetivo identificar elementos literarios, sociales e históricos significativos dentro de Isaías 11:1-9, con el propósito de actualizar y aplicar el tema desde una perspectiva teológico-pastoral. Se investigaron fuentes primarias y secundarias a través de la investigación bibliográfica y documental cualitativa. La tesis está estructurada en seis capítulos, explorando el mensaje de la pericopa en profundidad y precisión. Cubre los siguientes temas: estado de la cuestión, delimitación de la pericopa, aspectos generales del Proto-Isaías, traducción propuesta del texto, influencias teológicas de Isaías de Jerusalén, análisis teológico de Isaías 11:1-9, Yahvé como Dios de justicia y derecho, conceptos de justicia y derecho en el Antiguo Testamento y su relación con la pericopa, justicia social en el Antiguo Testamento y en la pericopa, y la relación entre justicia, derecho y la plenitud del espíritu de Yahvé en la realización de la justicia social. El estudio concluye con una reflexión teológico-pastoral sobre el papel del Espíritu de Yahvé en la transformación social para lograr la justicia social, según se ilustra en Isaías 11:1-9. Este estudio abre nuevas posibilidades para la investigación bíblica al abordar vacíos existentes, especialmente en Brasil, en relación con las acciones públicas del espíritu de Yahvé, particularmente a la luz del creciente impacto del pentecostalismo (tanto protestante como católico) en el país. Se espera que esta investigación contribuya a los campos de la Teología Bíblica, Teología y Sociedad, y Teología Pública, enriqueciendo la comprensión y perspectivas sobre estos temas.

Palabras clave: Profeta Isaías, Justicia (*Tsedaqah*), Derecho (*Mishpat*), Justicia Social, Plenitud, Espíritu de Yahvé.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Divisão do Livro de Isaías.....	63
Quadro 2 – Divisão dos capítulos e temáticas do livro de Proto-Isaías.....	64
Quadro 3 – Análise Textual de Isaías 11,1.....	74
Quadro 4 – Análise Textual de Isaías 11,2.....	75
Quadro 5 – Análise Textual de Isaías 11,3.....	76
Quadro 6 – Análise Textual de Isaías 11,4.....	77
Quadro 7 – Análise Textual de Isaías 11,5.....	78
Quadro 8 – Análise Textual de Isaías 11,6.....	79
Quadro 9 – Análise Textual de Isaías 11,7.....	80
Quadro 10 – Análise Textual de Isaías 11,8.....	81
Quadro 11 – Análise Textual de Isaías 11,9.....	82
Quadro 12 – Comparativo entre <i>tsedaqah</i> e <i>mishpat</i>	117
Quadro 13 – Ocorrências do termo <i>ruah Yahweh</i> dos Profetas Pré-Exílicos.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a. C.	Antes de Cristo
Am	Amós
A.T.	Antigo Testamento
Co	Coríntios
Coord.	Coordenador
Cr	Crônicas
d. C.	Depois de Cristo
Dt	Deuteronômio
Ed.	Edição
<i>Eds.</i>	Editores
<i>et al.</i>	e outros
Ex	Êxodo
Ez	Ezequiel
Gn	Gênesis
Hb	Hebreus
Is	Isaías
Jo	João
Jr	Jeremias
Lv	Levítico
LXX	Septuaginta
Mq	Miquéias
Mt	Mateus
n.	Número ou números
Nm	Números
N.T.	Novo Testamento
Org.	Organizador
Orgs.	Organizadores
p.	Página
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rs	Reis

Sf	Sofonias
Sl	Salmos
Sm	Samuel
v.	Versículo ou versículos
WTT	<i>Leningrad Hebrew Testament</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	<i>STATUS QUAESTIONIS</i>, ANÁLISE LITERÁRIA E CONTEXTOS DIVERSOS	29
2.1	<i>STATUS QUAESTIONIS</i>	29
2.1.1	Profetismo em Israel	30
2.1.2	Isaías dentro do escopo da literatura profética israelita	32
2.1.3	Justiça e direito no Antigo Testamento, nos profetas e em Isaías	34
2.1.4	Estudos específicos relacionados ao Proto-Isaías com foco na perícope de Isaías 11,1-9	36
2.1.5	Relevância da justiça social no contexto profético	42
2.1.6	Ação pública do Espírito de <i>Yahweh</i> na promoção da justiça e do direito	45
2.2	CONTEXTOS HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO LIVRO DE PROTO- ISAÍAS	48
2.2.1	Isaías de Jerusalém	49
2.2.2	O profeta como intérprete e testemunha da história	52
2.2.3	Expansão do Império Assírio	55
2.2.4	A guerra efraimita (735-734 a.C.)	56
2.2.5	O avanço da Assíria e a invasão do Reino de Israel	57
2.2.6	Contexto socioeconômico da sociedade judaíta do Século VIII a.C.	59
2.2.7	Contexto e Estrutura Literária de Isaías 11,1-9	62
2.2.8	Contexto Teológico de Proto-Isaías – A Teologia de Sião	68
3	APROXIMAÇÃO TEXTUAL DE ISAÍAS 11,1-9	71
3.1	PERÍCOPE: ISAÍAS 11,1-9	73
3.1.1	Análise textual de Isaías 11,1-9	73
3.1.2	Proposta de tradução da perícope: Isaías 11,1-9	83
3.2	ANÁLISE TEXTUAL DA PERÍCOPE DE ISAÍAS 11,1-9	83
3.2.1	Surgimento de um novo governante, descendente de Jessé	

(Isaías 11,1)	87
3.2.2 Capacitação do rei pelo Espírito de <i>Yahweh</i> (Isaías 11,2-3).....	93
3.2.3 O justo juiz (Isaías 11,4-5).....	97
3.2.4 O resultado do governo do novo rei (Isaías 11,6-9).....	103
4 YAHWEH – O DEUS DA JUSTIÇA E DO DIREITO	110
4.1 O CONCEITO DE JUSTIÇA E DIREITO NO ANTIGO TESTAMENTO	110
4.1.1 <i>Tsedaqah e Mishpat</i> nos profetas	118
4.1.2 <i>Yahweh</i> e a relação entre justiça, direito e misericórdia.....	121
4.1.3 Compreendendo <i>Tsedaqah e Mishpat</i> no Proto-Isaías.....	124
4.2 JUSTIÇA SOCIAL DENTRO DO CONTEXTO PROFÉTICO.....	126
4.2.1 A mensagem dos profetas e a justiça social.....	128
4.2.2 O rei como representante divino da justiça e do direito	129
4.2.3 Conceito de justiça social em Isaías 11,1-9.....	132
4.2.4 A religião israelita, a monarquia e a ideia de justiça social.....	135
4.2.5 Centralidade da justiça e do direito dentro do escopo da mensagem profética.....	138
5 RELAÇÃO DA JUSTIÇA E DO DIREITO COM A PLENITUDE DO ESPÍRITO DE YAHWEH	140
5.1 O ESPÍRITO DE YAHWEH NO ANTIGO TESTAMENTO.....	141
5.2 ATUAÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH NOS PROFETAS	147
5.3 JUSTIÇA E DIREITO EFETIVADOS PELA AÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH	149
5.3.1 Inter-relação entre o Espírito de <i>Yahweh</i> com a justiça e o direito em Isaías 11,1-9	153
5.3.2 Ação do Espírito de <i>Yahweh</i> na justiça e no direito visando a plenitude do ser humano, da sociedade e do cosmos.....	157
5.4 REFLEXOS DA PERÍCOPE DE ISAÍAS 11,1-9 NOS EVANGELHOS E NA IGREJA NASCENTE	161
5.5 AÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH NA SOCIEDADE PARA A	

	EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL A PARTIR DE ISAÍAS 11,1-9.....	165
5.6	REFLEXÃO TEOLÓGICO-PASTORAL SOBRE A PLENITUDE DO ESPÍRITO E A JUSTIÇA A PARTIR DE ISAÍAS 11,1-9.....	171
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	184
	OBRAS DE APOIO.....	197
	SITES E PROGRAMAS DE APOIO.....	200

1 INTRODUÇÃO

A justiça consiste em uma realidade extremamente desejada universalmente, mas dificilmente alcançada em sua plenitude. Para a maior parte das pessoas ainda continua sendo um sonho distante. Na era da Internet, da comunicação, dos avanços tecnológicos e científicos, ainda proliferam exponencialmente casos de desigualdade social, injustiças e exclusão em todo o planeta. Isso muito se deve ao fato de que a história sempre foi lida a partir da cosmovisão dos mais poderosos, dos governantes, dos ricos e dos colonizadores. Inumeráveis vezes a própria Bíblia serviu para justificar opressões e violências diversas e, em nome de Deus, várias atrocidades foram cometidas ao longo dos séculos.

Em muitos livros, históricos ou não, há relatos sobre o tema da justiça. A Grécia, com seus notáveis filósofos, o Oriente Antigo, a Suméria, o Egito, a Babilônia e outros povos Mesopotâmicos mais antigos do que Israel já se preocupavam com o tema da justiça e do direito, antes mesmo dos escritos bíblicos.

Também a abordagem bíblica difere do que se conhece na atualidade como justiça e direito. No Antigo Testamento, os conceitos de justiça e direito vão além da elaboração de leis e execução de punições, antes estão baseados sobretudo no amor, na bondade, na compaixão e na integridade: “A justiça humana se firma qual imitação da justiça divina. Justiça não é apenas um atributo ou uma qualidade de Deus, mas uma revelação de sua própria essência” (Silva, 2018, p. 75-76).

A justiça e o direito quando analisados a partir das Sagradas Escrituras adquirem uma conotação muito mais profunda e por vezes inexplorada nas pregações e ensinamentos eclesiais, e que poderiam ter um significado e impacto muito maior do que normalmente a grande massa de pessoas está acostumada a pensar ou ouvir.

É notável que a justiça e o direito perpassam toda as sociedades desde a antiguidade, e na atualidade, no tempo que aprouve aos sociólogos e filósofos nomear como pós-modernidade, incontáveis questões diárias são fruto da justiça e do direito na prática, desde os relacionamentos humanos em seus diversos graus e nuances, até mesmo decisões políticas que afetam toda uma nação. Em todo o mundo, as sociedades democráticas possuem sua base na justiça, na busca de garantias de

direitos dos cidadãos a fim de que a equidade e a justiça se efetivem e norteiem todas as ações realizadas.

Questões morais, sociais e religiosas são na maior parte das vezes questões relacionadas à justiça e infelizmente, pode-se ainda notar na sociedade contemporânea e globalizada muita discriminação social, religiosa, étnica e racial. Questões de igualdade racial, de gênero, violências as mais diversas, ainda estampam os noticiários. São alarmantes ainda os índices de pobreza no Brasil, as desigualdades sociais, a falta de habitação e oportunidades de emprego, principalmente para algumas parcelas da população. Muda-se as situações, mas os problemas ainda estão presentes no seio das sociedades. Há novas formas de violência, mas o status quo continua o mesmo: os opressores são pessoas poderosas, influentes, que buscam o poder, em detrimento àqueles que não têm como se defender sozinhos, os mansos da terra.

Mais do que justiça o que é possível notar é a falta da aplicação prática de ensinamentos e leis que impeçam o abuso. Em inúmeras injustiças sociais, como por exemplo, em relação às populações mais carentes quando lhes é negado o direito de moradia, de saúde de qualidade, água potável, entre tantos outros problemas sociais, os quais poderiam ser amenizados e até mesmo sanados, melhorando a qualidade de vida da população mais empobrecida, garantindo-lhes uma vida mais plena e digna. Atualmente não são camponeses, viúvas e órfãos que clamam por Yahweh, mas pessoas empobrecidas e invisíveis. A história ainda é contada por aqueles que detêm o poder.

Estes e outros fatores são desafios à efetivação de uma justiça social, que promova o bem-estar público de todos os cidadãos de uma cidade ou país. Porém quantas vezes tais fatos são observados, os direitos são vilipendiados e a justiça é deixada em segundo plano? Percebe-se realizando esta reflexão inicial que a efetividade da justiça e do direito vão além do que normalmente se imagina, e que através deles pode-se garantir a equidade em uma sociedade.

Será que a Bíblia e os profetas têm algo a dizer e a nos ensinar sobre todas estas questões? Será que a mensagem de justiça e direito na Bíblia continuam atuais e podem ser aplicadas para a sociedade contemporânea? Será que a igreja contemporânea pode colaborar no sentido de dar voz aos pequenos, aos verdadeiros protagonistas da história? Sem dúvida alguma, a injustiça social é um grande problema nas sociedades hodiernas, mas, muitos atos considerados injustos na

sociedade não são novos ou exclusividade dos tempos atuais. Apesar de os textos bíblicos não abordarem especificamente muitas questões atuais de injustiça, há inúmeros textos que são eloquentes com relação à efetivação da questão da justiça e do direito na sociedade e que podem e devem ser relidos a fim de terem seus ensinamentos aplicados na contemporaneidade.

É possível encontrar no Antigo Testamento passagens marcantes sobre os temas justiça e direito, os quais normalmente encontram-se ligados diretamente a questões sociais, principalmente nos profetas. Ao longo dos textos dos profetas maiores e menores é possível perceber como estes homens (e mulheres) alçaram sua voz contra as injustiças e mazelas do seu tempo e buscam mostrar à população e principalmente às lideranças que a falta da justiça e o direito podem causar graves consequências numa sociedade. Mas os profetas também são portadores de mensagens de esperança, visando fazer com que a sociedade se transforme e as pessoas adquiram hábitos e valores mais altivos e honrosos. Entretanto, mesmo a mensagem profética vai se alterando neste quesito ao longo dos anos, muito em virtude das diversas fases pelas quais o povo israelita passou, dos contextos relativos ao cativeiro e ao retorno deste. Por isso também a necessidade de se fixar num período específico da história de Israel, que no caso desta tese, se dá no VIII a.C., mais precisamente, no período pré-exílico, na mensagem profética de Isaías 11,1-9.

Ao longo dos anos, a região sofreu várias transformações sociais que ocasionaram sérios problemas entre a população mais vulnerável. As sociedades mais antigas valorizavam sabedoria, riqueza e poder. Isso era natural para as nações do Antigo Oriente, no entanto os profetas pré-exílicos não viam com bons olhos tais valores, principalmente devido às diferenças sociais ocasionadas pelas ações dos poderosos para com os mais fragilizados e vulneráveis da população. Para estes homens, a justiça, a bondade e a retidão, eram encaradas como uma manifestação suprema de Yahweh, e a quebra destes valores implicava na quebra da Aliança feita com seu Deus no Sinai. Assim, a justiça era vista mais do que uma mera abstração ou valor moral, mas com implicações práticas diretas sobre as pessoas. Os profetas pré-exílicos estavam preocupados não com um ideal de justiça, mas sim com as práticas injustas e opressoras que assolavam a sociedade de sua época. Não foram coniventes com as injustiças do seu tempo, mas condoeram-se com o sofrimento de seu povo, principalmente os mais frágeis da sociedade.

Também é importante frisar que algumas vezes os conceitos de justiça e direito são concebidos como sinônimos nas traduções bíblicas, por estarem intrinsecamente entrelaçados. São por vezes confundidos e traduzidos como sinônimos nas Bíblias de língua portuguesa, que não denotam a profundidade que tais conceitos expressam em hebraico. Normalmente as pessoas têm em sua mente o conceito grego de justiça, que é diferente do conceito hebraico, como já salientado. Nem tudo que é direito é justo nem tudo que é justo é direito. Isso ocorre porque há inúmeros valores humanos associados à ideia de justiça, como a liberdade, fraternidade, dignidade, honestidade, moralidade etc. o que é chamado de direito natural. Estes valores são mutáveis de sociedade a sociedade, e o que dizer de pessoa para pessoa, entretanto são inerentes à natureza humana e nas sociedades. Sem dúvida, a concepção de direito, de certa forma, consiste numa invenção humana visando a pacificação social e a efetivação da justiça, pois sem leis e regras uma sociedade tende ao caos e à desordem. O direito busca sempre se atualizar em vista das várias transformações sociais, e por isso mesmo está sempre caminhando na busca da justiça, em constante evolução (Cavaliere Filho, 2002, p. 58).

Na Bíblia, as palavras justiça e direito são chaves de leitura importantes na compreensão hermenêutica dos termos para efetivação da justiça social. Tanto nos textos do Antigo quanto no Novo Testamento, a compreensão correta destas palavras é imprescindível para o devido entendimento dos relatos bíblicos, e mais do que isso, para sua correta interpretação e aplicação teológico-pastoral na atualidade.

A experiência de fé do antigo Israel está ligada intimamente à prática do direito (*mishpat*) e da justiça (*tsedaqah*), de onde provém todas as relações justas entre os seres humanos e o cosmos, passando pelo comportamento justo e reto, bem como a consolidação da dignidade de todos os homens e seres dentro da perspectiva para a qual foram criados, para serem imagem e semelhança de Deus. Diferente da percepção de justiça que se tem na atualidade, os conceitos no hebraico exprimem muito mais do que a mera relação entre leis e sua efetivação na sociedade, mas implicam na organização da ordem cósmica em que essa vida plena poderá ser vivida em seu apogeu, com a efetivação dos princípios éticos e harmônicos idealizados pelo criador.

Há, por consequência, um vínculo entre o amor e a justiça, pois não há como o amor prosperar em um ambiente injusto, afinal o amor exige a justiça e a justiça não pode prescindir do amor, e só ama aquele que enfrenta as injustiças que se criam nas

relações sociais. (Vaz, 2012, p. 11). O Deus de amor é também o Deus de justiça, que faz parte de sua própria essência. Nada mais natural do que a conduta e vivência do seu povo ser orientada por este valor.

No Antigo Testamento é possível observar várias passagens que abordam questões relacionadas ao direito e à justiça. Os textos proféticos datados durante os séculos VIII – V a.C., que corresponde ao período da monarquia e do domínio de impérios estrangeiros, são uma fonte inesgotável de reflexões sobre esses conceitos e sua aplicabilidade à sociedade, sobretudo pelo fato de que estes séculos foram difíceis para o povo israelita, mas principalmente para os mais pobres e oprimidos, os sujeitos necessitados de seus direitos em meio a tantas atrocidades cometidas pelas lideranças civis, legais e religiosas da época.

Como arautos da justiça, muitas pessoas ergueram sua voz para assegurar ao povo de Deus seus direitos e proferiram oráculos contra aqueles que defraudaram abertamente o direito dos mais necessitados na sociedade (pobre, estrangeiro e a viúva). Tornaram-se destaque na história hebraica. Homens e mulheres que falaram mensagens em nome de Yahweh, oráculos, desde os patriarcas até o pós-exílio.

Mais do que prever o futuro, a profecia bíblica possui uma dimensão social, visto que Deus envia profetas para entregar sua palavra ao seu povo e demonstrar seu desejo para que se voltem para Yahweh, para seu projeto original, de uma sociedade baseada no direito e na justiça (Is 1,16-17). Essas foram as propostas dos reis Ezequias e Josias. Desta forma, as palavras dos profetas estão contextualizadas dentro de um momento histórico, envolvidas em assuntos do dia a dia do povo e suas mensagens possuem fins específicos quando principalmente o projeto original é deixado de lado ou esquecido, principalmente por aqueles que deveriam zelar para que ela se cumprisse. Com isso, esses homens buscavam trazer o povo ao verdadeiro propósito de Yahweh para suas vidas.

Israel, com o passar dos anos quebrou os princípios fundamentais da aliança com Deus (Êx 20,22-23,19). Mais do que um relacionamento religioso com Yahweh, ou mesmo o cumprimento litúrgico de ordenanças e preceitos contidos na Lei Mosaica, a ideia era estabelecer uma sociedade mais igualitária e justa dentro do contexto esperado da época. Era uma aliança baseada na fidelidade e no relacionamento com Deus, em que o próprio Deus caminha com seu povo.

Apenas o aspecto cútico e litúrgico da adoração permaneceu. Desvaneceu-se a essência, a fonte primária da Aliança e a ideia da justiça social. Miquéias, o profeta

camponês¹, afiança categoricamente esta verdade no livro que leva seu nome: “Já te foi dito, ó homem, o que convém, o que o Senhor reclama de ti: que pratiques a justiça, que ames a bondade, e que andes com humildade diante do teu Deus.” (Mq 6,8), mostrando a necessidade de retorno aos princípios fundamentais que foram deixados de lado com o decorrer do tempo, o retorno à prática da justiça e do direito.

Assim a religião israelita com o passar dos anos perdeu seu fervor e foco, tornando-se apenas litúrgica, com elementos simbólicos, cultos ricos e pomposos, porém sem efeitos positivos na sociedade da época, principalmente na vida daqueles que mais precisavam. Uma religião com ritos e simbolismos muito bonitos, porém, vazia de um sentido vivencial real e pleno. Apesar das distâncias contextuais históricas e temporais, pode-se observar que os problemas existentes na época dos profetas continuam atuais. Os oráculos proféticos ainda iluminam nossa realidade, pois suas preocupações continuam vívidas em nossa sociedade (Rossi, Erdos, 2013, 112-113).

As lideranças nacionais, como o rei e demais autoridades, que deveriam ser as salvaguardas do pacto divino e guardiões da justiça, se corromperam em troca de bens e poder. Deveriam fazer com que o projeto original de Yahweh se efetivasse, no entanto, proliferaram a corrupção, os abusos de poder, as mentiras, os roubos, as fraudes, os enriquecimentos ilícitos etc. e sequer sentiam vergonha ou arrependimento do que estavam fazendo. Miquéias resume a indignação dos profetas quanto afirma que esses líderes e principalmente os profetas, estavam vazios do Espírito, cheios de si mesmos e de sua opulência e poder (Mq 3,1-8).

Isaías, contemporâneo dos profetas Miquéias e de Amós², também alçou sua voz contra as injustiças que estava observando. Como um dos arautos de Yahweh, era intolerante com homens que detinham o poder irresponsavelmente e que não executavam suas atribuições como líderes corretamente, e não correspondiam a

¹ Miquéias era um camponês morastita (Mq 1,1), viveu na cidade de Morasti, uma vila do interior de Judá, 33 km a sudoeste da capital Jerusalém, próxima da cidade Gat (uma das cinco metrópoles filisteias). Morasti situava-se na região de Sefelá, uma das mais importantes áreas agrícolas de Judá, além de constituir-se, juntamente com outras cidades vizinhas, em cidade-fortaleza que garantia uma primeira linha de defesa das fronteiras de Judá com a Filisteia (Rossi, 2016, p. 70).

² Profeta Amós viveu em meados do século VIII a.C. (aproximadamente 760 a.C.). Contemporâneo de Isaías e Miquéias, Amós viveu na época do reinado de Jeroboão II, quando o reino do Norte conheceu relativa paz e prosperidade, porém essa prosperidade não alcançava todas as pessoas. Era uma época de muitas injustiças sociais, corrupção do direito e fraudes no comércio. A mensagem de Amós denota que Deus se manifesta na prática da solidariedade social, especialmente em relação aos mais frágeis e, que o direito e a justiça se realizam em consonância com a aliança com Deus à medida em que é verdadeiramente praticada. (Rossi, 2018, p. 49, 52).

Yahweh a confiança a eles posta pelo cargo: cuidar do povo para que pudessem viver em paz, harmonia e com equidade. As palavras de Isaías marcaram não somente o seu tempo, mas continuam ecoando através dos séculos e chegam a nossos dias trazendo reflexões e lições valiosas para indivíduos, a igreja e para a sociedade.

Cada profeta do Antigo Testamento possuía características peculiares, mas todos proclamaram suas mensagens inicialmente através de condenações, todavia terminam com amor e compaixão, com palavras de esperança. Usualmente a parte textual referente a esperança era acrescentada posteriormente, no pós-exílio. (Heschel, 2001). Tal qual seus contemporâneos, Isaías tem a função de realizar a moral da lei como fim último, garantindo a justiça social e a equidade daqueles a quem representava. Assim, a justiça para este profeta também é muito mais do que uma ideia, mas uma preocupação divina, e o profeta está entre a sociedade e Deus, com compromisso com a justiça, a liberdade e a paz.

A hipótese a ser comprovada nesta tese é de que há possibilidade de que o texto de Isaías 11,1-9 se refira à prática pública da justiça e do direito, numa mudança de paradigma quanto a leitura, interpretação e aplicação do texto à realidade social e econômica não somente no tempo do profeta, mas que pode ser de grande valia em seus ensinamentos para a contemporaneidade, com efetivação de práticas justas que visem a paz, a equidade e a justiça na esfera pública.

Baseado na perícopes de Isaías 11,1-9, tem-se como objetivo desta pesquisa mostrar que há uma relação direta entre a plenitude do espírito de *Yahweh* e a prática da justiça e do direito, os quais podem refletir significativamente na transformação social e do cosmos, entendendo que as dimensões da justiça e do direito são frutos autênticos do Espírito de *Yahweh*.

Busca-se também como objetivo uma nova forma de abordagem do texto a fim de contemplar uma pneumatologia atual e pertinente para a atualidade. Da mesma forma, propõe-se uma releitura escatológica do texto, normalmente realizada de forma futurista por muitas denominações cristãs protestantes, e até mesmo católicas. Muitas vertentes do cristianismo abordam o texto de forma meramente escatológica e futurista, negligenciando a sua aplicabilidade para a sociedade contemporânea e, por isso mesmo, relegando os temas relacionados à justiça e ao direito a segundo plano. Propõe-se, desta forma, um giro epistemológico dentro da perspectiva de que a perícopes relacione-se a justiça social para a atualidade.

Trata-se, portanto, de um novo enfoque do texto de Isaías, principalmente dentro de uma perspectiva cristã pentecostal. “A terra cheia de conhecimento” implicaria assim em mais do que um advento escatológico messiânico futuro, como normalmente é tratado o texto por diferentes denominações cristãs, principalmente pentecostais. A plenitude do espírito teria então uma dimensão pública e notória na sociedade contemporânea através da prática do direito e da justiça, portanto observável de forma real e transformadora da sociedade e do cosmos, o que implicaria numa escatologia realizada e aplicável para os dias hodiernos, visando uma releitura eclesial da perícopes sob a ótica da justiça social bíblica e profética.

Justifica-se o estudo a partir da premissa de que Isaías 11 contém alguns dos versículos mais conhecidos do Antigo Testamento, e oferece uma das referências mais citadas no meio cristão quanto ao espírito de *Yahweh* (*ruah Yahweh*). Nota-se no texto da perícopes que o derramar deste espírito divino sobre o descendente de Jessé, pai de Davi, fará com que não julgue pelas aparências, mas com equidade e justiça os mais fracos e dê sentenças justas e retas aos pobres, ou seja, aqueles que mais carecem de uma justiça prática, que realmente resolva e melhore suas vidas. A seguir o texto anuncia um futuro escatológico de paz, de reconciliação cósmica, ao ponto de uma criança brincar com uma víbora e nada lhe acontecer, ou mesmo um leão ficar ao lado de um cordeiro, mostrando com isso a justiça e o direito numa perspectiva transformadora de uma realidade, numa plenitude do espírito capaz de transformar a sociedade de forma visível.

Von Rad (2006, p. 368) salienta que a justiça de Deus se torna para Israel o conceito que contém em si a verdadeira relação entre Deus e o homem, entre homem e homem e entre homem e mundo. Ou seja, há um aspecto divino na manifestação da plenitude do espírito de *Yahweh* no mundo, através do ser humano, mas também através de uma harmonia cósmica.

Se tal premissa é verdadeira, então por que normalmente não é levado em consideração os dons e a plenitude do Espírito com caráter social e cósmico? Porque há omissão das dimensões sociais da justiça, da harmonia cósmica que inclui Deus, o ser humano e tudo que o cerca? Contrariamente ao que seria plausível, a maioria das orientações religiosas, e até mesmo teológicas, omitem as dimensões da justiça e do direito, como frutos autênticos da atuação do espírito de *Yahweh* no mundo. Antes limitam o entendimento apenas experiências transcendentais pessoais,

subjetivas, íntimas e místicas, o que reduz drasticamente a atuação do Espírito e minimiza e até mesmo deturpa a interpretação dos textos proféticos.

Esta leitura é apropriada para os dias atuais, pois a realidade é bastante parecida com a vivida pelo profeta na cidade de Jerusalém. Roubos, corrupções, injustiças sociais, desigualdades, entre outros males afligem nossa sociedade e caracterizam-se ainda como grandes desafios para comunidades e governos. A ideia é realizar não somente uma reflexão para igrejas e lideranças contemporâneas, mas uma provocação a ações práticas que reflitam na garantia do direito e da justiça a todas as pessoas, especialmente, os excluídos da sociedade.

Isaías 11,1-9 traz uma temática extremamente importante e presente para a reflexão da igreja no presente, a questão não de uma espiritualidade que não seja somente mística, alienada da realidade, mas sim de uma espiritualidade que conduza a ações práticas e vivenciais através de atos de justiça, principalmente no que diz respeito ao pobre e ao necessitado.

Apesar de a perícope não ser mencionada diretamente no Novo Testamento, pode-se notar fortemente o seu reflexo nas mensagens de Jesus Cristo, principalmente em relação ao Reino de Deus, o qual resgata elementos messiânicos do profeta Isaías, tais como a justiça, a equidade, entre outros. No Sermão do Monte (Mt 5-7), Jesus convoca toda a humanidade a retornar ao propósito original de Deus, e expõe que o cumprimento da lei mosaica vai além de meras regras e formalidades, mas tem como fim uma postura de responsabilidade para com Deus e com o próximo. Por isso Jesus apregoa que a justiça praticada por seus discípulos deve ser superior à dos líderes religiosos de sua época, que compreendiam a lei apenas como regras e mandamentos, desvinculada de uma moral prática, conforme a vontade divina. Neste sentido, a plenitude do espírito implica numa fé prática, que tem inferências nas ações diárias. Ou seja, a fé em Deus implica em prática da justiça, pois os discípulos de Jesus necessitam viver a justiça do Reino de Deus.

Desta forma, o estudo da perícope de Isaías 11,1-9 permitirá reflexões importantes sobre o papel público e transcendente do Espírito de Yahweh, cuja plenitude deve refletir não somente no indivíduo ou na igreja, mas também na sociedade e no cosmos, através da ação de um Espírito transformador da realidade social, com a prática do exercício do direito e da justiça, cujo conhecimento do Senhor poderá produzir um tempo de “Novos Céus e Nova Terra” ainda na sociedade hodierna, produzindo frutos palpáveis de justiça para a sociedade.

Como método de pesquisa, para realizar a presente pesquisa, optou-se por uma análise bibliográfica qualitativa, utilizando elementos do método histórico-crítico, bem como de análise de conteúdo, a fim de buscar-se elementos literários, sociais e históricos significativos da perícopa de Isaías 11,1-9 visando a atualização e aplicação do tema na atualidade, dentro de uma perspectiva teológico-pastoral. O método histórico-crítico compreende a passagem da descrição para a explicação de uma situação do passado, segundo paradigmas e categorias políticas, econômicas, sociais, entre outras, buscando verificar possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea.

A pesquisa foi realizada com base em livros, comentários e artigos científicos sobre a temática, nas principais bases de dados disponíveis, tais como Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, Academia.edu, *Scielo*, *Redalyc*, *JSTOR* entre outras bibliotecas digitais disponíveis na Internet. Foi utilizado também a plataforma de pesquisa Mendeley, que auxiliou bastante a encontrar excelentes materiais bibliográficos, principalmente artigos, para compor os argumentos apresentados neste texto. Os principais descritores utilizados nas pesquisas em bases de dados foram: profetas pré-exílicos; primeiro Isaías; proto-Isaías; Isaías 11; Isaías 11,1-9; Justiça Social; espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento; Old Testament Pneumatology; Spirit of Yhwh in the Old Testament; Spirit of Yhwh in the Isaiah; Isaiah 11; Isaiah 11,1-9; Social Justice, entre outros.

Foram pesquisadas fontes primárias e secundárias, através de pesquisa bibliográfica e documental qualitativa, explorando tópicos relativos à temática visando uma maior profundidade no entendimento da perícopa e baseando-se na análise crítica e interpretativa de textos bíblicos, teológicos e históricos de exegetas e biblistas de renome. Buscou-se assim não somente provar a hipótese inicial proposta, mas também entender diferentes perspectivas e nuances sobre o tema. Foram pesquisados materiais digitais e físicos que compuseram as leituras e reflexões para a composição da tese, além de obras, sites de revistas e pesquisa teológicos, além de programas como o “*The Word Bible Software*” para apoio na tradução do texto.

A tese está estruturada em sete partes: capítulo introdutório (capítulo primeiro), e na sequência os capítulos segundo, terceiro, quarto e quinto, finalizando com as considerações finais sobre a pesquisa e as referências bibliográficas.

No primeiro capítulo há uma introdução, que visa a contextualização do tema, apresentando sua importância e necessidade de estudo. Há também a apresentação da perícopes, hipótese, descrição dos objetivos e metodologia empregada na pesquisa, seguida da divisão e explicação da estruturação dos capítulos da tese.

No segundo capítulo apresenta-se o estado da questão, com as principais obras e pesquisas relacionadas à perícopes e que foram pesquisados, visando uma melhor compreensão e aprofundamento teórico nos autores que trabalharam os textos relacionados à temática. Buscou-se verificar quais os avanços da pesquisa em relação à perícopes, bem como aqueles relacionados à prática da justiça, do direito e a ação do espírito de *Yahweh* em Isaías 11,1-9. Também apresenta o profeta Isaías de Jerusalém, bem como os diversos contextos relacionados à perícopes: histórico, relações internacionais e contexto socioeconômico. Tal abordagem se faz necessária em virtude principalmente do aprofundamento dos estudos nos contextos do texto de Isaías 11,1-9, o qual compõe os textos do Proto-Isaías, e que possui algumas peculiaridades que diferenciam dos demais capítulos isaianos (Deutero-Isaías e Trito-Isaías). As peculiaridades apresentadas neste capítulo e no próximo, tornam-se significativas no aprofundamento e na construção do texto, visto que tais abordagens normalmente não são aprofundadas, e sequer muitas vezes realizadas, nos meios protestantes pentecostais e neopentecostais, que tentem a análises fundamentalistas e espiritualistas das passagens bíblicas, relegando a segundo plano aspectos sociais, históricos e literários dos textos bíblicos.

No terceiro capítulo realiza-se a análise do texto partindo do texto hebraico, propondo-se uma tradução. Para o aprofundamento e melhor compreensão da perícopes, realiza-se então uma análise textual e literária, procurando compreender com mais profundidade a vida e obra do profeta. Destaca-se os resultados da tradução, bem como o uso do texto traduzido para a análise textual realizada.

No quarto capítulo a reflexão centra-se nos conceitos de justiça e direito no Antigo Testamento, mais especificamente no profeta Isaías. A intenção é compreender o motivo pelo qual *Yahweh* é chamado por vezes de guardião do direito e da justiça, entender a relação entre a *mishpat* e a *tsedaqah* na mensagem profética e mais especificamente em Proto-Isaías. Busca-se também o entendimento bíblico do significado de Justiça Social no Antigo Testamento, passando pela reflexão do rei como o representante divino da justiça e analisando na sequência o papel dos profetas, e especificamente de Isaías dentro da perícopes. O objetivo último deste

capítulo é compreender com maior profundidade como tais conceitos se aplicam à perícopes e à efetivação da justiça social e dar subsídios ao próximo capítulo, na relação da justiça e do direito com o espírito de *Yahweh* na perícopes.

No quinto capítulo propõe-se elaborar a relação entre a justiça, o direito e a plenitude do Espírito de *Yahweh*. Explora-se a atuação do espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento, nos profetas e na perícopes estudada, analisando-se a inter-relação do Espírito na efetivação da justiça social visando a plenitude humana e restauração do cosmos. Sustenta-se assim a tese de que o resultado efetivo da justiça (*tsedeqah*) e do direito (*mishpat*) é a transformação social pela ação do espírito de *Yahweh* na sociedade e no cosmos, comprovando-se a hipótese inicial de que há uma relação do texto de Isaías 11,1-9 com a prática pública da justiça e do direito, a qual pode ser aplicada na prática, em realidades sociais diversas da atualidade, gerando justiça social e, conseqüentemente, plenitude de vida para todos os seres humanos, o que poderá ser denotado com práticas efetivas em busca da paz, a equidade e da justiça na esfera pública, ressignificando a ideia da plenitude do Espírito.

Por fim, e não menos importante, realiza-se uma reflexão teológico-pastoral sobre a ação do espírito de *Yahweh* na sociedade em prol da justiça social a partir de Isaías 11,1-9, buscando-se relacionar os conteúdos pesquisados a uma ação pública do Espírito “na” e “através da” igreja e dos cristãos, em atuações individuais e coletivas para o exercício da justiça e do direito na sociedade, mostrando que o estar no Espírito possui uma conotação que vai além da ação carismática dentro das igrejas, mas implica em práticas cidadãs individuais e coletivas, visando a manifestação do Reino de Deus já neste tempo presente, afinal *Yahweh* “é Espírito acontecendo na história” (Schwantes, 1988).

Nas considerações finais busca-se trazer os principais elementos pesquisados, apresentando os resultados obtidos na pesquisa e mostrando de que forma a hipótese inicial foi comprovada, ou seja, a relação entre justiça, direito e o espírito de *Yahweh* em prol da efetivação da justiça social, a partir da perícopes estudada.

2 STATUS QUAESTIONIS, ANÁLISE LITERÁRIA E CONTEXTOS DIVERSOS

Isaías prefigura como um dos profetas expoentes do Antigo Testamento e, por conta disto, a literatura envolvendo pesquisas e comentários a respeito do profeta é bastante rica e vasta em vários idiomas. Sendo um dos profetas bíblicos mais conhecidos, possui mensagens que ecoaram ao longo de muitos séculos, e ainda falam profundamente ao coração de milhares de pessoas em nossos dias. Portador de palavras profundas e expressivas, dificilmente alguém lerá “Isaías” e saíra ileso da leitura, tão notáveis são seus escritos e contribuições para a vivência de uma intensa espiritualidade.

Seus oráculos foram utilizados abundantemente no Novo Testamento, principalmente as passagens que apontam para o Messias. Nem por isso o texto atribuído a Isaías nas Bíblias é de simples interpretação, antes possui características peculiares que necessitam ser analisadas com cuidado a fim de se compreender não somente o momento histórico do profeta, mas também as mensagens comumente a ele atribuídas. Muitos profetas viveram em períodos próximos, vivenciando situações parecidas. Seus momentos históricos por vezes se inter-relacionam o que acaba influenciando de alguma forma seus escritos. Além disso, muito possíveis autores anônimos também podem ter contribuído nos relatos, o que acaba por dificultar ainda mais o estudo literário dos textos.

Neste capítulo pretende-se organizar as pesquisas mais importantes e recentes sobre a temática, realizando posteriormente o desdobramento da perícope.

2.1 “STATUS QUAESTIONIS”

Como ponto de partida para este estudo são apresentados os resultados das pesquisas sobre o tema nos últimos anos. Visto que a bibliografia é bastante vasta, optou-se por restringir o estado da arte a alguns pontos essenciais para a compreensão da perícope e sua relação com a justiça e a plenitude do Espírito. Os tópicos foram organizados de forma a ampliar a compreensão nos seguintes pontos que são imprescindíveis para a presente pesquisa: o significado e importância do profetismo em Israel, o profeta Isaías dentro do escopo da literatura profética israelita, justiça e direito no Antigo Testamento, nos profetas e em Isaías, pesquisas específicas relacionadas à perícope de Isaías 11,1-9, pesquisas relacionadas à justiça social nos

profetas e em Proto-Isaías (ou primeiro Isaías), e com relação à presença do espírito de Yahweh nos profetas e em Proto-Isaías (ou primeiro Isaías).

Os aspectos considerados para este exame serão: contextos históricos, sociais e econômicos associados ao livro do profeta Isaías (históricos, sociais, literários, entre outros), e mais particularmente da perícopes estudada. Posteriormente, nos capítulos subsequentes, será realizada a relação destes contextos com a presença do espírito de *Yahweh* e o exercício da justiça dentro da perícopes, visando uma hermenêutica do texto para a atualidade.

2.1.1 Profetismo em Israel

O texto profético caracteriza-se como uma forma distinta na literatura hebraica que por vezes é mal compreendido nos tempos atuais. Muitos veem o profeta bíblico como aquele que tem visões e adivinha o futuro, uma perspectiva equivocada do real significado do profetismo em Israel. O que se observa com o estudo é que os profetas eram pessoas comprometidas com seu povo, seu momento histórico. Viviam num mundo com problemas reais e que exigiam posturas firmes. O profeta possui uma percepção elevada da realidade. A profecia proferida alcança uma comunicação privilegiada, muitas vezes uma estatura de “solenidade de uma proclamação real, a gravidade de um pronunciamento judicial, ou as diferentes notas de autoridade do comandante, ou do presidente de assembleias” (Scott, 1968, p. 99).

O ministério profético é desta forma, cheio de perplexidade, de desapontamentos, e por vezes assaz perigoso. Assim, os profetas que eram considerados autênticos mensageiros de Yahweh tinham consciência de sua missão de porta-vozes e, desta certeza, tiravam sua força e ousadia para apregoar oráculos nem sempre bem-vistos e recebidos. Yahweh para estes profetas constituía-se em fortaleza e refúgio no tempo da angústia, e é justamente nesta força que estes homens se tornavam como “muralhas fortificadas” contra a qual os ataques daqueles que os perseguiram se desvaneciam.

Os oráculos proféticos visavam principalmente a denúncia social, pois tinham um forte apelo ao arrependimento em vista da salvação do povo e o retorno ao projeto da Aliança (Brandenburg, 1989, p. 81-86). Eles conseguiam realizar uma leitura histórica e social do seu tempo. Eram exímios leitores da sua realidade. Pessoas de palavras e simbolismos, que liam os acontecimentos à luz da palavra divina e

transmitiam ao povo e, principalmente às autoridades, a vontade de Deus. Suas mensagens e oráculos nem sempre eram ouvidos de boa vontade, e nem sempre a audiência obedecia aos seus avisos e clamores.

De acordo com os escritos proféticos observa-se que o desejo de Yahweh sempre foi que Israel tivesse uma sociedade fraterna, justa e unida, o que pode ser observado em diversos trechos dos textos proféticos e nos inúmeros mandamentos e ordenanças encontrados na Bíblia, como o Código da Aliança (Êx 20,22–23,33), o Código do Deuteronômio (Dt 12-26), e nas muitas leis para as pessoas descritas na Torá e regulamentos³. No entanto, ao longo da história de Israel, os desvios foram inevitáveis, em grande parte por causa da corrupção e da ganância dos seus líderes. Ao confrontar os absurdos que observavam e os desvios da vontade divina cometidos pelos poderosos da sua época, os profetas se colocaram em situações de perigo e violência, e não raras vezes eram torturados e até mortos por conta de suas mensagens.

Durante o período da história em que lhes foi permitido proclamar a palavra divina, suas vozes ressoaram incansavelmente, não somente nas vielas e praças, mas também entraram nos palácios e reinos, confrontando com líderes clericais e sacerdotais, magistrados e reis. Tornaram-se sólidas muralhas, inabaláveis em seus argumentos diante dos quais os ataques ferozes daqueles que os perseguiram murchavam e perdiam as forças.

Assim, é possível perceber uma grande confusão e desapontamento da aristocracia quanto à palavra dos profetas. Os profetas de Yahweh têm plena consciência de sua missão, ou seja, condenar os crimes cometidos por aqueles que deveriam zelar pela integridade do povo e da nação de Deus e alertá-los para que retornem ao plano original de Deus. Sua mensagem é sobre redenção e arrependimento, um retorno ao básico, ao plano original de Deus para seu povo, ao Código da Aliança, porém na maior parte das vezes não são ouvidos ou compreendidos e é justamente por conta disto que o ministério profético é tão perigoso, e não é incomum que profetas sejam mortos para que possam ser silenciados, entretanto a sua mensagem ecoa através dos séculos e chega aos dias atuais (Brandenburg, 1989, p. 81-86).

³ Em se tratando dos códigos legislativos, identificam-se que existem pelo menos três códigos no Pentateuco, a saber: Código da Aliança (Êx 20.22-23,33); Código Deuteronômico (Dt 12-26) e o Código ou Lei da Santidade (Lv 17-26[27]). (Sicre, 2015, p. 129-133).

Desta forma, entende-se que o movimento profético de Israel era formado por pessoas instituídas pelo povo como portadores da leitura e da mensagem divina e que eram considerados comissionados por Deus para uma missão especial em seu nome. Estas pessoas souberam discernir seu tempo e a vontade de Yahweh para o seu povo e, cheios de audácia, ergueram suas vozes contra muitos abusos e pecados cometidos, principalmente pelas lideranças. Alçavam sua voz contra a exploração, a humilhação e a injustiça social que assolava o povo israelense. Os profetas e profetisas foram, portanto, expoentes da mensagem divina (Auth, Moreira, 2021, p. 141).

2.1.2 Isaías dentro do escopo da literatura profética israelita

Inserido na literatura profética de Israel, o profeta Isaías é o primeiro livro profético no cânon hebraico e em todos os demais, como LXX, Vulgata etc. Suas mensagens impactaram (e ainda impactam) gerações de fiéis ao longo dos anos, principalmente os oráculos associados ao messias. Entretanto suas mensagens não são melhores nem mais importantes do que as demais dos outros livros proféticos, antes no livro que leva seu nome estão contidas expressões e momentos diversos da profecia bíblica que a ele foram atribuídos. Ninguém poderá negar a importância desse livro singular na Bíblia, seja pela extensão e beleza de suas palavras, seja pelo seu impacto na igreja, nas artes e nas culturas ao longo dos séculos.

Isaías, assim como seus contemporâneos Oséias, Amós e Miquéias, proclamaram suas mensagens em tempos conturbados. As mensagens destes quatro profetas, chamados de pré-exílicos (Séculos VIII e VII a.C.), não se reduziram a questões internacionais, mas principalmente a questões internas dos dois reinos e, no caso de Isaías e Miquéias, especialmente ao reino de Judá.

Diversos fatores corroboraram para que os profetas alçassem suas vozes: corrupções, violências diversas, fraudes, entre outros fatores, causavam sérios problemas sociais, morais e religiosos. A sede de poder das lideranças era desenfreada a ponto de extorquirem de forma inescrupulosa os mais pobres e necessitados. Muitas destas situações consistiram em um reflexo da desobediência à Lei Mosaica, a quebra da Aliança feita com Yahweh. Seus líderes, reis e sacerdotes, já não prezavam mais pela observância das leis que foram instituídas para assegurar

a ordem nacional e garantir a equidade e os direitos entre os diversos cidadãos (Schmidt, 2013).

Por conta de suas mensagens, a primeira impressão de que se têm do livro de Isaías é a similaridade de sua mensagem com as dos profetas Miquéias, Amós, Jeremias e de Oséias, mas mais particularmente com a mensagem de Miquéias, principalmente os 39 primeiros capítulos. Tais profetas são chamados de pré-exílicos, justamente por atuarem nesse contexto histórico. Eram contemporâneos e proclamaram suas mensagens enquanto a nação estava sob ameaça externa dos Assírios (Anderson *et al.*, 2014, p. 104).

Resumidamente, em 722 a.C. o Reino de Israel foi atacado e destruído pelos Assírios que exilaram muitos de seus habitantes entre diversas nações anteriormente dominadas. Em 597 a.C. os babilônios atacaram Judá e levaram parte dos habitantes de Jerusalém cativos para a Babilônia, restando na terra a maioria da população de pobres agricultores. Porém, antes que todas estas invasões e ataques externos fossem realizados por nações estrangeiras, muitos acontecimentos internos transcorriam tanto em Israel quanto em Judá, e os profetas foram sem dúvida não somente espectadores da história, mas partícipes ativos, atuando principalmente através de suas mensagens de alerta às lideranças nacionais (Gusso, 2006).

A unidade da autoria do livro de Isaías é outro ponto de discussões dentro da pesquisa bíblica, mas de modo geral reconhece-se que ele é composto por no mínimo três grandes coletâneas inseridas uma após a outra. Essa é a posição justamente da maior parte dos pesquisadores, entretanto, em pesquisas recentes, já se considera inclusive a inserção de mais textos independentes na obra. Reunindo as afirmações de Sicre (2016), Rosel (2009), Schökel (1991).

Autores como Roberts (2015), Schökel/Alonso e Diaz (1991), entre outros pesquisadores, defendem que o profeta Isaías, denominado Isaías de Jerusalém, não escreveu todos os capítulos da obra que leva o seu nome. Ao profeta são atribuídos parte dos textos do Proto-Isaías (capítulos 1-39), sendo que os demais capítulos teriam sido compilados muito tempo depois de seus dias. Essa prerrogativa se deve ao conteúdo temático da escrita, a qual se adequa melhor aos períodos posteriores. Suas mensagens são dirigidas principalmente à aristocracia judaíta, da cidade de Jerusalém, mas também a nações específicas. Através de seus sermões e poemas, mostra que a nação estava caminhando para a ruína devido ao seu afastamento de Yahweh, devido principalmente aos seus pecados nacionais (Pfeiffer, 1994).

Sicre (2016), Roberts (2015) e Soggin (1987) fazem referência a peculiaridades literárias, e chamam a atenção no sentido das dificuldades na reconstrução da mensagem original de Isaías por conta das diversas inserções realizadas ao longo do período exílico e pós-exílico. Citar estas passagens é interessante na medida em que podem acrescentar elementos essenciais à pesquisa de Isaías 11,1-9, pois apresentam em seus textos diversos contextos já estudados por estes autores, trazendo por vezes novos olhares sobre a perícopes em análise. Não seria possível abordar a infinidade de textos produzidos a respeito do livro e da perícopes, mas seguem alguns que possuem dados em suas pesquisas que podem auxiliar na interpretação da perícopes.

Schökel/Alonso e Diaz (1991) apresentam em seu comentário um estudo sobre os textos de Isaías, contemplando aspectos históricos, políticos, linguísticos e exegéticos fundamentais para a boa compreensão dos diversos contextos envolvidos na perícopes. Exibem através da crítica textual as principais teorias e autores que defendem a unicidade do livro e outros as diferenças de estilos literários específicas de cada parte da obra, explicando as nuances literárias e históricas que motivaram a divisão do texto em três grandes partes. Após apresentar a origem do profeta Isaías, os autores falam a respeito da sua atividade profética nos reinados de Joatão, Acaz e Ezequias, mencionando o conteúdo da mensagem e a visão de conjunto da obra.

2.1.3 Justiça e direito no Antigo Testamento, nos profetas e em Isaías

A justiça e o direito são termos recorrentes no Antigo Testamento e desempenham um papel muito importante no contexto histórico e social israelita, tanto no aspecto relacionado a questões legislativas, quanto nas conexões ligadas à vida prática na comunidade, à vida comum e em sociedade. Entretanto, a forma de compreensão destes termos na cultura judaica difere bastante da forma como a compreendemos atualmente na cultura ocidental. Dentre diversas expressões relacionadas à lei, os profetas destacam-se como aqueles que buscam seu exercício de forma plena na vida em comunidade, cujo direito e justiça precisam necessariamente se expressar através de práticas vivenciais e não somente através de formalismos. Mostram-nos que de nada adianta um culto exuberante, se a prática não é condizente com a liturgia.

Isaías, assim como os demais profetas pré-exílicos, esforça-se para conduzir novamente a liderança ao caminho da Aliança, no sentido de trazer consciência às quanto à prática da justiça social e a preocupação com o povo. Mostra em seus oráculos que a justiça social é uma exigência divina para aqueles que cultuam a Deus, afinal cultuar a Yahweh requer muito mais do que belas liturgias e obediências cerimoniais, mas o exercício prático da justiça que passa pelos relacionamentos. Demonstra em suas palavras que a falta da justiça e do direito se caracteriza como verdadeiro afastamento de uma real espiritualidade (Baker, Alexander e Sturtz, 2001, p. 214-221).

Também é possível averiguar no livro que as vítimas da violência e da injustiça são personagens históricos à espera de libertação, de salvação. Os textos proféticos demonstram que o desejo de Yahweh não pode ser reduzido a meras práticas litúrgicas, deveria, sim, obrigatoriamente passar pela solidariedade e amor ao próximo, o exercício contínuo da justiça em favor daqueles que mais necessitam (Rossi, Erdos, 2011).

Beuken (2004) realiza uma análise sobre o texto de Isaías 11,1-16, juntamente com 10,5-34, mostrando que o texto de Isaías 10,5-11:16 forma um díptico, por conta das correspondências sintáticas, literárias e temáticas entre os dois capítulos. Mostra também como as interpretações messiânicas realizadas normalmente de forma escatológica contribuíram para uma leitura descontextualizada.

Já Sicre (2000, p. 197) cita que o próprio texto da perícope de Isaías 11,1-9 é composto por um díptico (v. 1-5 e v. 6-9), composto por autores distintos, mas que pela beleza e harmonia da poesia, seria injusto realizar o desmembramento em duas partes. Este autor relata em seu texto algumas peculiaridades do poema, como sua ligação com o texto anterior, de Isaías 10,33-34, e a reflexão principal do poema: quem seria esse novo rei? Um rei histórico ou um personagem futuro? Discorre sobre a opinião de alguns estudiosos do tema, porém esboça sua opinião de que o texto representa um rei ideal, que ainda não foi manifesta, pois mesmo Jesus na sua encarnação não trouxe o paraíso na terra, o lobo e o leão ainda continuam ferozes. Antes o texto teria uma expectativa messiânica ideal, a ser seguida pelos monarcas de Israel ao longo dos anos.

Rossi (2021) interpreta a vocação do profeta Isaías a partir dos conceitos de centro e periferia, apresentando a vocação do profeta como agente religioso ligado ao

espaço central (palácio e templo), entretanto sua mensagem vai de encontro a estes grupos centrais, deslocando-se em direção à periferia, de encontro aos pobres.

Silva (2018) apresenta os significados em hebraico dos termos justiça e injustiça. Mostra como a justiça é um atributo divino e que somente Deus é capaz de fazer a perfeita justiça, pois faz parte de sua essência. Relata em seu livro como a justiça é um padrão divino para o universo, a sociedade e o ser-humano, pois é justamente através dela que ocorre a salvação e a libertação. No caso dos termos associados à justiça no Antigo Testamento, o sujeito da ação de salvar ou libertar pode ser Deus, o rei ou o Messias. No caso do Universo, toda a sua ordem está estabelecida pela justiça, pois o criador tem um plano harmonioso para todos os seres vivos e sua criação, e por consequência, aquele que executa a justiça honra a seu Deus e criador.

2.1.4 Estudos específicos relacionados ao Proto-Isaías com foco na perícopa de Isaías 11,1-9

Especificamente quanto à perícopa, os autores salientam que faz parte do chamado Livro de Emanuel, composto pelos capítulos 7 a 12 de Proto-Isaías, o qual é assim chamado por conta de sua coerência literária, o que os autores indicam ser bastante harmônica devido a vários elementos estruturantes (Schokel, Diaz, 1991, p. 143). O texto de Isaías 11,1-9 faz parte de um grande poema messiânico, que canta a paz e a justiça definitivas, numa espécie de novo paraíso em que haverá equilíbrio e harmonia universais consequentes do reinado de um líder (rebento) de Jessé, descendente de Davi.

Asurmendi (1980), Severino Croatto (1989), Kamp (1987) e Nakanose e Pedro (1999), são comentários de Proto-Isaías, destacando em suas pesquisas aspectos históricos, sociais, religiosos, entre outros, do período em que o profeta participou ativamente das decisões do seu povo. Com a pretensão de ser uma chave de leitura e não um comentário bíblico aprofundado, Nakanose e Pedro (1999), apresentam o profeta Isaías como um homem do seu tempo, que vivenciou injustiças praticadas pelos dirigentes da nação e as graves consequências das atitudes desta elite sobre todo o povo. Utiliza expressões muito usuais, tais como “Yahweh dos exércitos” (Is 1,9) e “santo de Israel” (Is 5,19), os autores demonstram as mazelas da sociedade do VIII a.C., a situação socioeconômica, política e religiosa da vida cotidiana israelita.

Preocupam-se em mostrar as opressões cometidas pelos poderosos ao povo mais humilde e como o profeta Isaías, através de suas mensagens, exigia a justiça da monarquia davídica, pois acreditava piamente que para criar uma sociedade mais humana e fraterna era necessário que o rei e toda a sua liderança, fossem justos.

Da mesma forma Asurmendi possui relevância histórica para a pesquisa. Kamp (1987) apresenta um comentário extremamente didático e prático de Isaías, e busca trabalhar o texto sob uma perspectiva reformada. Da mesma forma que os demais comentaristas citados, Kamp busca apresentar informações do contexto religioso, político, social e geográfico de Isaías 1-39 a partir de sua missão profética de anúncio e denúncia. Ressalta-se a importância dos textos de Croatto, que contribuíram muito para a leitura latino-americana dos textos proféticos, particularmente de Isaías, sendo suas obras imprescindíveis para esta pesquisa.

Montagnini (1993) tem a pretensão de ser um pequeno comentário ao Antigo Testamento, trabalhando com o Proto-Isaías através de um olhar mais atento a diversos acontecimentos da história, não somente de Israel, mas também dos povos vizinhos. Sua ideia primordial é compreender também situações históricas subjacentes aos oráculos de Isaías 1-39, e por isso mesmo o autor busca mostrar os acontecimentos à luz de grandes temas isaianos. Discute temas como a Assíria, a vocação profética de Isaías, o remanescente ou resto citado pelo profeta em seu texto, Sião, Emanuel, entre outras, partindo de situações históricas específicas a fim de trazer luz a passagens do livro de Isaías. Já a Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (Ribla, 2000), na qual textos particulares de cada profeta bíblico, dentre eles Isaías, foi realizada numa conjuntura histórica específica, mas cujas mensagens podem e devem ser retomadas para a contemporaneidade. Isaías é representado neste compêndio por Severino Croatto, que trabalha brilhantemente a estrutura básica dos livros proféticos e a composição do livro de Isaías.

Seitz (1993) em seu comentário sobre Isaías 1 – 39, objetivou fazer um texto direcionado para a Igreja, mais para as questões litúrgicas e práticas do que um aprofundamento exegético. Foca em aspectos teológicos de Isaías, dando especial atenção ao papel do contexto literário, com preocupação a contextos estruturais e organizacionais. O principal objetivo do texto foi apresentar subsídios para o ensino e pregação e busca interpretar a mensagem isaiana, inclusive a perícopes estudada, com vistas a sua aplicabilidade na atualidade.

Gowan (2000) mostra que cada profeta e respectiva mensagem possui uma contribuição na história de Israel, buscando unificar os livros proféticos através de uma sequência de narrativas através de três principais momentos: o fim do Israel Norte em 722 a.C., o fim de Judá em 587 a.C. e o início da restauração após o exílio babilônico em 538 a.C. Isaías caracteriza-se como um dos mais complexos livros proféticos, devido à variedade de interpretações e mensagens, principalmente pelo fato de oferecer dados relativos aos três momentos históricos de Israel, a queda de Samaria, de Jerusalém e restauração após o exílio. Discute questões relacionadas à Teologia de Sião e como a raiz de Jessé, um ser humano a quem foi dado o espírito de *Yahweh* para reinar com justiça.

Roberts (2015), aborda questões importantes relacionadas ao texto de Isaías e aprofunda-se em seus estudos para também compreender a Teologia de Sião, a teologia da realeza em Jerusalém, a teologia realizada e apregoada no templo em Israel, o que denota grande importância da história e cultura do antigo Judá. Trata em seu livro várias passagens, dentre elas o de Isaías 11,1-9, o qual para o autor, foi escrito no final do século VIII a.C., quando Judá e a realeza da casa de Davi ainda existiam.

Cada mensagem ou oráculo profético deve ser considerada em seu tempo histórico, e analisada de acordo com a cultura e peculiaridades sociais, econômicas, políticas etc. na qual foi escrita. Isaías lida com um problema definido, com uma crise nacional sem precedentes. A Assíria estava se fortalecendo dia a dia, ampliando seu poderio político e militar. Diante desta ameaça, Acaz, rei do Reino de Israel, aliou-se com a Síria (2 Rs 16,19) para buscar proteção, pois pensava ser a única forma de se defender e escapar da temida Assíria. Entretanto Judá não entrou nesta coligação e, por conta disto, sofreu represálias de Israel e da Síria, o que ficou conhecido como Guerra Siro-efraimita (Wiesbe, 1993).

Diante deste quadro de ataques iminentes e do temor da nação, o profeta alerta do que iria ocorrer caso não se arrependessem e não retornassem a *Yahweh*. As perspectivas realistas não eram as melhores, porém haveria esperança? Conforme Isaías escreve sua mensagem, nota-se o surgimento de um rei justo, que traria justiça e a esperanças para um futuro de paz e prosperidade para a nação. O descendente de Jessé restauraria a paz e a justiça na nação. O messias seria um rei justo, dotado de um poder divino e sobrenatural do Espírito de *Yahweh*, capacitando-o para executar o desejo de *Yahweh* para seu povo (Wiesbe, 1993).

A esperança messiânica é fortemente tratada no texto isaiano, apesar de Davi praticamente não ser citado no livro, mas sim o seu descendente. Davi, como personagem histórico, aparece apenas uma vez como aquele que conquistou Jerusalém (Is 29,1). Há um maior destaque à “Casa de Davi” (Is 7,2.13; 22,22), ao seu trono e reino (Is 9,6) e seu palácio (Is 16,5). É interessante observar que apesar dos oráculos de Isaías se passarem no período de quatro reis, a saber: Ozias, Joatão, Acaz e Ezequias, pouco se fala a respeito dos dois primeiros, entretanto sobre o reinado de Acaz é dada ênfase no livro, principalmente devido à guerra siro-efraimita (Is 7, 1-12) e datação de sua morte (Is 14,28). Ezequias é o rei mais citado. Por 32 vezes há menção ao seu nome, principalmente nos capítulos 36 a 39. Fala-se no texto mais especificamente também a respeito do descendente de Davi (Is 9,1-6), um rei que semelhantemente a Davi, o filho de Jessé, reinaria com justiça (Is 11,1-10). (Sicre, 2000, p. 180).

As críticas sociais são abundantes no livro, principalmente nos primeiros capítulos. Isaías culpa implicitamente o rei pelas mazelas do povo e problemas da nação, que inevitavelmente, os levariam a uma desastrosa situação. A crítica não é realizada diretamente ao rei, mas subtendida nos oráculos, afinal o lamento do povo era resultado da má administração do reino. O rei era o principal responsável, tendo por obrigação moral e divina, garantir o direito e a justiça para os mais vulneráveis da sociedade, os pobres e as viúvas, mas ao contrário, tanto a monarquia quanto as principais lideranças permitiam-se o luxo e a opulência enquanto a população era oprimida e subjugada até mesmo pelos seus inimigos.

O caos havia se instaurado, os juízes não julgavam com justiça e direito, mas apesar disto tudo, Isaías quase nunca atribuiu tais mazelas diretamente o rei. Apenas em duas situações há um enfrentamento direto ao rei: contra Acaz, no começo da guerra siro-efraimita e contra Ezequias muito tempo depois (Sicre, 2000). Isaías 11,1-9 é descrito como um grande poema monárquico dentro deste contexto, relatando um renovo, um novo começo após todo o caos e a tragédia que estavam se abatendo sobre a nação. A esperança estava focada no descendente de Jessé, um novo rei, um messias, o qual reinaria cheio do espírito de *Yahweh* e, por conta disto, seu reinado seria de glória, pois o próprio Espírito o capacitaria para reinar em paz e justiça. Posteriormente, com o advento do Cristianismo, esse oráculo é atribuído a Jesus Cristo, mas originalmente essa não seria a sua intenção, mas sim a indicação de um novo rei que se levantaria na casa davídica para reinar num período histórico

bem definido. (Sicre, 1996; 2016). Tal abordagem também é realizada por outros autores na interpretação do livro de Isaías: Herbert (1973), Killian (1983), Kaiser (1983), Jensen (1984), Oswald (1986), Hayes (1987), Skiba (1990), Wildberger (1991), entre outros.

Clements (1980) defende a ideia de que todo o livro é fragmentado, e por isso mesmo, de difícil interpretação e leitura, não atribuindo sua origem totalmente ao profeta do VIII a.C. Essa ideia é mais plausível para estudiosos mais recentes, que aceitam com mais tranquilidade a ideia de vários autores para o livro. Para ele, o livro foi compilado tardiamente por um autor que buscou reunir os textos e formar um quadro geral mostrando uma antologia, um plano e propósito geral de Deus para Israel, sendo assim uma obra de autores posteriores. Os jogos de palavras buscam mostrar uma intertextualidade, numa tentativa de reler profecias mais antigas e aplicá-las a novas situações que a nação estava passando. Tal fato ocorre principalmente devido a alteração da oralidade para a escrita, o que favoreceu a releitura dos oráculos. O fato mais marcante da realidade histórica antiga de Israel foi a queda da cidade santa, de Jerusalém. Deus não protegeu seu povo e sua cidade, e buscar razões e motivos de isso ter ocorrido pode ter motivado a releitura e reescrita por autor (es) posterior (es).

Pesquisadores como Sweeney (1996; 2014), Blenkinsopp (2000) e Houston (2007), apresentam novas perspectivas a partir de métodos históricos e arqueológicos atuais, os quais colaboraram para a reconstrução da realidade socioeconômica de Judá no século VIII a.C., o que torna possível uma crítica social. Blenkinsopp (2000), um profundo estudioso do livro de Isaías, contribuiu significativamente na interpretação do livro, abrangendo inúmeros temas pertinentes em suas obras, salientando aspectos literários e redacionais. Sweeney (2014) aborda, dentre vários aspectos ligados ao livro de Isaías, o aspecto escatológico e messiânico, principalmente com relação a perícopes de Isaías 11. Para ele o texto possui característica de uma escatologia isaiana que não se limita a olhar para um futuro incerto, mas factível, pois para ele Sião seria um simbolismo do governo de Deus e uma mostra do seu desejo de paz e justiça tanto para Israel quanto para as demais nações. (Childs, 2001; Sweeney, 1996).

Brueggemann (1998) apresenta também um excelente comentário de Isaías. O pesquisador apresenta seu método de interpretação teológica aberta (*“open-ended”*) em que propõe inicialmente aspectos geopolíticos, históricos e teológicos dos textos

de Proto-Isaías, e em seguida propõe um esboço estrutural de cada capítulo, bem como os significados teológicos, dos quais o autor sai dos aspectos meramente messiânicos pelos quais os textos normalmente são interpretados e busca apresentar releituras e interpretações para além do que ele mesmo chama de “imaginação cristã”. Denota ao longo do texto trechos de redações pós-exílicas, inserções tardias principalmente nos primeiros capítulos do livro. O autor afirma que, mais do que reafirmar o conteúdo messiânico na figura de Jesus ou mesmo dogmas cristãos, os textos não devem ser isolados do seu real contexto. Propõe uma riqueza de alternativas interpretativas, significados e releituras do texto, oferecendo por vezes alternativas de significados surpreendentes que outros autores não realizam. No caso de Isaías 11, na representação do justo rei, descendente de Jessé, há para ele uma significativa interpretação política, uma declaração de possibilidades para líderes humanos, terrenos, na construção de uma política social, tomando como base um padrão divino de retidão e justiça.

Christopher B. Hays (2011) também possui uma contribuição significativa na pesquisa com relação ao livro de Isaías. Seus estudos perpassam levantamentos realizados quanto ao livro, no qual apresenta e compara os principais pesquisadores e suas percepções a respeito do livro profético. Há também textos nos quais realiza reflexões sobre questões ligadas à morte em Proto-Isaías, sua retórica e crenças, considerando os povos mesopotâmicos, Egito, Palestina e mais especificamente, e Judá, no contexto de Isaías 1-39 (Hays, 2015), e textos mais recentes em que examina a formação da estrutura literária do livro de Isaías, e fornece uma visão geral do contexto histórico e composição, considerando as divisões e mais recentes interpretações sobre elas (Crouch; Hays, 2022).

Várias passagens significativas também são interpretadas por Aster (2017), porém sob um ponto de vista diferente. Para este pesquisador, muitas passagens de Isaías 1-39 dizem respeito ao Império Assíria e seu domínio, utilizando elementos deste império a fim de corroborar com a crença em um Deus único, Yahweh, o qual é mais poderoso do que qualquer império humano. Há uma exposição dos diversos contextos das passagens e explicações sobre aspectos literários históricos e teológicos das passagens. Isaías 11 seria uma espécie de plano de Deus para restringir a Assíria. Para ele, a descrição deste plano teria início no capítulo anterior, em Isaías 10,5 em diante e culminaria em Isaías 11, com a tomada do poder pelo

descendente de Jessé, através da implantação de um reino regido por um rei justo, pessoa esta que o autor associa ao rei Ezequias.

Dentre os artigos publicados sobre a perícope e a temática da tese, destacam-se de Evans (1988) que discute a questão da unidade teológica e estrutura do livro de Isaías, apresentando o texto de Proto-Isaías como fruto do período pré-exílico, apresentando argumentos do motivo do segundo e terceiro Isaías pertencerem a períodos históricos diferentes do VIII a.C. O autor também cria uma linha do tempo teológica, saindo do terror em direção a esperança e promessa de restabelecimento da nação. Stromberg (2008) analisa o versículo 11,10 de Isaías, e o compara a Isaías 11,1, mostrando as diferenças por vezes sutis entre os dois versículos. Sumner (2018) apresentar uma análise da genealogia e a teologia de Isaías 11,1, e como tal passagem pode ter sido escrita a fim de legitimar o reinado de um novo rei, um segundo Davi.

Shifman (2012) apresenta um estudo teológico e exegético sobre o versículo 11,3, considerado um verso enigmático e desafiador pelo autor, principalmente no que diz respeito às três primeiras palavras do verso, e que favorece várias interpretações que são expostas ao longo do artigo. Campusano (2019) pesquisou sobre a questão da justiça na perspectiva da perícope de Isaías 11,1-9 no sentido de práticas para um mundo mais justo, no cuidado dos pobres e marginalizados, estabelecendo assim novas relações, ao que a autora chama de uma nova criação aplicada a toda a sociedade humana. Santos (2011), que estudou aspectos do messianismo nas perícopes de Isaías 7,10-17; 8,23-9,6 e 11,1-9 no sentido de um messias que vem para governar a partir do direito e da justiça a fim de estabelecer a paz.

2.1.5 Relevância da Justiça Social no contexto profético

Especificamente com relação à questão da justiça social no Antigo Testamento, destacam-se na pesquisa os seguintes autores:

Pixley (1991) apresenta a história israelita sob a perspectiva dos mais frágeis e vulneráveis da sociedade, mostrando a luta dos camponeses pela sobrevivência e a busca de estruturas mais justas. Suas interpretações e comentários partem de uma leitura crítica da história, a partir dos pobres, analisando a história de Israel nos contextos social, econômico e político em várias épocas e sob vários reis e governos. A importância deste texto é justamente por ser uma visão alternativa da história

hebraica, pois o autor destaca a luta pela justiça social, abordando a luta de classes na sociedade israelita, o conflito entre ricos e pobres, o papel dos profetas para a implementação da justiça e a relação entre a fé e a justiça social. Sua ênfase está justamente nos grupos de marginalizados da sociedade, os camponeses pobres. Seu texto é importante no sentido de uma leitura social da sociedade israelita, trazendo importantes reflexões sobre a importância da construção de uma sociedade mais fraterna e justa e instigando os cristãos na modernidade a pensar sobre qual é realmente o papel da fé na luta pela justiça social.

Shedd (1984) explana sobre a questão da justiça social de uma ótima protestante, fazendo uma relação com diversos textos bíblicos, principalmente conduzindo a reflexão de como deve ser o agir dos cristãos na atualidade diante de tantas injustiças sociais. Toma como base textos do Antigo e do Novo Testamentos, verificando quão profundos são as mudanças socioeconômicas que favoreceram os necessitados da época a fim de tirar lições preciosas para a atualidade.

A obra de Epsztein (1990), “A Justiça Social no Antigo Oriente Médio e o Povo da Bíblia”, se fez muito interessante no sentido de contextualizar a questão da justiça social no ambiente socioeconômico do Antigo Israel do Século VIII a.C., juntamente com uma leitura relacionada aos povos adjacentes. Apresenta uma leitura sociológica com relação a questão da justiça veterotestamentária, bem como as leis sociais do Pentateuco, explicando cada uma delas, e sua relação com o contexto histórico vivido no tempo dos profetas.

Da mesma forma que Epsztein, Sicre (1990) apresenta um histórico da questão da justiça no Antigo Oriente, com relação ao Egito, aos povos mesopotâmicos, Canaã, Fenícia e Império Hitita. Faz uma abordagem especial no que diz respeito à questão socioeconômica de Israel das origens até o Século VIII a.C. Sua obra “A Justiça Social nos Profetas” se fez imprescindível no sentido de que mostra especificamente a questão da justiça social em cada um dos profetas, descrevendo o momento histórico, com uma análise mais aprofundada de cada capítulo relevante dentro da temática. Com relação à perícopes, este autor trabalha a questão utópica do capítulo, ressaltando o ideal de justiça que era aguardado do novo governante.

Irani e Silver (1995) também trazem informações essenciais para o entendimento do conceito de justiça social no Antigo Testamento. Apresentam especificamente o problema da justiça social nas antigas civilizações humanas, comentando decretos monárquicos e práticas socioeconômicas das referidas épocas,

bem como as consequências de tais atos na política, economia e sociedade das referidas nações. Dentre os principais destaques do estudo, o surgimento da ideia de justiça social, como surgiu e se desenvolveu o conceito na antiguidade, sua prática e a reforma do mundo antigo. Além de Israel, os autores abordam os conceitos em outras nações, como Grécia, Índia e China Antiga, Antigo Oriente, Mesopotâmia, Roma, Antigo Irã, entre outros. Discute ainda as principais reformas sociais na antiga Mesopotâmia, no Antigo Oriente, além de analisar questões relacionadas aos profetas e questões socioeconômicas do Império Romano.

Nissinen (2003) dedica algumas reflexões sobre o tema da justiça social em seus escritos, embora o seu foco não seja exatamente a análise da justiça social em Israel. Destaca o papel crucial dos profetas como agentes de crítica social, denunciando injustiças, a opressão dos pobres, explorações e violências diversas das elites de Israel e Judá. Mostra que os profetas se levantaram em defesa dos vulneráveis da sociedade, defendendo os grupos mais frágeis, como os pobres, as viúvas, os órfãos e estrangeiros. Os oráculos dos profetas eram denúncias contra uma sociedade muito problemática, que explorava economicamente os pobres. Mostra, ainda, como os profetas alçaram suas vozes, cada qual no seu tempo e com suas características, a fim de defender os oprimidos, contribuindo assim para a efetivação de uma sociedade mais justa, embora a igualdade não fosse um conceito central no Antigo Oriente e em Israel, e com certeza, uma ideia diferente do que conhecemos atualmente como justiça social e igualdade de direitos. Mesmo diante disso, é possível notar a importância do estudo da justiça social para defesa dos vulneráveis.

Gaedner (2010) fundamenta a justiça social e individual na fé cristã, examinando textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamentos, mostrando como a justiça é um tema importantíssimo em toda a Bíblia e apresentando uma visão holística ao tratar várias áreas da vida humana. Mostra como a justiça é um dos temas mais relevantes da Bíblia, presente de Gênesis a Apocalipse, o que implica não somente numa adesão academicista aos conceitos, mas mostra que a verdadeira fé precisa estar aliada a práticas de vida justas, o que implica que o chamado à justiça é um chamado para todos os cristãos, independente de denominações.

Rossi (2013) faz uma coletânea sobre a importância do conceito de justiça e direito na construção profética durante o período da desconstrução da monarquia israelita, citando como os conceitos estão ligados a questões prática e vivenciais do seu povo e da sua história. Neste sentido, o ambiente profético é um espaço

privilegiado na construção e vivência das temáticas estudadas, principalmente como instrumento de defesa dos mais vulneráveis da sociedade. Os profetas falavam num tempo histórico específico, para pessoas reais. Problemas políticos, econômicos e sociais são comumente tratados por eles, mostrando que a profecia israelita sai do chão da vida, ocorreu num determinado ambiente histórico, social e cultural que não pode ser negligenciado. Seus discursos vão em direção à defesa da vida, dos mais vulneráveis da sociedade, mostrando que a justiça social deve ser feita valer em relação àqueles que não tem como se defender. Assim, tanto o rei como a própria lei judaica, tinham como objetivo a proteção dos direitos daqueles que não conseguiam se defender das extorsões, das corrupções entre outras ameaças dos mais poderosos da época.

2.1.6 Ação pública do espírito de *Yahweh* na promoção da justiça e do direito

A presença do espírito divino nas Escrituras é relatada desde Gênesis, na criação, e em todo o Antigo Testamento. Durante o período profético sua atuação se faz presente e atuante, principalmente ao dar ousadia e força para os profetas a fim de vaticinarem contra aqueles que faltavam com a verdade e não buscavam a vontade de *Yahweh*. Aos líderes, e principalmente o rei, era atribuída a responsabilidade de realizar o direito e a justiça, entretanto falharam terminantemente. “As lideranças políticas, jurídicas e religiosas deveriam expressar a vontade de Deus para com o povo, porém negligenciavam sua responsabilidade” (Santos e Rossi, 2022, p. 160).

O profeta Isaías, não por acaso, é chamado de “profeta messiânico”, mas também poderia ser chamado de “o profeta do Espírito”, haja vista os relatos encontrados em todo o livro e que expressam a atuação do Espírito de *Yahweh*. Dentre as diversas obras, que tratam do assunto no Antigo Testamento, principalmente as que são de origem de autores protestantes, destacam-se:

Yong (2009; 2011), teólogo pentecostal sul-coreano, autor de inúmeros livros, possui obras que abordam a relação entre o pentecostalismo e a possibilidade de uma Teologia Global, abordando questões importantes para o pentecostalismo e a teologia cristã, com foco na teologia pública, pneumatologia, eclesiologia e missões. Suas obras revelam suas preocupações com a relação entre uma pneumatologia que se faça prática, a ação do espírito de *Yahweh* na política, no meio ambiente, ecumenismo

e diálogo inter-religioso. Pesquisa também a ação do Espírito na sociedade a partir do Novo Testamento, principalmente dos escritos lucanos.

Ma (1999) é também um teólogo pentecostal sul-coreano, que possui estudos profundos relacionados ao tema espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento, especificamente em Isaías, entre outros inúmeros artigos e escritos que buscam compreender o papel público do Espírito para a missiologia e a sociedade, principalmente no contexto da igreja pentecostal coreana.

Synan (2016) caracteriza-se como um historiador pentecostal-carismático, que buscou compreender através de suas obras a relação entre o espírito de *Yahweh* e a sociedade norte-americana. Ainda dentre os diversos autores proeminentes que são relevantes para a pesquisa com relação à questão pneumatológica, destacam-se:

Moltmann (2002; 2010), teólogo protestante extremamente importante na atualidade, para análise de questões ligadas à pneumatologia, traz importantes reflexões sobre o espírito de *Yahweh* e sua ação em pública. Saliência em seus inúmeros escritos como e de que forma a cristologia dominou os estudos e as homilias cristãs durante muitos séculos. Realmente o Espírito acabou ficando em segundo plano por muito tempo, como que um elemento subalterno e esquecido da trindade. A igreja parecia ter-se esquecido da terceira pessoa da divindade ou a colocado em segundo plano em relação a Deus e a Jesus Cristo.

Comblin (1978; 1984; 1988) discute o papel do cristianismo no século XXI, ligado à ação do espírito de *Yahweh* no mundo. Trabalha as muitas questões relacionadas a uma teologia pneumatológica prática e pública, tais como o poder, a pessoa, sua ação na sociedade, na cultura, no trabalho, na efetivação do Reino de Deus, conduzindo o povo de Deus a uma esperança que passa pelo agir humano e reflete na evangelização, na missão, na fé. Fala também a respeito da experiência do Espírito, os dons e sua ação na igreja e na criação, gerando libertação, transformação e vida. Faz um apanhado histórico sobre o Espírito na história da cristandade, focando na relação entre o espírito e a igreja, seus ofícios e ministérios. Por fim, faz uma reflexão sobre a ação do Espírito na Trindade. Apresenta excelentes reflexões sobre a atuação do Espírito não somente nos fiéis e na igreja, mas de como é possível ampliar essa atuação para a sociedade contemporânea.

Böhnke (2020) trabalha a pneumatologia prática, estudando sobre a ideia do Espírito de *Yahweh*, sua importância e experiência. Após uma análise da ação do

Espírito em diferentes abordagens, é feita uma exposição de sua ação eclesiológica, escatológica e trinitária.

Boff (2014; 2013) articula questões relacionadas a um novo pensar em relação a Deus, relacionando-o à santidade, analisando seu campo de atuação, dentro da igreja e na vida, mostrando o que seria uma espiritualidade segundo o Espírito. Debate também em seus textos a relação do Espírito junto à Trindade e seu papel na sociedade contemporânea, como doador da vida, efetivador da libertação e possíveis ação na comunidade.

O Espírito na tradição judaico-cristão é pensado por Berkenbrock (2021). Este autor ainda faz uma reflexão profunda sobre a questão de quem é o espírito de *Yahweh* e qual o seu papel na vida do crente. Apresenta algumas constatações e problemáticas com relação a pneumatologia contemporânea, tais como o esquecimento e a redescoberta teológica e prática do Espírito, mostrando a sua importância na subjetividade humana. Faz um apanhado histórico da ação do Espírito desde o ministério de Jesus Cristo, passando por Atos dos Apóstolos, na prática missionária da Igreja Primitiva, nas viagens e ensinamentos pastorais do Apóstolo Paulo, na Igreja Antiga e Medieval, a Reforma e chegando até os dias atuais, no Concílio do Vaticano II. Sua obra é interessante no sentido que faz uma profunda reflexão sobre a experiência prática do Espírito de Deus-em-nós (como o próprio autor salienta), mostrando que toda a Terra e seres vivos estão sob a ação de Deus, como portador e mantenedor da vida. Também da mesma forma, sua ação é refletida em todo o Universo, nos seres humanos e nas comunidades.

A revelação do espírito de *Yahweh* se dá não somente no Novo Testamento, como comumente é mencionada, mas já no Antigo Testamento sua ação é perceptível desde o livro de Gênesis. Entretanto é no Novo Testamento que a experiência como Espírito ganha dimensões públicas e maiores, principalmente em virtude da promessa de Jesus Cristo de envio do *Paráclito* (Lc 1,35; Jo 2,29; Jo 20,22) e do derreamento do Espírito ocorrido no dia de Pentecostes (At 1,1-2, 8; 2,1-13). Congar (2005) reflete em sua obra sobre estas questões e sobre o pensamento teológico sobre a ação do Espírito, bem como a sua atuação ao longo da história, perpassando a Idade Média e chegando aos dias atuais. Também reflete sobre a pneumatologia na história do protestantismo e no catolicismo e o que ficou definido sobre a questão pneumatológica no Concílio do Vaticano II.

Hildebrandt (2008) realiza a análise da atuação do espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento para compreensão do Novo Testamento, visando a expectativa de ampliação dos ensinamentos veterotestamentários para o futuro. Segundo este autor, é justamente o espírito de *Yahweh* que une o Antigo ao Novo Testamento, e por isso a importância do aprofundamento nas questões que envolvem a pneumatologia. Faz uma ampla reflexão sobre a semântica de *ruah* no cânon hebraico, sua atuação na criação, no povo e na liderança de Israel no sentido da libertação, nos profetas e nas profecias. Especificamente com relação ao texto da perícopa, relata a ação do Espírito na liderança do messias, apresentando sua dotação carismática pela ação da *ruah*, qualificando-o para as suas tarefas reais. Cita que este messias terá a atribuição de manter a justiça e a virtude na terra, mediando a bênção para o seu povo, e ressalta que a passagem aponta para um governo ideal do justo. Faz ainda uma reflexão conjunta com Isaías 9,1-6. O Espírito assim capacita o messias para um governo justo.

O repouso do espírito de *Yahweh* sobre o messias e a propagação universal do direito, da misericórdia e do conhecimento é estudado por Welker (2010). Há um exame da pessoa pública do Espírito e sua ação na criação e nas relações humanas a fim de gerar justiça e paz. O autor procura responder se é possível uma ação experimental do Espírito no mundo atual, na sociedade pós-moderna. Fala ainda sobre a vida pública de Jesus Cristo e como o Espírito traz a concretude de sua presença para o povo de Deus, e como sua ação ainda atualmente é de libertação, ao perdão, à caridade, à iluminação e outras percepções atribuídas à sua presença, tanto individualmente como coletivamente.

Estes e outros materiais se fizeram imprescindíveis nas leituras e reflexões quanto a questão da ação do espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento, bem como sua ação pública no exercício da justiça e do direito na sociedade, trazendo as experiências e ensinamentos da perícopa para a aplicação prática e pneumatológica para os dias atuais.

2.2 CONTEXTOS HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO LIVRO DE PROTO-ISAÍAS

O profeta é antes de qualquer coisa um homem da história, realista, que através da sua leitura da realidade, constata e denuncia as distorções que existem,

responsabilizando as pessoas ou instituições culpadas a fim de que restabeleçam a justiça e o direito conforme o projeto da Aliança.

Isaías de Jerusalém prefigura no escopo profético como uma voz de esperança e justiça social. Suas palavras são por vezes de esperança para um povo desolado em meio a tantos infortúnios. Inicialmente a monarquia suscita esperança do povo, entretanto por inúmeros fatores, tal esperança é abalada no decorrer do tempo. Prefigura no texto a figura de um rei ideal, fiel, um novo Davi (idealizado), libertador do seu povo e que iria realizar a Aliança, através de um idealismo davídico.

Neste primeiro momento, procura-se aprofundar o conhecimento com relação ao profeta Isaías de Jerusalém, sua vida e principais características da sua obra, assim como o momento histórico pelo qual Judá e Israel estavam passando, a expansão do Império Assírio, a Guerra Siro-efraimita, visando compreender com maior profundidade os diversos contextos relacionados a perícopes de Isaías 11,1-9 dentro do período histórico da sociedade israelita e judaíta do Século VIII a. C.

Tal aprofundamento se faz relevante, visto que os oráculos deste relevante profeta falaram num momento histórico específico, entretanto ainda ecoam além do seu tempo e chegam até os dias atuais falando profundamente, não somente ao homem na sua individualidade, mas também para toda a sociedade, principalmente no que diz respeito aos princípios e valores éticos a serem vivenciados em sociedade.

2.2.1 Isaías de Jerusalém

Chamado de “o profeta evangélico” ou “o profeta messiânico”, Isaías significa “Yahweh é salvação” ou “Yahweh salvou” (*Yesha'yahu* - יְשַׁעְיָהוּ). Era natural de Jerusalém, porém pouco se sabe sobre sua vida pessoal. Era filho de Amós (não o profeta), nasceu provavelmente em 760 a.C. durante o reinado do rei Ozias (Azarias), entre 781-740 a.C. Isaías era sobrinho do rei Amasias (2 Rs 14,1-22) e pertencia à casa real de Judá. Tinha cerca de vinte anos quando foi chamado para o ministério profético (Is 6,1), quando teve uma visão no templo de Jerusalém, quando Deus lhe apareceu cercado de serafins que proclamavam a santidade divina. Ele, cheio de temor e tremor, sentiu-se indigno diante da soberania e santidade de Deus.

No ano em que faleceu o rei Ozias, vi o Senhor sentado sobre um trono alto e elevado. A cauda da sua veste enchia o santuário. Acima dele, em pé, estavam serafins, cada um com seis asas: com duas cobriam a face, com

duas cobriam os pés e com duas voavam. Eles clamavam uns para os outros e diziam: “Santo, santo, santo é Yahweh dos Exércitos, a sua glória enche toda a terra”. À voz dos seus clamores os gonzos das portas oscilavam enquanto o Templo se enchia de fumaça. Então disse eu: “Ai de mim, estou perdido! Com efeito, sou homem de lábios impuros, e vivo no meio de um povo de lábios impuros. E meus olhos viram o Rei, Yahweh dos Exércitos”. Nisto, um dos serafins voou para junto de mim, trazendo na mão uma brasa que havia tirado do altar com um tenaz. Com ela tocou-me os lábios e disse: “Vê, isto te tocou os lábios, tua iniquidade está removida, teu pecado está perdoado.” Em seguida ouvi a voz do Senhor que dizia: “Quem hei de enviar? Quem irá por nós?”, ao que respondi: “Eis-me aqui, envia-me a mim”. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Isaías 6,1-8, p. 1.263).

Sua missão profética: anunciar a ruína de Israel e Judá por conta das infidelidades do povo. Esse momento é de difícil datação, mas possivelmente se deu entre 745-735 a.C. Após este episódio, purificado de seus pecados, abre-se diante dele um novo mundo. Prontamente responde ao chamado – profetizar ao “remanescente de Israel”, o que indica redação pós-exílio. Esse momento foi singular e marcado por quatro pontos: a certeza da santidade de Deus, a consciência do seu pecado e do pecado da nação, a perspectiva do castigo e a esperança da salvação divina. Tais elementos são importantes pois, juntamente com a teologia de Sião, marcarão as mensagens de Isaías.

De acordo com Roberts (2015, p. 1), o ministério de Isaías de Jerusalém foi da morte de Uzias até pelo menos 701 a.C. (38 anos) ou talvez até 686 a.C. (52 anos). Em ambos os casos, o profeta foi bastante ativo. De qualquer forma, o ministério profético de Isaías se desenvolveu todo a partir da cidade de Jerusalém e, diferentemente de outros profetas campestres, ele viveu na capital, em meio à fervente aristocracia judaíta. Seus escritos demonstram isso principalmente pelo nível cultural que dificilmente ele teria obtido fora da cidade de Jerusalém, e que também influenciará e embasará suas mensagens: a eleição divina da cidade de Jerusalém e legitimação da dinastia davídica. Tais características marcarão profundamente as mensagens do profeta (Schokel e Díaz, 1991, p. 12-13, Von Rad, 2006, p. 576-594).

O profeta era casado, porém as Escrituras não mencionam o nome de sua esposa, apenas que também era considerada profetisa (Is. 8,3). Teve pelo menos dois filhos e, como era comum na época, seus filhos tinham nomes sugestivos de situações que o próprio profeta e o povo de Deus estavam passando. Assim como Oséias, os filhos de Isaías tinham nomes simbólicos:

- *Searyashub* – que significa “um resto voltará”, indicando o grupo de judeus que permaneceu fiel e que seria a semente de um novo povo conforme Isaías 7,3;

- *Maheer Shalal Haz Baz* – “pronto ao saque, rápido nos despojos”, simbolizando a queda de Jerusalém, indicada em Isaías 8,3.

Sua missão foi desempenhada durante os reinados de Joatão ou Jotão (750-735 a.C.), Acaz (735-715 a.C.) e Ezequias (715-687 a.C.). Foi um tempo de profunda infidelidade religiosa, em que o luxo e a riqueza eram abundantes, porém os abusos sociais eram escrachados diante de todos, e poder e riquezas eram acumulados pelos governantes que, ao invés de cuidarem do povo e zelarem pelo Projeto da Aliança, buscavam somente o acúmulo de bens e manutenção do poder.

Segundo Rosa (2023), o povo, e mais particularmente as lideranças, recusavam-se a ouvir as mensagens proféticas. Reis como Osias e Joatão haviam conseguido uma imensa prosperidade à custa de abusos e explorações dos mais pobres, quebrando a Aliança mosaica. O profeta atacava veementemente tais luxos, e mostrava através de seus oráculos a falsa esperança que o poder e o luxo transmitiam.

Isaías não teve receio em fazer duras críticas à classe dominante de Judá: reis, juízes, sacerdotes, elite agrária. Exerceu seu ministério durante quarenta anos num período conturbado da história israelita e judaíta, sob ameaça impiedosa da Assíria. Suas mensagens interferiram várias vezes diretamente na política de seu tempo e, como aristocrata, suas mensagens chegaram a lugares e pessoas que outros profetas não tinham acesso (Fonsatti, 2022, p. 50).

O profeta foi testemunha da queda do reino de Damasco (732 a.C.), da conquista da região pelos reis assírios Teglath-Falasar III (745-727 a.C.), Salmanassar V (726-722 a.C.), Sargon II (721-705 a.C.) e Senaquerib (705-681 a.C.), e finalmente da queda do Reino de Israel em 722 a.C.

Conforme Fonsatti (2022, p. 51), a atividade de Isaías pode ser dividida em:

- De 740 a 736 a.C.: o profeta denunciou as injustiças sociais cometidas pelas classes dirigentes de Judá. Denunciou o formalismo religioso e a anarquia no país e anunciou a ameaça do poderio da Assíria. Seus oráculos continuam as denúncias de Amós e Oseias.
- De 735 a 733 a.C.: durante a guerra siro-efraimita, o profeta procurou dissuadir o Rei Acaz de pedir auxílio militar à Assíria. Diante da renúncia de Acaz, Isaías anunciou a ruína de Judá. Então o profeta ficou em silêncio durante quinze anos esperando a realização de suas profecias.
- De 716 a 711 a.C.: Isaías denunciou a cega política independentista de Ezequias e sua aliança com o Egito. Essa política errada teve como consequência a invasão de Judá por Sargon II em 711 a.C. Ezequias evitou o pior pagando pesados tributos para a Assíria.

- De 705 a 701 a.C.: o Rei Ezequias fez nova tentativa de independência do domínio da Assíria. Disso resultou a invasão de Judá pelo exército assírio que sitiou Jerusalém. A cidade foi salva milagrosamente (2 Rs 19,35s.; Is 36-37). (Fonsatti, 2022, p. 51).

Sua morte ocorreu possivelmente após 701 a.C. Há uma lenda antiga judaica, descrita no Talmude, indica que o profeta teria morrido martirizado, cortado ao meio com uma serra, sob o governo de Manassés (filho de Ezequias) que levou Judá à ruína moral e social (Rosa, 2023, p. 92). Como contemporâneo de Miquéias, muitas de suas mensagens possuem paralelos no texto do profeta, porém, segundo Maillot e Levièvre (1976, p.14), não é possível afirmar que se conheceram, pois não há referência a isso em nenhum dos livros. O que há realmente são semelhanças nos seus escritos literários. Seus discursos foram em maior parte direcionados a Jerusalém.

Em resumo, pode-se notar em Isaías de Jerusalém um homem de caráter decidido, que buscou cumprir sua vocação. Uma personalidade aristocrática, suas mensagens são dirigidas aos grupos dominantes – autoridades, políticos, latifundiários, juízes. Nota-se em alguns momentos muita ironia em suas palavras, como quando se dirige às mulheres da aristocracia de Jerusalém (Is 3,16-24). Toma posição em favor do pobre, do oprimido, dos órfãos, do povo que estava esquecido ou extraviado pelo sistema dominante na sua época (Is 1,17; 3,12-15) (Ceresko, 1996, p. 204-206).

Uma coisa é certa, conhecer a realmente a mensagem deste profeta significa entender mais profundamente o contexto histórico e social, as características da sociedade para quem ele proferiu seus oráculos (Zabatiero, 1996, p. 14).

2.2.2 O profeta como intérprete e testemunha da história

O século VIII a.C. foi um tempo de efervescência profética em Israel. Um novo tempo profético, em que situações novas emergem da história. Eventos internos e externos marcaram o período e, pela primeira vez após a saída do Egito, os israelitas voltaram a ser ameaçados de tornarem-se escravos de outros povos. Mais do que no passado, a escravidão ameaçava o seu futuro e dos seus filhos. O presente do povo era analisado no contexto da participação e salvação de Yahweh no passado, sua presença no seu presente, e seu propósito final para o futuro da nação. O profetismo

que se iniciava previa a descontinuidade do *status quo* da nação como “livre”, através da ameaça dos reinos externos e do caos interno.

Os movimentos proféticos não eram uma exclusividade de Israel. Em algumas nações vizinhas o profeta era o equivalente ao adivinho, dos quais muitos objetivavam dar percepções advindas de êxtases e adivinhações sobre os acontecimentos. Tais práticas foram proibidas para os israelitas (Nm 23,23; Dt 18,9-14). Deuteronômio 18,15-22 dá os regulamentos para as profecias. Mais do que falar sobre o futuro, os profetas pregavam contra injustiças, pobreza e opressão social, alertando tanto lideranças quanto o povo sobre catástrofes iminentes. O movimento profético israelita surgiu num tempo de relativa riqueza, por volta da metade do século VIII a.C. e foi ativo por aproximadamente dois séculos e desapareceu lentamente, substituído por outras formas de atividade.

Segundo Carrol (1979, p. 8-10), o maior movimento profético ocorreu a partir da crise dos filisteus (1 Sm 1-7), e se deu principalmente associado às monarquias após a divisão da nação, em Israel ao Norte e Judá ao Sul (1 Sm 15, 16; 1 Rs 11,26-40; 17), como uma resposta às várias crises políticas, religiosas e sociais pelas quais a nação passou. Observa-se nas mensagens de Amós uma crítica incisiva contra a corrupção e a opressão. Tal indignação era compartilhada também por Isaías e Miquéias e posteriormente, também por Jeremias e Ezequiel. Apesar de uma longa prosperidade de Judá e Israel, a lacuna social e econômica ficou cada vez mais evidente dentro dos grupos sociais que compunham a sociedade da época. A crescente ameaça do poder assírio, junto com seu poder destrutivo, deu aos profetas oportunidade de alçar sua voz em críticas atroztes contra a sociedade e o sistema vigente. Acusavam as comunidades e principalmente suas lideranças, de não viverem de acordo com as leis de Deus que estabeleciam a justiça (*mishpat*) em um momento de tão grande crise externa, o que os tornava culpados de sua própria destruição.

E é justamente a partir de Amós que os profetas começaram a deixar suas obras por escrito. Essa necessidade se fez premente devido à difusão da escrita e à preciosidade das suas palavras, que não poderiam assim ser esquecidas, afinal, quando acontecesse o que estavam falando, ninguém poderia dizer que não tinham avisado. Estes profetas tiveram que reinterpretar o significado do javismo do tempo que lhes era presente em termos do fracasso dos valores da nação, seu afastamento e desconformidade com o desejo de Yahweh, mas também foram forçados a lidar com a esmagadora ameaça de um futuro ameaçador e trágico da Assíria e, posteriormente,

da Babilônia. A nação tinha se tornado injusta e incrédula, e por conta disto seriam entregues nas mãos dos seus inimigos. (Napier, 1981, p. 169-170; Amsler *et al.*, 1982, p. 311-312).

Em um curto espaço de tempo tem-se dentro desta configuração histórica quatro grandes profetas e profecias: Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. Os quatro abordaram aspectos sociais, religiosos e políticos dentro dos contextos histórico-sociais que viviam, cada um na sua particularidade. Isaías, como vivia na capital Jerusalém, tinha profecias um pouco diferenciadas dos demais, até mesmo por conta do seu contexto citadino. Falou sobre a questão dos pobres e oprimidos, as também falou muito sobre a corrupção presente na aristocracia.

Após 587 a.C. há prevalência da ótica do campo nas profecias, isto devido às injustiças e explorações que o povo simples, pobres agricultores, estavam sofrendo por conta dos líderes da nação. Segundo Schwantes (1987, p. 53), a literatura que domina o período é a judaíta e há esperança por um novo Davi, um descendente do rei Davi que viria como novo salvador libertar a nação. Apesar de uma aparente prosperidade, o Reino dividido de Israel (ao norte) sucumbiu sob o domínio Assírio, e o reino de Judá (ao sul) estava também sob constante ameaça de invasões. Uma época de profundas mudanças sociais e econômicas na região da Palestina (Alexander; Alexander, 2010, p. 498-499; Pearlman, 1992, p. 162-163; Freedman, 1992, p. 4910).

Os reis de Israel e de Judá estavam sob pressão para fornecer segurança tanto para seus reinos, quanto para si mesmos. Tinham pressões internas econômicas e nacionais a fim de livrarem suas nações de pesados tributos exigidos pelos assírios, além de que em Judá a pressão também era religiosa, devido à reforma religiosa de Ezequias.

A economia da época era agrícola, porém o povo da cidade era aparentemente insensível aos problemas do povo no campo e aos revezes que estavam ocorrendo, tais como a tomada de terras, casas e bens devido a pesados impostos. Havia exploração do homem simples sem pagamento, assim como também falam os profetas Jeremias e Miquéias em suas mensagens (Jr 22,13; Mq 3,10). (Schwantes, 1987, p. 53; Freedman, 1992, p. 5980-5983).

2.2.3 Expansão do Império Assírio

O fato histórico e político mais marcante deste período da metade do século VIII a.C. foi justamente a rápida expansão do domínio Assírio. Vários fatos e mensagens proféticas tem como pano de fundo justamente a ambição agressiva da Assíria. Foi sem dúvida, um tempo de muito medo e incertezas para os povos da região da Palestina. A presença assíria desestruturou as relações de poder de toda a região a partir da metade do séc. VIII a.C.

Teglatfalasar III, rei da Assíria (745-727 a.C.), foi o primeiro de uma série ininterrupta de grandes generais no trono assírio, o que trouxe na época o auge do poder como consequência no chamado Império Neo-Assírio (Napier, 1981, p. 169-170), e criou no antigo oriente pela primeira vez um grande poderio político-militar. Teglatfalasar III foi um grande administrador e líder militar, que revolucionou a arte da guerra, modernizando seu exército e inovou em diversas técnicas de guerra da época - carros de combate mais resistentes, mais cavalos que permitiam mais rapidez nos ataques, cavaleiros com couraças, infantaria com botas. Estas e outras ações militares fizeram de Taglatfalasar III o maior general a partir do ano de 745 a.C. e o Império Assírio a potência dominante na região. Em aproximadamente dez anos toda a região norte do mundo oriental já estava sob o poderio Assírio.

Sem dúvida alguma era um exército profissional para a época, composto por pessoas tanto do próprio país quanto dos países dominados, conhecido não somente pela sua coragem, mas principalmente pela sua crueldade e violência. Técnicas como empalamento, esquartejamento, esfolamento, entre outras, eram utilizadas com frequência contra os inimigos e causavam pânico e terror. Suas carruagens, cavalos e aríetes sitiavam as cidades que iam conquistar, seus soldados avançavam destemidamente fazendo grande barulho com suas botas, como cita Isaías: “que pisam com estrépito”.

De acordo com Schokel e Díaz (1991, p. 91), além de todo poderio militar, o general assírio também estabeleceu novas técnicas para submissão dos povos conquistados:

1^o - Em primeiro lugar, realizava a ocupação com grande demonstração de força, o rei local era confirmado no trono, porém como vassalo, ficava pagando tributos ao imperador;

2º - Numa segunda etapa, em situações de rebelião do povo conquistado, o rei vassalo era substituído e tributos mais pesados eram impostos;

3º - Numa terceira etapa da conquista, havia a perda total da autonomia da nação conquistada, o povo local era deportado para outras regiões do império e pessoas de outras províncias eram trazidas para habitarem no local, e a nação tornava-se uma província assíria.

Essa última ação tinha por objetivo quebrar a unidade da raça original e dismantelar possíveis rebeliões. O Reino do Norte foi vítima deste processo e caiu sob domínio Assírio em 720 a.C. (Terceira etapa da ocupação). Durante seu reinado, Taglatfalasar III estendeu seu domínio até Urartu, a Babilônia e a zona Síria-Palestina e é exatamente nesta última campanha que o levaram a intervir na guerra siro-efraimita. A partir deste momento (734 a.C.) Judá começou a ficar submetido à Assíria na primeira etapa de ocupação, em processo de vassalagem (Schokel; Díaz, 1991, p. 91; Silva, 2016, p. 18).

2.2.4 A guerra siro-efraimita (735-734 a.C.)

Judá estava em relativa paz no reinado de Ozias, porém pouco a pouco essa paz foi sendo ameaçada com o início da expansão do Império Assírio. Teglatfalasar III subiu ao trono Assírio justamente na época do rei Ozias (ou Asarias) (781-740 a.C.), pai de Joatão. Foi neste período que o conflito denominado “guerra siro-efraimita” iniciou, quando a Síria e Efraim (Israel do Norte) juntaram forças contra Judá (2 Rs 15,37), para forçar Judá a entrar na coalizão contra o domínio assírio. (Koch, 1993, p. 120-125).

Este império começou a tributar o reino do Norte e as cidades-estados da Síria (primeira etapa da vassalagem). Rasim, de Damasco (rei da Síria), e de Faceia⁴, de Samaria (rei de Israel do Norte) fizeram uma aliança para tentarem parar o avanço da Assíria de pagar impostos, e através de ameaças, tentaram incluir Acaz, rei de Judá, na trama.

Acaz não aceitou a proposta e os dois reis, da Síria e de Israel, invadiram Judá (2 Rs 16,5) buscando não somente obrigá-lo a se aliar a eles, mas também a

⁴ Faceia, também conhecido como *Pekach* ou *Peca*, reinava sobre Israel (Reino do Norte) desde sua capital, Samaria - 737-732 a.C. (Nakanose; Pedro, 1999, p. 39).

expansão territorial e o domínio político da região. Acaz, rei de Judá, solicitou então ajuda ao imperador Assírio, que foi em seu socorro, conquistou Damasco, e parte do território de Israel, porém em troca da ajuda militar, Judá tornou-se país vassalo e passou a pagar tributos ao império (2 Rs 16,1-18) (Schokel; Díaz, 1991, p. 92).

Damasco e muitas cidades dos dois reinos foram destruídas. Israel passou então para a segunda etapa da vassalagem assíria. Paralelamente, Judá também sofria com a invasão dos edomitas na região de Elat⁵, expulsando os moradores judaítas da região. É dentro deste contexto que aparecem os profetas Oséias no Norte e Isaías e Miquéias no Sul. (Nakanose; Pedro, 1999, p. 39; Ceresko, 1996, p. 204-206).

Em Oséias percebe-se o caos social provocado pela guerra siro-efraimita e pela ação da Assíria com suas invasões, deportações dos moradores e pesados tributos (Os 5,8-15). Nas mensagens deste profeta também transparecem a confusão provocada pelos cultos ritualísticos de fertilidade que transformava Yahweh num Baal (Os 4,12-14; 8,4-7). Já ao Sul, em Judá, Isaías e Miquéias transparecem a dureza da opressão e da falta de justiça que estavam assolando todo o povo (Mq 2,1-2; 7,2-3), devido principalmente aos altos tributos que eram cobrados da população mais pobre, principalmente formados por camponeses. A classe dominante estava corrompida, não mostravam escrúpulos ou arrependimento do que estavam fazendo. Para sobreviver, não só atuavam com injustiças para com os mais necessitados, como também se envolviam nos rituais e cultos assírios para sobreviver (Is 3,1-24; 5,1-8; 10,1-2, etc.). Em 2 Reis 16,3-4 deve-se notar que para obter a vitória na guerra siro-efraimita, segundo a narrativa bíblica, o rei Acaz foi capaz de sacrificar seu próprio filho ao deus Moloque (Nakanose; Pedro, 1999, p. 39; Bright, 2018, p. 328-337).

2.2.5 O avanço da Assíria e a invasão do Reino de Israel do Norte

Após a morte de Teglatfalasar III, subiu ao trono assírio Salmanasar V (727-722 a.C.), que enfrentou diversas revoltas no império. Judá não se envolveu nestes conflitos, porém Israel continuou sua política anti-Assíria, e em 722 a.C. Samaria caiu sob domínio assírio, após 3 anos de cerco, e 27.000 habitantes foram deportados. O

⁵ Elat era um ponto comercial estratégico para Judá e perder essa região significava perder um importante rota comercial para a nação. (Nakanose; Pedro, 1999, p. 39).

reino do norte de Israel foi dividido em províncias assírias (Meggido - Galileia, Dor - planícies costeiras, Gileade). Os israelitas se estabeleceram em um lugar perto de Harã (2 Rs 18:11). A cidade de Samaria tornou-se capital da província Samerina do Império Assírio. No local vieram habitar pessoas de vários países do império, conforme o costume das deportações (2 Rs 17,1). Os assírios realocaram tribos da Babilônia, Cuthah (perto da Babilônia), Hamate e Avva (Elamitas) para a Samaria. Este grupo formou o núcleo do que se tornaria os samaritanos. Os judeus vieram odiar e rejeitar os samaritanos como pagãos, apesar de terem assimilado uma forma de adoração a Yahweh (Zabatiero, 1996, p. 14-15).

Enquanto Israel caiu sob domínio assírio, em Judá, Ezequias, filho de Acáz, assumiu o trono com seu pai ainda vivo. Ezequias não se envolveu em revoltas, e conduziu a nação a uma reforma religiosa eliminando cultos pagãos e, com o apoio do Egito e da Babilônia, aproveitou o enfraquecimento da Assíria para buscar sua libertação (Silva, 2016, p. 18; Lowery, 2004, p 211-247).

Com a morte do imperador assírio Salmanasar V, subiu ao trono Sargão II (720-704 a.C.), que buscou fortalecer o império. Durante o período de Sargão, Judá apresentou relativa paz, porém após a sua morte, seu filho Senaqueribe assumiu o império e teve que lidar com rebeliões em todo o império assírio.

Ezequias preparou-se para a resposta assíria fortificando muralhas e defesas de Jerusalém (2 Cr 32,5;28-30; Is 22,8-11), obstruiu as fontes de água doce a fim de negar a água o exército assírio (2 Cr 32,4;30), construiu o túnel de Siloé para trazer o suprimento de água da nascente de Gion nas muralhas para a cidade de Jerusalém (2 Rs 20,20; 2 Cr 32,3-4, 30).

Assim, Ezequias aparentemente foi bem-sucedido em preparar Jerusalém para o cerco que se aproximava, porém no final de diversas investidas, Senaqueribe tomou praticamente todo o interior de Judá, capturou e sitiou Jerusalém e encarcerou Ezequias na cidade (2 Rs 18,13). Estas ações estavam conduzindo Judá ao terceiro estágio da dominação, que só não foi completado em função de problemas internos no reino da Assíria: devido a ameaças, Senaqueribe teve que ir para Nínive para garantir seu trono, o que garantiu que Judá ficasse por mais tempo no estágio dois de dominação, porém com pesados tributos (2 Rs 18,14). (Silva, 2016, p. 18; Bright, 2018, p. 338-349).

Ezequias morreu em 698 a.C. e Manassés, seu filho, assumiu o trono em Judá e reinou durante cinquenta anos (2 Rs 21,1), liderando um tempo de escuridão para

Judá, tanto político quanto religioso. As cidades entregues aos filisteus durante o reino de Ezequias foram recuperadas, possivelmente como recompensa assíria à fidelidade de Manassés ao império (2 Rs 18-21). (Schokel; Díaz, 1991, p. 92; Maillot, Lelièvre, 1980, p. 16-21).

2.2.6 Contexto socioeconômico da sociedade israelita e judaíta do século VIII a.C.

Os reinos de Israel e Judá passaram por tempos de extrema pobreza, mas saíram desse contexto para um poderio econômico alavancado pelo desenvolvimento da agricultura e da “indústria”, mas esse desenvolvimento só foi possível graças aos mais pobres da população. Assim, mesmo vivendo tempos de prosperidade econômica, havia em Israel e Judá um grande abismo social, a tal ponto que Amós divide a população em dois grandes grupos: oprimidos e opressores (Am 3,9-12).

A nação passou ao longo dos anos de sua formação de uma situação nômade, para predominantemente agrícola e, posteriormente, para um país que ficou ao mesmo tempo agrícola e comercial. As cidades desenvolveram-se e as desigualdades sociais entre as classes aumentaram significativamente com essa transformação social, o que impactou as relações econômicas, comerciais e sociais dentro do próprio país. As estruturas de poder foram se alterando com o passar dos anos. No período profético do VIII a.C. havia claramente uma divisão social: uma população mais abastada, composta pelos monarcas, pessoas da administração, religiosos, militares, comerciantes, artesãos mais especializados e grandes proprietários de terras (latifundiários), que se beneficiavam das estruturas de poder existentes. No outro extremo, uma população mais pobre, composta principalmente por pequenos agricultores, pastores, pequenos artesãos, escravos, trabalhadores não qualificados. Muitos pequenos agricultores perderam suas terras para a nova elite e muitas decisões judiciais injustas foram tomadas nos portões das cidades.

Com o passar dos séculos, a disparidade entre as classes ficou evidente. Os pobres não só tiveram de continuar a pagar pela estrutura que Salomão havia criado, mas eles tiveram que apoiar as guerras quase constantes entre os reinos de Israel e Judá e com seus vizinhos. Por volta do oitavo século a.C., a época dos profetas Amós, Miquéias e Isaías, as diferenças entre as classes eram enormes. A arqueologia comprovou a diferença. Escavações em Tirza, uma antiga capital do Reino do Norte, mostram casas uniformes no século X, período de Salomão. No século VIII algumas casas eram mansões e outras eram casebres. As casas caras ficavam na parte Oeste da cidade, separadas

do resto por um muro. As brisas ocidentais os refrescavam enquanto seus odores sopravam em direção ao bairro pobre. Disparidade semelhante também foi revelada em Siquém. Em Samaria, a capital do Norte no século VIII, as luxuosas casas dos ricos, decoradas com marfim importado, foram descobertas. Assim, a arqueologia mostra a divisão de classes de Israel. Esta é, então, a maneira pela qual a estrutura de classes de Israel se desenvolveu e o cenário dos seus apelos por justiça social (Malchow, 1996, p. 12).

Porém, o que estava acontecendo? A justiça tinha sido defraudada justamente por quem deveria ser o representante dela. Ações injustas eram tomadas, o pobre e fraco era roubado em seus direitos nos tribunais por juízes parciais ou corruptos, que eram pagos pelos mais ricos. Poucos privilegiados estavam prosperando, porém, a maioria do povo estava em extrema pobreza. Por outro lado, havia também as ameaças externas da Assíria, que buscava tanto nos impostos dos povos conquistados quanto nos saques realizados pelo seu exército. Israel e Judá tiveram anos de prosperidade durante o reinado de Jeroboão II (Israel) e Uzias (Judá), no início do século VIII a.C., principalmente devido à possibilidade de controlar as rotas comerciais e a sua independência dos impérios estrangeiros. Mas, como já foi relatado, o Império Assírio começou a lutar também pelo controle dessas rotas, desestabilizando a economia e a política da região (Zabatiero, 1996, p. 12).

Devido aos frequentes assédios dos assírios, a condição de Judá e Israel começou a mudar. A vida econômica, tanto no campo quanto na cidade também foi afetada pelos constantes conflitos. A intimidação política e militar e o perigo iminente dos assírios levaram o reino de Israel ao colapso, que por fim resultou no seu desmantelamento e expropriação. Judá sofreu com a ofensiva dos agressivos assírios liderados por Senaqueribe (701 a.C.). (Maillot, Lelièvre, 1980, p. 16-21; Zabatiero, 1996, p. 13-18). Os tributos assírios davam grandes desfalques na economia, o que aumentava a desigualdade social, pois os pobres eram vítimas de extorsões autorizadas não somente pelos governantes, mas vergonhosamente pelos religiosos, pois a religião autorizada do templo em Jerusalém parecia não ter coragem de enfrentar as injustiças que estavam sendo cometidas abertamente.

Valores importantes da aliança, como o amor, a misericórdia, a justiça, foram substituídos pelo materialismo e corrupção, justificado através de uma adoração e cultos externos, ritos solenes que nada tinham de espirituais. A terra, que deveria ser de todos, agora era uma mercadoria negociada em troca de vidas humanas. (Mq 2,1-5). O pobre, que necessitava da terra para seu sustento e sobrevivência, estava sem voz, sem vez, devido a corrupção e insensatez dos seus governantes. Pobreza e

angústia assolaram a nação. O dinheiro virou o deus dos poderosos. Uma sociedade corrompida, que escravizava seus filhos, roubava e abusava do povo de Yahweh. Práticas como o amor e a justiça foram esquecidas. Ética e integridade foram deixadas de lado. Israel e Judá afastaram-se decisivamente da fidelidade para com a aliança divina.

O território de Judá foi reduzido e a área em torno de Jerusalém foi saqueada sucessivamente. Israel, que era um parceiro comercial, fora subjugado. O porto ao sul de Ezion-Geber no Golfo de Aqaba tinha sido atacado pelos filisteus. Todos esses fatores associados resultaram na perda de mercadorias, diminuição do comércio e do ganho interno do país. Aliado a isto a imposição do pagamento à Assíria do pesado tributo. A tensão era entre ricos e pobres aumentava e os proprietários de terras se aproveitavam para ficar mais ricos explorando e tirando dos mais pobres suas possessões (Mq 2,1.9) apoiados pelos juízes corruptos que não julgavam com justiça, mas sim a favor dos mais ricos e poderosos (Mq 3,1-4; 9-11) (Houston, 2007; Lowery, 2004, p 211-247).

Os profetas pré-exílicos, dentro deste contexto socioeconômico, condenam as muitas injustiças sociais que eram cometidas e oferecem através de seus oráculos, esperanças de justiças sociais não realizadas. Suas palavras confrontam os opressores, colocando-se do lado dos oprimidos, dos pobres e desvalidos da sociedade, desmascarando hipocrisias e mentiras. A ideia de que passam é de que haverá sempre uma recompensa para aqueles que buscam a justiça, porém para os opressores e injustos caberá a condenação por Yahweh. Isaías condena peremptoriamente as injustiças do seu tempo, busca através de suas palavras e críticas sociais uma sociedade mais justa e o encorajamento à busca da dignidade humana, conduzindo o povo a esperança para não desanimarem frente a tantos revezes e tristezas (Seubert, 1992, p. 51-56; Ska, 2018, p. 70-71).

Em síntese, neste capítulo pode-se observar aspectos introdutórios sobre a perícope, o estado da questão, os principais autores que trabalharam ou trabalham o livro de Proto-Isaías. Analisou-se alguns panos de fundo importantes na contextualização do texto.

Isaías prefigura como um dos profetas expoentes do Antigo Testamento. Contemporâneo de Miquéias e Amós, viveu e profetizou a partir do reino de Judá (Israel). Era membro da corte em Jerusalém durante o período pré-exílico. Em suas mensagens, buscou alertar principalmente o rei e demais autoridades sobre os juízos

que viriam caso não houvesse verdadeiras mudanças na sua postura em relação a Deus e aos vulneráveis da sociedade. Mas assim como os demais profetas, suas palavras por vezes não passavam de cânticos e não eram ouvidas pelos poderosos. Chegou a andar nu e descalço em Jerusalém por três anos (Is 20,1; 712 a. C.) a fim de alertar Ezequias para não confiar no rei egípcio, pois seu país, o Egito, e Cuxe, seriam levados cativos⁶.

Assim como os demais profetas seus contemporâneos, Isaías afirma em suas mensagens a volta a fé e dos princípios da Aliança como prerrogativa para a libertação (Is 7, 9; 38, 1,-8; Mq 3,9-12), e sobre a vinda de julgamento sobre Judá (Is 22,29)⁷. No estado da questão apresentado neste capítulo, buscou-se pesquisar os estudiosos mais relevantes sobre o tema, utilizando os descritores citados anteriormente e, de uma forma geral, selecionando aqueles que seriam mais relevantes para o tema da pesquisa.

2.2.7 Contexto e Estrutura Literária de Isaías 11,1-9

Para compreender a perícope de Isaías 11,1-9, se faz mister entender, além do período histórico e social, as divisões que compõe a obra isaiana. Estudos semânticos e lexicais mais aprofundados mostram que há diferenças significativas em todo o texto atribuído ao profeta Isaías.

Da totalidade dos 66 capítulos que levam o nome de Isaías nas Bíblias cristãs e hebraicas, nem todos na verdade foram escritos pelo profeta de Jerusalém. A obra é um compêndio compilado a muitas mãos durante diferentes períodos históricos de Israel e Judá. Era comum na época que sacerdotes e escribas escrevessem em nome de um profeta famoso, e provavelmente foi isso que ocorreu com o texto do profeta Isaías.

⁶ Ezequias dependia inicialmente da ajuda egípcia e de aliados da região, mas voltou-se para Javé e Jerusalém foi libertada do exército de Senaqueribe, apesar de Judá ter sido devastada (Zabatiero, 1996, p. 13-18).

⁷ Talvez por isso a reforma religiosa de Ezequias tenha sido levada tão a sério após várias advertências dos profetas e o medo do Império Assírio. Porém, enquanto Judá fosse vassalo da Assíria, não havia como realizar uma reforma completa, e isto provavelmente deve ter sido um dos motivos pelos quais Ezequias juntou-se à revolta contra Senaqueribe. Ezequias retirou os lugares altos do norte de Judá (2 Cr 31,1), derrubou altares e lugares de adoração (2 Rs 18,4) entre outras ações reformadoras. Reorganizou a adoração no templo e ordenou que o dízimo fosse restituído para apoiar os sacerdotes e levitas (Zabatiero, 1996, p. 13-18).

Pode-se assim dividir literariamente o texto em 3 porções correspondentes a três momentos históricos:

Quadro 1 – Divisão do livro de Isaías

	Capítulos	Período Histórico	Datação
Primeiro Isaías ou Proto-Isaías	1 ao 39	Escritos antes do período de cativeiro na Babilônia	Século VIII a.C.
Segundo Isaías ou Dêutero-Isaías	40 ao 55	Escritos durante o período do exílio na Babilônia	Século VII a.C.
Terceiro Isaías ou Trito-Isaías	56 ao 66	Escritos pós-exílicos, após o retorno da Babilônia	Possivelmente no século VI a.C.

Fonte: o autor, 2024.

Harrington (2006, p. 297) cita que é possível falar em uma escola isaiana de pensamento, cujo ápice ocorreu posteriormente à morte do profeta de Jerusalém. Isso porque era muito comum que os discípulos de um profeta mantivessem viva sua memória a partir do seu material escrito, realizando acréscimos ou mesmo escrevendo e atribuindo novos textos ao nome do profeta.

Gênio religioso tão grande, marcou profundamente sua época e fez escola. Suas palavras foram conservadas e sofreram acréscimos. O livro que traz seu nome é o resultado de um longo processo de composição, impossível de reconstruir em todas as suas etapas. [...]. Foi formado através de diversas coleções de oráculos. Certos conjuntos remontam ao próprio profeta. Seus discípulos, imediatos ou longínquos, reuniram outros conjuntos, glosando às vezes as palavras do mestre ou juntando-lhe acréscimos. (Bíblia de Jerusalém, 2016, p. 1238).

É interessante observar que tal divisão textual não é normalmente realizada dentro dos contextos protestantes, não pelo menos para os leigos. Observa-se que é importante entender essa divisão a fim de localizar a perícopes num período histórico, afinal, como foi salientado, a profecia nasce a partir da realidade do profeta.

A principal diferença encontrada que caracteriza estes blocos dentro do livro de Isaías é justamente a questão literária, o vocabulário, o estilo e sobretudo as referências históricas que são descritas nos trechos. Possivelmente um redator final reuniu os três grandes blocos num único livro. Fonsatti (2022, p. 49) afirma que o fio condutor de todos estes blocos se encontra em Isaías 43,18-19: “Não recordeis os

acontecimentos de outrora nem presteis atenção aos eventos do passado. Eis que faço uma coisa nova! Ela já vem despontando, não percebeis? ”

As coisas passadas seriam todas as ameaças e tribulações vividas por Israel e Judá, descritas nos primeiros capítulos. Coisas novas estaria se referindo à esperança e promessa de restauração do povo e o esplendor da nova Jerusalém, dos tempos de paz que viriam futuramente. Assim, coisas passadas seriam os capítulos 1-30 e coisas novas os capítulos 40 a 66.

Há muitas tentativas de justificar o motivo pelo qual os três grandes blocos estão juntos, tais como o aproveitamento do espaço do pergaminho pelos escribas, já que o material era muito valioso, ou mesmo que o nome do profeta exílico também seria Isaías, porém tais afirmações não passam de conjecturas. O certo é que a redação final do texto isaiano se deu anteriormente ao século II a.C., visto que a própria Septuaginta contém os 66 livros na mesma ordem que se encontra na atualidade, e atribui todos à pessoa de Isaías de Jerusalém, filho de Amós.

Especificamente ao bloco de Isaías 1-39, apesar das inconsistências internas citadas, é possível ainda o dividir da seguinte forma (Gowan, 1998, p. 60):

Quadro 2 – Divisão dos capítulos e temáticas do livro de Proto-Isaías

Capítulo	Temas
1	Coleção introdutória de oráculos
2 – 12	Oráculos sobre Israel e Judá
13 – 23	Oráculos contra nações estrangeiras
24 – 27	Oráculos de conteúdo escatológico
28 – 31	Oráculos sobre Judá (exceto 28,14)
32 – 35	Oráculos de conteúdo escatológico
36 – 39	Narrativas sobre Isaías

Fonte: o autor, 2024.

Tais passagens dizem respeito principalmente a grandes crises que Judá passou: 1. Ameaças sofridas por Judá devido a coalisção entre Damasco e Israel (Guerra Siro-efraimita); 2. Queda de Samaria em 722 a.C., dominada pela Assíria (722 a.C.); 3. Ameaça e cerco de Jerusalém (701 a.C.). Jerusalém foi salva por duas vezes: 1. Da coalisção siro-efraimita em 735-734 a.C. (Is 7-8 e 2 Rs 16); e 2. Do cerco de Senaqueribe em 701 a.C. (Is 36-37 e 2 Rs 18-19). Em 722 a.C. o Reino do Norte foi atacado e destruído pelos Assírios que exilaram muitos de seus habitantes entre

diversas nações anteriormente dominadas. Somente mais tarde, em 597 a.C. os babilônios atacaram Judá e levam os habitantes de Jerusalém cativos para a Babilônia, restando na terra a maioria da população de pobres agricultores (Gowan, 1998, p. 61; Gusso, 2006).

Segundo Fonsatti (2022, p. 48), os capítulos 24-27 e 34-35 formam um bloco apocalíptico separado dos demais capítulos e possivelmente não são do profeta Isaías de Jerusalém. Inclusive recebem nomes diferenciados: capítulos 24 a 27 são denominados “Grande Apocalipse de Isaías”, e os capítulos 34 e 35 de “Pequeno Apocalipse de Isaías”.

Raz (2013, p. 37), salienta o forte processo de redação posterior que o texto recebeu, principalmente para compensar as falhas da profecia durante o tempo em que ocorreram os períodos dos cativos Assírio e Babilônico, chamados por este autor de catástrofe nacional judaica.

Neste caso, a inferência nos escritos proféticos se deu principalmente a fim de gerar um modelo idealizado e até mesmo inatingível de sociedade. Assim, a simetria observada nos textos poéticos de Isaías seriam o resultado de um forte processo de redação, com acréscimos de camadas redacionais posteriores, a fim de impor senso de ordem e significado e até mesmo harmonia litúrgica num texto que originalmente apresentaria incoerências ocasionais e interrupções.

A maior parte da composição do livro demonstra uma construção ideológica e histórica. Há, segundo ele, incoerências no texto de Isaías 1-39, pois em alguns pontos o texto narra Isaías de Jerusalém com um papel ativo e positivo na sociedade, oralmente ativo e crítico para com as autoridades, com palavras de julgamento intransigentes quanto ao sistema político e religioso operante no seu tempo, e, em outros textos, há uma clara anuência apoiando o rei. Assim, há disparidade entre duas ideologias, o que pode ser explicado por uma reforma normativa e regularizadora em algumas sessões, como nos capítulos 8 e 9, os quais teriam sido inseridos de forma deliberada a fim de criar um perfil profético de um modelo de governante e uma tentativa de mostrar Isaías como um profeta “forte”. Essa teoria da composição do livro ficou conhecida como Teoria da Composição de Blenkinsoff⁸. (Blenkinsoff, 2006, p. 227; Raz, 2013, p. 47-48).

⁸ Essa teoria da composição do livro ficou conhecida como Teoria da Composição de Blenkinsoff. (Blenkinsoff, 2006). Outras teorias também foram criadas ao longo dos anos a fim de justificar as narrativas de Isaías, principalmente relacionadas aos capítulos 6 a 8, como a Teoria de Denkchrift, que

Raz (2013, p. 48) dá um exemplo claro das inserções em Isaías mostrando que no texto de Dêutero-Isaías as mensagens foram reestruturadas a fim de dar ao povo uma nova esperança. Assim, os textos sóbrios das mensagens de repreensão e punição, transformaram-se em ciclos de punição e redenção: Babilônia e Sião, Israel e as nações, Yahweh e os deuses ou suas imagens, o servo e Israel. Carroll (1979, p. 130) cita que a formação do livro de Isaías se dá em decorrência da perda da monarquia da Judéia e posterior tomada de Jerusalém pelos babilônicos, fracasso esse que irá intervir nas inserções textuais posteriores. Cita que o livro de Isaías se tornou um palimpsesto⁹ de interpretações a partir de inserções de textos de esperança de uma restauração futura. A essa situação, Carroll (1979, p. 131) chama de Dissonância Cognitiva, onde tenta-se evitar a perda dos oráculos da monarquia e da casa davídica através de aspirações messiânicas, motivadas por situações institucionais e comunitárias, pois as comunidades precisam de esperança para que possam enfrentar as adversidades e futuramente poderem prosperar.

Para Dorsey (1999, p. 378), cita que há quiasmos¹⁰ em todo o texto de Isaías 1-39. No que diz respeito à perícope de Isaías 11,1-9, é apresentado um quiasmo intitulado Presente de opressão e futuro de restauração de Judá (Is 8,19 – 11,9). Welch e Parry (2020, p. 107), apresentam as seguintes estruturas *quiásticas* em Isaías 11:

Isaías 11:4

- | | |
|----|-------------------------------|
| A | ele ferirá a terra |
| | |
| B | com a vara da sua boca, |
| | |
| B' | e com o sopro dos seus lábios |
| | |
| A' | ele matará os ímpios |

afirma que existiria um livro mais antigo de memórias proféticas de Isaías, o qual seria o núcleo das mensagens deste profeta. (Raz, 2013, p. 37).

⁹ *Pelimpsesto* - papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro.

(Dicionário Online Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=BVIWR>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

¹⁰ O quiasmo é uma estruturação literária que consiste na repetição de palavras, frases ou ideias em ordem invertida. Essa técnica literária era muito utilizada pelos escritores no Antigo Testamento a fim de ressaltar elementos importantes nos textos e assim tornar a mensagem mais impactante. Assim, em determinados textos poéticos, há estrofes construídas de modo que o primeiro consiste num paralelo do último, o segundo do penúltimo e, assim por diante, em uma ordem que olha para dentro, para o centro.

Fonte: Welch; Parry; 2020, p. 107.

Isaías 11:8

- A E o bebê que amamenta vai se deliciar
- B no buraco da víbora ,
- B' e na cova da víbora
- A' a criança desmamada porá à mão.

Fonte: Welch; Parry; 2020, p. 107.

Holmgren (1996) e Malowe (2015) também trabalharam a questão do paralelismo invertido (quiasmo) no texto de Isaías 11. Especificamente Malowe (2015) trabalhou a questão do quiasmo no texto de Isaías 11,2a – 3a, um versículo bastante controverso e desafiador da perícopes. Este autor apresenta em seu texto coincidências lexicais no uso da raiz “רוח” *ruah*, “espírito” com a palavra “deleite”, sugerindo assim um paralelo entre as passagens. No centro do quiasma estaria na expressão “espírito de conselho e de fortaleza”, indicando que uma pessoa precisa usar o conhecimento divino com conselho e com poder, advertindo a necessidade do zelo por Yahweh que deve ser acompanhado pelo conhecimento. O texto, portanto, enfatiza a necessária relação entre informação e inspiração, pois pelo zelo (ou temor de Yahweh) compreende-se o descendente de Jessé como alguém que terá a inspiração e revelação divina de forma apaixonada e poderosa. Um descendente que pregará ou proclamará poderosamente através do Espírito de *Yahweh*, e por conta disto, provocará o temor do Senhor, a justiça para os pobres e uma paz perfeita, pois o conhecimento produzido pela *ruah* será universal. Assim o desejo deste descendente de Jessé não seria exclusivamente promover o conhecimento divino e sabedoria de Deus, mas fazer realmente com que esse conhecimento gere misericórdia e justiça.

Konrad Schmid (2014, p. 11-13), por sua vez, não considera os versículos de Isaías 11,1-5 e 11,6-9 como uma só unidade literária, antes afirma que se constituem de textos independentes. De acordo com este autor, há dificuldades em relacionar a justiça expressa no versículo 4 e a paz em 6-9, pois para ele os temas não se encaixam, tendo havido uma justaposição dos textos em camadas. Os elementos de

11,1-6 são idiossincráticos e não pertencem ao período histórico tradicional da ideologia real de Isaías 11,1-5. O versículo 4 da perícope estaria relatando características do futuro governante implantando a justiça o que não seria compatível com a visão de não violência dos versículos 6-9, sendo este último texto ou camada datada do final do período persa.

2.2.8 Contexto Teológico de Proto-Isaías – A Teologia de Sião

Os profetas do século VIII a.C. surgiram com uma característica nova no profetismo, a escrita. Os profetas denominados de “anteriores” não deixaram seus oráculos escritos, a partir de Amós, quando então tem-se os chamados “profetas escritores”, conservou-se o hábito de escrever as mensagens. Além da necessidade de se deixar registrado os profundos ensinamentos e fatos que estavam ocorrendo, houve também maior facilidade em se deixar registros escritos. O próprio Isaías salienta em Isaías 30,8-9 que o povo não ouvia. As palavras precisavam ser escritas como registro e para que o povo se convertesse. “

Havia algo novo que não poderia ser esquecido. Segundo Marques e Silva (2018, p. 295), após Amós a mensagem profética muda o tom das mensagens. Os profetas anteriores eram reformistas, ou seja, admitiam a estrutura que estava em vigor na época e admitiam que as faltas dos monarcas e demais líderes poderiam ser corrigidas sem grandes impactos na nação, bastando para isso apenas o arrependimento e o retorno à prática da Lei Mosaica. A partir de Amós isso muda. Amós e os profetas posteriores, começam a denunciar os pecados nacionais e mostram a podridão das estruturas de poder vigentes. Afirmam que Deus não voltará a perdoar-lhes novamente, antes os entregará nas mãos dos seus inimigos para que fossem corrigidos e com isso, toda a nação seria afetada nas suas estruturas.

Dentro deste contexto, Isaías prefigura como um dos mais importantes representantes da chamada Teologia de Sião. Jerusalém (Sião) é considerado o lugar da “presença de Deus, o que implica em um compromisso especial dos habitantes de Jerusalém a fim de mostrarem-se dignos dessa presença.

O profeta apregoa uma destruição quase que total para o povo de Deus, pois praticamente seria tudo destruído. Utiliza o simbolismo de uma floresta para exemplificar o que estava por vir através dos assírios. A árvore seria cortada até que ficasse apenas um tronco aparentemente sem vida e insignificante, mas haveria sim

esperança para a árvore, havia uma semente santa, um renascimento. “E, se nela ficar um décimo, este tornará a ser desbastado como o terebinto e o carvalho, que, uma vez derrubados, deixam apenas um toco; esse toco será uma semente santa” (Is 6,13). Tal mensagem não poderia ficar perdida e que se o que estava realmente sendo avisado ocorresse, ninguém poderia dizer que não haviam sido avisados (Marques; Silva, 2018, p. 295).

Isaías era um homem zeloso de sua religião e interpreta toda a sua vida pessoal e da sociedade em função justamente dos seus princípios religiosos. Como habitante de Jerusalém, tinha contatos próximos na corte real. Assim, essa influência aristocrata aparece no seu texto, em seus pensamentos. O profeta tinha uma teologia real cultivada na tradição davídica, uma construção teológica de Sião ou tradicional de Sião. Essa tradição era sobretudo respaldada pela questão política, originada na época davídica de expansão territorial para legitimar justamente esse crescimento territorial e o reinado dos reis judaítas, o que começou com o rei Salomão na Judéia e foi preservado pelos seus sucessores apesar da divisão dos reinos e os diversos problemas políticos. (Pixley, 1991; Roberts, 2015).

Pixley (1991, p. 59-60) ainda salienta que esta é a principal diferença entre Isaías e outros profetas: sua ênfase era a teologia davídica, e Jerusalém uma cidade privilegiada, mesmo com o fato de ter-se tornado um reduto de assassinos. Deus, no entanto, a purificaria com fogo e ela se tornaria uma cidade de justiça (Is 1,21-26). E aí estava a grande esperança de Israel: a vinda de um messias, um rei bom e ungido pelo Espírito de *Yahweh*. Mesmo diante de tantas injustiças e opressões, Isaías proclamava esperança. Para este teólogo, os interesses do povo seriam atendidos por obra do tão aguardado rei messiânico.

Neste sentido, Roberts (2015, p. 4) cita quais são três pontos principais para a construção dessa teologia de Sião:

1. Javé era o Deus de Israel, rei de todos os deuses e governante sobre todas as nações;
 2. O Senhor havia escolhido Davi como seu vice regente terreno e fez uma aliança eterna com ele de que um de seus descendentes sempre se sentaria no trono de Davi como governante de Javé na terra;
 3. O Senhor havia escolhido Jerusalém como sua capital real, por isso também da importância do Templo como local de adoração – local da habitação.
- (Roberts, 2015, p. 4. Tradução nossa).

Cada um desses pontos foi desenvolvido e elaborado a partir dessa perspectiva teológica, baseada em Deuteronômio 32,8-9, segundo o qual Israel fora escolhido por Yahweh para ser seu povo especial, sua particular herança:

Quando o Altíssimo repartia as nações, quando espalhava os filhos de Adão ele fixou as fronteiras para os povos, conforme o número dos filhos de Deus [de deuses] mas a parte de Yahweh foi o seu povo, o lote da sua herança foi Jacó. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Dt 32,8-9, p. 299).

Dentro dessa cosmovisão, os demais deuses dos povos são considerados menores que Yahweh, o senhor dos exércitos celestiais (*YHWH Tzevaot*). Da mesma forma que os outros deuses deveriam submeter-se a Yahweh, esperava-se que os governantes humanos se submetessem ao Deus Todo Poderoso e o seu governante davídico escolhido. Tal cosmovisão também é descrita no Salmo 2. Jerusalém, como capital, tinha sua segurança assegurada, pois como uma divindade real, o próprio Yahweh seria solícito e a protegeria de seus inimigos (Sl 46, 48, 132).

3 APROXIMAÇÃO TEXTUAL DE ISAÍAS 11,1-9

A análise do texto poético da perícopes de Isaías 11,1-9 se faz importante, pois diz muito a respeito do profeta, do seu momento histórico e social. A estrutura literária de um texto é, sem dúvida, um dos elementos essenciais que precisa ser levado em consideração, visto que além da beleza da escrita, expressa um momento único que expressa parte do pano de fundo histórico no qual o referido texto foi escrito. Sem dúvida, a tradução dos textos bíblicos se faz de suma importância, visto que pode influenciar a fé e prática de muitas pessoas.

Ao considerar a tradução da perícopes do hebraico para o português, é importante considerar a natureza complexa do texto. Por tratar-se de textos muito antigos, não é possível levar em consideração somente o aspecto literário, mas também levar em consideração os aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais da época de sua escrita, preservando a identidade teológica da mensagem original para a qual o texto foi escrito.

No caso dos profetas, a escolha do estilo literário não é realizada por acaso. Antes a escolha tem como objetivo ter maior eficiência na recepção de sua mensagem por parte dos receptores. Desta forma, entende-se que o profeta tenha utilizado a forma literária que mais se adequava aos seus ouvintes de forma que pudessem compreender bem sua mensagem. No caso específico de Proto-Isaías, pode-se notar como os textos poéticos são belíssimos, complexos e cheios de sutilezas, e até mesmo de ironias.

Para a tradução do texto e análises semântica e lexicográfica das palavras-chave do texto levou-se em consideração dicionários, comentários, dicionários, gramáticas e léxicos hebraico, como por exemplo: Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento de William Holladay (2010); Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento, de Jenni e Westermann (1985); The Anchor Yale Dictionary, de Freedman (1992), Eerdmans Dictionary of the Bible, de Freedman, Myers e Beck (2000), Theological Dictionary of the Old Testament, de Botterweck, Ringgren e Fabry (1997), entre outros. Foram utilizados também recursos tecnológicos, principalmente o programa Bible Works Versão 7.0 (2007) e o site Bible Hub (2020-2024).

Visando uma melhor interpretação do texto, buscou-se o contexto léxico e etimológico de algumas palavras consideradas chave dentro dos versículos estudados a fim de se obter finalmente uma tradução que seja o mais fiel possível ao original e

compreensível na contemporaneidade. Esse exercício se fez necessário a fim de verificar mais profundamente nuances das palavras e simbolismos inseridos no texto que podem contribuir significativamente com uma melhor e maior compreensão teológica do texto para a atualidade, aplicada ao proposto nesta tese, que é a busca da relação entre o espírito de *Yahweh* e a aplicação da justiça e do direito na efetivação da justiça social.

Desta maneira, nesse capítulo será realizada uma proposta de tradução do texto da perícopes do hebraico para o português, considerando como ponto de partida o texto em hebraico da Bíblia Hebraica Stuttgartensia (Leningrad Hebrew Old Testament), de Ellinger e Rudolf (2014), propondo-se ao final da análise uma tradução própria, e mais do que isso, objetivando uma maior compreensão semântica das palavras empregadas no seu contexto original. Na sequência, propôs-se uma análise literária, análise teológica e em seguida um estudo textual dos versículos.

Tais reflexões se fazem relevantes na medida em que o aprofundamento nestes tópicos favorece uma melhor compreensão das diversas palavras e expressões do texto, bem como a compreensão nas diversas interpretações apresentadas por estudiosos versados sobre o Proto-Isaías com relação aos detalhes da perícopes e aplicabilidade da hipótese inicial desta tese.

3.1 PERÍCOPE: ISAÍAS 11,1-9 ¹¹

11:1 WTT וַיֵּצֵא חֹטֵר מִגִּזְעֵי יִשְׂרָאֵל וַיִּנָּצֵר מִשְׁרָשָׁיו יִפְרֶה:

11:2 WTT וַנִּחַה עָלָיו רוּחַ יְהוָה רוּחַ חֲכָמָה וּבִינָה רוּחַ עֲצָה וּגְבוּרָה רוּחַ דָּעַת וַיִּרְאֵת יְהוָה:

11:3 WTT וַהֲרִיחוּ בִּירְאֵת יְהוָה וְלֹא-לְמַרְאֶה עֵינָיו יִשְׁפּוֹט וְלֹא-לְמִשְׁמַע אָזְנוֹ יוֹכִיחַ:

11:4 WTT וְשֹׁפֵט בְּצֶדֶק דְּלִים וְהוֹכִיחַ בְּמִשְׁוֹר לְעִנְיֵי-אָרֶץ וְהִכָּה-אָרֶץ בְּשִׁבְט פָּיו וּבְרוּחַ שְׁפָתָיו יִמִּית רָשָׁע:

11:5 WTT וְהָיָה צֶדֶק אֲזוֹר מִתְּנָיו וְהָאֱמוּנָה אֲזוֹר חֲלָצָיו:

11:6 WTT וְגַר זֶאֱבָב עַם-כֹּפֶשׁ וְנֹמֵר עַם-גִּדִּי יִרְבֹּץ וְעֹגֵל וּכְפִיר וּמְרִיא יַחֲדָיו וְנֶגֶר קֶטָן נִהְגָּב בָּם:

11:7 WTT וּפְרָה וְדָב תִּרְעִינָה יַחֲדָיו יִרְבְּצוּ יִלְדִּיהֶן וְאַרְיֵה כִּבְקָר יֹאכַל-תְּבֹן:

11:8 WTT וְשִׁעֲשַׁע יוֹנֵק עַל-חֵר פֶּתֶן וְעַל מְאוּרֶת צַפְעוֹנִי גִמּוּל יָדוֹ הָדָה:

11:9 WTT לֹא-יִרְעוּ וְלֹא-יִשְׁחִיתוּ בְּכֹל-הָהָר קִדְשֵׁי כִּי-מִלֵּאָה הָאָרֶץ יָדַעַת אֶת-יְהוָה כַּמִּים לִים מְכֹסִים: פ

3.1.1 Análise Textual de Isaías 11,1-9

Análise textual de Isaías 11,1-9 partir do hebraico, com base no texto Francisco (2017), Antigo Testamento Interlinear Hebraico-Português, e auxílios gramaticais do programa Bible Works:

¹¹ WTT - Leningrad Hebrew Old Testament. ELLIGER, Karl; RUDOLF, Wilhelm (eds). Bíblia Hebraica Stuttgartensia. 5 ed. Stuttgart-Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

Quadro 3: Análise Textual de Isaías 11,1

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וַיֵּצֵא	ו	waw consecutivo	E
	יָצַא	Verbo qal perfeito terceira pessoa, masculino, singular	sairá
חֹטֶר	חָטַר	Substantivo comum masculino singular absoluto	Broto / galho
מִגֵּזַע	מִן	Preposição	De
	גִּזַּע	Substantivo comum masculino singular construto	Tronco / toco de
יֵשׁוּי	יָשַׁי	Substantivo próprio sem gênero e número	Jessé, pai de Davi
וְנֶצֶר	ו	Conjunção	E / Então
	נָצַר	Substantivo comum masculino singular absoluto	Ramo / descendente
מִשְׁרָשָׁיו	מִן	Preposição	De
	שָׂרַשׁ	Substantivo comum masculino plural, construto sufixo terceira pessoa masculino singular	Raízes dele (de + ele)
יִפְרֶה	פָּרַה	Verbo qal imperfeito terceira pessoa; masculino, singular	Será frutífero
E sairá um broto do tronco de Jessé e das raízes dele um descendente será frutífero.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 4: Análise Textual de Isaías 11,2

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
ו	ו	waw consecutivo	E
נָחָה	נָחָה	Verbo qal perfeito Terceira pessoa, feminino, singular	Descansará
עָלָיו	עַל	Preposição sufixo terceira pessoa masculino singular	Sobre ele
רוּחַ	רוּחַ	Substantivo feminino singular construto	Espírito de
יְהוָה	יְהוָה	Substantivo próprio sem gênero, sem número e neutro	Yahweh
רוּחַ	רוּחַ	Substantivo comum feminino singular construto	Espírito de
חִכְמָה	חִכְמָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	sabedoria
וּבִינָה	ו	Conjunção	e
	בִּינָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	entendimento
רוּחַ	רוּחַ	Substantivo comum feminino singular construto	Espírito de
עֵצָה	עֵצָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	Conselho
וּגְבוּרָה	ו	Conjunção	e
	גְּבוּרָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	Poder
רוּחַ	רוּחַ	Substantivo comum feminino singular construto	Espírito de
דַּעַת	דַּעַת	Substantivo comum feminino singular absoluto	conhecimento
וַיִּרְאֶת	ו	Conjunção	e
	יִרְאָה	Substantivo comum feminino singular construto	temor
יְהוָה	יְהוָה	Substantivo próprio sem gênero, sem número e neutro	Yahweh
E descansará sobre ele o espírito de Yahweh, espírito de sabedoria e entendimento, espírito de conselho e poder, espírito de conhecimento e de temor de Yahweh.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 5: Análise Textual de Isaías 11,3

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וְהִרְיֹחוּ	ו	waw consecutivo	E
	רוח	Verbo hifil infinitivo construto sufixo terceira pessoa masculino singular	ele fez deleitar
בִּירְאָתָהּ	ב	Preposição	em
	יְרָאָה	Substantivo comum feminino singular construto	Temor de
יְהוָה	יהוה	Substantivo próprio sem gênero, sem número e neutro	Yahweh
וְלֹא- לְמִרְאָהּ	ו	Conjunção	e
	לֹא	Partícula negativa (advérbio de negação)	não
	לְ	Preposição	para
	מִרְאָהּ	Substantivo comum masculino singular construto	Visão de
עֵינָיו	עין	Substantivo comum, indicando duplicidade (dupla, dual) construto, sufixo terceira pessoa masculino singular	Olhos dele
יִשְׁפּוֹט	שפט	Verbo qal imperfeito terceira pessoa masculino singular	Julgará
וְלֹא- לְמִשְׁמָעָהּ	ו	Conjunção	e
	לֹא	Partícula negativa (advérbio de negação)	não
	לְ	Preposição	Para
	מִשְׁמָעָהּ	Substantivo comum masculino singular construto	Algo que ouviu/ rumor de
אָזְנוֹ	אזן	Substantivo comum feminino dual construto sufixo terceira pessoa masculino singular	Ouvidos, indicando compreensão
יִכְרִיחַ	יכח	Verbo hifil imperfeito terceira pessoa masculino singular	Decidirá / reprovará
E se deliciará no temor de Yahweh, e não julgará (segundo) seus olhos veem, e nem decidirá apenas pelo que seus ouvidos ouvem.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 6: Análise Textual de Isaías 11,4

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וּשְׁפֹט	וּ	waw consecutivo	E
	שֹׁפֵט	Verbo qal perfeito terceira pessoa masculino singular	Julgará
בְּצֶדֶק	בְּ	Preposição	Com
	צֶדֶק	Substantivo comum masculino singular absoluto	justiça
דָּלִים	דָּל	Adjetivo masculino plural absoluto	pobres
וְהוֹכִיחַ	וּ	waw consecutivo	e
	יָחַ	Verbo hifil perfeito terceira pessoa masculino singular	Decidirá
בְּמִישׁוֹר	בְּ	Preposição	Com
	מִישׁוֹר	Substantivo comum masculino singular absoluto	Retidão
לְעֲנֵי- אָרֶץ	לְ	Preposição	para
	עָנָו	Adjetivo masculino plural construto	Mansos (pobres) de
	אָרֶץ	Substantivo comum feminino singular absoluto	terra
וְהִכָּה- אֶרֶץ	וּ	waw consecutivo	e
	נָכָה	Verbo hifil perfeito terceira pessoa masculino singular	Ferirá
	אֶרֶץ	Substantivo comum feminino singular absoluto	terra
בְּשֶׁבֶט	בְּ	Preposição	Com
	שֶׁבֶט	Substantivo comum masculino singular construto	Vara, cajado de
פִּיו	פָּה	Substantivo comum masculino singular construto sufixo terceira pessoa masculino singular	Boca dele
וּבְרוּחַ	וּ	Conjunção	E
	בְּ	Preposição	Com
	רוּחַ	Substantivo comum feminino singular construto	Sopro, hálito, respiração de
שְׂפָתָיו	שָׁפָה	Substantivo comum feminino dual construto sufixo terceira pessoa masculino singular	lábios
יָמִית	מוֹת	Verbo hifil imperfeito terceira pessoa masculino singular	matará
רָשָׁע	רָשָׁע	Adjetivo masculino singular absoluto	Mau, perverso
E julgará com justiça os pobres, com retidão (equidade) decidirá pelos mansos da terra. E ferirá a terra com a vara que (sai) de sua boca e com o sopro dos seus lábios dele matará o perverso.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 7: Análise Textual de Isaías 11,5

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וְהָיָה	ו	waw consecutivo	E
	היה	Verbo qal perfeito terceira pessoa masculino singular	Será
צֶדֶק	צֶדֶק	Substantivo comum masculino singular absoluto	justiça
אֲזֹר	אֲזֹר	Substantivo comum masculino singular construto	Cinto de
מִתְנִי	מִתְנִים	Substantivo comum masculino dual, construto, sufixo terceira pessoa masculino singular	Lombos dele
וְהָאֱמוּנָה	ו	Conjunção	E
	ה	Artigo	a
	אֱמוּנָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	fidelidade
אֲזֹר	אֲזֹר	Substantivo comum masculino singular construto	Cinto de
חֲלָצִי	חֲלָצִים	Substantivo comum masculino dual, construto, sufixo terceira pessoa masculino singular	Cintura dele
E será a justiça o cinto (sobre seus) lombos e a fidelidade o cinto (sobre sua) cintura.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 8: Análise Textual de Isaías 11,6

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וָגַר	ו	waw consecutivo	E
	גָּוַר	Verbo qal perfeito terceira pessoa masculino singular	peregrinará
זֶאֱב	זֶאֱב	Substantivo comum masculino singular absoluto	lobo
עִם־כֶּבֶשׂ	עם	Preposição	com
	כֶּבֶשׂ	Substantivo comum masculino singular absoluto	cordeiro
וְנֹמֵר	ו	Conjunção	E
	נֹמֵר	Substantivo comum masculino singular absoluto	leopardo
עִם־גְּדִי	עם	Preposição	com
	גְּדִי	Substantivo comum masculino singular absoluto	cabrito
יִרְבֵּץ	רִבֵּץ	Verbo qal imperfeito terceira pessoa masculino singular	deitar-se-á
וְעֵזֶל	ו	Conjunção	E
	עֵזֶל	Substantivo comum masculino singular absoluto	bezerro
וּכְפִיר	ו	Conjunção	E
	כְּפִיר	Substantivo comum masculino singular absoluto	Leão jovem
וּמְרִיא	ו	Conjunção	E
	מְרִיא	Substantivo comum masculino singular absoluto	engordados
יַחְדּוֹ	יַחְדּוֹ	Adverbio	juntos
וְנֶעֱר	ו	Conjunção	E
	נֶעֱר	Substantivo comum masculino singular absoluto	Menino (menos de 13 anos, ainda não considerado adulto)
קָטָן	קָטָן	Adjetivo masculino singular absoluto	Pequeno
נִהְגָּ	נִהְגָּ	Verbo qal particípio masculino singular	condutor
בָּם:	בְּ	Preposição, sufixo terceira pessoa masculino plural	A eles
E peregrinará o lobo com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o cabrito, e o bezerro e o leão jovem engordarão (comerão) juntos, e um garoto pequeno os conduzirá.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 9: Análise Textual de Isaías 11,7

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וּפְרָה	וּ	Conjunção	E
	פְּרָה	Substantivo comum feminino singular absoluto	vaca
וּדָב	וּ	Conjunção	E
	דָּב	Substantivo comum, ambos (duplicidade) plural absoluto	Ursa/urso
תִּרְעֶינָה	רעה	Verbo qal imperfeito terceira pessoa feminino plural	pastarão
יִחְדּוּ	יִחְדּוּ	Advérbio	juntas
יִרְבְּצוּ	רָבַץ	Verbo qal imperfeito terceira pessoa masculino plural	deitarão
יִלְדֵיהֶן	יָלַד	Substantivo comum masculino plural, construto, sufixo terceira pessoa feminino plural	Filhotes delas
וְאַרְיֵה	וּ	Conjunção	E
	אַרְיֵה	Substantivo comum masculino singular absoluto	Leão
בְּבָקָר	בָּ	Preposição	com
	הַ	Artigo	o
	בָּקָר	Substantivo comum masculino singular absoluto	boi
יֹאכֵל-	אָכַל	Verbo qal imperfeito terceira pessoa masculino singular	comerá
תֵּבֶן	תֵּבֶן	Substantivo comum masculino singular	palha
E a vaca e a urso pastarão juntas, seus filhotes se deitarão juntos; e tanto o leão, como o boi, comerá palha.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 10: Análise Textual de Isaías 11,8

Palavra	Raiz	Análise gramatical	Proposta de Tradução
וְשַׁעַשַׁע	ו	waw consecutivo	E
	שַׁעַע	Verbo Piel perfeito terceira pessoa singular masculino	Divertir-se (brincar)
יוֹנֵק	יוֹנֵק	Substantivo comum masculino singular absoluto	Bebê ainda sendo amamentado
עַל-חֵר	עַל	Preposição	sobre
	חֵר	Substantivo comum masculino singular construto	Buraco (toca) da
פֶּתֶן	פֶּתֶן	Substantivo comum masculino singular absoluto	Serpente (venenosa)
וְעַל	ו	Conjunção	E
	עַל	Preposição	Sobre, acima
מְאוֹרָת	מְאוֹרָה	Substantivo comum feminino singular construto	Buraco para a luz (ninho) de
צִפְעוֹנִי	צִפְעָנִי	Substantivo comum masculino singular absoluto	serpente venenosa,
גִּמּוּל	גִּמַּל	Verbo qal particípio passivo masculino singular	Bebê recém desmamado
יָדוֹ	יָד	Substantivo comum feminino singular construto terceira pessoa masculino singular	Mão dele
הִדָּה	הִדָּה	Verbo qal perfeito terceira pessoa masculino singular	esticar
E o bebê que ainda mama brinca na toca da serpente, e a criança recém desmamada estica sua mão sobre o ninho da víbora.			

Fonte: o autor, 2024.

Quadro 11: Análise Textual de Isaías 11,9

Palavra	Raiz Pronúncia	Análise gramatical	Proposta de Tradução
לֹא-יַרְעוּ	לֹא	Partícula negativa (advérbio de negação)	Não
	רַעַע	Verbo hifil imperfeito terceira pessoa masculino plural	Farão o mal
וְלֹא-יִשְׁחִיתוּ	וְ	Conjunção	E
	לֹא	Partícula negativa (advérbio de negação)	Não
	שַׁחַח	Verbo hifil imperfeito terceira pessoa masculino plural	Farão destruição
בְּכָל-הָרַ	בְּ	Preposição	Em
	כָּל	Preposição construto	Totalidade de
	הָרַ	Substantivo comum, masculino, singular, construto	monte, montanha de
קֹדֶשׁ	קֹדֶשׁ	Substantivo comum, masculino, singular, construto, sufixo primeira pessoa comum singular	Sagrado de eu
כִּי-מְלֵאָה	כִּי	Conjunção	pois
	מְלֵאָה	Verbo qal perfeito terceira pessoa feminino singular	Estará cheia
הָאָרֶץ	הָ	Artigo	a
	אָרֶץ	Substantivo comum, feminino, singular, absoluto	Terra
יְדָעָה	יְדָעָה	Substantivo comum, feminino, singular, absoluto	Conhecimento
אֶת-יְהוָה	אֶת	Indicativo de objeto direto	
	יְהוָה	Substantivo próprio, sem gênero, sem número, sem estado	Yahweh
כַּמַּיִם	כַּ	Preposição	Como
	הָ	Artigo	as
	מַיִם	Substantivo comum masculino plural absoluto	águas
לַיָּם	לַ	Preposição	de
	הַ	Artigo	O
	יָם	Substantivo comum masculino singular absoluto	mar
מְכַסִּים: פַּ	כִּסָּה	Verbo piel participio masculino plural absoluto	cobrindo
Não farão o mal nem farão destruição em todo o meu monte sagrado, pois a terra estará cheia do conhecimento de Yahweh como as águas cobrindo o mar.			

Fonte: o autor, 2024.

3.1.2 Proposta de tradução de Isaías 11,1-9

¹ E sairá um broto do tronco de Jessé e das raízes dele um descendente será frutífero.

² E descansará sobre ele o espírito de Yahweh, espírito de sabedoria e entendimento, espírito de conselho e poder, espírito de conhecimento e de temor de Yahweh.

³ E se deliciará no temor de Yahweh, e não julgará (segundo) seus olhos veem, e nem decidirá apenas pelo que seus ouvidos ouvem.

⁴ E julgará com justiça os pobres, com retidão (equidade) decidirá pelos mansos (pobres) da terra. E ferirá a terra com a vara que (sai) de sua boca e com o sopro dos lábios dele matará o perverso.

⁵ E será a justiça o cinto (sobre seus) lombos e a fidelidade o cinto (sobre sua) cintura.

⁶ E peregrinará o lobo com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o cabrito, e o bezerro e o leão jovem engordarão juntos, e um garoto pequeno os conduzirá.

⁷ E a vaca e a urso pastarão juntas, filhotes delas (ou: seus filhotes) se deitarão juntas; e tanto o leão, como o boi, comerá palha.

⁸ E o bebê que ainda mama brinca na toca da serpente, e a criança recém desmamada estica sua mão sobre o ninho da víbora.

⁹ Não farão o mal nem farão destruição em todo o meu monte sagrado, pois a terra estará cheia do conhecimento de Yahweh como as águas cobrindo o mar.

3.2 ANÁLISE TEXTUAL DA PERÍCOPE DE ISAÍAS 11,1-9

Toda a mensagem do Proto-Isaías busca mostrar como Israel estava caminhando para a destruição, apesar de estarem tempos de prosperidade e abundância, e tudo em virtude da injustiça e arrogância do povo e seus líderes. Os ricos cada vez mais faziam opulência dos seus bens às custas dos pobres. Extorsões e injustiças eram frequentemente cometidas, a Lei era violada. Desrespeitava-se assim não somente as Escrituras, mas o próprio deus que por elas havia lhes ordenado que buscassem a justiça e a misericórdia. A *mishpat* e a *tsedaqah* foram deixados de lado, favorecendo a desigualdade social e a maldade.

Os desvios da Lei não eram apenas individuais, não eram pecados individuais, mas sim nacionais: exploração, corrupção, riquezas ilícitas. Há um clamor por mudança de atitudes, para uma renovação, por mudança de comportamento, de caráter, para que a *mishpat* e a *tsedaqah* possam então se efetivar. Os profetas, arautos dessa mensagem, proclamam mais do que o caos social e o aniquilamento daquela sociedade, mas a esperança de que é possível haver transformação social através da efetivação da vontade de Yahweh expressa no Código da Aliança.

Especificamente a perícopes de Isaías 11,1-9 faz parte de um bloco maior de textos, capítulos 7 a 12 do Proto-Isaías. Chamado por muitos comentaristas bíblicos de “Livro de Emanuel” (Schokel e Diaz, 1991). Isto se dá por conta de uma esperança messiânica implantada pelos profetas na nação israelita, em que um rei descendente de Davi se levantaria e com ele, haveria então paz e justiça perfeitas e até mesmo utópicas se observadas com a razão humana.

Não é possível desconectar a história da realidade, e a intenção principal da esperança messiânica, deste rei salvador, se deu principalmente por conta da crise político-social que a nação estava passando, diante do eminente ataque de Judá pela coligação entre Israel e a Síria (Guerra Siro-Efraimita), além da sombra de uma invasão do Império Assírio. Isaías busca alertar a população, e principalmente suas lideranças, do perigo que estavam enfrentando e das consequências nefastas que ocorreriam caso não retornassem para o projeto original de Yahweh. Entretanto, o profeta também anuncia esperança em meio a essa grande crise nacional: a vinda de um messias, um rebento de Jessé, um descendente que seria capaz de harmonizar a nação a ponto de conduzi-la à paz e a justiça social de uma forma plena. (Wiersbe, 1993, p. 506).

O profeta desenvolve de forma coerente nos capítulos 7 a 12 a ideia da vinda de um messias salvador. Há nestes capítulos uma grande harmonia literária que é alcançada por diversos elementos estruturantes. As ameaças e promessas de libertação se sucedem nos capítulos, e ao final, há uma confissão do profeta e um hino. Os mesmos autores indicam que houve ao longo do texto inserções pós-exílicas, porém os princípios de organização da obra não podem ser desprezados, haja vista que estão estreitamente ligados entre si através das alternâncias de invasão-libertação, jogo de nomes próprios, repetição de palavras, partículas ou ainda estilo literário. (Schokel, Diaz, 1991, p. 143).

Isaías 11 é organizado dentro deste contexto e gira em torno do tema da restauração de Israel. Há dois momentos que se destacam neste capítulo:

- Isaías 11,1-9: oráculo de abertura sobre a casa real. O rei davídico realizará os antigos ideais israelitas (Sl 72), mas a princípio não se nota uma pessoa histórica específica na descrição da passagem, mas sim um descendente de Jessé.
- Isaías 11,10: peça em prosa em que a “raiz de Jessé” é estendida em uma cena de bem-estar internacional (Is 11,10) e restauração nacional (Is 11,11). Os versos 11,10 -16 tratam de uma realidade diferenciada da primeira proposição, pela visão do regresso, a qual seria endossada pelo reinado do messias.

O poema messiânico de Isaías 11,1-9 possui algumas características peculiares que tornam sua interpretação um pouco mais desafiadora. Todos os verbos do poema estão no futuro, há controvérsias se todos os versos pertencem ao profeta Isaías filho de Amós, e muitos estudiosos consideram inserções textuais ao longo do poema, mas que de forma alguma retiram sua beleza e originalidade. Para Asurmendi (1980, p. 44), a primeira parte do poema (v. 1-5) pertenceria realmente ao profeta Isaías, já a segunda parte (v. 6-9), seria uma inserção posterior. De acordo com Oswalt (2011, p.332), o segmento textual de Isaías 11,1-9 trata especificamente da promessa messiânica e enfatiza três aspectos fundamentais:

1. A capacitação do messias para governar;
2. A justiça absoluta do seu governo;
3. A qualidade e segurança do seu reinado.

Este novo monarca recebe qualificações extraordinárias através do Espírito de Yahweh, que a capacitarão a ter uma liderança servil, não mais opressora. Não terá privilégios, mas sim servirá a seu povo com responsabilidade e justiça. A força de Yahweh o impelirá na direção do pobre e oprimido para julgar com justiça e integridade, resultando em plenitude de vida, paz e fraternidades a ponto de atingir até mesmo a criação. Oswalt (2011) salienta que este quadro não pode ser meramente humano, pois esse rei ideal possui um ideal inatingível: ou esse novo rei é realmente um messias super-humano ou trata-se de um personagem utópico, meramente imaginário, com o intuito de dar esperanças a um povo sofrido e oprimido.

Na perícopes em estudo, o profeta desenvolve o tema messiânico expondo em versos a esperança messiânica depositada sobre o descendente de Davi.

Considerado como um paralelismo complementar ao texto de Isaías 9,1-6 do qual retoma vários elementos, o rebento de Jessé, que será o sucessor no trono, terá a justiça como fundamento:

O povo que andava nas trevas viu uma grande luz, uma luz raiou para os que habitavam uma terra sombria. [...] Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, ele recebeu o poder sobre seus ombros, e lhe foi dado este nome: Conselheiro-maravilhoso, Deus-forte, Pai-para-sempre, Príncipe-da-paz, para que se multiplique o poder, assegurando o estabelecimento de uma paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, firmando-o, consolidando-o sobre o direito e sobre a justiça. Desde agora e para sempre, o amor ciumento de Yahweh dos Exércitos fará isso. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Isaías 9,1; 4-6, p. 1.273).

Isaías 11,1-9 dá continuidade a esse raciocínio, ao surgimento da raiz de Jessé. O verso 1 da perícope realiza uma introdução do tema, apresentando o renovo de Jessé. Após essa introdução, os versos 2 e 3a fazem uma descrição deste rei messiânico e da capacitação que seria derramada sobre ele através do Espírito de *Yahweh*. Os versos 3b e 4a relatam seu serviço junto aos pobres da terra. O verso 4b mostra sua indignação e intransigência em relação aos poderosos. O verso 5 realiza um resumo dos versos anteriores, reforçando a característica messiânica deste líder justo. Do verso 6 a 9 tem-se uma descrição dos efeitos de seu reinado, as consequências positivas em relação não somente à vida humana, mas em toda a criação. (Ridderbos, 1990; Schneider, 2022, p. 199).

A perícope constitui-se num cântico de paz, fundamentado no desejo de justiça plena, como um novo paraíso, no qual a iniquidade e a maldade foram derrotadas e há a vitória da justiça. Este novo paraíso traz elementos da natureza vegetal e animal, como o vento, o mar, entre outros símbolos cósmicos. Uma sociedade ideal, na qual os animais já não ofereceriam mais perigo aos seres humanos, e onde qualquer tipo de violência e maldade teriam sido extirpadas a ponto de uma criança pequena que ainda mama poder brincar com uma víbora peçonhenta ou mesmo um leão feroz.

Este chefe ideal realizaria por meio do seu reino a justiça plena, o tão sonhado desejo humano de harmonia e paz universal, que se estenderia até mesmo aos elementos da natureza. A reconciliação do homem do seu Deus traria esta consequência na perspectiva do profeta Isaías, o que ocasionaria a reconciliação do homem com a natureza e de todas as coisas com *Yahweh*. Como um representante da mensagem javista, Isaías proclama a libertação, a justiça e a esperança. E mostra através de seus escritos que voltar para *Yahweh*, o que implicaria em voltar para a Lei

Mosaica e para o que fora determinado no Código da Aliança, era muito mais do que uma simples decisão, mas representaria a esperança e o retorno à prática da *mishpat* e da *tsedaqah*, ou seja, um retorno à integridade e consequentemente a justiça social.

3.2.1 Surgimento de um novo governante, descendente de Jessé (Isaías 11,1)

¹ E sairá um broto do tronco de Jessé e das raízes dele um descendente será frutífero. (Isaías 11:1, tradução nossa).

O tronco de uma árvore é algo muito comum, bastante conhecido e de simples assimilação cognitiva. É muito fácil compreender e visualizar mentalmente a situação de uma árvore cortada, com o tronco quebrado devido a intempéries, pragas, ou queda pelo envelhecimento. As pessoas podiam entender perfeitamente a analogia. Aparentemente, uma árvore neste estado já não possui mais esperança de vida, sem possibilidades de florir e produzir frutos (Seitz, 1993, p. 96-97; Nielsen, 1989, p. 123-126). Mas algo extraordinário pode ocorrer, mesmo com uma árvore e suas raízes envelhecida. A seiva da vida ainda pode correr e a árvore pode tornar a viver. Novos brotos nascem do tronco cortado, uma força da natureza instiga a árvore novamente crescer, pois essa é a sua natureza – crescer. Nas raízes são injetados os nutrientes, a energia necessária para o crescimento e novos ramos, formando galhos vigorosos. Mas afinal, o que esta metáfora tem a ver com Israel? Desde a formação da monarquia em Israel, sucessivamente, os reis desagradaram a Yahweh fazendo sempre o que era mal. É lógico que houve reis considerados bons que trouxeram muitos benefícios para a nação. No seu apogeu, Israel tornou-se forte, teve paz com seus vizinhos e grande prosperidade. O versículo de Isaías 11,2 cita o pai do rei Davi, Jessé (1 Sm 16,1-13). O reinado de Davi foi considerado um tempo de grande prosperidade para a nação, uma época de “ouro”, de grande prosperidade em todos os sentidos, conforme a narrativa e leitura tradicional da Bíblia, comumente abordada na maior parte das denominações cristãs (tanto protestantes quanto católica). Dentro desta perspectiva, mesmo os reis considerados bons, como Davi, tiveram deslizes em seus reinos e não cumpriram cabalmente o que havia sido determinado no Código da Aliança. Tais fatos são interpretados a partir dos livros de Reis e Crônicas, os quais apresentam as histórias reais e as consequências de suas ações.

Na mensagem de Isaías, a outrora próspera e frutífera nação de Israel seria cortada a ponto de quem a olhasse ficasse abismado e achasse que não mais haveria

chance de recuperação para a nação. Assim, a mensagem isaiana na perícopes começa justamente com esperança. Há esperança para a árvore, da mesma forma haveria esperança para a nação arrasada. Isaías vislumbra um futuro positivo em meio ao caos, afinal a crise proporciona oportunidades para melhoras, para aperfeiçoamentos. O tronco, ou seja, um novo rei regerá uma nova era que fará com que a nação retome seu auge, através de uma restauração nacional. O versículo remete ao oráculo profético proferido em 2 Samuel 23,1-7, o oráculo do filho de Jessé, Davi, consideradas as últimas palavras de Davi antes de sua morte. A dinastia davídica tornou-se como uma árvore mutilada, seus líderes foram cortados. Haveria esperança? A promessa foi realizada a Davi, então por que é citado Jessé?

Conforme cita Schokel e Diaz (1991, p. 170), esta é uma fórmula de humildade, um reconhecimento das origens humildes do novo rei que se levantaria. O novo líder que se levantaria para reinar em Israel viria da seiva da árvore, pois os fortes reis que reinaram e desagradaram a Deus haviam caído. Segundo estes autores, a promessa divina seria a responsável por vivificar o tronco. Por isso também é identificado como raiz e ramo, a seiva da raiz que vai para os ramos e vivifica tudo ao seu redor. Para Asurmendi (1980, p. 44) os termos broto e toco que aparecem já no primeiro verso seriam instigantes e raros, pois o primeiro termo, em sírio ou fenício significa “cetro”, numa alusão à monarquia, mesmo que faça menção apenas a Jessé e não ao rei Davi. A relação de qualidades citadas no versículo posterior são atribuições dadas aos monarcas para administrarem o seu reino.

Nos capítulos anteriores de Isaías, pode-se entender como Israel chegou à essa situação. A análise da mensagem do capítulo 10 denota a Assíria como um instrumento de Deus para a queda das “árvores da floresta”, como um machado, um bastão de furor nas mãos de Deus (Is 10.1-2) (Seitz, 1993, p. 96-97). Israel já não é mais chamado de “meu povo”, mas sim considerada como uma nação ímpia que se tornou alvo da cólera divina. Com isso, seria submetida a uma ação terrível de humilhação diante de outras nações, com assolações e despojamento dos seus bens. A razão é explicada no versículo seguintes. Os homens não mais compreendiam os desígnios divinos para a paz e justiça, antes substituíram os planos de Deus pelos seus próprios planos de poder e dominação, que conduziram a nação finalmente a ser subjugado. A mensagem nesse capítulo mostra como Yahweh, o Deus de Israel, havia entregado a nação ao domínio estrangeiro como forma de correção para a

nação, e quem mais sofreria com todo este julgo era justamente a casa de Davi, que chegaria ao ponto de quase ser aniquilada (Nielsen, 1989, p. 73, 74, 123-126).

A árvore seria cortada. Os antigos sinais de vitalidade da nação se apagaram, mas a vitalidade da raiz continuaria a existir, talvez numa referência também a Isaías 6,13. O “desmatamento” de Israel ocorre, segundo Seitz (1993, p. 96-98), por razões de arrogância, blasfêmia e falta de lealdade, e por conta de suas atitudes imperialistas e criminosas, trouxe para si mesmo o juízo divino. Porém, há promessa da sobrevivência de um remanescente. Um de seus tocos tornaria a despontar. De um renovo restaurado sairia a restauração da nação (Oswalt, 2011, p. 344).

Schneider contesta esse posicionamento, pois afirma que a perícope não deixa claro se a linhagem de Acaz seria totalmente extirpada ou se seria apenas uma punição. Talvez, em virtude dos diversos pecados e males desta linhagem, Deus levantaria uma “linhagem oculta” e secundária de Davi, que até o momento não teria sido revelada. Também cita que o fato de se falar em tronco de Jessé e não de Davi não explicita que haja uma crítica direta a pessoa histórica de Davi, mas que Deus é totalmente radical em seu juízo, e reiniciaria do zero, levantando um renovo, afinal de contas diversos descendentes de Davi que tinham tomado o trono não foram dignos deste. Acaz não havia conseguido confiar em Deus, e nem mesmo Ezequias tinha sido totalmente fiel. Apesar de os reis judaítas serem descendentes de Davi, terem as promessas de Yahweh expressas principalmente nos salmos reais, eles não foram dignos do trono devido as suas inumeráveis corrupções.

O mesmo Espírito repousaria sobre este rei, capacitando-o a viver de forma totalmente justa e contínua com Deus, gerando não uma separação dos demais seres humanos, mas sim uma influência de grande alcance, capaz de transformar relacionamentos, situações e até mesmo a natureza. (Schneider, 2022, p. 200).

Há diferentes interpretações referentes ao ramo que sairá do tronco ou toco de Jessé. Tempos difíceis geram expectativas de salvação por um poder maior. O ramo ou rebento de Jessé, tem a ideia de um novo crescimento, ou de um galho fino, por isso também broto, pois é um renovo. Este tronco também poderia ser interpretado como o reino reduzido de Jerusalém e às porções remanescentes de Judá que sobreviveram após a invasão Assíria. A desolação da vinha (Is 9,18) ou da floresta (Is 10,18-23) seria gradual. A imagem de sarças, espinhos, fogo e destruição é continuamente repetida para dar ênfase ao que estava por vir. Mas mesmo em meio à toda a essa calamidade, 11,1 mostra que de um toco (ou raiz) sairia uma grande

árvore. Outra interpretação comumente encontrada para o toco de Jessé que volta a brotar seria a monarquia davídica que cairia e quase seria extinta, a ponto de acharem que não haveria chance de recuperação. O reino davídico havia se tornado como um toco de uma árvore cordada e queimada, inútil e aparentemente sem expectativas futuras. Haveria esperança? Sim, pois um novo rei se levantaria do toco (ou raiz) de Jessé. Em Isaías 11,1 pode-se entender que a destruição não seria completa como haveria de ocorrer em 587 a.C., mas que um novo rei davídico surgiria e inauguraria um tempo de justiça, bem-estar e equidade, de prosperidade e paz (Seitz, 1993, p. 97-98).

Na perspectiva de Roberts (2015, p. 179), esse rei davídico seria o ponto focal para a extensão dessa paz imperial e justiça universal não somente para Judá, mas também para todas as nações circunvizinhas, exercendo uma hegemonia na região como teria ocorrido nos tempos de Davi e Salomão. Assim, a perícopes seria uma expressão da realiza davídica que ainda existia no final do século VIII a.C., e mostrava a expectativa de um novo rebento na linha sucessória ao trono. Yahweh não rejeitaria seu povo para sempre, mas haveria esperança para os remanescentes. Do Monte Sião, a morada escolhida pelo Altíssimo, Jerusalém (Is 2,2-3; 8,18; 14,32) surgiria um rei que espalharia o conhecimento de Yahweh para além de suas fronteiras, mas até os confins da terra, num domínio universal como das águas do mar. Essa raiz de Jessé ficará em pé (Is 11,10), e as demais árvores (lideranças) seriam derrubadas, e então as nações iriam ao Monte de Deus, ao novo Davi para acolher seus conselhos. Seria, portanto, um reino imperial de paz e justiça, para a qual todas as nações se direcionariam.

A menção ao nome de Jessé e não de Davi na perícopes também chama a atenção no texto. Tal fato deve-se possivelmente a uma crítica implícita ao reinado davídico que até então não estava condizendo com o esperado, a ponto de ser decepcionante. Isaías presenciou o reinado de Acáz, um dos piores reis de Israel. (Sumner, 2018, p. 644-647).

Em Miquéias e Isaías transparece a situação sem saída de Judá no sul. Os oráculos violentos de Miquéias revelam a total ausência da justiça (Mq 1,1-2; 7,2-3) e a dureza da opressão a que era submetida a população do campo pelo pesado tributo (dívida externa) (Mq 3,3; 6,9-12). Os oráculos de Isaías mostram a condição trágica da classe dominante que, para poder sobreviver, assumiu o culto assírio (2 Rs 16,10-18). Esta classe esvaziou-se por dentro: sem fé, a começar pelo rei, totalmente corrompida, devassa, sem escrúpulos (Is 3,1-24; 5,8; 10,1-2; 22,15-19). O rei Acáz tornou-se um vassalo da Assíria

(2 Rs 16,5-9). Para conseguir a vitória na guerra siro-efraimita, ele chegou a sacrificar seu próprio filho ao ídolo Molok (2 Rs 16,3-4). (A Leitura Profética da História, 1992, p. 111).

Normalmente os comentaristas cristãos e judeus concordam que o texto da perícopes fala a respeito do messias e por isso mesmo utilizado normalmente de forma litúrgica no período do advento. Porém há quem conteste essa perspectiva, assinalando que Isaías 11,1 aponta para o filho de Acaz, o rei Ezequias, mais especificamente a segunda parte do seu reinado e que fora escrito posteriormente a fim de validar o seu reinado, como o descendente de Davi, o broto de Jessé. (Croatto, 1989, p. 87).

A ideologia e teologia de Ezequias e seu reinado afirmam que este foi um bom rei. A este rei é atribuído elogios como um rei bom, que tirou os ídolos do templo e realizou uma grande reforma religiosa e social na nação. Em seu reinado houve relativa paz e prosperidade em Judá, e Jerusalém, a principal cidade, foi livrada da invasão da Assíria. Por isso mesmo muitos estudiosos acreditam que Ezequias seja o broto da raiz de Jessé. Tal rei realmente seria capaz de trazer uma paz sem igual à nação? Os créditos com certeza foram exagerados, como no caso da perícopes. Porém, como se trata de uma poesia, um cântico, não haveria problema algum em exagerar um pouco na descrição dos acontecimentos e mostrar um rei ideal e verdadeiramente legitimado pela sua genealogia, poder e capacitação do Espírito. A ideia que se tem é justamente de um rei perfeito em suas atribuições pessoais e públicas, um ideal real.

O que se notou, no entanto, é que houve uma imposição violenta e não uma paz utópica como citado. Houve invasões assírias, destruição de 41 pequenas cidades ao redor de Jerusalém.

Ezequias buscou manter Judá como um reino independente. Nesse contexto de resistência situa-se a sua reforma. Ezequias prepara-se para uma guerra com o exército Assírio. Amplia o fornecimento de água, cavando na rocha um canal de pouco mais de 500 m, que hoje é chamado de “o túnel de Ezequias”, para levar água da fonte de Gion para dentro dos muros de Jerusalém. Também aumenta a área da cidade, para que ela possa acolher tanto os fugitivos do reino de Israel (722 a.C.) como os nobres das 46 cidades dos arredores de Jerusalém. (Dietrich, 2013, p. 21).

Com a submissão ao Império Assírio, houve um pouco de paz, alcançada com o pagamento de altos tributos. No mundo do século VIII a.C., o sistema vigente atribuía a divindade o poder de guardar as cidades, os guerreiros, o rei e as vilas camponesas.

Assim, Yahweh, que era o Deus do rei desde Davi, passa a ser o rei da nação de Judá, uma divindade nacional, com jurisdição em todas as partes da vida do povo. “Com isso, funções anteriormente atribuídas a outras divindades, como a fertilidade das mulheres, dos animais e seus primogênitos, a fertilidade e as primícias dos campos, a chuva, o amor, a saúde, a doença, a morte etc. paulatinamente são transferidas a YHWH” (Dietrich, 2014, p. 784).

Stromberg (2008, p. 657) salienta que a raiz de Jessé citada em Isaías 11,1-2 refere-se a um regente humano individual da linhagem paterna principalmente devido ao seu contexto para um futuro rei davídico. Diferentemente do que salienta o versículo 10, na qual há referência da raiz de Jessé, em Isaías 11,1 é citado o ramo do tronco de Jessé. É uma diferença sutil que pode ter sido ocasionada por descuido do autor, porém provoca uma expectativa, uma expansão de esperança messiânica. Segundo este pesquisador, tal esperança é associada ao período pós-exílico, e isto se deu principalmente pela democratização das promessas feitas a Davi, as quais foram expandidas e aplicadas a todo o povo: a esperança de um rei humano que viria em favor de toda a comunidade.

A genealogia deste rei ideal saído do toco ou tronco de Jessé, e não diretamente do rei Davi, chama a atenção. Por que essa ordem? Por que não a partir da raiz de Davi? Há aqui um reforço da ideia de que a dinastia davídica sofreu um forte declínio, principalmente em função das más administrações dos seus reis nas questões políticas e religiosas. O que acabou por provocar um senso de desconjuntura e desconfiança. A motivação para esta representação se deu principalmente pelo declínio religioso na nação e dos diversos deslizes sucessivos ocorridos pelos reis de Israel. A busca de um rei ideal se dá principalmente buscando a legitimidade quanto ao novo sucessor do trono (Ridderbos, 1990; Schneider, 2022, p. 200-204; Sumner, 2018, p. 643-648).

Sicre (2011, p. 303-304) reforça como ainda há muita controvérsia sobre quem seria este rei: um rei histórico e concreto ou um personagem futuro? “Esse Messias é semideus. Inspirado pelo espírito divino, possui ciência e poder divinos. Enquanto juiz humano decide pelo que vê e ouve, o Messias acha-se acima disso; penetra nos corações dos homens, como Deus, e sua sentença é infalível. ”

Dentro desta perspectiva, o que parece mais plausível é justamente que o texto foi elaborado para a legitimação do reinado de Ezequias. Este rei tinha o desejo de mudanças e o apoio de Isaías. O cântico de Isaías 11,1-9 mostra um reino utópico,

ideal, um poema para um rei idealizado, um rei perfeito, com atitudes perfeitas inspirado pelo Espírito de *Yahweh*. O resultado deste reino seria a paz duradoura, a justiça (*tsedaqah*) plena, o direito (*mishpat*) sendo efetivado na nação a ponto de até mesmo a natureza ser transformada pela ação deste monarca. No entanto, o que se notou na realidade não foram essas coisas, antes ainda imperava o caos social, os camponeses eram afligidos com altos tributos, colhiam os resultados da guerra siro-efraimita e ainda estavam à sombra de constantes ameaças da Assíria.

Mesmo com um contínuo esforço, a reforma de Ezequias, que assumiu a reforma deuteronomista¹² (1 Rs 18,1-8), não teve muito resultado e, após sua morte, seu filho Manassés reinou em seu lugar, mergulhando Jerusalém em sangue (2 Rs 21,1-17). A reforma só foi retomada no governo de Josias, bisneto de Ezequias. A perícopes e outras passagens proféticas sofrem releituras e são utilizadas para a legitimação do reinado de Josias. A passagem da perícopes foi assim utilizada para legitimar a monarquia e o reinado dos descendentes de Davi.

Observa-se que as reformas de Ezequias e Josias, inicialmente, surgem como uma forma de resistência, principalmente ao domínio externo de Judá. Entretanto, tais reformas acabam tomando outro rumo, e sendo utilizadas principalmente para domínio e manutenção do poder, dando respaldo principalmente ao rei Josias, bisneto de Ezequias. Em nome de Deus e da legitimação do trono davídico, foram cometidos muitas violências e dominações, com danos principalmente aos mais fracos da sociedade.

3.2.2 Capacitação do rei pelo espírito de *Yahweh* (Isaías 11,2-3)

² E descansará sobre ele o espírito de *Yahweh*, espírito de sabedoria e entendimento, espírito de conselho e poder, espírito de conhecimento e de temor de *Yahweh*.

³ E se deliciará no temor de *Yahweh*, e não julgará (segundo) seus olhos veem, e nem decidirá apenas pelo que seus ouvidos ouvem. (Isaías 11:2-3, tradução nossa).

O verso 2 da perícopes aponta para a presença do espírito de *Yahweh* na vida desse novo rei que se levantará. É possível realizar um comparativo entre este novo

¹² Reforma Deuteronomista - A centralização religiosa realizada por Ezequias, e depois dada continuidade principalmente por Josias, foi feita, com muita imposição e violência (2 Rs. 18,4.22; Is. 36,7; 2 Cr. 30,13-14; 31,1), e como uma série de textos da chamada Obra Histórica Deuteronomista (Js, Jz, 1 e 2 Sm. 1 e 2 Rs), do Pentateuco e de vários livros dos profetas tiveram sua redação iniciada nessa época, o rosto deste YHWH oficial — violento, exclusivista, centralizador, homogeneizador e intolerante — ficou gravado na Bíblia. (Dietrich, 2014, p. 782).

monarca e o rei Davi (1 Sm 15,13), pois assim como o espírito de *Yahweh* desceu sobre Davi, assim também estaria presente na vida do novo rei (11,2) (Roberts, 2015, p. 179). Ou ainda ir além: esse ramo de Jessé seria um novo Davi, dotado de forma especial pelo Espírito de *Yahweh*? Certo é que o espírito de *Yahweh* o dota com sete atributos importantes para seu reinado.

No Antigo Testamento, o espírito de *Yahweh* se faz presente em muitas situações, capacitando algumas pessoas para tarefas especiais, como por exemplo em Jz 6,34 ou ainda Ex 31,2-3. Mas o mesmo Espírito também permanece com alguns personagens, como Moisés, Josué, Elias, Eliseu, os profetas (como Miquéias 3,8) e Davi (1 Sm 16,13). A séptupla atribuição do Espírito pode referir-se a um simbolismo sobre a perfeição, iniciando com o Espírito do Senhor (*Yahweh*) e seguido de três pares de características necessárias a um governante e a um juiz. Os seis espíritos reunidos no Espírito do Senhor, em três pares, representam aspectos importantes para o reinado do ungido: dois referem-se à vida intelectual, dois à vida prática e dois aos relacionamentos com o próximo e com Deus (Schneider, 2022, p. 200).

Como consequência, um novo tempo floresce sobre seu reinado. O novo rei surgirá da raiz ressequida de Jessé. Segundo o texto, será largamente amparado pelo espírito divino, o qual lhe concede dons capacitantes: “Sobre ele repousará o espírito de *Yahweh* [...]”, concedendo-lhe sabedoria e conhecimento (ou inteligência), que pode ser entendido também como a capacidade de realizar planos militares e estratégicos. Conhecimento também se refere ao temor ou respeito por *Yahweh*, derivado de um conhecimento mais aprofundado, que no versículo nove irá aparecer novamente como “conhecimento de *Yahweh*”, demonstrando que o novo rei será piedoso e terá admiração e respeito pela sua divindade, o que era o mínimo esperado por um monarca dentro dos parâmetros da época (Roberts, 2015, p. 179; Montagnini, 1993, p. 137).

Os versos seguem uma rima *quíastica* ABBA.

- | | |
|----|--|
| A | E descansará sobre ele o espírito de <i>Yahweh</i> |
| B | espírito de sabedoria e entendimento |
| B' | espírito de conselho e poder, |
| A' | espírito de conhecimento e de temor de <i>Yahweh</i> . |

O vento, símbolo do Espírito de *Yahweh*, é o ordenador do universo, e aponta para a perfeição da obra divina e sua restauração. Assim foi em Gênesis, quando tudo estava no caos. O mesmo *ruah* animador dos heróis do Antigo Testamento, inspirador dos profetas, iria agir em prol deste novo rei para que através dele toda a sociedade e a criação fossem novamente harmonizadas e conduzidas à sua plenitude.

Do derramar dos carismas sobre o novo rei brotará um governo justo. Através da execução da justiça (*mishpat*) o governo terá paz, e seu reinado será conhecido pela equidade a justiça. O texto mostra que o verdadeiro conhecimento se mostra numa vida de reverência ao Senhor, o que é notado no trecho textual “espírito de conhecimento e de temor de *Yahweh*”, no qual os termos conhecimento e temor estão subordinados ao substantivo *Yahweh*. Temor, neste sentido, implica em motivação à obediência, preocupação moral, que molda a conduta do rei. Um espírito que gera lealdade e adoração e que marcava a capacitação de Davi em 2 Samuel 23,2. (Schokel e Diaz, 1991, p. 170).

Croatto (1989, p. 87) cita como o julgamento de *Yahweh* será realizado sobre a nação de forma justa e íntegra. O resultado da capacitação pelo espírito de *Yahweh* é que o novo rei será dotado de forma extraordinária de temor e, por conta disto, terá a capacidade de julgar justamente, não seguindo conselhos fraudulentos e nem segundo seus próprios olhos.

Ao rei compete administrar a justiça, e justiça é antes de mais nada defender o fraco, aquele que, embora tendo direitos, não os pode fazer valer por si mesmo; [...] podemos mencionar como muito significativos Sl 72; Jr 22,15s e Sl 101, denominado “espelho de príncipes”. Governo justo é, em grande parte, a arte de julgar [...] julgar exige eliminar e excluir aqueles que, promovendo a injustiça, tornam impossível a paz. (Schokel; Diaz, 1991, p. 170).

O conhecimento e temor do Senhor que será gerado no rei refere-se especificamente a observância do livro da Lei de Moisés, pois conforme determina a própria lei mosaica, é obrigatório ao monarca, ao juiz e demais instâncias fazerem cumprir fielmente o que nela está escrito, julgando todas as situações com imparcialidade e evitando o derramamento de sangue inocente (Dt 16,18-20; Dt 17,2-7; Lv 19,15) (Roth, 1988, p. 56-58).

Portanto, para este autor, o retrato do rei justo de Isaías 11,1-9 é desenhado através do livro de Deuteronômio. Observados e obedecidos os padrões justos da Lei, todos evidenciariam a sabedoria de Israel. Assim, o rei que promulga e faz cumprir a Lei mosaica é justo e pode-se dizer que utiliza a justiça como cinto em seus lombos

(Dt 16,20). A harmonia dos animais seria uma metáfora para a harmonia intertribal que a Lei de Moisés seria capaz de criar, pois cada tribo é simbolizada por um animal na bênção de Jacó (Gn 49,1-27) e Moisés (Dt 33,1-29). O menino que os liderará seria o rei Josias, que começou seu reinado ainda criança, com oito anos de idade (2 Rs 22,1 e 2 Cr 34,3). Faz-se assim, a legitimação deste rei, como o descendente de Jessé. Clements (1995) também propõe em seu comentário que a perícopa relaciona-se ao reinado de Josias. O pesquisador salienta que uma etapa redacional importante do livro foi realizada durante o reinado deste rei, e sugere que houve inserções no texto de Isaías 11,1-9 justamente na época de Josias, como fruto da Obra Histórica Deuteronomista.

De acordo com a Teologia de Sião, o novo rei estará cheio dos dons divinos que resultará no temor do Senhor (v. 3), resultando em integridade e caráter extraordinários. Em alusão aos reis davídicos que tinham falhado miseravelmente em seu caráter, o novo rei teria um governo ideal que geraria total harmonia. Por isso se deleitará no temor de Yahweh, dando a impressão de alguém que sente um odor agradável. A ideia do texto é que este novo rei a “essência ou perfume do temor de Yahweh o encherá”, dando a ideia de um profundo significado. O temor de Deus assim o preencherá profundamente, fazendo-o deleitar-se, alargar-se no temor do Senhor (Shifman, 2012, p. 242), capacitando-o de forma extraordinária a governar e julgar retamente, com justiça (*mishpat*) e integridade (*tsedakah*), distinguindo perfeitamente o certo do errado, não segundo as aparências (Schneider, 2022, p. 203; Koch, 1983, 115-116).

O verbo ריח (*riach*)¹³ indicando a ideia de aceitar, fazer compreensão rápida. No versículo 3, normalmente traduzido para as versões portuguesas como deleitar-se, mas a ideia primordial seria a de cheirar, perceber um odor ou aroma, o que implicaria figurativamente em uma rápida percepção, tal qual percebe-se o aroma de um perfume ou incenso, assim também este rei teria um rápido entendimento no temor do Senhor, e como consequência não julgará apenas pelos que seus olhos veem. (Unterman, 1992, p. 22; Shifman, 2012, p. 247-249).

¹³ ריח (*riach*) Definição: aceitar, cheirar, tocar, compreender rapidamente. Uma raiz primitiva; corretamente, para soprar, ou seja, respirar; apenas (literalmente) cheirar ou (por implicação, perceber (figurativamente, antecipar, desfrutar) - aceitar, cheirar, tocar, fazer uma compreensão rápida. (Strong, 2001 e 2002).

Já a expressão יְהוָה בִּירָצָתָּ (wahǎrîḥō) implica justamente neste rápido entendimento no temor do Senhor. A expressão ocorre apenas uma vez em toda a Bíblia, justamente aqui em Isaías 11,3, e traz a ideia de deleite, prazer, de uma forma metafórica. Associado ao versículo anterior (v. 2), a expressão exprime uma consequência do espírito de *Yahweh* na vida deste novo rei, dando a ideia de que o Espírito provindo da parte de *Yahweh* o enche, que ele se deliciará, ficará satisfeito com esta presença divina em si. Primeiro ele é cheio ou preenchido pelo Espírito de *Yahweh*, por Sabedoria e entendimento, conselho e poder, conhecimento e de temor de *Yahweh*. Como consequência, depois do “sopro do Espírito”, “ele ficará cheio do espírito de temor de *Yahweh*”, ou melhor ainda “e o espírito de temor de Deus o preencherá”. No alemão, a tradução é realizada como “e inspirou-o com admiração pelo Eterno”. A ideia é de que ele “navegará pelo temor de Deus” tal será o resultado do derramar do espírito de *Yahweh* sobre ele, que estará preenchido, tal qual o ar preenche o ser de vida em seus pulmões (Shifman, 2012, p. 243-244).

Ele se deleitará no temor do Senhor. Deleitará tem aqui a ideia de receber com prazer. Do hebraico *haricho*, “desfrutar o cheiro de”. Pode indicar que este rei receberá com prazer o temor do Senhor, será sua alegria. Essa é a ideia do ser “perfumado” com o temor do Senhor, indicando algo bom e agradável, como uma boa fragrância. A sua inspiração será fazer a vontade de *Yahweh*. A palavra medo ou temor pode ser entendida como admiração ou ainda amor a Deus, indicando uma verdadeira piedade. A ideia não é de pavor, mas sim de reverência aliada à obediência e amor diante de *Yahweh*. (Shifman, 2012, p. 243-244).

3.2.3 O justo juiz (Isaías 11,4-5)

⁴ E julgará com justiça os pobres, com retidão (equidade) decidirá pelos mansos da terra. E ferirá a terra com a vara que (sai) de sua boca e com o sopro dos lábios dele matará o perverso.

⁵ E será a justiça o cinto (sobre seus) lombos e a fidelidade o cinto (sobre sua) cintura.

(Isaías 11,4-5, tradução nossa).

Este novo rei terá, por consequência, o discernimento necessário para julgar com justiça os pobres e com retidão os mansos da terra. Há aqui um forte contraste do novo rei justo em relação aos antigos monarcas davídicos, e com os juízes injustos, profetas enganadores que corroíam a estrutura de poder antes da queda sob o Império Assírio. O novo rei, capacitado pelo Espírito de *Yahweh*, reinará e julgará com justiça

os pobres e os mansos da terra. Não os explorará nem os oprimirá. No verso 4 há ênfase nos termos justiça e retidão, indicando que mesmo no caso dos pobres não haverá favorecimento, antes o que é certo e justo irá prevalecer. A ideia é de uma justiça ideal, imparcial com todos. A vara que sai de sua boca diz respeito à sentença proferida, o sopro dos seus lábios (paralelo em Oséias 6,5) declara a justiça e condena os que agem fraudulentamente. Ferir a terra pode indicar também o poder de sua palavra contra os tiranos e poderosos supremos, que negligenciam e oprimem, desprezam os mandamentos e estatutos de Yahweh (Croatto 1989, p. 87-89; Oswalt, 2011, p. 346-348).

Dentro do contexto do versículo de Isaías 11,4 encontra-se a palavra “pobres”: “E julgará com justiça os pobres...”. Neste caso, o termo hebraico utilizado é *dallîm* (דַּלִּים), com origem no adjetivo *dal* (דָּל), indicando alguém mais fraco, pobre e necessitado. Neste caso, refere-se à categoria de pessoas mais fracas e débeis em Israel, carentes, magras e com algum tipo de deficiência física, que não tinham nenhum bem material e, por consequência, nenhum poder social. São essas pessoas que os babilônios deixaram na terra para trabalhar após as deportações em 597 e 586 a.C. (Reimer e Reimer, 2011, p. 190-192).

Na sequência do verso há a palavra *anav* (אָנָו), que também indica alguém pobre, um indivíduo incapaz de se defender, que sofre algum tipo de opressão por parte de outrem mais poderoso: “...com retidão decidirá pelos mansos da terra”. Neste caso, a ideia é de pessoas aflitas e desprovidas de defesa.

[...] os profetas tomam a ótica dos corpos “ralados”. Falam de “pobres” usando termos (hebraicos) distintos: *ani*/“oprimidos”, *dallin*/“magros”, *ebyin*/“pobres”. Estes tipos de pobres também são chamados de “justos” (hebraico: *saddiq* – cf. Am 2,6). As viúvas e os órfãos recebem vez e voz nas palavras proféticas (Is 10,1-2). No seu todo, trata-se de pessoas que ainda têm a sua terra, mas estão em franco processo de endividamento e empobrecimento. O seu quinhão familiar e comunitário está prestes a ser “sacrificado” em prol de um processo maior. Os profetas bíblicos reagem contra as “leis do mercado”, que são leis dos mais fortes. A perspectiva dos profetas é a dos mais fracos e empobrecidos. (Reimer, 2001, p. 13-14).

O conceito de pobreza adquire ao longo do texto entendimentos diferenciados, não somente como de pessoas extremamente pobres e necessitadas, sem os recursos básicos para sua subsistência e sobrevivência, mas como se pode observar, também o de pessoas que eram injustiçadas, excluídas pelas elites da época, ou seja,

marginalizadas, vítimas de diferentes injustiças sociais, e finalmente de indivíduos desamparados.

Sicre (2011, p. 309; 2016) cita que dentre as vítimas da opressão, que aparecem no texto isaiano, pode-se citar:

oprimidos (hamos): 1.17
 órfão, viúva: 1.17, 23; 10.2
 “meu povo” (‘ammi’): 3.12^a, 12b, 15
 o pobre (‘ani’): 3.14
 os pobres (‘anayim’): 3.15, 10.2
 os inocentes (saddiqim): 5.23
 os pobres (dallim): 10.2

Isaías abre um espectro de vítimas da violência e de injustiças por parte dos opressores: são órfãos, viúvas, camponeses, pessoas inocentes. O que se nota é que a grande vítima da injustiça e da opressão é todo o povo de Yahweh. A lei mosaica procurava proteger os pobres de abusos e opressões, e recomenda a benevolência e a prática da ajuda social. Para além, Yahweh mostra-se como amparo e libertador dos empobrecidos e convoca o seu povo para agir da mesma forma, com misericórdia e solidariedade.

De maneira geral, o século VIII a.C. é marcado em Israel e Judá por novas dinâmicas nas relações sociais, que ocasionaram o empobrecimento acelerado da população. A exploração social por parte das elites políticas, jurídicas e da monarquia, o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, impostos excessivos e exploração dos pobres e camponeses. Esses fatores, aliados à instabilidade política externa levaram uma grande parcela da população à marginalização e empobrecimento do povo. As guerras e conflitos frequentes obrigavam as pessoas a abandonarem suas casas e campos, e com isso, a produção agrícola também diminuiu, minimizando recursos e levando muitos camponeses ao desespero. Tal sofrimento dos pobres era na maior parte das vezes negligenciado pelas classes dominantes, o que resultava em injustiças e desigualdades sociais. Em resumo, a pobreza em Israel e Judá no século VIII a.C. era uma soma de fatores que afetavam todos os aspectos da vida dos hebreus mais pobres, e foi severamente criticada pelos profetas que apelavam aos mais poderosos que se voltassem para essa população mais necessitada, agindo com compaixão e misericórdia por aqueles de seu próprio povo.

Assim, pode-se compreender que no Antigo Testamento, a pobreza é, em última análise, resultado de uma séria e relações socioeconômicas de opressão e

exploração, que com o avanço de inúmeros fatores, tornou-se um problema mais do que social, mas também religioso, pois entendiam tal situação como um sinal de que os mandamentos da Lei Mosaica não estavam sendo observados:

[...] a profecia denuncia as injustiças e suas origens, e a legislação mosaica busca regulamentar as relações socioeconômicas para que as desigualdades sociais sejam superadas e evitadas. A mudança de mentalidade e de atitudes é chamada de conversão, e ela é reivindicada principalmente de quem se enriquece pela injustiça e opressão. Somente assim, no imaginário religioso-político desses grupos, seria possível transformar as relações sociais, possibilitando vida digna para todas as pessoas, principalmente as empobrecidas. (Reimer e Reimer, 2011, p. 192).

A pobreza era considerada um motivo de escândalo, pois teoricamente não deveria existir pobres no meio do povo eleito de Yahweh. No entanto, não era isso que ocorria, muito pelo contrário, pois o que se via com o passar dos anos é que as desigualdades só aumentavam, o que preocupava os profetas pré-exílicos, o que inclui Isaías. Era também uma preocupação veemente do profeta a administração da justiça. Tantos os pobres, quanto as viúvas e órfãos, não tinham suas causas levadas em consideração nos tribunais, e não poucas vezes sofriam sentenças injustas em detrimento àqueles que tinham mais poder e dinheiro. A lei era distorcida, manipulada, a favor dos mais poderosos, que se aproveitavam dela para ficarem mais ricos e extorquir os mais pobres e necessitados (Epsztein, 1990, p. 134).

Também os juízes eram iníquos, e, apesar de serem imbuídos de autoridade, suas sentenças eram vexatórias e normalmente contra aqueles que mais necessitavam da justiça e do direito: “[...] eram orientados contra os pobres (*dallîm*), contra os pobres (*‘anîyîm*), contra os órfãos e contra as viúvas” (Sicre, 2011, p. 299). Segundo Schwantes (2013, p. 106), os principais motivos que levaram os oficiais da lei e da justiça real a agirem de maneira fraudulenta e perversa, fraudando a justiça e retirando os direitos dos oprimidos, foi principalmente a pilhagem das propriedades dos órfãos, a escravidão das viúvas, e a exclusão dos pobres do sistema jurídico, eliminando todo o direito de reivindicações justas. O sistema judicial israelita tornou-se um sistema de injustiças e privação de direitos dos pobres, viúvas e órfãos. O intenso era somente um: enriquecer às custas dos mais humildes e frágeis da sociedade, acumulando posses, casas e bens, mesmo que isso fosse realizado às custas da escravidão de pessoas do seu próprio povo.

A denúncia de suborno, a falta de interesse pelas causas dos pobres, mesmo estando do lado da lei, não era usada para benefício dos oprimidos. [...] A realidade vivida pelos oprimidos era contrária aos preceitos bíblicos. O que as autoridades deveriam fazer em favor dos mesmos era negado. A justiça era negada aos oprimidos e seus direitos não tinham a importância devida, as autoridades que deveriam implantar a justiça eram os primeiros a negligenciar. (Rossi, Erdos, 2013, p. 334).

No texto isaiano, verso 11,4, nota-se que a presença de ações injustas e violentas na sociedade e, do perverso, era bastante evidente, pois do contrário não haveria necessidade de julgamento do rei messiânico. Em contraste com o justo, *tsaddiq* (צַדִּיק), que alude a uma pessoa íntegra e justa em suas atitudes, há aqui também a figura do *rasha* (רָשָׁע), do perverso, indicando alguém com má índole e capaz de cometer crimes: "...com o sopro dos lábios dele matará o perverso". Por vezes este adjetivo é também traduzido simplesmente como ímpio nas Bíblias em português, indicando uma pessoa de caráter fraudulento, perverso em suas atitudes, que fez algo realmente errado, portanto, culpado de algum crime. (Botterweck, Ringgren, Fabry, v. 12, p. 239-263).

O que se observa é que este conceito evolui no Antigo Testamento, passando de uma atribuição pessoal, de alguém malvado ou injusto, uma pessoa impiedosa, que age fraudulentamente e contrariamente à lei de Yahweh, para um contexto mais amplo numa dimensão social e política, no qual este perverso passou a representar grupos ou um sistema que oprime os pobres e marginalizados da sociedade, com abuso de poder e autoridade.

Dentre os responsáveis pelas injustiças e opressores dos vulneráveis da sociedade judaíta, além dos juízes e sacerdotes, é possível citar outras categorias de pessoas dentro do escopo do texto isaiano:

qesinîm (1,10): chefes políticos e militares.
 'am (1,10): poderosos, gente importante
 sarîm (1,23; 3,14): oficiais reais
 gannabîm (1,23): ladrões
 nogsîm (3,12): rei, chefes, arrecadadores de impostos
 nasîm (3,12): rainha mãe, mulheres do harém, mulheres nobres
 nosîm (3,12): credores, usurários
 me'asserîm (3,12): dirigentes
 zeqenîm (3,14): anciãos
 (Sicre, 2011, p. 311; 2016, p. 80).

Entre estes também pode-se citar aqueles que acumulavam casas e campos, banquetearam-se esplendidamente e emitiam sentenças injustas legislando contra os pobres e desfavorecidos da sociedade. Eram grupos que detinham o poder político, econômico ou social, e que inundavam o país de violência e sangue por conta de suas ambições pessoais e lutas pelo poder.

Assim o termo perverso (*rasha*) é amplo, pois não designa uma pessoa, mas várias, como uma força contrária à paz e a justiça, e que pode indicar tanto um indivíduo, um grupo de pessoas ou mesmo uma estrutura de poder. O perverso, neste sentido, implica em tudo aquilo que se opõe a Yahweh e a efetivação da sua justiça plena. Há no texto um contraste entre o ideal do rei justo em relação às lideranças opressoras de seu tempo, e que agiam de forma dominante na terra, longe de qualquer escrúpulo. O perverso teria sua punição através da vara da boca (palavras de autoridade) do rei justo. A função central do governante na perspectiva hebraica seria reprimir a violência, a opressão, e promover a justiça e o direito. O rei teria então como sua responsabilidade, essa atribuição, de decidir com equidade pelos pobres da terra, agindo com imparcialidade e defendendo aqueles que não tinham condições de defenderem-se sozinhos, evitando que fossem explorados, negligenciados e oprimidos.

Para isso o governante justo utilizaria então sua autoridade para a correção. O cetro que sai de sua boca representa, portanto, a autoridade de suas palavras, que deveriam ser respeitadas. O sopro de sua boca, os mandamentos, as decisões, que seriam justas, imparciais, de condenação dos ímpios, subjugando-os e punindo-os com retidão. Mais uma vez nota-se o tema fundamental da justiça e sua relação com o Espírito de *Yahweh*, que impele o rei a agir em prol dos pobres e mansos da terra, dos oprimidos pelo sistema imperante e que necessitavam urgentemente de salvação.

Os atributos outorgados pelo espírito de *Yahweh* ao novo governante o impeliem a agir com justiça em prol dos oprimidos do seu povo e a tomar posição contra aqueles que os oprimiam e deturpavam o direito. Sua repreensão ao perverso implica na sua capacidade de discernir com sabedoria o bem e o mal na sociedade. O foco predominante da justiça se expande através da equidade para com aqueles que são considerados fracos e vulneráveis. A justiça e a equidade tornam-se princípios fundamentais, e isso implica em fazer justiça também contra o perverso, aquele que oprime e age com violência contra os mais fracos (Sicre, 2011, p. 300-302).

Widyapranawa (1990, p. 169) afirma que o paralelo entre o uso do “espírito de justiça” e “força” implica numa forma de se escrever “espírito de força”. A justiça, neste caso, é dinâmica, e capacita o rei a proteger seu povo e lutar contra todos os tipos de injustiças ou ataques daqueles que eram considerados ímpios e perversos. O governante escatológico deverá governar com justiça e retidão, lembrando que a compreensão pré-exílica do Espírito está vinculada à liderança, mais especificamente, a um único líder escolhido por Deus, aos moldes dos dois primeiros reis: Saul e Davi.

Isaias 11,5 diz respeito ao uso do cinto que segura o resto das vestes. Tal qual as vestes são firmadas com o cinto, assim também a verdade partirá do caráter e integridade do rei messiânico, pois suas decisões partirão do reto julgamento. Justiça e fidelidade serão a força deste reino. Assim, a justiça, a fidelidade e integridade do novo rei se tornarão as bases do reino e serão visíveis em toda a sua administração. Ao lado dele, espera-se que os pobres e injustiçados possam encontrar segurança e uma vida melhor.

As expressões de crítica ao sistema reinante são realizadas por Isaías de uma forma poética e até mesmo irônica, pois necessitam de uma leitura por trás do texto que é de esperança, entretanto é preciso observar os motivos pelos quais levam o profeta a alçar sua voz e para quem está direcionando sua mensagem. Realmente o que se espera do rei é a concretização da justiça e do direito a favor pobres e injustiçados, punindo também com justiça o opressor com “a vara de sua boca” e o “sopro dos seus lábios”.

3.2.4 O resultado do governo do novo rei (Isaías 11,6-9)

⁶ E peregrinará o lobo com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o cabrito, e o bezerro e o leão jovem engordarão juntos, e um garoto pequeno os conduzirá.

⁷ E a vaca e a urso pastarão juntas, filhotes delas (ou: seus filhotes) se deitarão juntas; e tanto o leão, como o boi, comerá palha.

⁸ E o bebê que ainda mama brinca na toca da serpente, e a criança recém desmamada estica sua mão sobre o ninho da víbora.

⁹ Não farão o mal nem farão destruição em todo o meu monte sagrado, pois a terra estará cheia do conhecimento de Yahweh como as águas cobrindo o mar.

(Isaías 11,6-9, tradução nossa).

Isaías 11,6-9 traz o resultado da administração justa do novo governante: uma paz paradisíaca. Enquanto Isaías 11,1-5 foca no rei ideal, os versículos que seguem apresentam os resultados do governo do justo rei. Com o passar dos versículos, é

possível notar que tal realidade muda, isso a partir do verso 6, em que impera a plena paz e harmonia numa expressão de sociedade utópica. “Um juiz humano dependeria totalmente de suas faculdades mentais e físicas para realizar um julgamento, mas uma justiça absoluta necessita de um juiz absoluto”. (Oswalt, 2011, p. 346).

Os primeiros cinco versículos são normalmente atribuídos a Isaías filho do Amos, mas os versículos 6 a 9 são considerados inserções ou textos tardios, que tinham como objetivo criar um senso de legitimidade real para um rei ou governante. Seria um paradigma real: a linha davídica, temporariamente descontinuada, retornaria. No caso da perícope, o desenho dessa descendência teria sido alterado, saindo de Jessé e não de Davi como seria esperado inicialmente. Trata-se, portanto, de uma manobra significativa a fim de legitimar um governo monárquico. Tal legitimação também seria a função das genealogias inseridas em 1 e 2 Reis, e em Crônicas 14. (Sumner, 2018, p. 644-648). No fim, o opressor seria humilhado e Israel teria a possibilidade de florescer novamente, pois o Senhor os libertaria e com certeza os guiaria para novas situações de triunfo, numa paz e justiça definitivas através do sucessor de Davi (Roberts, 2015, p. 179; Montagnini, 1993, p. 136).

Chamado de Cântico das Criaturas, o texto de Isaías 6-9 relata uma harmonia perfeita entre animais ferozes e domésticos, formando sempre duplas entre um animal selvagem e um doméstico. O homem sempre aparece não na sua forma adulta, mas sim infantil, como uma criança. De acordo com Murillo (1993), esta passagem é uma obra deuteronomista, e passou pelas mãos de inúmeros redatores até chegar à versão conhecida atualmente, sendo que sua principal característica é justamente a linguagem sapiencial. Aponta ainda para o governante ideal, assim como a primeira parte da perícope (Murillo, 1993, p. 61-65).

Apesar de ser uma composição díptica, inserida no pós-exílio, o texto se adequa perfeitamente à primeira parte da perícope. (Sicre, 2000, p. 197). Nesta segunda parte, há uma alusão a uma futura paz que ocorrerá decorrendo do reinado do rei messiânico. Uma paz idílica, como um símbolo de uma paz universal e plena, utópica, que ocorrerá sob o domínio do novo rei davídico. Não somente uma paz entre os homens, mas também entre o ser humano e a natureza, neste caso representado por uma criança e animais, tanto domésticos como selvagens. A paz e harmonia mesmo entre animais carnívoros e peçonhentos denota um aspecto paradisíaco que ocorrerá no reinado do novo rei, em um novo tempo que imperará a retidão, a justiça, a benignidade, a misericórdia e a fidelidade.

O texto de Isaías 11,6-8 apresentar uma harmonia perfeita nas relações do mundo animal e nas relações do homem com os animais. Especificamente Isaías 11,9 apresenta o resultado da extirpação do mal e da propagação universal do conhecimento de Yahweh: a paz. Para Ma (1999, p. 34), este trecho da perícope corresponde a um mundo mitológico, no qual o governo de Yahweh pode ser visto de duas maneiras: primeiro através da administração da justiça e da retidão, ou seja, da justiça e do direito, o que envolve o julgamento e punição do perverso e, em segundo lugar, o resultado da efetivação da justiça e do direito nas diversas relações que envolvem o ser humano e a natureza. A natureza do reino do futuro rei é segundo a vontade de Yahweh, garantida pelos carismas do espírito de *Yahweh* derramados plenamente sobre ele, e como resultado, a justiça e o direito sendo garantidos aos fracos e injustiçados, bem como a restauração da vida plena, tão desejada por Yahweh para seu povo.

Entretanto, é importante lembrar que na realidade do profeta Isaías, nada disso estava acontecendo. Antes o que estava acontecendo era o imperativo de uma ordem social imperfeita que precisava ser ajustada, consequência da corrupção das diversas violências causadas pela má administração das lideranças. Há um embate entre o Israel real com suas lideranças opressoras e injustas, que tem como consequência a opressão dos pobres e inúmeros atos de violência (Is 3,5;14), em comparação com o Israel paradisíaco narrado pelo profeta no texto. Isaías percebe que havia a necessidade de supressão do mal, do perverso, e que não somente o rei, mas todo o povo, precisava do conhecimento de Yahweh a fim de discernir entre o que era bom e mal na sociedade. A esperança isaiana é de que através desse conhecimento, a paz e a harmonia viessem através das múltiplas relações do ser humano, tanto uns com os outros, mas também para com a criação. (Sicre, 2011, p. 300-302).

Dentro da perspectiva isaiana, Israel sob o governo do descendente de Jessé, voltará a ter um pastor, a ser cuidado, e assim voltará a ter harmonia, segurança, prosperidade, paz e justiça. Este reino será purificado de todas as ofensas, males e barbáries. Será a oportunidade de todos viverem em amor fraternal e com boa vontade para com o próximo. As metáforas indicam a pacificação, felicidade e harmonia, produzidas pelo reinado do novo rei: características como gentileza, mansidão, benevolência entre seres humanos e animais.

Tal passagem por vezes também pode ser associada à violência que toda a criação sofreu e sofre por conta de ações impensadas humanas, em que os animais,

mesmo os mais perigosos, tornam-se vítimas, chegando à extinção. Dentro dessa perspectiva, toda a animosidade cessaria, e por consequência o cosmos, estaria seguro debaixo das mãos sábias do descendente de Jessé. Seu reinado traria várias mudanças, inclusive na natureza, aplacando a violência, a ferocidade e o espírito sanguinário, com a ação direta da presença do Espírito de *Yahweh*. Seria a descrição de uma época de ouro perfeita. Esta associação entre paz e harmonia social com exemplos de animais e seres humanos interagindo é bastante comum a autores de poesias orientais antigos, nos quais os animais selvagens e peçonhentos tornam-se inofensivos, pacíficos e domesticados.

Esperava-se que este rei ideal, desenhado também nos Salmos 12 e 72, fosse imbuído do espírito de *Yahweh* e que praticasse a justiça, o que ocasionaria a harmonia e a paz entre os homens, o que atingiria até mesmo a criação. Esperava-se deste novo monarca um forte compromisso com a justiça e o direito, a ponto de impactar a todos debaixo do seu governo. Neste ponto, a dinastia davídica já estaria destruída, o que contextualiza estes versos em aproximadamente 586 a.C. (Sicre, 2000, p. 200). O que haveria de esperança para os remanescentes no pós-exílio? A expectativa de um rei aos “moldes” de Davi. Havia sim uma esperança de restauração, de continuidade, de um futuro próspero e de paz. Talvez essa esperança tenha sua origem no exílio, ainda em tempos sombrios pelos quais passaram os exilados. Aguardavam um novo tempo, com um governo mais justo, um rei escolhido por *Yahweh* e a prova disso seria o derramar do espírito sobre este monarca. Seu reino não se limitaria apenas a processos administrativos, mas a implementação da justiça e do direito, extirpando todo tipo de violência e opressão.

Volta-se ao ideal paradisíaco da criação em Gênesis, no qual os animais seriam todos vegetarianos, inofensivos, e mesmo os mais selvagens se tornariam amigáveis. São imagens mitológicas, em que uma criança estaria pastoreando lobos e inserindo a mão na cova de serpentes venenosas. Um tempo de paz nunca visto, de restauração da natureza, onde a violência e o medo não teriam lugar. Seria uma forma de expressão poética de Isaías, um contraste com aquele povo resistente, que não entende e nem busca conhecer e obedecer a seu Deus. Em contrapartida, o fruto da justiça gerado pela justiça deste novo rei, pleno do Espírito, seria o conhecimento de Deus suscitando vida, paz, harmonia para os homens e para toda a criação, como um novo Éden.

Também é possível inferir que Isaías busca o bem comum ao contrário dos reis e poderosos de sua época. A ideal e conceito de justiça de Isaías é totalmente diferente do conceito dos reis de sua época, pois importa-se com os acontecimentos históricos que vive e que afetam profundamente seu povo. Segundo Murillo (1993, p. 65-66), não é cabível ao profeta o poder sem a presença do Espírito de *Yahweh*, pois dele deveria irromper a ajuda aos débeis e necessitados da sociedade judaíta (Is 11,3-4). Por isso mesmo o monarca deveria administrar corretamente a justiça. É uma utopia, fazer com que um rei humano possa trazer paz a terra e a natureza, a ponto de animais selvagens conviverem com animais domésticos. Mas a ideia é que os governantes pudessem imitar a *Yahweh*, e buscarem a paz e harmonia, a justiça e o direito para seu povo.

Observa-se que profeta trouxe em sua mensagem não somente advertências, mas expectativas de uma possível restauração, tão fundamental para o povo oprimido e sofrido por tantos revezes de violências e agressões. O tema da perícopes é abordado pelo profeta de forma poética e singular, entretanto muito profunda. Desde o texto em hebraico até a análise literária, teológica e textual dos versículos da perícopes denotam uma visão utópica não somente de um novo rei justo, mas também e uma sociedade ideal, regida sobretudo pela plenitude do Espírito expressa neste novo rei.

Em contraste com o momento histórico da época, de problemas externos, como guerras constantes instigadas principalmente pela ganância dos poderosos reinos da época, havia também os problemas internos, a falta de escrúpulos de uma elite que explorava os mais frágeis da sociedade a fim de atender seus próprios interesses, criando um forte abismo social, onde de um lado, um pequeno grupo de pessoas extremamente ricas e poderosas, latifundiários, levavam uma vida de luxo, e no outro extremo, pessoas na extrema miséria, defraudados pelos seus próprios conterrâneos em seus direitos garantidos no Código da Aliança. A quem recorrer senão a *Yahweh*?

Isaias afronta toda essa situação com poesia, o que é incrível, pois em meio a beleza dos versos, há uma forte crítica social. Uma visão utópica, mítica, de uma sociedade pacífica e harmoniosa, resultante do governo de um rei justo imbuído pelo Espírito de *Yahweh*, aponta para um novo paraíso, um mundo ideal, sem nenhum tipo de violência, sem fome, sem guerras, onde imperam a justiça e o direito, num forte contraste com o momento social em que o profeta vivia. Observa-se que o importante não é o simples renascer, mas o quanto esta nova realidade está impregnada com a

presença do Espírito de *Yahweh*. O rei, neste sentido, é um agente desse mesmo Espírito divino, incumbido de dedicar seus esforços à superação das injustiças e opressões.

Utilizando temas mosaicos e sinaíticos, na perspectiva da Teologia do Templo (ou de Sião), o profeta instiga o novo regente a uma vida justa, mas mais do que isso, demonstra através do seu oráculo messiânico, possibilidades de uma vida plena não somente na individualidade, mas na coletividade, pela ação do Espírito divino.

Era, e ainda é, um hino de esperança. Para os exilados, a esperança de um novo tempo de paz e prosperidade na sua terra, aos moldes do reinado davídico, que viram nas palavras do profeta a restauração de Sião, e um futuro de paz e prosperidade, pelo qual tanto ansiavam.

De qualquer maneira, a perícope apresenta um modelo a ser seguido pelos reis de Israel, um ideal régio. Isaías pode ter se inspirado no menino Ezequias, futuro rei de Israel. Esta é a posição mais conhecida e plausível, de que o texto reflita a situação após o cerco de Senaqueribe em 701 a.C. Estudos mais recentes investigam a existência de inserções no texto advinda do período pós-exílico, de forma a ampliá-lo (Is 11,6-9), e que tal modelo pode ter sido utilizado para legitimação do reinado do rei Josias (640-609 a.C.), para mostrá-lo como o legítimo descendente de Jessé, com direito ao trono davídico. Apesar dos problemas apresentados na reconstrução histórico-literária do texto, a hipótese das inserções posteriores para legitimação do reinado de Josias não pode ser desprezada, pois é estudada por muitos pesquisadores do isaianos, tais como Clements (1980, 1995), Asurmendi (1980), Sweeney (1996), entre outros.

Os profetas de *Yahweh*, tal qual Isaías, estiveram ao lado do seu povo sofrido e marginalizado. Sua ideia de política interna não era de opressão, mas de justiça tomando como modelo o próprio Deus. Esse modelo, com certeza, não está restrito à época do profeta, mas reflete como um ensinamento elementar para lideranças e governantes também da atualidade.

De qualquer forma a expectativa messiânica continua para judeus e cristãos, que ainda veem na passagem a expectativa do reino do justo sendo implementado na terra. Com certeza a tradução, estilo literário e interpretação do texto de Isaías 11,1-9 ainda continuam instigando à pesquisa. As diversas nuances e interpretações sobre a perícope possibilitam inferir como tal passagem é preciosa para muitas leituras sociais e comunitárias, e não somente messiânicas e escatológicas, gerando

inspiração e esperança em muitos sentidos para aqueles que nele se aprofundam no estudo.

4 YAHWEH - O DEUS DA JUSTIÇA E DO DIREITO

Ao contrário do que se normalmente imagina, os conceitos de justiça e direito no antigo Israel vão muito além do que normalmente estamos acostumados na atualidade. O fato de os conceitos associados aos termos serem traduzidos para o português não acarreta automaticamente na compreensão real do significado deles para a cultura judaica. A maior dificuldade está justamente na aplicação das ideias ocidentais aos temas, carregado principalmente de conceitos morais e legalistas modernos, o que foi realizado por muito tempo em nossa cultura.

Traduzir os termos simplesmente como justiça seria insuficiente para compreender a dimensão das palavras associadas ao termo. A ideia contemporânea de justiça está ligada a equilíbrio, equidade. Também as questões ou atitudes morais aceitas na sociedade, dar a cada um o que é seu, de onde também provém os conceitos de lei e legislação. Entretanto, a ideia bíblica de justiça e direito é muito distinta do que normalmente atribuímos aos termos.

Neste capítulo será comentado com mais pormenores os conceitos ligados ao termo justiça e direito dentro da cultura judaica do VIII a.C., como se dava a questão da justiça nos profetas e qual seu impacto para a sua época. Com isto, pretende-se refletir sobre o conceito de justiça social e sua relação e importância para a atualidade.

4.1 O CONCEITO DE JUSTIÇA E DIREITO NO ANTIGO TESTAMENTO

Mais do que indicar julgamentos justos, os conceitos estão ligados diretamente à vida comum dos israelitas e às decisões de suas lideranças que precisavam estar de acordo com o que determinava o código da Aliança. Às lideranças civis, religiosas e legislativas, cabia a responsabilidade de cuidar para que os princípios mais caros da Lei Mosaica fossem cumpridos. Estavam incumbidos de zelar pela Aliança, porém com o passar do tempo, tais líderes tornaram-se interesseiros, mais preocupados com seus próprios interesses do que com o bem-estar da nação e mais especificamente executar a justiça para com aqueles que mais necessitavam dela, os pobres e oprimidos do povo. Aos líderes cabia uma responsabilidade delegada diretamente por Yahweh - conduzir seu povo com sabedoria, austeridade e justiça (Rossi, Erdos, 2013).

Entretanto, os conceitos de justiça e direito são muito mais antigos do que normalmente se pensa, pois, o livro de Gênesis possui historicamente textos do período exílico e pós-exílico. Observa-se, que há, desde a antiguidade, uma pretensão geral dos diversos povos que faziam parte do Oriente Médio, de onde Israel tem suas origens. Ao que parece, a nação israelita apresenta analogias com os conceitos dos povos vizinhos, herdando e adequando-os à sua realidade.

A noção hebraica de justiça poder ser comparada com Maât, a deusa, filha do Sol, Rê, símbolo de uma ordem conveniente, da justa condição da natureza e da sociedade, tal como a fixou o ato criador. Quanto ao binômio bíblico *mishpat/çadaqah* que não pode ser tomado como fórmula abstrata, e sim noção profundamente ligada à vida concreta do povo de Israel, nele encontramos antecedentes longínquos em Babilônia e entre os semitas ocidentais. No primeiro caso trata-se do binômio *kittu/mêsharu*. O primeiro termo provém da raiz *kânu* e este verbo, em seu sentido básico, evoca a ideia de solidez, de estabilidade. Mas *kittu* é traduzido, segundo o caso, por termos variados como verdade, justiça, procedimento correto, lealdade, fidelidade, correção, estado normal. *Mêsharu* brotou da raiz *eshêru*, verbo que evoca, antes de tudo, a ordem perfeita, mas que recobre também toda uma gama de significações relativas ao belo crescimento das colheitas, à prosperidade dos animais e dos homens, à paz e à segurança do reino. [...] No domínio semítico ocidental, em sua fase fenícia que corresponde ao meio imediato da Bíblia, o binômio *kittu/mêsharu* torna-se *çdq/m(y)shr* e a mudança de terminologia não parece acarretar importante modificação ideológica. (Epsztein, 1990, p. 60).

Ainda de acordo com Epsztein (1990, p. 60), a primeira citação encontrada historicamente do binômio *çdq/m(y)shr* se deu no século XIV a.C., na Lenda de Keret, uma das maiores obras da literatura ugarítica. Neste caso, *çdq* teria a conotação de “plenitude, de abundância, de vida feliz onde tudo se acha em seu lugar e onde nada falta”. Assim, traduz a ideia de um mundo ideal e de paz, de plenitude e bem-estar social. Já na Bíblia, mais especificamente nos profetas, o termo *çdq* foi ligado ao conceito de fidelidade à lei e a moral.

A ideia inicial do rei garantir o bem-estar e o bem viver do seu povo (*m(y)shr*) é substituída por uma noção de governo submisso a uma norma (*mishpat*). A ideia primitiva da palavra *shapat* (*judgar*), da qual deriva *mishpat*, evoluiu em Israel do sentido jurídico para uma ideia de conjunto de regras e costumes religiosos conformados à vontade de Yahweh. (Epsztein, 1990, p. 61).

De qualquer forma, nota-se como são termos complexos para análise, que por vezes confundem-se nas Escrituras, principalmente quando os termos são desconhecidos em suas origens e traduzidos para o português, por vezes, simplesmente como justiça. Perde-se, com isso, a essência e clareza dos conceitos,

pois na maior parte das vezes as traduções existentes não conseguem expressar com profundidade o real significado das palavras para o contexto histórico envolvido na construção destas palavras e seu significado para os povos orientais, e em especial para Israel, de onde provém a Bíblia. Perde-se assim, pelo desconhecimento, profundos ensinamentos para a contemporaneidade. Além disso, se os termos forem mal compreendidos ou analisados a partir de pré-entendimentos errados, principalmente se considerado o significado atual de justiça e direito, podem originar equívocos e conflitos conceituais com conclusões equivocadas. Apenas um fato é inexorável: a justiça é uma preocupação exaustiva em todo o contexto do Antigo Testamento.

Ambas as palavras *mishpat* e *tsedaqah* até podem ser traduzidas simplesmente como justiça, dependendo do contexto. A ideia seria, no entanto, compreender mais profundamente os termos. Além disso, o conceito de justiça social pode também ser expresso nas Escrituras por outros termos, tais como *mesarim* que significa equidade.

Outras palavras como firmeza, fidelidade, bondade, paz, bondade, mandamento, ordenança, instrução, lei, correção, completude, também podem ser traduzidos como justiça e por isso mesmo é importante compreender bem os significados de ambos os conceitos separadamente e, posteriormente, analisar suas colocações em cada contexto (Leclerc, 2001, p. 8; Knierim, 1995, p. 86-87).

O que acaba de ser dito também é adequado para a variedade de palavras que pertencem para o campo da palavra da justiça. As palavras mais importantes pertencentes a este agrupamento são: retidão; firmeza; fidelidade; suficiência, paz; estatuto; gentileza; mandamento, ordenança; instrução; correção, advertência; completude. Estas palavras por si só equivalem a 3.800 referências - referem-se a outros aspectos além da justiça especificamente, mas ao mesmo tempo revelam aspectos implícitos na própria justiça. (Knierim, 1995, p. 87).

A palavra *mishpat* (מִשְׁפָּט) ocorre 420 vezes no Antigo Testamento. Deriva do termo *shafat*, e aparece associada com justiça e lei, porém possui uma variada gama de significados, normalmente referindo-se a uma sentença judicial, um julgamento, o ato de decidir algo ou um caso diante de um juiz; um direito legal, algo devido, um lugar de direito, lei, veredicto; governo, direito, justiça ou retidão tanto de Deus quanto de um ser humano. Pode indicar: julgamento, uma questão sob julgamento, o que é determinado por juízes ou legisladores, o que é certo, uma ação correta e justa,

justiça, pode indicar o sentido de uma legislação ou veredicto, a partir do exercício de alguém que possui a autoridade para sua execução, pois parte da tomada de decisão com alguém que possui autoridade para realizar a justiça. Porém é importante salientar que há várias conotações para a palavra, sendo importante por isso analisar cuidadosamente o contexto a fim de compreendê-lo com maior clareza dentro de cada perícopo, sendo que a mais comum é justamente em questões legais, jurisprudências, em vereditos, punições e libertações, lei, mandamento, direito legal, justiça.

. Por isso também o termo *mishpat* acaba tendo inúmeros significados, tais como:

- A. Julgamento
 - a. Ato de decidir um caso
 - b. Lugar, tribunal, sede do julgamento
 - c. Processo, procedimento, litígio (perante juízes)
 - d. Caso, causa (apresentado para julgamento)
 - e. Sentença, decisão (de julgamento)
 - f. Execução (de julgamento)
 - g. Tempo (de julgamento)
- B. Justiça, retidão, retidão (atributos de Deus ou do homem)
- C. Ordenança
- D. Decisão (em lei)
- E. Direito, privilégio, devido (legal)
- F. Adequado, montagem, medida, adequação, costume, maneira, plano (Lexicon, 2003, p. 892).

Mishpat refere-se não somente a questões legais, antes é um conceito mais amplo, pois consiste também em relacionamentos justos entre seres humanos e seus pares, com a criação e com o seu Deus, num movimento em direção à realização completa e harmoniosa do homem em sua comunidade.

Nos significados indicados como direito legal e justiça, parte-se de um veredito positivo em favor daquele que possui um caso justo, cuja alegação está certa, e assim um veredito é proclamado a seu favor. Nesta situação tem-se, por exemplo, a defesa de inocentes, e a justiça sendo feita a quem tem um direito adquirido usurpado. A *mishpat* neste caso confirma esse direito já existente e apoia a reivindicação correta do inocente. Assim *mishpat* está ligada à defesa de Yahweh para com os oprimidos ou do seu povo, e precisa ser realizada de acordo com o que é certo, justo e apropriado, de acordo com uma ordem, lei ou mandamento. Ela deve permear a conduta adequada em todas as esferas, tanto social quanto político e econômica da sociedade (Botterweck, 1997, v. 9, p. 86-97; Vaz, 2012, p. 1).

Tsedeq (sedeq) (צֶדֶק) e *tsadāq (s^edaqâ ou tsedaqah)* (צַדִּיק) são as palavras mais comuns de serem encontradas no texto sagrado e, apesar da aparente

semelhança por conta de terem uma raiz comum *tsdq* (ser retilíneo), possuem diferenças nos seus significados. São termos mais globais, e trazem a conotação de “ser verdadeiro”, “ser firme, reto”. O verbo da raiz *tsadeq* (צַדֵּק) diz respeito à justiça harmoniosa, às relações justas entre os seres humanos. (Santos, Rossi, 2022, p. 160).

Derivada de *tsedeq*, o adjetivo *tsaddiq* significa “justo” e, *tsadaq* (צַדִּיק) diz respeito à retidão como comportamento reto e íntegro. Segundo Vaz (2012), normalmente os dois termos são considerados com mesmo sentido, podendo significar retidão, justiça, comportamento justo, e pode-se referir ainda a atos de bondade ou compaixão, como os que são exigidos dos fiéis de Yahweh, que ajudem o pobre, a viúva, oprimido. O adjetivo *tsaddiq* (צַדִּיק), indica a qualidade da pessoa que faz o que é correto, o que é justo para com o seu próximo num sentido ético e não de julgamento (Santos, 2018, p. 175; Botterweck, Ringgren, Fabry, 1997, v. 12, p. 239-263).

Vaz (2012, p. 2) explica que o termo *mishpat* traduz-se por direito, que tem a ver com a ordem de direitos e exigências relacionadas a questões e decisões judiciais justas. Já *tsedaqah* e *tsedeq* formam “par”, ou se “encaixam” no termo *mishpat*, visto que não há como ter *mishpat* sem ter *tsedaqah* ou *tsedeq*. O contrário também é válido. Formam assim o que o autor chama de “*hendíadis*”, a ordem estabelecida por Deus para a comunidade israelita para que as pessoas se comportem e vivam de forma correta, íntegra.

Normalmente as palavras aparecem em binômio, indicando complementação mútua. Por isso, uma infração contra a justiça e o direito afeta a ordem natural, e isso no que diz respeito não somente ao ser humano individualmente, mas impacta, toda a sociedade. Enquanto não houver ajuste a ordem não é restaurada.

Impressiona o número de vezes em que duas destas três palavras surgem em binômio, sugerindo que cada uma delas complementa a outra. Os atentados contra a justiça são entendidos como ocasionando uma perturbação na ordem cósmica, que só poderia ser restaurada pelo perdão de Deus, não enquanto credor severo que põe em ordem dívidas, mas enquanto criador que repõe o ser humano na sua condição de ser amado por Ele e que repara os danos causados ao cosmo (Vaz, 2012, p. 2).

Assim sendo, entre todos os conceitos relacionados à justiça no Antigo Testamento, *tsadaq* (ou *sedaqah* como mencionado pelo autor) é o mais importante e natural por relacionar-se a qualquer tipo de relações na vida do ser humano, tanto

com Deus quanto com o seu próximo, mesmo nas disputas mais insignificantes. O termo pode ser tido como “o valor supremo da vida e o fundamento em que repousa toda a existência, se estiverem em ordem” (Von Rad, 2006, p. 359).

A interpretação deste conceito é diferente do que normalmente o ocidente está acostumado modernamente, como uma ideia mais abstrata e ligada a uma ética comportamental. O conceito hebraico diz respeito em relações justas e igualitárias entre os seres humanos, uns com os outros e implica em sua atuação e fidelidade para com a comunidade a qual pertence, sendo assim um conceito comunitário e não meramente individual.

Traz, portanto, uma responsabilidade comunitária e não somente do indivíduo para consigo mesmo em questões de fazer o que é certo. As palavras justiça e direito ocorrem juntas 75 vezes no texto bíblico, o que indica a relevância da relação entre os dois termos, e que implica muito mais do que igualdade, mas numa relação correta com Deus (a essência de toda retidão e justiça), com o outro (o próximo) e com a natureza criada (o cosmos).

Se avançarmos no tempo, veremos Jesus, reforçando essa premissa mostrando que o amor, o maior mandamento de todos, está intrinsicamente relacionado à questão da justiça e do direito, pois a expressão maior do amor é executar a *tsedeq* e a *mishpat*, ou seja, fazer para o outro o que deseja para si mesmo:

Os fariseus, ouvindo que ele fechara a boca dos saduceus, reuniram-se em grupo e um deles – a fim de pô-lo à prova, perguntou-lhe: Mestre, qual é o maior mandamento da Lei? Ele respondeu: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Mateus 22,34-40, p. 1.744).

A própria raiz da palavra, “*sdq*” indica uma relação real entre dois seres, pois trata-se de um conceito relacional. Família, amigos, tribo, povo etc. Há várias relações que podem ser abordadas dentro do termo, e o maior de todos está o relacionamento com Yahweh através do culto, mas também expresso através das ações justas. No contexto do Antigo Testamento, ser justo significa andar em retidão, o que significa que a pessoa deve se enquadrar em três aspectos essenciais: ético, forense e teocrático. O aspecto ético está ligado à como a pessoa se relaciona com o outro, o aspecto forense diz respeito à igualdade entre todos os seres humanos perante a lei,

independentemente de sua condição social, e o aspecto teocrático envolve obediência à lei de Deus (Santos, 2018, p. 175-176).

Quanto ao uso do termo *mishpat*, pode-se notar que ocorre em diversas passagens do Antigo Testamento, associado ou não ao termo *tsedaqah*. Muitas vezes os termos ocorrem em conjunto, e constituem-se conceitos fundamentais que por vezes relegados a segundo plano em diversos estudos bíblicos. Aparentemente a primeira menção explícita de justiça e direito na Bíblia está ligada diretamente à natureza de Deus e aparece claramente no episódio de Sodoma e Gomorra, em Gênesis 18, se considerada a disposição canônica dos livros. Primeiro observa-se um solilóquio, em que Yahweh reflete se revela ou não sua vontade a Abraão, e, por fim, revela sua intenção de visitar o pecado na planície

Yahweh disse consigo: “Ocultarei a Abraão o que vou fazer, já que Abraão se tornará uma nação grande e poderosa e por ele serão benditas todas as nações da terra? Pois eu o escolhi para que por ele ordene a seus filhos e à sua casa depois dele que guardem o caminho de Yahweh, realizando a justiça [*tsedaqah*] e o direito [*mishpat*]: desse modo Yahweh realizará para Abraão o que lhe prometeu” (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Gênesis 18,17-18, p. 56, grifo nosso).

Quando Abraão recebe a ordem divina de permanecer no caminho de Yahweh: “Pois eu o escolhi para que ele ordene a seus filhos e à sua casa depois dele que guardem o caminho de Yahweh, realizando a justiça e o direito; deste modo Yahweh realizará para Abraão o que lhe prometeu.” מִשְׁפָּט (*mishpat*) possui também o sentido de fazer o que é certo diante de Yahweh, como condição para que Abraão receba o que lhe foi prometido.

Já em Êxodo, refere-se às ordenanças e juízos dados a Moisés por Yahweh e, dentre as diversas ordenanças, encontra-se o termo *mishpat* associado à garantia do direito do pobre: “Não desviarás o direito do teu pobre em seu processo” (Ex. 23,6), no sentido de demanda judicial de não prejudicar o “teu pobre” (*ebion*), o indivíduo socialmente frágil, que precisa, carente, necessitado, sofrendo opressão e abuso e que precisa de ajuda e livramento, e com o qual aqueles que exercem autoridade deverão executar justiça e assim fazer o que é correto, não defraudando seus direitos. Assim prossegue durante todo o texto do Antigo Testamento.

Este são apenas alguns exemplos da aplicação dos termos. De uma forma mais pedagógica, as principais diferenças entre os conceitos aplicados a justiça e a direito são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 12 - Comparativo entre *tsedaqah* e *mishpat*

	<i>Tsedaqah</i>	<i>Mishpat</i>
Foco	Tem um enfoque mais ligado ao caráter compassivo e caritativo. Está ligada a ideia de retidão, justiça social e equidade. Envolve o ato de dar o que é devido especialmente aos mais vulneráveis da sociedade.	Tem um enfoque mais legislativo. É ligada a conceitos legais e sociais, diz respeito à aplicação correta da lei, imparcialidade e garantia de direitos. Envolve o estabelecimento de uma ordem justa e correção de injustiças sociais.
Natureza	Envolve uma ação voluntária baseada na compaixão e na misericórdia, uma forma de demonstrar o amor de Deus.	Por ser ligada a questões legais, trata-se de uma obrigação. A lei e a ordem social precisam ser observadas, e é um dever dos governantes garantir a justiça social para todos.
Exemplo	Defender os vulneráveis da sociedade, os oprimidos, doar para a caridade.	Um juiz ou governante aplicando a lei com imparcialidade. Defender aquele que não tem voz e nem vez, os direitos dos pobres e marginalizados, daqueles que são explorados, promulgar leis justas para a sociedade.
Conclusão	Justiça (retidão) baseada no amor e na compaixão.	Justiça (direito) baseada na lei e na ordem.

Fonte: Próprio autor, 2024.

Desta forma, é possível aludir que há uma diferença significativa entre os dois termos, apesar de normalmente serem traduzidos como justiça e equidade nas Bíblias em Língua Portuguesa, o que não expressa o real sentido das palavras e suas nuances e especificidades. *Mishpat* está mais intimamente ligado ao ato de defender uma lei ou julgamento, de garantir que as coisas tenham equilíbrio na sociedade, que haja ações justas a partir de um conjunto de regras estipuladas culturalmente por um povo. Um juiz atribuindo uma sentença justa, é *mishpat*. Já a *tsedeq* é um conceito mais amplo, pois diz respeito a um estado geral de equidade, proveniente de ações retas e dignas, provenientes de um espírito de retidão. Diz respeito justamente à

integridade, à retidão dentro de uma sociedade, é algo que é certo, não por conta da lei escrita, mas por conta da moral e da ética de uma sociedade. Uma sociedade em que todos têm uma vida digna e suas necessidades atendidas é *tsedeq*.¹⁴

4.1.1 *Tsedaqah e Mishpat* nos profetas

Tsedaqah e *mishpat* são conceitos importantíssimos ao se estudar a mensagens dos profetas. Como já citado, *tsedaqah* é normalmente traduzido para as Bíblias em português como simplesmente justiça, mas o conceito possui um significado mais amplo e profundo, que inclui integridade, fidelidade, ações justas. Já a *mishpat*, que normalmente é traduzida por direito em português, possui também ênfase na justiça, porém de cunho legislativo, de cumprimento da lei, de efetivação de uma lei, de juízo e decisões referentes ao sistema legal vigente, ou mesmo à justiça social no sentido de efetivação de direitos. *Mishpat* e *tsedaqah* são colocados em paralelo em textos como Amós 5,7, Isaías 5,16, entre outros e, por isso, por vezes são considerados como palavras sinônimas, por terem significados muito próximos

Percorrendo os profetas, percebe-se que a mensagem sobre a justiça é periódica. Estes homens são chamados para recordar a Israel sua verdadeira identidade e missão. Falando em nome de Yahweh, denunciam as práticas que vão contra o projeto inicial de Deus demonstrado na Aliança. Denunciam as injustiças cometidas pelos governantes, sacerdotes e líderes para com aqueles que deles dependiam. Declaravam os diversos pecados cometidos, sendo o pior deles o afastamento de Yahweh. Muitos juízos foram pronunciados, mas também mensagens de restauração, libertação e salvação num futuro com esperança (Bonnet *et al.*, 2005, p. 44; Verkindère, 2001, p. 6).

Nos profetas, *mishpat* aparece inicialmente no Proto-Isaías ligado às pessoas que mais sofriam com a desigualdade social na época do profeta “aprendei a fazer o bem! Buscai o direito, corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva! ” (Is 1,17). Essa denúncia profética é recorrente no livro. Os termos

¹⁴ Embora seja sutil, ainda há uma diferença entre *tsedeq* e *tsedaqah*: *Tsedeq* (טֶדֶק) – substantivo masculino, normalmente traduzido como retidão ou justiça. É o ser justo de acordo com um padrão moral e ético de uma sociedade. *Tsedeq* é o ideal.

Tsedaqah (תְּצַדִּיק) – substantivo feminino, é também traduzido como justiça, porém mais no sentido da ação, da efetivação da ação social, defesa da justiça na defesa dos necessitados. *Tsedaqah* é a prática, a ação. De qualquer forma, ambos os conceitos são dependentes e estão interligados inexoravelmente. (Epsztein, 1990, p. 61-62).

normalmente são associados a justiça e o direito, mais especificamente a garantia de direitos das viúvas e órfãos, principalmente devido ao contexto social que viviam. Muitas viúvas e órfãos da guerra, ficavam sem amparo, sem ajuda e sem esperança. Mais tarde, esse quadro piorou, principalmente em virtude da tomada de Israel Norte pela Assíria, quando então muitos israelitas migraram para Judá, o que acabou por gerar maior desigualdade social. Houve aumento da miséria e da fome.

Miquéias e Amós também fazem duras críticas às lideranças que deveriam cuidar para que a *mishpat* e a *tsedaqah* se concretizassem no seio desta sociedade. No entanto, não é isso que ocorre. Suas críticas sociais são ditas em nome de Yahweh. Os profetas creem que ele irá intervir e castigar aqueles que foram negligentes nas suas ações e responsabilidades. Amós é bastante duro em suas palavras para os que vilipendiavam a *tsedaqah* e a *mishpat*, e incentiva seu povo a buscar essas características e valores para si mesmos. (Kessler, 2013, p. 26-27).

Eles que transformam o direito **[mishpat]** em veneno e lançam por terra a justiça **[tsedaqah]**. [...] Pois conheço vossos inúmeros delitos e vossos enormes pecados! Eles hostilizam o justo, aceitam suborno, e repelem os indigentes à porta. [...] Procurai o bem e não o mal para que possais viver, e, deste modo, Yahweh, Deus dos Exércitos, estará convosco como vós dizeis! Odiai o mal e amai o bem, estabeleci o direito à porta; talvez Yahweh, Deus dos Exércitos, tenha compaixão do resto de José. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Amós 5,7;12; 14-15, p. 1.619-1.620, grifo nosso).

Em Miquéias, a *mishpat* aparece no texto por cinco vezes, em quatro versículos, e é traduzida de formas distintas para o português, sendo que nos quatro versículos (Mq 3,1; 3,8-9; Mq 6,8; 7,9) Deus decreta um julgamento, um veredicto baseado no que é moralmente justo. Uma Aliança é um acordo jurídico vinculado entre Deus e seu povo, e como parte da responsabilidade, os israelitas tinham a incumbência de obedecer aos princípios de Yahweh, alinhando suas vidas e a si mesmos naquilo que a Aliança lhes exigia. A fonte de justiça daquele povo era Deus, nada mais natural do que suas ações refletirem isso, pois Ele seria o juiz final de suas atitudes baseadas na prática ou omissão da Lei e da Aliança. Miquéias mostra que Yahweh requer práticas justas de seu povo.

“E eu digo: Ouvi, pois, chefes de Jacó e dirigentes da casa de Israel! Por acaso não cabe a vós conhecer o direito **[mishpat]**, [...]” (Mq 3,1).
 “Eu, contudo, estou cheio de força, (do Espírito de Yahweh) de direito **[mishpat]** e de coragem, para denunciar a Jacó o seu crime e a Israel o seu pecado. Ouvi, pois, isto, chefes da casa de Jacó e dirigentes da casa de

Israel, vós que execrais a justiça [*mishpat*], que torceis o que é direito [*yashar*]¹⁵”. (Mq 3,8-9).

“Meu povo, lembra-te do que maquinava Balac, rei de Moab? O que lhe respondeu Balaão, filho de Beor? Desde Setim até Guilgal, para que conheças as **obras justas** [*tsedaqah*] de Iahweh”. (Mq 6,5).

“Foi-te anunciado, ó homem, o que é bom, e o que Iahweh exige de ti: nada mais do que praticar a justiça [*mishpat*], amar a bondade [*hesed*]¹⁶ e te sujeitares a caminhar com teu Deus” (Mq 6,8).

“Devo carregar a ira de Iahweh, porque pequei contra ele, até que ele julgue a minha causa e restabeleça o meu direito [*mishpat*]; ele me fará sair à luz, e eu contemplarei a sua justiça [*tsedaqah*]”. (Mq 7,9).

(Bíblia de Jerusalém, 2.002, p. 1.637, 1.638, 1.642, 1.644, grifo nosso).

O uso recorrente da *tsedaqah* e da *mishpat* nos textos bíblicos, e principalmente pelos profetas, destaca a importância dos dois conceitos para a implementação de uma sociedade verdadeira justa.

Além disso, o conjunto dos termos *mishpat* e da *tsedaqah* denota quão importante é a execução do direito para realização da justiça, pois a direito (*mishpat*) só é efetivada em conjunto com a justiça (*tsedaqah*). Ambos os termos indicam aquilo que é ético, moral e esperado como correto, afinal de contas, não há como se ter a efetivação do direito sem antes ter-se integridade nas ações. Uma verdadeira busca pela justiça requer tanto a defesa de leis justas (*mishpat*) como uma vida de integridade e retidão (*tsedaqah*).

Através dos textos proféticos compreende-se que fazer justiça consiste em praticar o que Deus determina, julgar com retidão, garantir o direito a quem pertence sem distinção, e conduzir a sociedade a uma condição em que todos são tratados igualitariamente indistintamente, o que inclui os desafortunados e desvalidos, os pobres, os excluídos, os cegos, viúvas. O próprio Deus indica o que deve ser feito para exercer a *tsedaqah* e dá a *mishpat* por meio dos juízes e líderes. Para fazer *tsedeq* é preciso exercer a *mishpat*. Entretanto, ordinariamente, as duas palavras são utilizadas como sinônimos de retidão, de tratamento justo para e com os seres humanos, ou ainda ter a espécie de relacionamento que Yahweh requer de seu povo. Assim, fica mais simples compreender por que os cultos pomposos não agradavam a Deus, pois eram desconectados da vida e da vivência de uma fé genuína, que devia

¹⁵ הַיָּשָׁרָה - *ha yashar* – correto, direito, certo, honesto, honroso. Pode também indicar pessoa justa, honesta, correta, temente a Deus. É o caminhar em retidão, proceder de forma correta, estar certo. (Botterweck, Ringgren, Fabry, 1997, v.6, p. 438-441).

¹⁶ חֶסֶד - *hesed* – misericórdia, bondade. A ideia principal é ser abundante em bondade, em misericórdia pelo próximo. (Botterweck, Ringgren, Fabry, 1997, v. 5, p. 44-64).

passar pelo exercício prático da justiça e da misericórdia, principalmente para com aqueles que mais precisavam.

Tem-se assim uma dimensão da relação entre *tsedaqah* e *mishpat*, termos normalmente associados à justiça, mas que exprimem com muito mais profundidade a relação do ser humano para com Deus, consigo mesmo e com seu próximo, antes os termos estão intrinsecamente ligados também a normas morais e aos direitos humanos básicos. A indignação de Yahweh, expressa na mensagem profética, diz respeito não só a infrações morais cometidas pelos mais poderosos da terra, mas a opressão e violação dos direitos básicos dos mais humildes (Freedman, 1992, p. 4854-4856).

4.1.2 Yahweh e a relação entre justiça, direito e misericórdia

O Yahweh dos profetas, o Deus libertador de Israel, é entendido na Bíblia como um Deus de justiça que também exige uma conduta justa daqueles que o adoram. Essa conduta justa implica em muito mais do que rituais, mas sim uma relação justa para com ele e com o próximo (Ex 20,1-17). Nenhuma pessoa ou classe de pessoas tinha o direito de ter tudo enquanto outro estaria sem o necessário para viver. Isso incluía o uso de pesos e medidas justos e a proibição de usar status ou poder superior para tirar vantagens dos pobres. Por conta disto, no Antigo Testamento, o conceito de justiça e direito aparecem antes do conceito de compaixão e misericórdia.

A temática da misericórdia, no Antigo Testamento, conecta-se com o tema da santidade e justiça. A fé no Deus misericordioso remete os seus seguidores à prática da justiça, com o compromisso de mudança da realidade, pautados em valores diferentes do vigente. [...] A mensagem da misericórdia toca a existência, ele é encarnado, é social e não somente espiritual. O aspecto visível da misericórdia consiste na solicitude de Deus com os mais fracos [...] com intendo de promover descanso e alívio em favor dos mais necessitados (Dt. 5,1-18). A proximidade encarnada acentua a necessidade da denúncia da opressão e da falta de justiça, de acordo com o pensamento profético. (Souza, 2019, p. 459).

A compaixão e a misericórdia sempre estão presentes na atuação de Deus para com seu povo no decorrer da história, através de uma mensagem de esperança e vida, que protege e busca novas oportunidades e possibilidades, principalmente aos mais fragilizados da sociedade. A justiça hebraica, portanto, abarca vários valores muito além do âmbito jurídico, mas há uma conexão entre o ser humano com Deus,

com seu próximo e com a própria natureza ou cosmos, numa relação de ética e de respeito. Por isso também a justiça é social, ou seja, não está desvinculada de forma alguma da realidade social dos seus interlocutores.

Os israelitas deveriam ter como princípio básico de convivência com Deus e com seu próximo a prática da *tsedaqah* e da *mishpat*. São princípios, antes de qualquer coisa, relacionais. Um estrangeiro que viesse a viver em paz em meio ao povo de Yahweh deveria ser tratado com dignidade, pois da mesma forma, Israel fora estrangeiro no Egito e deveriam lembrar-se da misericórdia e da justiça, e de como foram libertos da escravidão e da opressão. O juiz de toda a terra executaria justiça e o juízo quando fosse necessário para com aqueles povos nos quais a conduta não era aprazível a Ele (Sl 94,2-4), mas para a nação de Yahweh cabia exercer a *tsedaqah* e a *mishpat*, ou seja, praticar direito e justiça.

O juízo evoca a ideia de um tribunal, de uma sentença, afinal um juiz que tem o poder de condenar ou absolver. Esse também é um dos significados da palavra *mishpat*. A Lei divina se impõe a todos os juízes e líderes terrenos, os quais possuem a obrigação moral e religiosa de executar o direito e a justiça para com aqueles que a ele recorrem e necessitam. Os códigos e leis israelitas serviam neste caso para assegurar os princípios do direito civil e penal: O Código da Aliança (Ex 20,22-23,19); a Lei da Santidade (Lv 17-26); o Código Deuteronomico (Dt 12,2-26,15).

Entretanto, apenas leis não garantem ações justas, pois é importante que o próprio ser-humano tome suas decisões pessoais em direção à justiça. Por isso mesmo, muitas situações de injustiças ocorreram ao longo da história israelita, pois aqueles que deveriam cuidar da nação tinham feito escolhas equivocadas e buscavam mais seus próprios interesses do que realizar o que deles era esperado por Yahweh. Todo o texto profético está cheio de situações e denúncias quanto a quebra da *tsedaqah* e da *mishpat*, principalmente por parte das lideranças e, em consequência, o povo mais fraco e humilde foi o que mais sofreu com os golpes das injustiças sociais cometidas. Os profetas levantaram-se assim como pessoas incumbidas por Yahweh para orientar e ensinar o caminho reto e justo, aconselhar os reis e líderes, mas tinham também o encargo de denunciar as injustiças cometidas por aqueles que deveriam executá-las (Am 8,4-6) (Bonnet *et al.*, 2005, p. 32).

Da mesma maneira como Yahweh era justo e pedia justiça, nada mais natural também que os israelitas esperassem que seus líderes (rei, juízes, sacerdotes, profetas e todos que exerciam alguma liderança entre o povo) também fossem justos

e misericordiosos para com o povo. Os líderes deveriam refletir a natureza de Yahweh através de suas ações, ser absolutamente justos e irrepreensíveis, agindo como agentes do Deus santo na terra. Mas ao contrário, tornaram-se corruptos, pervertiam o direito dos pobres e os exploravam em troca de poder e dinheiro. Corromperam de tal forma que não honraram o cargo para os quais tinham sido designados, achando que nada poderia lhes acontecer.

Entretanto, com o tempo, tais leis foram vilipendiadas. Reis, legisladores e líderes do povo já não cumpriam o que fora determinado anteriormente no Código da Aliança e no Código Deuteronômico, gerando desequilíbrio na sociedade. Os oprimidos esperavam que Yahweh os socorresse, e a Ele clamavam pedindo justiça para poderem desfrutar suas vidas com dignidade e paz. Observa-se assim que o sistema que estava operando no poder ia de encontro justamente ao que era esperado por Yahweh, afinal o que se espera é que num sistema impere a justiça, a paz seja abundante. Pelo contrário, o que se tinha era um sistema opressor, que infligia a *tsedaqah* e a *mishpat*, e que operava de forma violenta e exploratória a população mais fragilizada e socialmente fraca.

Toda a Escritura mostra que Yahweh é um Deus justo (*tsaddiq*) em todos os seus caminhos. É um juiz justo que não faz distinção entre as pessoas e que não pode ser corrompido, que não favorece nem o rico e nem o poderoso, muito pelo contrário, ao estrangeiro, à viúva e ao órfão (Dt 10,17-18; 27,19). Como um atributo divino, buscar a justiça implica alcançar a integridade da criatura, sua plenitude, e seu fim é a paz. Mas o que seria preciso para cumprir essa plenitude na vida humana?

A justiça de Deus está relacionada com a questão ética, pois através das decisões e escolhas o homem pode optar por ser ou não ético, por agir com justiça ou não com seu próximo, a sociedade e até mesmo com o próprio mundo criado. Os profetas são enfáticos em afirmar que não há como ter uma religião justa com Deus sem, no entanto, ter uma relação ética com outros seres humanos e com a criação. Mais do que uma força ou norma ideal, a justiça divina é relacional e exige uma postura em prol do outro: família, amigos, sociedade. Tais ações também implicam em atitudes em prol da criação divina, visto que todos os seres vivos necessitam do maior bem comum que se tem: a Terra.

Coletivamente, as instituições também são promotoras da justiça na sociedade. Por menor que seja uma comunidade, os serviços realizados pelas instituições afetam a todos. Instituições religiosas, governamentais e judiciais são essenciais na

preservação e efetivação da justiça. A lei humana constitui-se na expressão da vontade de Deus através de uma norma que as pessoas deveriam obedecer visando a paz de todos e a garantia de direitos fundamentais. São exigências para o homem para sua justa relação com o mundo, para com seu próximo e para com Deus. A lei é para ajudar o homem a realizar os intentos justos, para que todos os seres humanos tenham acesso e obtenham a justiça.

Os profetas proclamavam a vontade de Yahweh para uma sociedade justa e equânime. Acusam violações, defendem o injustiçado e mostram a urgência e o dever como mais importantes. Por isso a lei é justa, pois estabelece fatores necessários ao estabelecimento da justiça. No entanto, por si só a lei não passa de palavras. Na sua prática é que a justiça realmente se concretiza. Por isso o Espírito da Lei vem através da justiça, ligada com a equidade, o amor e a misericórdia (Gonzalez, Lohfink, Von Rad, 1976, p. 84-89).

A justiça consiste numa tarefa não para um indivíduo ou alguns escolhidos, mas para todo ser humano e mais do que isso, é uma prática que produz esperança e produz uma luta contínua contra o mal, as violências e violações dos direitos humanos. A sua meta é o que a Bíblia chama de Reino de Deus, que é um reino de plena justiça e de paz. À medida que a justiça vai se perpetuando, mesmo nas atitudes pequenas, ali o reino de Deus está presente. Sem dúvida os profetas são porta-vozes da justiça, mas impregnada pela compaixão e misericórdia de Yahweh. Suas mensagens continuam atuais e relevantes para uma sociedade que deturpa os direitos humanos, na qual há tantas opressões e corrupções. Constitui-se num chamado para que o povo de Deus mantenha sua fé e valores alicerçados na fidelidade e justiça de Deus, mesmo em tempos difíceis.

4.1.3 Compreendendo *Tsedaqah* e *Mishpat* no Proto-Isaías

No Proto-Isaías o termo *mishpat* é encontrado 22 vezes, 11 vezes no Segundo Isaías e 9 vezes no Terceiro Isaías, somando 42 ocorrências do termo em todo o livro. Já a *tsedaqah* possui 25 ocorrências no livro de Isaías, sendo 8 no Proto-Isaías, 10 no segundo Isaías e 7 no terceiro Isaías (Strong, 2001 e 2002). Segue um resumo das diferentes abordagens sobre justiça em cada uma das sessões do livro (Leclerc, 2001, p. 14):

- Isaías 1-39 – Mensagens de justiça direcionada às lideranças de Judá e Israel, tais como anciãos, magistrados, pastores e príncipes, mas particularmente com os governantes e o rei escatológico;
- Isaías 40-55 – Justiça expressa na mensagem do Servo de Yahweh;
- Isaías 56-66 – Yahweh é o fiador da justiça de uma comunidade sem esperança e desanimada.

É justamente na passagem de Isaías 1,17 que é possível encontrar a primeira menção dos dois conceitos relacionados: *tsedaqah* e *mishpat*. Entretanto em todo o livro de Isaías os termos são citados incontáveis vezes, visando a garantia de direitos da parcela da população israelita mais fraca e vulnerável e alertando os dirigentes para que prestassem atenção a essas pessoas e não as oprimissem, pois estariam desobedecendo ao projeto original da aliança com Yahweh.

Isaías 10,2 “Ai dos que promulgam leis iníquas, os que elaboram rescritos de opressão para desapossarem os fracos do seu direito e privar da sua justiça os pobres do meu povo, para despojar as viúvas e saquear os órfãos”. Novamente há correlação entre fazer o que é certo, correto com assegurar o direito daquele que precisa, do necessitado. *Mishpat* aqui relaciona-se com *din* (דִּין) [*mid-din* מִדִּין – da justiça], julgamento (processo na justiça), e a falta de um julgamento justo implica numa perversão da aliança e em falta de *mishpat* (de se fazer o certo, o correto, garantir o direito). (Freedman, Myers, Beck, 2000, p. 757; Freedman, 1992, p. 4854-4856).

Isaías 5,7, “Pois, bem, a vinha de Yahweh dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá são sua plantação preciosa. Deles esperava o direito (*mishpat*), mas o que produziram foi a transgressão (*mispach*), esperava a justiça (*tsedaqah*), mas o que apareceu foi um clamor por socorro (*tsedaqah*).” Neste versículo, inclusive, ocorre um interessante trocadilho entre os termos. Em Isaías 58,2 “E, no entanto, eles me buscam todos os dias, mostram interesse em conhecer os meus caminhos como se fossem uma nação que pratica a justiça (*tsedaqah*), que não abandona o direito (*mishpat*) estabelecido pelo seu Deus. Pedem-me leis justas, mostram interesse em estar junto de Deus!” (Croatto, 2000, p. 67).

No Proto-Isaías, a relação entre a *mishpat* e a *tsedaqah* busca a efetivação da justiça e realização social. Isso fica explícito no cântico da vinha, no tribunal e na expectativa messiânica, na qual o rei futuro deverá ser uma pessoa íntegra, reta, caracterizado como alguém cheio do Espírito de Yahweh, que julgue (exerça a

mishpat) com justiça e retidão (*tsedakah*) (Is 11,4-5). Neste sentido, a terra se encherá do conhecimento de Yahweh, pois pela união da *mishpat* com a *tsedakah* ações justas são efetivadas em prol tanto de indivíduos quanto de toda a sociedade.

Desta forma, tem-se que as duas palavras se encontram relacionadas e dependentes entre si, sendo a *mishpat* (direito) efetivado por pessoas que pratiquem a *tsedakah* (justiça, retidão), indicando que o projeto divino se realiza na história mediante a intervenção de Yahweh, mas também com ações humanas em prol da justiça e ordem social pela adesão à prática da retidão.

4.2 JUSTIÇA SOCIAL DENTRO DO CONTEXTO PROFÉTICO

Conhecendo-se os conceitos hebraicos relacionados aos termos direito e justiça, é possível então conceituar justiça social como ações deliberadas destinadas a apoiar os vulneráveis para que tenham uma vida justa e digna, com liberdade de toda e qualquer opressão.

As Escrituras citam a necessidade do cuidado com os mais fragilizados da sociedade israelita: o órfão, o pobre, a viúva e o estrangeiro (Dt 10,12-22; 14,28-29; 16,9-12; 24,17-21; 26,12-15; 27,11-26; Sl 10,17-18; 18,1-8). Frizzo (2009, p. 34) salienta que o objetivo de destacar esse grupo se dá principalmente em virtude aos aspectos econômicos e sociais decorrentes da época, e implica também em outros agrupamentos menos favorecidos da sociedade, tais como os levitas que não tinham posses, os escravos e pessoas marginalizadas e à margem da sociedade da época. As leis criadas tinham como um dos objetivos, proteger e garantir os direitos desses grupos vulneráveis.

Esses grupos são apresentados nos textos do Deuteronômio de modo bem definido. Aparecem sempre ligados ou relacionados às suas realidades materiais. Surgem como aqueles que não têm, ou se viram diante da experiência da expropriação, como resultado de relações injustas, impostas por um regime de violação de direitos. A pobreza ou a condição de pobre não é algo natural, mas entendida como resultado da situação de violência e da injustiça. (Frizzo, 2009, p. 20).

Kramer (2010), cita que no Código Deuteronômico, os pobres não eram necessariamente pessoas que viviam na pobreza, mas sim aqueles que eram “economicamente fracos e legalmente dependentes”. As leis funcionavam como uma garantia de assistência social para esses grupos, considerados os mais frágeis da

sociedade israelita; “Estrangeiro, órfão e viúva estão protegidos pela lei e por Deus, seu Advogado e Libertador” (Kramer, 2010, p. 247).

A crença e a convicção na intervenção de Iavé na libertação dos israelitas da escravidão egípcia levam seus adeptos e veneradores a ter atitudes semelhantes em prol dos estrangeiros, escravizados, marginalizados e excluídos onde se vive e se faz história. Este é o pano de fundo, a fundamentação e a inspiração do redator da legislação deuteronomica. Com seu Código Deuteronomico, ele visa criar um tal conjunto de leis para que a sociedade israelita se torne aquela sociedade que Deus quer que ela seja: nova, justa, alternativa, igualitária, de partilha e de solidariedade, sem escravizados, marginalizados, excluídos e empobrecidos. (Kramer, 2010, p. 247).

Observa-se que muitas leis estabelecidas em Israel foram justamente para a proteção destes fragilizados da sociedade, garantindo-lhes meios concretos subsistência e garantia de seus direitos fundamentais a fim de que não houvesse nenhum pobre entre os israelitas: “É verdade que em teu meio não haverá nenhum pobre, porque Yahweh vai abençoar-te na terra que Yahweh teu Deus te dará, para que possuas como herança [...]” (Dt 15,4).

A justiça social que a lei ¹⁷ estabelece busca garantir a assistência e promoção social, explicitada pela *mishpat*, demonstra isso claramente, refletindo a imagem de Yahweh, o Deus que os libertou da escravidão, também os protegeu e supriu, garantindo sua subsistência e sobrevivência, mesmo em meio a condições tão adversas que passaram durante o período do deserto, conforme descrito no Êxodo.

Dentre as leis que beneficiavam os mais vulneráveis na sociedade israelita, as leis de assistência e promoção social encontradas no Pentateuco, mais especificamente em Deuterônomo (Dt 5,12-28), pode-se citar: o Sábado (repouso semanal – Dt 5,14), sacrifícios (Dt 12,7.12), dízimo anual e primogênitos (Dt 12,18; 14,26-27), dízimo trienal (Dt 14,29; 26,12-13), oferta dos primogênitos (Dt 15,20), Festa de Pentecostes (Dt 16,11), Festa das Tendias (Dt 16,14), feixe esquecido na colheita (Dt 24,19), respiga (Dt 24,20-21), primícias (Dt 26,11). (Epsztein, 1990, p. 128-162; Kramer, 2010, p. 251, 253-261).

¹⁷ A legislação deuteronomica continha leis litúrgicas, socioeconômicas, penais, leis sobre os deveres e os direitos das autoridades como os juízes, sacerdotes, reis e profetas e bênçãos e maldições. Esses conjuntos legais eram provavelmente mais reduzidos na época do rei Josias do que são hoje no atual livro do Deuterônomo, porque eles receberam acréscimos durante o exílio e depois dele, a tal ponto que seria mais exato falar em legislação deuteronomica e deuteronomista. (Kramer, 2010, p. 251).

4.2.1 A mensagem dos profetas e a justiça social

Assim como atualmente, existia uma necessidade muito grande de justiça social no tempo dos reis e profetas de Israel. Na prática, a justiça e o direito bíblicos eram preferenciais para os indivíduos mais fracos, pobres e indefesos da sociedade israelita, isso porque no âmbito das relações sociais e comunitárias, estes eram os que mais necessitavam dela. Por isso mesmo as exigências da execução da justiça e do direito eram direcionadas aos mais poderosos e fortes na sociedade. Não se trata de uma justiça distributiva, que se estendem sem discriminação a todos, e sim uma justiça social, que se estende e cuida dos mais vulneráveis da comunidade. Acima de normas e leis, a justiça bíblica se traduz em atos práticos que devem ser realizados em favor do próximo, particularmente dos mais necessitados.

Os profetas tornaram-se arautos da justiça e do direito. Os ideais dos profetas estavam alinhados com a legislação do Pentateuco e seu desejo era que as leis fossem realmente cumpridas na sociedade israelita a fim de que garantir a paz e a prosperidade. Afinal, o povo de Yahweh deveria obedecer aos seus preceitos e seguir suas ordenanças e mandamentos. Assim também justiça era marcada por um caráter fundamentalmente religioso.

Além disso, é interessante observar como o conceito de justiça para os profetas está ligado à liberdade e não a condenações e prisões. A justiça de Yahweh traz libertação aos cativos e aprisionados, aos oprimidos por um sistema injusto. Assim, Yahweh aquele que liberta os oprimidos. Seu desejo é que se observe a *mishpat* e a *tsedaqah*, principalmente por parte daqueles que tem o poder para exercê-las. Os comandos divinos incluem ações positivas em prol dos mais fragilizados da sociedade, proibindo maus tratos (Êx 22,21), opressão ao estrangeiro (Êx 22,22), cuidado com a viúva e o órfão. Estes são preceitos que inicialmente são éticos, pois não eram apenas para oferecer justiça aos maltratados, mas dar-lhes dignidade e oportunidade à igualdade de tratamento. As leis chegam até mesmo a proteger as capas que os pobres usavam, para que tivessem com que se cobrir à noite, entre outras medidas como a não cobrança de juros dos pobres, não remoção de marcos territoriais, pagamentos corretos aos servos (jornaleiros) para que tivessem o que comer no dia etc.

Os profetas criticavam a falta dos poderosos, das lideranças nacionais. Dentre as classes criticadas encontra-se não somente o rei, mas também os administradores,

juízes, anciãos, chefes e sacerdotes. Mas tais críticas não eximiam de forma alguma o rei, pois afinal ele era o principal responsável e representante da justiça divina.

4.2.2 O rei como representante divino da justiça e do direito

A justiça estava intrinsicamente ligada à religião e a monarquia. A medida do avanço histórico e com o advento da reforma deuteronomista, o rei concentra ainda mais esse poder passando a ser considerado a manifestação visível do poder de Deus, e por consequência, imbuído e julgar com retidão e justiça.

E disseram-lhe: tu envelheceste, e os teus filhos não seguem o teu exemplo. Agora, portanto, constitui sobre nós um rei, que exerça a justiça sobre nós, como acontece em todas as nações [...] O povo, no entanto, recusou-se a atender a palavra de Samuel, e disse: Não! Nós teremos um rei e seremos nós também como as outras nações; o nosso rei nos julgará, irá à nossa frente e fará as nossas guerras. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, 1 Sm. 8,5; 19-20, p. 399).

A monarquia não foi uma construção original de Israel, mas uma imitação da forma de governo dos reinos adjacentes. Foi um período de grande conflito, principalmente em virtude da concentração de poder e riquezas favorecendo as lideranças nacionais em detrimento às classes mais populares, que eram deixadas em segundo plano (pobres, órfãos e viúvas). Tais atitudes do rei e demais lideranças e pessoas poderosas da época foram severamente criticadas pelos profetas. A teologia real trouxe consigo um pesado ônus para a nação, principalmente no que diz respeito às questões sociais. Israel, ao pedir um rei (1 Sm 8,20), solicita alguém que exerça sobre a nação e os súditos o direito (*mishpat*) e a justiça (*tsedaqah*) tal qual os reinos vizinhos¹⁸. “Estas duas palavras fundamentam a ideologia real no Antigo Oriente Médio e, conseqüentemente, a teologia real de Israel” (Silva, 2015, p. 255).

¹⁸ Esta teologia real tão complexa parece que pode ser resumida, no entanto, em duas palavras que se encontram em numerosos textos e que parecem recolher todas as virtudes e capacidades que se esperavam do soberano; são, em babilônico, as palavras *kittu* e *mesharu*. Na palavra *mesharu* se identifica a raiz do hebraico *yashar* (estar direito), normalmente traduzida por “direito”, porém, aplicada ao rei, “significa pôr todas as coisas em ordem para que cada um dos súditos possa prosperar no país”. *Kittu*, originalmente é firmeza, solidez e duração, e costuma ser traduzida por “fidelidade”, porém, aplicada ao rei, significa que ele deve oferecer solidez e segurança aos súditos. “Estas duas palavras passaram aos semitas do Oeste – quer dizer, à região siro-palestina –, já desde o reinado do babilônio Hammurabi. Porém nestas regiões o binômio se transformou: *mesharu* se converteu em *m(y)shr*, e *kittu* foi substituído por *sedeq/sedaqah* (o nome hebraico da “justiça”) (Collin, 1994, p. 14 *apud* Silva, 2015, p. 255).

O rei tinha função de juiz, sendo a última instância de apelação, para quem não possuía outra forma de defesa. Era função do rei defender as pessoas espoliadas de seus direitos, atender ao clamor de quem não tivesse ninguém em sua defesa. Por isso, encontravam proteção no rei, principalmente os débeis, desamparados e oprimidos. Enfim, o rei era o advogado dos pobres, o chamado juiz de Israel. (Silva, 2022, p. 41).

A prática do direito e da justiça dá legitimidade ao rei e ao seu reinado. Ele é o juiz supremo, estabelecido por Deus a fim de conduzir o seu povo a um estado geral de bem-estar e justiça social, dando dignidade a todos os seus súditos. Ele é o representante de Yahweh na terra, o mediador divino que deve estabelecer a justiça e o direito. Segundo Silva (2015, p. 256-257), essa é a ideologia, uma teologia real, em que o rei, escolhido por Deus, deve pastorear a nação israelita como o representante oficial de Yahweh. Seu governo era considerado bom se houvesse realmente a prática do direito e da justiça, pois a prática se traduz como serviço efetivo pelo seu povo.

Normalmente as situações mais conflitantes eram levadas ao rei, porém esse contava com a ajuda de juízes ou magistrados nas cidades, os quais eram instituídos pelo rei e o auxiliavam nas demandas mais simples. Entretanto, quando as causas eram mais difíceis eram levadas até o rei, que deveria julgá-las com sabedoria e entendimento (1 Rs 3:28; Pv 16:10). O rei era o foco da justiça, pois através dele os desvalidos e desprotegidos encontrariam a sabedoria de Deus. Deus protegia o fraco e oprimido através das ações do monarca.

O rei israelita recebe de seu Deus as virtudes de direito e de justiça, *mishpat* e *çedaqah* (Sl. 72,1), assim como faraó recebia de Rê – o deus supremo – Maât, a justiça ou a verdade; o rei babilônio recebia de Marduk Kittu e *mêsharu* e o rei fenício possuía a retidão e a justiça divinizadas (*mshr* e *çdq*). A exemplo de outros soberanos no Antigo Oriente Médio é conferido ao rei israelita o dever de proteger os fracos e os pobres, as viúvas e os órfãos. Mas em Israel, o rei não é Deus, como o faraó, nem seu suplente, como o príncipe babilônico. A submissão do rei à vontade Javé permanecia constante; instrumento e servo de Deus, deve agir segundo a vontade divina (Epsztein, 1990, p. 129).

Diferentemente dos demais reis das nações do Oriente Médio, em que o rei era considerado uma divindade, em Israel o rei era o representante legal e principal defensor da justiça. Suas ações deveriam expressar a justiça divina. Durante o período da monarquia, o rei detinha em suas mãos tanto o poder administrativo quanto o executivo, ou seja, seu papel era instrumental e funcional. A vida do rei era seu

povo. Sua vida deveria ser a serviço do seu povo, pois era o chefe das tribos e considerado o representante de Yahweh, o que não o isentava de cumprir as leis.

Segundo Trapiello (2016, p. 34), é a partir do reinado de Davi que o rei aparece como o juiz por excelência, mas com o desenvolvimento da sociedade israelita, houve a necessidade de se criar instituições que colaborariam nas demandas, os chamados tribunais locais de justiça. Várias passagens confirmam a concepção israelita de justiça outorgada ao rei. Por exemplo: “Davi reinou sobre todo o Israel, exercendo o direito e fazendo justiça a todo o povo” (1 Sm 8,15) ou quando Salomão assumiu o reinado de Israel, pedindo sabedoria para julgar com justiça o povo (1 Rs 3,9) e posteriormente, quando julgou com sabedoria e justiça a causa de duas mulheres (1 Rs 3,28).

Na verdade, o rei de Israel - que, ao contrário de outros reis orientais, nunca aparece dotado de poder legislativo - claramente tinha o poder judiciário sobre todo o seu povo, e claro, também o poder administrativo. E o rei exercia tal poder judicial de forma absoluta e decisiva [...] a sentença do rei sempre aparece como algo pessoal dele, sem referência a uma lei de Estado. Precisamente por isso, a tarefa judiciária do rei era considerada importantíssima. “Fazer justiça era o ato régio por excelência”. (Trapiello, 2016, p. 34-35).

O rei era considerado então o salvador do povo em todos os sentidos: externamente, defendendo seu povo dos inimigos, e internamente, garantindo a prosperidade, a paz, a tranquilidade e a ordem interna da comunidade. Compreende-se que tal meta só seria possível realmente com uma justiça social efetiva, sem abusos e opressão no seio da comunidade. Por isso a importância da justiça e do direito pelo rei, a fim de que a justiça social fosse garantida, sem abusos e opressões por parte dos mais fortes em relação aos mais frágeis desta sociedade. Desta forma, o bem-estar de todos seria plausível. “O rei faz o país prosperar pela justiça” (Pv 29,4a).

As leis do rei (Is 8,11-18; Dt 17,14-20) alertam o monarca a não cometer atos arbitrários e a submeter-se integralmente à lei divina. Toda a sociedade israelita está sob sua responsabilidade, portanto, ele deveria ser digno e estar à altura do cargo que estava ocupando, exercendo-o com zelo e respeito pela lei divina (Epsztein, 1990, p. 131). Além disso, o texto bíblico também salienta que esforço pela efetividade da justiça exigia grande imparcialidade por parte não somente do monarca, mas também daqueles que eram outorgados e responsáveis pela sua execução: “Não cometeis

injustiça. Não farás acepção de pessoas com relação ao pobre, nem te deixarás levar pela preferência ao grande: segundo a justiça julgarás o teu compatriota” (Lv 19,15).

O Salmo 72 que traz um modelo de um rei ideal, apresenta uma ênfase especial sobre o cuidado real com os mais frágeis. Não deveria abusar do poder em favor próprio, para seus próprios interesses e deleites, oprimindo o povo com altos impostos, serviços desnecessários, vassalagem ou mesmo outra forma de exploração. A garantia da justiça social era, portanto, a área onde o rei deveria demonstrar sua habilidade de governo, de líder do povo, porém submetido a Yahweh. Deste modo, a teologia do rei, a chamada “Teologia do Templo” ou javista, que tinha o princípio a fé monoteísta, com Yahweh como único senhor (Dt 6,4) exigia que o rei fosse obediente integralmente aos preceitos da Lei Deuteronomica e, implicitamente, que a lei da justiça de Yahweh fosse a base para os diversos relacionamentos na sociedade israelita, tanto com Deus como do homem com seu próximo, sem discriminação de classe social.

4.2.3 Conceito de justiça social em Isaías 11,1-9

A ideia de um rei como defensor da justiça e do direito e defensor dos mais vulneráveis da sociedade tornou-se um conceito tão arraigado no Antigo Israel que se chegou ao ponto de se idealizar este novo governante, um verdadeiro protótipo ou modelo do que seria um rei justo. Logicamente, tal ideal ficou longe de ser atingido pelos reis que se sucederam ao longo dos anos e o ideal real foi deturpado e traído sucessivamente pelos monarcas que subiram ao poder.

O profeta Isaías viveu uma realidade muito conturbada politicamente em Judá no séc. VIII a.C., tanto externamente, quanto internamente. Presenciou a ameaça de invasão da Assíria, mas são os problemas internos que mais o preocuparam e conduziram suas inquietações com a justiça social no reino. Durante a infância e juventude do profeta a nação judaíta passou por um período de grande prosperidade durante o reinado do rei Ozias, o que aparentemente trouxe consigo orgulho e opulência, principalmente por parte das lideranças nacionais: “Sua terra está repleta de prata e ouro, os seus tesouros não têm fim; sua terra está repleta de cavalos, e seus carros não têm fim” (Is 2,7). Houve grande desenvolvimento do exército (2 Cr 26,11-15), realização de várias construções (2 Cr 26,6-9) e expansão de atividades agrícolas e pastoris no território de Judá, com estabelecimento de vários novos

assentamentos de camponeses (2 Cr 26,10). Com a morte de Ozias, subiu ao trono Joatão, porém a situação de prosperidade econômica perdurou ainda durante algum tempo. Somente no final do reinado de Joatão é que os problemas externos começaram a ameaçar realmente a política interna da nação (2 Rs 15,37) (Sicre, 1990, p. 257).

Já os reinados de Acaz e Ezequias são marcados por perda de poderio socioeconômico, devido principalmente à guerra siro-efraimita e ameaça de invasão até a derrota do reino de Judá. A guerra siro-efraimita provoca perda de territórios e consequente prejuízo na produção e comércio de bens. Acaz recorre aos assírios para socorrê-los e protegê-los dos Sírios, o que os envolve em uma nova situação tributária (2 Rs 16,8). Além disso, muitos israelitas do reino do Norte (Israel) buscaram abrigo em Judá, o que provavelmente trouxe severas consequências sociais e econômicas. Segundo Sicre (1990, 259), muitos destes israelitas que buscaram refúgio em Judá eram ricos e quiseram garantir seu futuro, comprando terras e casas, o que ocasionou a formação de grandes latifúndios (Is 5,8-10; Mq 2,1-4). No reinado do rei Ezequias, grande parte da receita interna acaba indo para o pagamento do tributo anual. Houve perda de inúmeros territórios e necessidade de construção de aquedutos, possivelmente para provisionamento de água para a cidade em um possível cerco.

Tais preocupações faziam parte da vida do profeta, e podem ser sentidas em todo o Proto-Isaías. Apesar de ter um alto nível social e fazer parte da corte de Judá, desloca suas preocupações para os pobres e oprimidos da nação. Denuncia fortemente as injustiças cometidas, especialmente pelos grandes latifundiários. Por conta de sua educação e status social, não tem receio de afrontar os poderosos de sua época e nem teme confrontá-los com suas mensagens. Há, sem dúvida, muitas interlocuções e questionamentos sobre acréscimos realizados no texto. Buscou-se ao longo dos anos a distinção entre o que pertence ou não a Isaías, no entanto Sicre (1990) salienta que a escola isaiana não modificou o pensamento do profeta, antes completou-o e esclareceu o que o profeta tinha em mente.

[...] a escola de Isaías não modificou essencialmente o pensamento do profeta; enriqueceu-o e completou-o, sem se afastar de suas diretrizes. Isso explica textos como Isaías 9,1-6 e 11,1-5(6-9), de cuja autenticidade muitos comentadores duvidam, sejam analisados. Relega-los ao estudo da justiça posterior (final da monarquia, anos do exílio) não tem sentido. Não se trata de blocos erráticos, mas de textos que adquirem significado no contexto dos doze primeiros capítulos e completam o que até então se disse sobre o tema. (Sicre, 1990, p. 255).

Isaías destaca até o capítulo 12 como Israel seria assolado e purificado (Is 10,16-19) e Judá passaria pelo mesmo processo (Is 10,23-37), mas haveria um remanescente (Is 10, 28-34). Todo este processo iria preparar a vinda de um rei justo (Is 11,1-9) que seria capaz de trazer a paz e a unificação dos reinos através do poder de Yahweh, quando então seria possível um cântico final de vitória, expresso em Isaías 12. O tema da justiça continua presente no texto isaiano, envolto em situações políticas externas com a Assíria e internas, com guerras e finalmente a dispersão do povo. Há, entretanto, uma promessa de salvação pela efetivação do governo justo. (Sicre, 1990. p. 313).

No rebento de Jessé tem-se o renascer da vida e da esperança, inspirada pelo Espírito de *Yahweh*. Conforme o poema isaiano, o próprio Deus permitiu a assolação ocorrer. Judá ficou devastada, e tal qual um bosque derrubado, as árvores tinham caído sem esperança de vida. Judá e suas instituições foram destruídas, aparentemente não se reergueriam mais. Entretanto, através da ação do Espírito de *Yahweh*, a vida retornaria à nação devastada. A semente santa (Is 6,13) não seria extinta, ou seja, a raiz de Jessé, brotaria na forma de um pequeno ramo, um renascimento.

O texto conduz a reflexão de como a prática da justiça está intensamente relacionada ao conhecimento de Yahweh e, por isso mesmo, aparecem relacionados. O maior problema apresentado na perícope não é externo, mas sim interno: a falta da justiça social. O novo rei teria como seu objetivo superar tais injustiças internas estabelecendo a *mishpat*. Pessoas más, violentas, corruptas, fraudulentas, gananciosas e opressoras, seriam severamente penalizados, e como resultado a paz então seria estabelecida.

Assim, a conduta do novo rei, imbuído de poder e autoridade do Espírito de *Yahweh*, teria como consequência uma sociedade “paradisíaca”, como se todo seu intento ou objetivo fosse efetivar a justiça social na sociedade. Percebe-se ao longo do texto que toda a agressividade e violência desaparecem. Todo o medo desaparece, a ponto de uma criancinha inserir sua mão no covil de uma áspide. Como resultado o conhecimento de Yahweh em toda a terra (nação), o que contrasta com a falta de conhecimento que havia antes da destruição da nação, entendendo que apesar de terem os mandamentos, não os cumpriam, o que os tinha levado ao caos e destruição. Assim, o conhecimento não estaria ligado apenas ao saber o que é certo, mas sim a praticar o que é correto: executar a *tsedaqah* e a *mishpat* em prol dos fragilizados da

sociedade, o que inevitavelmente os conduziria a uma situação social mais equânime e justa.

O Emanuel anunciado em Isaías 7,14-15 adquire traços paradisíacos ao longo da história influenciando a escrita de Isaías 9,1-6 e 11,1-9, os quais foram escritos, a princípio, a fim de alimentar a esperança na restauração da monarquia davídica, simbolizado pela imagem de um rei ideal e humanamente improvável, com atribuições e qualidades praticamente impossíveis de serem concretizadas em um ser humano. (Sicre, 1990, p. 316).

4.2.4 A religião israelita, a monarquia e a ideia de justiça social

Ao longo da história, a estrutura social, política e cultural da nação de Israel foi influenciada pelos povos vizinhos. A mentalidade das nações adjacentes quanto a forma de reinar não poderia ser diferente. Em Israel o rei não era considerado um deus ou semideus, porém mesmo assim era sua responsabilidade manter o direito e a justiça a fim de buscar a harmonia social na nação e a paz entre seus súditos. Além disso, características divinas, pertencentes a Deus, são paulatinamente atribuídas ao rei. Essa aproximação entre rei e divindade acabou causando dificuldades na nação, principalmente com relação aos aspectos administrativos.

Romer (2016) e Smith (2023; 2006) salientam que tal fato se dá devido principalmente à forma com que foi elaborada a construção da ideia de Yahweh em Israel, quando muitas características da personalidade e atributos de divindades dos povos vizinhos foram atribuídas a ele. Os grupos urbanos e aldeias camponesas das montanhas do sul de Judá tinham praticamente a mesma cultura: eram cananeus, que compartilhavam inclusive os seus deuses¹⁹.

Os monarcas eram considerados filhos de Deus e, por vezes, a eles era atribuído inclusive poderes divinos, como no caso dos faraós do Egito. As divindades não estavam interessadas em pessoas pobres e marginalizadas. Antes, apoiavam e abençoavam os reis. Por vezes, reverenciar e obedecer aos governantes era

¹⁹ Os deuses e deusas eram divindades do panteão cananeu, que especificamente para Israel, pode-se chamar de “panteão cananeu-israelita”, e incluíam deuses como *El, Elohim, Asherá, Baal, Astarte, Anat*, entre outros. O culto aos deuses e deusas nas aldeias era ligado a questões práticas da vida cotidiana, como por exemplo, Baal era o deus da fertilidade dos campos, *Asherá* a deusa dos animais, *Reshep* o deus da saúde, *Anat/Astarte* ao amor e proteção, *Elohim/Terafim* aos antepassados mortos etc. (Dietrich, Kaefer, 2022, p. 154).

considerado uma obediência o próprio Deus, o que se pode observar explicitamente no caso dos faraós egípcios, que chegavam a ser cultuados pelos seus súditos. A religião oficial das cidades-estados, com seus inúmeros deuses, era utilizada para a legitimação do poder do rei e da monarquia, para a coleta de tributos e acúmulo de riquezas. (Dietrich, Kaefer, 2022, p. 154).

Com Israel e Judá isso não ocorreu de forma diferente. O Deus conhecido como Javé ou Yahweh começou a ser conhecido e cultuado em Israel somente a partir de 1050 a.C. De acordo com Dietrich e Kaefer (2022, p. 165), o culto a Yahweh estava relacionado à mobilização dos camponeses para ações armadas. Os profetas de Yahweh eram consultados para táticas de defesa e estratégias contra os invasores. Os camponeses, inúmeras vezes, deixavam seus instrumentos de trabalho campesino para guerrear e proteger as vilas, defendendo a vida de suas famílias e suas terras. Os cultos a Yahweh envolviam aspersão de sangue (Romer, 2016, p. 87), onde as pessoas das vilas comprometiam-se em cuidar dos “órfãos e viúvas” caso algum dos homens morresse nas batalhas, e assim as famílias não ficariam desamparadas. Eram pessoas que precisavam de proteção, de ajuda. O fim das viúvas e órfãos era trágico se não houvesse quem os socorresse. E esta era uma das formas de a sociedade da época ajudá-los, sem envolver a questão obrigatória do casamento. (Widyapranawa, 1990, p. 19).

Com o passar do tempo, Yahweh tornou-se o garantidor das relações éticas e da solidariedade, conforme pode-se notar em muitos textos veterotestamentários. (Dietrich, Kaefer, 2022, p. 165).

Com o advento da monarquia e união das tribos, Yahweh tornou-se o Yahweh da nação, com a reforma deuteronomista iniciada por Ezequias e dada continuidade posteriormente, pelo rei Josias. O Yahweh do rei, instituído com Davi, passou paulatinamente a ser considerado o Yahweh da nação, trazendo para si atribuições de outros deuses cananeus. O Yahweh da monarquia israelita pré-exílica é o Deus que legitima a dinastia davídica no trono, bem como as ações do rei, o que está intrinsecamente relacionado à Teologia do Templo (Teologia de Sião).

Em Judá como em outros lugares, o rei é considerado como o representante de Yhwh, cujo reino ele “encarna”. Segundo o Salmo 2, o rei é considerado filho de Yhwh [...] Mais do que a ideia de uma concepção “biológica”, a geração de Yhwh se compreende, nesse salmo, como uma espécie de adoção do rei no momento de sua ascensão ao trono. O rei se assenta à direita de Yhwh [...] A realeza davídica, à qual, segundo o oráculo de 2 Sm 7,

está prometida uma duração eterna, é o sinal visível da realeza de Yhwh. Segundo o Salmo 132, Yhwh escolheu ao mesmo tempo Sião e o rei davídico. (Romer, 2016, p. 133-134).

À medida que este rei justo age, as injustiças, opressões sociais, exploração econômica e corrupções são condenadas e frustradas e vencidas pela retidão (*tsedaqah*) com que o rei justo executará a justiça (*mishpat*). O rei messiânico cheio do poder do Espírito de *Yahweh*. Não significa que ele está simplesmente imbuído pelo espírito para executar a justiça, mas todas as suas ações refletem a justiça de Deus. Seus julgamentos serão imparciais, e a justiça do seu governo se dá justamente como julga os membros mais frágeis da sociedade, os pobres e aflitos (humilhados), que são literariamente opostos aos violentos e perversos, ou seja, aqueles que usam o poder de forma imoral, para seus próprios ganhos às custas daqueles que não tem como se defender (Wildberger, 1991, p. 477).

A ideia é de que se a justiça prevalecer, então haverá paz, pois, os julgamentos serão realizados retamente, não haverá espaço para mentiras e corrupções. Os pobres terão seu direito assegurado. Como consequência das ações justas, a influência destrutiva da injustiça será freada ao ponto de uma paz extraordinária chegar a imperar, o que mostra a excelência da efetividade da *mishpat* juntamente com a *tsedeq* sobre a terra e a criação.

A descrição deste rei justo afronta as lideranças corruptas que são tão criticadas pelo profeta. A injustiça precisa ser substituída pela justiça para que a verdadeira paz possa florescer na sociedade. Os frutos da injustiça são o medo, a ignorância, as desigualdades, a fome e tantos outros males que vão contra o desejo de Deus para o ser humano. Se a justiça prevalecer, muitas coisas podem mudar, ser transformadas, mesmo as mais impensáveis como demonstra o texto. A ideia é o que poderia acontecer poderia ser comparado a um milagre, algo impossível poderia ocorrer, tal qual um lobo conviver com um cordeiro ou mesmo uma criança brincar com uma víbora. O profeta alimentava a esperança de que uma liderança justa levaria a uma sociedade justa.

A justiça é, portanto, uma vontade resoluta de fazer a vontade de Deus e que essa vontade possa prevalecer de forma a amenizar os problemas concretos que afligem o ser humano.

Dentro desta perspectiva, os profetas tiveram um papel essencial na formação do conceito da justiça social na comunidade hebraica, e suas vozes ainda ecoam em nossos dias clamando pela efetivação de uma justiça plena para todos os homens.

Dentre as muitas denúncias realizadas pelos profetas, a questão das múltiplas formas de injustiças, estavam aquelas que eram cometidas pelo rei, lideranças e ricos da sociedade de época. No meio de uma grande desigualdade econômica e social, a indiferença das camadas mais abastadas da população era o que mais se sobressaía. A diferença com as camadas mais humildes da população era gritante. Isaías, tal qual seus contemporâneos, Amós e Miquéias, não se calou diante de todas as injustiças cometidas. Suas mensagens ecoam ainda em nossos dias. Isaías mostra através de suas mensagens as consequências da perda da solidariedade, mas também traz também uma forte mensagem de fé e esperança para o povo sofrido e oprimido.

4.2.5 Centralidade da justiça e do direito dentro do escopo da mensagem profética

Aprofundar o estudo principalmente sobre os significados atribuídos ao termo “justiça” e “direito” no Antigo Testamento é relevante no sentido de se entender a relação entre a justiça, o direito e o Espírito de *Yahweh*, que será feito no próximo capítulo. Tem-se em mente que tais estudos buscam sempre conduzir os cristãos contemporâneos a uma maior compreensão de sua responsabilidade em lutar por um mundo mais justo e equitativo à luz dos ensinamentos bíblicos.

Observou-se até o momento que os conceitos de *tsedaqah* (justiça) e *mishpat* (direito) não são completamente conhecidos em português, pois muitas Bíblias os traduzem simplesmente como justiça, tirando o peso do real significado dos termos, que em hebraico, exprimem muito mais do que a justiça distributiva a que estamos acostumados na atualidade.

A justiça e o direito no Antigo Israel estavam mais ligados a questões éticas e sociais, de como o homem se relaciona com Deus, com seu próximo e até mesmo com a natureza. Todas as relações devem ser justas e, de fato, exprimir a justiça do Deus libertador, pois Ele é um Deus de justiça. Assim, a conduta implica muito mais e possui maior peso do que o simples fato de realizar cultos e rituais em adoração a *Yahweh*. Neste capítulo também pode-se aprofundar o conhecimento com relação ao conceito de justiça social no Antigo Testamento e mais especificamente em Isaías,

bem como estabelecer uma relação entre a mensagem do profeta dentro da perícope e o conceito de justiça social.

Ressalta-se a importância dada ao rei como um representante divino, que deveria executar a justiça social em relação ao seu povo. O rei era o representante divino da justiça e do direito. A ele era outorgada essa responsabilidade, porém muitas vezes não é o que se observou na prática efetivamente. Muitos reis de Israel e Judá perverteram a justiça e o direito, saíram do propósito do Código da Aliança. Especificamente com relação a perícope em estudo, há uma reflexão pontual que mostra como a justiça está intrinsicamente relacionada ao conhecimento de Yahweh, e por isso mesmo aparecem relacionados no texto. Com isso também pode-se notar como a monarquia também foi influenciada pelo desenvolvimento da religião israelita, principalmente após o advento da escrita que serviu de preservação das mensagens, outrora realizada somente de forma oral. Com a escrita, também foi fundamental para a transmissão e preservação de textos legais e proféticos, o que colaborou com apoio a soberania de Yahweh em detrimento a outros deuses canaanitas, na legitimação do poder dos reis descendentes de Davi e como representantes divinos.

Observou-se também que o maior problema apresentado na perícope não é externo, mas sim interno: a falta da justiça social, ocasionada por incontáveis injustiças cometidas pelas lideranças contra os pobres e vulneráveis da sociedade. O novo rei teria como seu objetivo superar tais injustiças internas estabelecendo a *mishpat*. Mostrou-se que a justiça consiste numa vontade resoluta de fazer a vontade de Deus e que essa vontade possa prevalecer de forma a amenizar os problemas concretos que afligem o ser humano. O rei messiânico de Isaías 11,1-9 está “cheio” do espírito de *Yahweh* a ponto de buscar não mais seus próprios interesses, mas sim os do seu povo, principalmente os mais necessitados.

Após a capacitação recebida, o rei recebeu aptidões sobre-humanas, e só então as suas ações tornar-se-iam justas a ponto de socorrer e ajudar os oprimidos da sociedade, e julgar retamente aqueles que os oprimiam. Como resultado não somente a sociedade ganharia paz, mas toda a natureza e o cosmos.

5 RELAÇÃO DA JUSTIÇA E DO DIREITO COM A PLENITUDE DO ESPÍRITO DE YAHWEH EM ISAÍAS 11,1-9

Apesar das questões ligadas à justiça e ao direito serem recorrentes Bíblia, por vezes são negligenciadas ao serem abordadas junto com o Espírito de Yahweh, principalmente no protestantismo pentecostal e neopentecostal. De forma geral, a relação espírito de *Yahweh* é tratada juntamente com a espiritualidade, visto que ambos os conceitos partem do dinamismo do vento, do ar em movimento, e da prerrogativa da descida do Espírito em Atos dos Apóstolos (At 2,1-4), para a consumação da promessa do Antigo Testamento e formação do primeiro núcleo do cristão (discípulos e seguidores de Jesus), ainda na igreja nascente.

Portanto, está alienação evangélica com relação ao Espírito de Deus ligado a questões de justiça tem causado por vezes uma interpretação equivocada de várias passagens das Escrituras, e deixado inclusive em segundo plano a questão da justiça social em muitas igrejas. Evidentemente tal fato não pode ser generalizado. Ações visando a assistência social são efetivadas por muitas igrejas em cumprimento ao solicitado por Jesus nos Evangelhos, nos atendimentos aos pobres, aos encarcerados, viúvas, entre outros. O assistencialismo por parte de muitas igrejas se dá pela busca da obediência às palavras de Jesus Cristo, mas ainda assim há uma deficiência no entendimento de questões ligadas à *tsedaqah* e ao *mishpat* citados nas Escrituras por grande parte das lideranças, e o que torna ainda mais urgente esta reflexão.

Neste capítulo serão analisados alguns pontos relevantes para a compreensão do espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento, mais especificamente nos profetas. Será estudada a relação da justiça e do direito com a ação do Espírito de *Yahweh*, mais especificamente na perícopes de Isaías 11,1-9, bem como as consequências desta ação na sociedade buscando-se a efetivação da dignidade humana e restauração social. Por fim, será realizada uma reflexão teológico-pastoral sobre a ação do espírito de *Yahweh* visando a plenitude de sua ação na sociedade.

5.1 O ESPÍRITO DE YAHWEH NO ANTIGO TESTAMENTO

É muito comum ligar a ação do espírito de *Yahweh* apenas ao Novo Testamento, principalmente em decorrência do advento do pentecostalismo e do segmento carismático católico. Tanto na Teologia Católica quanto na Teologia Protestante é comum compreender a ação do Espírito somente em relação à igreja, aos dons (*carismas*) ou mesmo seu papel na redenção. Isso faz com que as pessoas se afastem de situações práticas e importantes “deste mundo” e esperem apenas uma vida melhor num futuro escatológico. Há uma preferência pela experiência interior, não visível, individualista.

Entretanto, a ação do Espírito vai muito além do dia do Pentecoste descrito em Atos 2,4, ou de uma experiência internalizada por parte de alguns indivíduos, ou mesmo na distribuição de dons para os cristãos e a igreja, conforme citados em vários trechos das cartas do Novo Testamento. A atuação do espírito de *Yahweh* pode ser encontrada em toda a Escritura, e pode ser externa à igreja, abrangendo toda a comunidade, sociedade e a natureza. “A impressão que se tem é que o espírito de *Yahweh* seria somente o Espírito da Igreja e da fé” (Moltmann, 2010, p. 20), o que prejudica a comunhão da igreja com o mundo em sua experiência do Espírito, numa fuga de envolvimento com questões contemporâneas, tais como a efetivação da justiça social, meio ambiente, questões políticas, entre outros. Tal tendência é chamada por Moltmann de *platonização do cristianismo*, separando as questões ditas “espirituais” ou “sacras” daquelas ditas “profanas” ou “do mundo”. Neste sentido, ocorre a tendência de se espiritualizar experiências individuais e internas com o Espírito, e uma consequente hostilidade com tudo que tem a ver com o corpo e o afastamento de questões ligadas ao mundo.

A experiência da comunhão do Espírito necessariamente leva a cristandade a ultrapassar-se para a comunhão maior com todas as criaturas de Deus. Também a comunhão da criação., em que todas as criaturas existem umas com as outras, umas pelas outras e umas nas outras, é comunhão do Espírito de Deus. Estas duas experiências do Espírito colocam hoje a Igreja de Cristo em solidariedade com o cosmos ameaçado de morte. [...] A descoberta da amplitude cósmica do Espírito de Deus, ao invés, leva a respeitar a dignidade de todas as criaturas, nas quais Deus está presente por seu Espírito. (Moltmann, 2010, p. 21).

É sem dúvida alguma, no Novo Testamento que são abordados e focados a maior parte dos estudos da ação do Espírito, no entanto as ações do paráclito no

Antigo Testamento são menos conhecidas e enfatizadas, porém não menos relevantes. “[...] segundo as ideias do Antigo Testamento, penetra tudo quanto é vivo” (Moltmann, 2010, p. 19). A redescoberta do Espírito vivificante e atuante em todo o cosmos, que é a compreensão hebraica da ação do Espírito de *Yahweh*, ultrapassa os limites eclesiais, e alcança toda a natureza e a sociedade.

Um dos fatores interessantes a se notar é que o espírito de *Yahweh* revela-se gradativamente nas Escrituras como um mistério, pois é aquele ao qual é atribuída toda a vida, e revela a força divina e sua vontade e transformando situações e personalidades humanas. As forças da natureza são atribuídas a ele, tais como vento, fogo, ar, pois trata-se ainda de um mistério, pois não se pode tocá-lo, “não se sabe de onde vem nem para onde vai” (Jo 3,8).

A palavra hebraica para espírito é *ruah*. Portanto, é importante conhecer o seu significado para uma melhor compreensão dos termos associados e demais desdobramentos ligados ao termo e à justiça e ao direito na Bíblia. O termo hebraico *ruah* (רוח), utilizado para designar espírito, ocorre 380 vezes em diversas situações nas escrituras, e possui diversas conotações, sendo a mais comum para designar o espírito de *Yahweh* as simbologias do vento, da respiração ou do sopro. Tais simbologias aparecem em mais de metade das citações, não sendo utilizadas somente associadas à divindade, mas também ao espírito humano. Quase sempre há a ideia de uma forte respiração, exalada, movimento do ar com força, de uma forma vigorosa. *Ruah* sugere uma liberação de energia, o exercício de uma força, uma atividade dinâmica transbordante de vida.

Como Espírito divino ocorre em diferentes expressões: Espírito de *Yahweh*, Espírito de Deus, meu Espírito, seu Espírito, teu Espírito. As citações ocorrem em situações específicas relacionadas principalmente à nação israelita, como na passagem do Mar Vermelho, sua peregrinação pelo deserto, entre outras ocorrências, em que a *ruah* se faz presente através de ações de libertação, ajuda, visita, capacitação para determinadas atividades, entre outras atribuições (Is 63,10) (Bowman, 2014; Wolinski *apud* Lacoste, 2014, p. 660).

O alcance semântico do termo é amplo e há muitos significados associados. De maneira geral, pode-se dizer que o termo no Antigo Testamento possui as seguintes aplicações (Lexicon, 2003, p.251-252; Moskala, 2013, p. 23):

- Natural: vento, brisa, ar, explosão;

- Humano: espírito, vida, respiração, sopro, mente, atitude, caráter, centro das emoções, funções intelectuais e atitude de vontade, princípio que dá vida ao corpo;
- Divino: Espírito (de Deus / o Senhor, o Santo Espírito);
- Sobrenatural: influências sobrenaturais que agem sobre os homens, como espírito imundo ou maligno;
- Abstrato: espírito de falsidade, espírito de prostituição, espírito de sabedoria, espírito mentiroso etc.
- Espacial: lado, direção.

Em 27 passagens do Antigo Testamento é possível encontrar a expressão *ruah Yahweh*, porém, o sentido literal é tão variado e as épocas de procedência dos escritos tão diversos, que não é possível encontrar um padrão simples para o uso linguístico ou mesmo formar um único conceito (Moltmann, 2010).

Para Freedman e Myers (2000), o termo hebraico *ruah* não possui apenas o significado de vento, sopro e respiração, mas também de força vital no ser humano, o seu espírito vital ou energia pessoal, o que lhe mantém vivo. Em algumas passagens o termo acaba possuindo o mesmo significado que alma (*néfesh*) ou força vital, ou ainda coração (*lev*) como centro da personalidade, da inteligência e da vontade.

O Espírito é uma forma e um fenômeno da natureza, algo que apesar de não podermos ver, é concreto, assim como o ar, que apesar de não podermos vê-lo, se faz movimento (vento), possui intensidade (brisa suave, rajadas fortes, vento impetuoso), tem direção, qualidade, não há como controlá-lo. É indomável. O sentido concreto de espírito também marca seu sentido teológico.

O Dicionário Teológico Enciclopédico Lexicon (2003, p. 251-252), ao falar sobre a palavra espírito, apresenta várias facetas temáticas para a tradução de *ruah* ao longo da história, e por isso mesmo há uma grande variação lexical no uso desta palavra: *ruah* (hebraico, feminino), *pneuma* (grega, neutro), *spiritus* (latino, masculino), significando vento, respiração, ar, hálito, e como tudo isso é sinal de vida, também indica vida, alma, espírito. Segundo este dicionário, é uma realidade dinâmica, inovadora, criadora, renovadora, que dá vida.

Ruah portanto não se refere somente à vida dada a humanidade por Yahweh, mas também ao próprio Yahweh que é Espírito. Assim, para os autores, Deus veio sobre as pessoas e as capacitou para um serviço especial (Jz. 3,10). A profecia assim seria um sinal da presença do Espírito de *Yahweh*. Outras formas que *ruah* poderia

ser traduzida seria como um “vento de Deus”, “vento impetuoso” ou ainda “Espírito de Deus”, mas também pode ter o significado de respiração, no grego *pneuma* (vento ou respiração).

Seu caráter é imaterial e pessoal, Ele enche e faz viver, comunica, circula. Há nele a conotação de força, potência, de ímpeto como, por exemplo, a expressão “estou cheio de poder” (כֹּחַ מְלֵאֲתִי אֲנִי) é exclusiva de Miquéias nas Escrituras. Encher (מלא) neste caso indica um verbo de investidura, significando encher da força. Já a expressão “poder de Yahweh” (כֹּחַ יְהוָה) ocorre em outras situações. A primeira menção do termo nas Escrituras ocorre em Números 14,17: “Mas agora, que a força do Senhor se manifeste, segundo prometeste: ”

De acordo com Lacoste (2014), poder possui um sentido de potência divina. Para o autor, o judaísmo repousa na memória da potência divina, isto é, sua força, pois Yahweh é o Deus Todo Poderoso do qual advém toda a criação, a eleição e a vitória. Refere-se a uma força universal, livre, benevolente, que age na história e domina todas as demais forças do Universo: “tudo o que quis, ele o fez” (Sl 115,3). A força divina se apresenta como uma potência livre que domina o todo e sustenta o Universo (Freedman, Myers, 2000, p.; Lacoste, 2014, p. 1414; Botterweck, Ringgren, Fabry, 1997, v. 4, p. 130-133). A expressão espírito de *Yahweh* (*ruah Yahweh* (Adonai), ocorre muitas vezes indicando sua presença pessoal, seu sopro sobre os homens, pois tanto uma como a outra palavra (espírito e sopro) são *ruah*, e a expressão ocorre em toda a história bíblica.

No Antigo Testamento, *ruah* está sempre associado a um genitivo, podendo indicar uma força da natureza (sopro do vento), relacionado à vida humana (alma, espírito, sentimento, emoções, ou algo mais profundo como centro da espiritualidade humana). Assim, toda experiência com o Espírito é histórica e consiste em experiências transcendentais com Deus que se dão num momento histórico, através de ocorrências históricas, e que são percebidas num tempo, num ambiente. “Israel sempre ligou suas experiências com Deus a pessoas históricas e a acontecimentos históricos” (Moltmann, 2010, p.48).

Para que se possa compreender melhor o significado de Espírito de *Yahweh*, é preciso desprender-se de pré-conceitos e atentar-se para algo que não possui corpo, e que está acima de tudo quanto é sensível e terreno. “Mas quando falamos na *ruah Yahweh*, em hebraico, estamos dizendo: Deus é um furacão, uma tempestade,

uma força no corpo e na alma, na humanidade e na natureza. ” *Ruah Yahweh* é presença divina atuante na criação, mas também na vida e história humana (Moltmann, 2010).

Ao longo da história, Yahweh atuou com seu espírito (*ruah*) em diversos indivíduos, capacitando-os para determinadas funções ou missões. Mais do que uma força, o Espírito é uma pessoa, o próprio Deus, que pensa, orienta, capacita, se entristece. Também ao espírito de *Yahweh* são atribuídos os transes proféticos (1 Sm 10,5), sabedoria acima do comum, o julgamento justo. De acordo com Moltmann (2010), os profetas de Israel eram pregadores ambulantes possuídos pelo espírito de *Yahweh*.

A primeira ocorrência no texto canônico das escrituras do espírito encontra-se em Gn 1,2: “No princípio, Deus criou o céu e a terra. Ora, a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um sopro de deus agitava a superfície das águas”. Trata-se aqui do Espírito de ‘*Elohim* que repousa sobre as águas caóticas (Gn 1,1-2, 4a). Quando a “*ruah*” repousa sobre o caos, e dá vida a todos os seres: “Então Yahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gn 2,7). De forma contínua, a *ruah* percorre inúmeros textos do Antigo Testamento, levantando juízes (Jz 3,10; 6,34), dando habilidades artísticas (Ex 31,3; 35,31), discernimento e sabedoria (Nm 11,17; Gn 41,38). Mais do que um episódio, ao longo de sua trajetória.

Também é interessante citar que há uma diferença entre a *ruah* ‘*Elohim* e *ruah* *Yahweh*, pois ambos os termos podem ser encontrados no Antigo Testamento.

O espírito de *lahweh* ou de Deus (*Elohim*) é uma força que tem efeitos únicos sobre o homem (sic). Os dois espíritos não são a mesma coisa; o espírito de *Elohim* é uma força neutra ou indiferente, e o espírito de *lahweh*, é uma força que realiza obras de *lahweh*, o libertador e juiz. O espírito de *lahweh* é muitas vezes a força que inspira a profecia (Nm 11,17ss; 24,2; 2 Sm 23,2; 1 Cr 12,18ss; Is 61,1; Mq 3,8; Ez 2,2; 3,12.14.24; 8,3; 11,1.5.24; 37,1; 43,5; Ne. 9,30; Zc 7,12). O profeta é um homem do espírito (Os 9,7). Na era messiânica uma efusão geral do espírito dará a todo Israel a visão profética (Jl 3,1-2). Deve-se notar que, à exceção de Os 9,7 estas passagens são muito provavelmente pós-exílicas; e o espírito como agente inspirador não aparece na antiga literatura profética, onde a inspiração consiste em ouvir a palavra de *lahweh*. (Mckenzie, 1984 apud Santos, 2011, p. 150).

Aqueles que recebem a *ruah* são separados para uma tarefa específica, pois a *ruah* proporciona o dom ou carisma para determinada tarefa. Estes adquirem um poder extraordinário e sobre-humano. Como por exemplo, no livro de juízes há um

relato do agir histórico do Espírito através de líderes levantados para libertar o povo dos seus opressores. Um espírito de luta e combate, que ao invés de agir por um determinado momento, agiu durante um episódio, como breve experiência dinâmica e de impacto, um sopro na história. (Schwantes, 2004). “O Espírito aparece preferencialmente no agir histórico de Yahweh. É um poder histórico” (Baumgaerttel, 1917 *apud* Schwantes, 2004, p. 9; Santos, 2011, p. 150).

Os reis de Israel, Saul e Davi, também tiveram a ação do Espírito divino. Saul, de modo surpreendente, foi tomado pelo Espírito e assim permaneceu mesmo após a batalha com os amonitas e sua consagração como rei. Cheio do Espírito, profetizou com os profetas de Gibeá-Eloim (1 Sm 10,5), de Ramá (1 Sm 19,23-24).

A característica desta profecia, da qual até Saul participou de algum modo, é o êxtase coletivo, do qual participaram os profetas e pessoas que deles se aproximam. O espírito provoca um estado momentâneo de êxtase, no qual são anunciadas profecias, isto é, palavras divinas (Schwantes, 2004, p.10).

De acordo com a narrativa deuteronomista, que busca legitimar Davi, mais do que um episódio, ao longo de sua trajetória Saul atua numa determinada situação e cargo: ele é o rei. Nota-se, entretanto, que o Espírito o deixa quando cessa de fazer a vontade de *Yahweh*. Já em Davi a ação do Espírito vincula-se à unção recebida, conforme se lê em 1 Samuel 16,13. Neste caso, segundo a descrição do texto escriturístico, o Espírito permanece durante todo o reinado, apesar dos erros e pecados cometidos por este rei, diferentemente do que ocorreu com Saul.

Também Davi, assim como Saul, participou do Espírito profético (2 Sm 33), além de que em sua corte havia determinadas funções ocupadas por profetas (Natã e Gade). Durante o reinado dos outros reis, o Espírito Divino da profecia floresceu na vida dos profetas. Eram pessoas do Espírito, e por isso também chamados de carismáticos. Neste ponto também se caracteriza a diferença entre verdadeiros e falsos profetas, isto é, aqueles que são imbuídos do Espírito para falarem ou agirem em nome de *Yahweh*, daqueles que simplesmente agem de acordo com seus próprios interesses. (Schwantes, 2004). Em todas as situações, o que sobressai é a ação dinâmica do espírito de *Yahweh* justamente em situações vivenciais dos personagens bíblicos.

5.2 ATUAÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH NOS PROFETAS

Conforme citado, há inúmeros relatos da ação do Espírito não somente no Novo Testamento, mas também no Antigo Testamento pode-se encontrar muitas citações. Desde Gênesis, como uma força propulsora da natureza (Gn 1,2), capacitando homens e mulheres a realizarem projetos e cumprir suas missões de libertação (Gideão, Elias, Sansão, entre outros), entretanto é justamente nos reis de Israel que há uma ação mais palpável deste Espírito divino atuando em prol da justiça e do direito de toda a nação israelita, principalmente por conta da Obra de Releitura Deuteronomista, a qual outorga aos reis um poder extraordinário advindo da divindade a fim de legitimar o poder e o *status quo* da dinastia davídica.

Mas é nos profetas que o espírito de *Yahweh* é ligado mais fortemente à justiça social. Há uma esperança libertária muito forte ligada ao rei messiânico, dando a este descendente de Davi não somente força, mas principalmente conhecimento, entendimento, sabedoria, entre outros atributos, que o capacitam a executar um reinado justo.

A atuação do espírito de *Yahweh* é bastante perceptível nos profetas, principalmente no que diz respeito à direção e condução de propósitos divinos. As palavras dos profetas de *Yahweh* são de autoridade, pois utilizam o nome de Deus com ousadia para denunciar situações de injustiça, desobediência, pecado e desvio do projeto original da Aliança. Porém, não há uma regularidade da presença e na mensagem destes profetas pela atuação da *ruah*, antes cada profeta de *Yahweh* foi imbuído de responsabilidades conforme a necessidade do seu tempo, dentro de um determinado contexto histórico e cultural. (Santos, Rossi, 2022, p. 159).

Profetas como Oséias, Isaías e Miquéias, dentre outros, valorizaram a ação do Espírito de *Yahweh*, ao contrário de muitos chamados de “falsos profetas” que buscavam somente seus próprios interesses ao agradar a monarquia e as elites em trocas de benefícios. Tais profetas podem ser chamados de falsos profetas de *Yahweh*, pois buscavam apenas seus próprios interesses. Foram desmascarados e confrontados severamente por Miquéias, que enfaticamente afirma estar cheio do Espírito de *Yahweh*, ao contrário deles, que estavam vazios do Espírito e cheios de ganância por poder e riquezas (Mq 3,5-8). (Santos, 2018).

A expressão espírito de *Yahweh* ocorre primeiramente em Isaías 11,2: “Sobre ele repousará o Espírito de *Yahweh*, espírito de sabedoria e de inteligência, espírito

de conselho e de fortaleza, espírito de conhecimento e de temor de Yahweh”. Outros exemplos de textos em Isaías são Is 40,7; 40,13; 59,19; 63,14.

“Seca a erva e murcha a flor, quando o vento de lahweh sopra sobre elas; (com efeito o povo é erva)” (Is. 40,7).

“Quem dirigiu o espírito de lahweh ou, como conselheiro, o instruiu?” (Is 40,13).

“Assim, desde o ocidente se temerá o nome de lahweh, e desde o oriente, a sua glória, pois ele virá como torrente impetuosa, conduzido pelo espírito de lahweh”. (Is 59,19).

[...] como o gado que desce para o vale, assim o espírito de lahweh os conduziu para o repouso. Assim conduziste teu povo, fazendo para ti nome glorioso.” (Is 63,14).

(Bíblia de Jerusalém, 2.002, p. 1.314, 1.349, 1.355).

Isaías destaca-se assim quanto a relatos da atuação do Espírito de Yahweh, Somente em Isaías 1-39 há 28 citações da *ruah Yahweh*, sendo que a maior parte destas foi inserida posteriormente. (Koehler, 1953 *apud* Schwantes, 2004, p. 7). Tantas citações no texto denotam a importância deste conceito tanto para o profeta quanto para essa escola profética. De acordo com Santos (2011, p. 148) “A salvação do pobre está naquele que seria instrumento de Javé para executar o direito e a justiça, por isso ele necessita da *ruah*, a fim de obter a força necessária para executar a vontade de Javé. ”

Quadro 13: Ocorrências do termo *ruah Yahweh* nos Profetas Pré-Exílicos

Amós	1 ocorrência
Oséias	7 ocorrências
Isaías 1-39	28 ocorrências (a maioria trata-se de crescimento posterior)
Miquéias	3 ocorrências
Jeremias	18 ocorrências (sendo que muitas delas usam a <i>ruah Yahweh</i> como instrumento de julgamento da parte de Deus.

Fonte: Santos, 2011, p. 148.

Dentre as diversas citações e passagens atribuídas ao Espírito, como a ajuda em batalhas, orientação ao povo de Yahweh etc., destaca-se a ação da justiça em favor dos fracos, oprimidos, e contra os perversos, os que os exploram, no sentido da efetivação da justiça social e na busca de uma vida plena, de dignidade para o ser humano, principalmente os mais fragilizados.

Poderiam ser citados outros nomes, porém todos os profetas, sem exceção, tiveram a atuação do Espírito, cada qual segundo as necessidades do seu tempo histórico e propósito. Tais pessoas foram capacitadas pelo Espírito divino, receberam

direcionamentos, sabedoria, inspiração, justiça e poder para falar em nome de Yahweh em meio a crises nacionais, políticas, em defesa dos desamparados. Sua atuação exigia uma postura e posicionamento muito forte socialmente, combatendo as injustiças cometidas pelos poderosos de sua época. O Espírito atuou incontáveis vezes como o agente da presença efetiva de Deus em meio aos homens. Os profetas agiam, portanto através das ações do Espírito, seja através de êxtases proféticos ou através de lideranças carismáticas. (Block, 2010, p. 43; Bowman, 2004, p. 130).

5.3 JUSTIÇA E DIREITO EFETIVADOS PELA AÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH

No Antigo Testamento pode-se encontrar referências, principalmente no livro de Gênesis (1:7, 16, 25, 26) citando que Deus cria por meio de sua palavra e de sua ação, a qual é protagonizada pelo e no espírito de *Yahweh* (*ruah Yahweh*). Todo o mundo criado é marcado pela bondade divina, manifesta através do Espírito de *Yahweh*, o qual possui um laço eterno com o Pai e o Filho. Assim, sua ação é integral proporcionando a restauração da comunhão do homem com Deus, uns com os outros e por fim com toda a criação. (Comissão Teológico-Histórica do Grande Jubileu do Ano 2000, 1997, p. 28).

O termo bíblico justiça, como chave de leitura, unifica praticamente todo o Antigo Testamento com o Novo Testamento. Assim, os termos direito (*mishpat*) e justiça (*tsedaqah*) não podem simplesmente ser compreendidos de forma simplista como os entendemos na atualidade, apenas como julgamento ou juízo. O conceito bíblico é muito mais abrangente, e pode ser entendido como uma justiça escatológica, que Deus deseja estabelecer na humanidade. (Díaz, 1978, p. 56; Codina, 2019, p. 47).

No Antigo Testamento a ideia é muito maior do que simplesmente julgamento ou juízo sobre a iniquidade, mas diz respeito à justiça feita em prol do necessitado e do oprimido; o que no Novo Testamento será traduzido pelo apoio e amor aos necessitados e pobres. Em termos gerais, a justiça presente no Antigo Testamento diz respeito à proteção do necessitado do Novo Testamento, e assim a temática corre todo o Antigo Testamento e se estende para o Novo Testamento no formato de uma teologia da justiça social.

Esse desejo pela efetivação da justiça passa pelo estabelecimento do direito e da justiça para os pobres, os desvalidos, os oprimidos de uma sociedade. Porém,

pode-se perceber através da análise da perícopa de Isaías 1,1-9, que o desejo de Deus vai muito além, pois é justamente estabelecer uma justiça que impacte também toda a natureza e o cosmos. Toda a orientação do Antigo Testamento caminha em direção a uma justiça escatológica que se realizará perfeitamente. A literatura apocalíptica mostra justamente esse anseio de uma forma muito especial e, segundo Díaz (1978), se este anseio é uma utopia ou não, o certo é que Yahweh atuou (e ainda atua) através do seu espírito em favor da concretização deste ideal.

Nota-se também no Antigo Testamento vários momentos em que o Espírito se mostra atuante e a favor dessa justiça escatológica. No livro do Êxodo, Yahweh é aquele que lutou para libertar seu povo do Egito, onde eram escravos e oprimidos, conduzindo-os para a liberdade, porém não qualquer liberdade, mas para uma terra próspera, boa e que manava “leite e mel”, para que então pudessem, como nação, adorá-lo com integridade. Assim, Yahweh em Êxodo mostra-se como aquele que lutou contra a injustiça e a favor da justiça.

Em Gênesis 18,18-19 lê-se que em Abraão e sua descendência seriam benditas todas as nações da Terra, ou seja, todo o povo de Deus que dele descenderia seria instrumento de transformação e bênção, no sentido de estabelecer a justiça perfeita no mundo (Codina, 2019, p. 48).

O povo de Deus assim foi chamado para ensinar e praticar “o direito e a justiça”. Segundo Dias (1978), Israel foi eleito por Yahweh para ser o seu instrumento para a realização de seu plano de estabelecer a justiça plena e perfeita no mundo, entretanto Israel falhou neste projeto de missão que lhes fora confiado, o que mostrado figurativamente no cântico da vinha em Isaías:

Pois bem, a vinha de Yahweh dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá são sua plantação preciosa. Deles esperava o direito [*mishpat*], mas o que produziram foi a transgressão; esperava a justiça [*tsedaqah*], mas o que apareceu foram gritos de desespero. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Isaías 5,7, p. 1.261; grifo nosso).

Diante deste fracasso, o messias seria então o designado para esta função: ser o implementador dessa “justiça escatológica” (Díaz, 1978, p. 57), a justiça perfeita e definitiva, o que é desenhado de forma lindíssima no primeiro Poema do Servo, cuja missão é levar a *mishpat*, ou seja, o direito, principalmente dos fracos contra seus opressores para todas as nações (Pelinski, 2021).

O espírito como dom escatológico está em íntima relação com a justiça e o direito. O espírito de *Yahweh* é o Espírito da justiça e do direito, mas não qualquer justiça, mas o Espírito da justiça escatológica. Também o mesmo Espírito é o que dá o dom (carisma) ou dons para efetivação da justiça para que haja efetivação plena do reino de Deus na Terra, como também afirma Miquéias em 3,8-10:

“Eu, contudo, estou cheio de força, (do Espírito de *Yahweh*) de direito [*mishpat*] e de coragem, para denunciar a Jacó o seu crime e a Israel o seu pecado. Ouvi, pois, isto, chefes da casa de Jacó e dirigentes da casa de Israel, vós que execrais a justiça [*mishpat*], que torceis o que é direito [*yashar*]²⁰, vós que edificais Sião com sangue e Jerusalém com injustiça!”. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Mq 3,8-10, p. 1.637-1.638; grifo nosso).

Desta forma, o Espírito no Antigo Testamento age de forma a efetivar a justiça e o direito entre os seres humanos, ou como cita Díaz (1978), de forma inter-humana, afinal a Lei e mais especificamente o código da Aliança e o Decálogo demonstram com especial atenção que estão centrados no amor a Deus e ao próximo. *Yahweh* é o Deus que tirou Israel do Egito, assim ele mesmo foi o que primeiro demonstrou esse amor fazendo justiça em favor do próximo (Israel) libertando-o da opressão da escravidão no Egito.

Essa orientação para a justiça é ainda mais notável nos profetas bíblicos, mas personagens totalmente improváveis também demonstraram essa ação, tais como os juízes de Israel (Otoniel, Gideão, Jefté, Samuel etc.) reis (Saul, Davi), os quais sentiram em vários momentos esse apelo do Espírito, pois é a *ruah* que possibilita que o povo cumpra a sua missão de praticar o direito e a justiça.

Tanto nos tempos escriturísticos, como no decorrer da história da igreja, por inúmeras vezes pode-se observar o Espírito atuando na sociedade, em diferentes contextos, como aquele que reconduz à justiça e ao direito, pois justamente é o espírito de *Yahweh* que possibilita a efetivação plena do desejo de *Yahweh* para a sociedade. De acordo com Díaz (1978), o espírito é o dom prometido para a realização escatológica da justiça. Como se pode notar, a sua intervenção está em todo o Antigo Testamento em favor da justiça: no livro dos juízes, de Samuel, no Êxodo, nos profetas

²⁰ הַיִּשְׁרָה *ha yesharah* – correto, direito, certo, honesto, honroso. Pode também indicar pessoa justa, honesta, correta, temente a Deus. É o caminhar em retidão, proceder de forma correta, estar certo. (Botterweck, Ringgren, Fabry, 1997, v. 6, p. 464-465).

etc. Várias vezes o Espírito levantou homens, e mulheres, como libertadores de opressões que ocorreram ao longo da história contra Israel em Canã.

Há com a evolução histórica a tendência de se perceber a ação deste espírito de forma mais universal, ligando-o mais estreitamente a Deus. [...] Na figura do Messias e seu desenvolvimento teológico, isso aparece de forma transparente: nos inícios não se fala de ação do Espírito sobre o Ungido, mas no período pós-exílico cresce a esperança da ação do Messias como alguém sobre o qual estará “o Espírito de Yahweh”. Ao mesmo tempo, fica claro no Antigo Testamento que não se pode limitar a ação do Espírito: ele age nas pessoas, na criação, nas atividades humanas, nas decisões do povo, na renovação e conversão. (Berkenbrock, 2021, p. 106).

O Espírito age em favor da justiça entre os seres humanos como antecipação da justiça escatológica do Reino de Deus (Codina, 2019, p. 53). A experiência da presença de Deus através da *ruah Yahweh* no Antigo Testamento, irá se concentrar nos textos do Novo Testamento cada vez mais na expressão Espírito Santo. Os vocábulos foram sendo colocados junto ao termo espírito (*ruah*). Assim, no período exílico e pós-exílico, o termo passa a ser expresso apenas como espírito, entendendo-se que se tratava da *ruah Yahweh* ou o espírito do Senhor, e depois, num terceiro momento, teve-se a tendência em acrescentar o termo “santo” ou “santidade” ao termo “espírito”, tal como no Trito-Isaías (como por exemplo em Isaías 63,10-11), ou ainda no Salmo 51,13 “Não afastes de mim a tua presença, nem retires de mim teu santo Espírito”. Nota-se uma evolução histórica, principalmente pelo fato de que o cristianismo se desenvolveu a partir do judaísmo.

Segundo Berkenbrock (2021, p. 112-113), há claramente uma continuidade com percepção a realidade da presença divina através da *ruah*, porém a experiência modifica-se, pois há a novidade da relação entre o espírito e Jesus Cristo, e a consequência dessa relação para uma nova compreensão principalmente na sua ação no ministério de Jesus, e depois na igreja. A partir da experiência com o Ressuscitado, há uma mudança de compreensão, uma nova percepção a partir do mistério pascal, a qual impulsionou (e ainda é capaz de impulsionar) ações propulsoras e vivências a partir do cumprimento da promessa de Jesus: “Quando vier o Paráclito, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade que procede do Pai, ele dará testemunho de mim” (Jo 15,26). É após essa promessa, e após sua morte e ressurreição, em meio aos discípulos, outorga-lhes o Espírito: “Após estas palavras, assoprou sobre eles e disse ‘Recebei o Espírito Santo’ “ (Jo 20,22). O Espírito foi soprado, como o vento (*ruah*), sobre os discípulos, dando-lhes uma nova

compreensão, um novo ponto de referência para interpretação da realidade. Esta é a experiência fundadora do cristianismo, e os relatos podem ser encontrados nos Evangelhos, em Atos dos Apóstolos, mas sua propagação se deu principalmente devido aos textos paulinos.

O que os profetas anunciaram cumpre-se na pessoa de Jesus Cristo no Novo Testamento, nos apóstolos e primeiros cristãos na igreja primitiva, no dia de Pentecostes, nas primeiras comunidades de atos e das cartas, no decorrer da história humana e, chega até os dias atuais como uma força reflexiva e propulsora para a igreja contemporânea, instigando a continuar o projeto de Deus, para o anúncio das Boas-novas de salvação e libertação para a efetivação da justiça como dom do espírito na sociedade, de tal forma que o espírito age desde o chão da vida, a partir do pobre, do fragilizado, do improvável, a favor da vida e da restauração plena do ser humano, da natureza e do cosmos, antecipando a justiça escatológica de Deus.

5.3.1 Inter-relação entre o Espírito de *Yahweh* com a justiça e o direito em Isaías 11,1-9

O texto de Isaías 11,1-9 apresenta justamente o Espírito que repousa sobre o descendente de Jessé, pai de Davi, outorgando-lhe um poder especial para defender os pobres com justiça. Segundo Codina (2019), a aplicação desse texto que é difundida desde a Idade Média é a aplicação dos sete dons atribuídos ao Espírito, entretanto a dimensão da justiça é deixada em segundo plano, porém é justamente essa questão que está enraizada na perícope, o que na maior parte das vezes é ignorado. Essa constatação é possível de fazer ao analisar inúmeros outras passagens bíblicas, muitas isaianas, que falam sobre a efetivação da justiça através da *ruah*, tais como Is 32,15-17 e Ez 11,17-20; 36,27-28.

Assim como Miquéias, Isaías também mostra que a ação prática do espírito de *Yahweh* na vida humana é a efetivação da justiça e que a adoração não deve estar restrita a cultos e a templos, mas em ações públicas e práticas, entendendo que o fazer justiça faz parte de uma adoração verdadeira. Buscar a efetivação da justiça é sobretudo fazer o que correto aos olhos de *Yahweh*. Para Campusano (2019, p. 111), pode afirmar que em Isaías 11, direito e justiça estão interligados, visando o reconhecimento da dignidade do outro.

Por exemplo, na perícope de Isaías 11,1-5, objeto dessa tese, há uma relação profunda entre a ação do espírito no rei messiânico e a efetivação da *tsedakah* e da *mishpat*, pois através da ação do espírito de *Yahweh* que ações de justiça social são realizadas, julgamentos justos realizados e a paz implementada.

O modelo de ação do líder descrito em Isaías 11 é de um governante que atua também como juiz justo, carismático (cheio do Espírito de *Yahweh*). Um líder que exerce a justiça não por seus próprios atributos, mas imbuído do Espírito que lhe dá carismas importantes para a efetivação de uma sociedade mais justa e plena:

Ao recolocar o conceito de espírito, em lugares centrais de sua teologia, Isaías plantou o que haveria de reflorescer no exílio e depois dele. De fato, no exílio e no pós-exílio floresce com vigor e criatividade a teologia do Espírito. [...] nessa época a profecia passa a ser entendida, em retrospectiva como fenômeno do espírito. Os profetas que, com exceção de Isaías, haviam falado tão pouco do espírito, são entendidos à luz deste conceito. A teologia do espírito é teologia de retrospectiva, de releitura (Schwantes, 2004, p.10).

O espírito de *Yahweh* no Proto-Isaías está diretamente ligado às questões da vida e ao senhorio de Deus efetivado pelo poder deste Espírito através de ações humanas na história. “A vida é a meta do senhorio de Deus, já que seu governo trará o florescimento da vida” (Ma, 2014, p. 54), visando a completude ou plenitude da vida humana em todos os sentidos.

O texto de Isaías reúne uma pluralidade de tradições espirituais, cada uma das quais contribui para o desenvolvimento de uma compreensão holística do “Espírito de Deus” como mediador da vida e do poder em toda a Criação. [...] o “senhorio completo” de Deus só é realizado e consumado quando o Espírito de Deus produz a florescimento das pessoas, das nações e da Criação de Deus. No entanto, para o senhorio ser completo, ainda que é necessário que o Espírito de Deus medie através da agência humana e da intervenção direta de Deus para que seu completo senhorio seja possível. (Ma, 2014, p. 54, tradução nossa).

Não se pode esquecer que as mensagens de Proto-Isaías estão dentro de um contexto da Teologia de Sião, que busca fortalecer e legitimar a descendência davídica ao trono de Israel. Além disso, é interessante observar que na perícope de Isaías 11,1-9, o rei davídico não está sendo imbuído de uma força externa física, ou mesmo militar, como ocorreu com Saul e Davi, ou mesmo outros personagens citados no Antigo Testamento. Mas antes o Espírito está capacitando este líder com valores internos, um empoderamento moral e espiritual para governar e liderar o povo de *Yahweh*. Deste rei era esperado não um poderio militar ou que vencesse seus inimigos, mas um reinado embasado no direito e na justiça. Deveria reinar com retidão,

protegendo os mais frágeis da sociedade e julgando os impiedosos, o que teria como consequência o florescimento da sociedade, resultando em plenitude de vida, paz e harmonia social. Mesmo sendo uma ideologia real israelita, baseada num rei ideal, denota a relação e a influência positiva do espírito de *Yahweh* com a paz escatológica realizada na sociedade, através da efetivação da justiça social, que possui como fim último benefícios para todo o povo.

O rei, legitimado pelo Espírito de *Yahweh*, poderia cumprir sua missão confiada por Deus: reinar com justiça (*tsedaqah*), tornando o direito (*mishpat*) algo palpável na sociedade, a ponto de transformar a realidade e até mesmo a natureza e o cosmos (Is 11,6-9). A missão do descendente de Davi é a missão de Deus e, seu cumprimento só poderá ser realizado através do empoderamento do Espírito de *Yahweh*, resultando em completude ou plenitude de vida para todos, incluindo a natureza.

Ma (2014, p. 58) cita que a função do espírito de *Yahweh* neste caso caracteriza-se por um chamado especial de Deus para uma tarefa específica diferente do que foi realizado nos Juízes, por exemplo, ou mesmo em outros momentos do Antigo Testamento, pois caracteriza-se não como uma atividade externa para vencer batalhas, mas como uma atividade interna, atuando em seu caráter e personalidade, atribuindo-lhe um padrão moral e espiritual elevado, visando o estabelecimento da justiça e do direito na sociedade a fim de se alcançar a plenitude de vida que Deus deseja para todo o ser humano. Assim, o Espírito de *Yahweh*

[...] autêntica o chamado de Deus sobre uma pessoa e a capacita a realizar uma tarefa específica. No entanto, também Ele [o espírito de *Yahweh*] introduz novas funções. Em particular, as dimensões morais e aspectos espirituais da tarefa. Muita atenção é dada aos marginalizados da sociedade, [...] o alcance universal do empoderamento é revelado. A preocupação com o bem-estar humano também é claramente observada pelo estabelecimento da justiça na sociedade. A utopia provocada pelo governo justo do rei capacitado pelo Espírito em Isaías 11 destaca o quadro definitivo do plano de restauração de Deus através do seu Espírito. A capacitação do Espírito sobre servos de Deus é trabalhar para a restauração do governo completo de Deus na vida humana e em toda a Criação (Ma, 2014, p. 54, grifo nosso).

O papel do Espírito é, portanto, trazer harmonia e paz não somente para o ser humano, e nisso está a busca da plenitude, mas também para toda a criação, de forma que esta também seja beneficiada, através de uma recriação, na qual seria possível até mesmo elementos inimagináveis e antagônicos, como uma criança brincar com uma serpente venenosa, ou ainda animais selvagens e carnívoros ficarem juntos e

em paz com animais domésticos. A possibilidade que é vista é justamente uma nova era de justiça plena, efetivada por mudanças que impactam não somente as pessoas, mas comunidades e por fim toda a sociedade. A ideia é de um efeito holístico e transformador, agindo no sentido comunitário, nas dimensões morais, sociais e no vislumbre de uma paz (*shalom*) que é fruto efetivo da *tsedakah* e da *mishpat*.

A vida humana é o principal interesse desta perícópe. Está no seu centro. A vida em comunidade é importante para a própria sobrevivência do povo de Israel. Os primeiros profetas receberam empoderamento com o espírito de *Yahweh* como um poder capaz de defender a comunidade de ameaças externas, dos inimigos. Entretanto, Isaías, assim como Miquéias e Oseias, denotam outra grande ameaça, agora interna e mais perigosa, capaz de corroer a nação de dentro para fora: a falta de moral e escrúpulos de seus governantes. O governo de Deus e do seu ungido se dá através da justiça e do direito, da retidão e efetivação das prerrogativas da Aliança, e para isso os mais fragilizados da sociedade precisavam receber especial atenção.

O Espírito assim se caracteriza como um remidor dos pobres e oprimidos, um libertador de seus sofrimentos, garantindo-lhes a dignidade. De fato, o ofício profético é tradicionalmente proporcionar um guia divino à liderança política e social para a plenitude da vida individual, familiar e nacional.

[...] o Espírito de Deus traz o florescimento do povo de Deus, às nações e a Criação de Deus, tanto através da agência humana como através intervenção direta de Deus para que seu pleno senhorio seja realizado e consumado em nosso mundo que foi originalmente, e sempre será, seu. (Ma, 2014, p. 68).

Esta é a plena realização do reino ou governo de Deus na sociedade humana, restaurando a ordem da criação com paz e descanso. Esta sociedade impactada pelo espírito de *Yahweh* tende à plenitude de vida em todos os sentidos, frutos da prática da justiça (*tsedakah*) e do direito (*mishpat*), gerando prosperidade, retidão, paz e harmonia tanto para o ser humano quanto para a natureza e o cosmos. Desta forma, abarca tanto aspectos individuais, quanto coletivos (comunidade e sociedade em geral), e porque não dizer universal atuando em toda a existência humana e na criação divina. Assim, o Espírito impulsiona, provoca, impele ações em prol da justiça e do direito, e, da mesma maneira, entende-se que onde há efetivação da justiça e do direito numa sociedade, visando a paz e a equidade, há aí a ação do Espírito.

5.3.2 Ação do Espírito de *Yahweh* na justiça e no direito visando a plenitude do ser humano, da sociedade e do cosmos

Sem dúvida alguma, a perícope estudada demonstra que o projeto da ação divina na sociedade passa também pelas ações humanas. Apresenta um *Yahweh* que trabalha através do seu Espírito na história a fim de proporcionar esperança, e não só para os homens, mas para toda a criação e o cosmos. (Moltmann, 2010, p. 21). A salvação divina estende-se a tudo que foi criado, à toda a humanidade. Sua atividade salvífica vai além do ser humano, mas que tem este como causa e efeito.

O espírito de *Yahweh* atua “no ser humano” e “pelo ser humano”. No ser humano no sentido de uma transformação interna, capaz de mudar sua mentalidade, atitudes e caráter. Como o apóstolo Paulo irá declarar no Novo Testamento, em 2 Coríntios 5,17, a pessoa torna-se uma nova criação pela ação do Espírito, quando então seus valores são transformados de dentro para fora. Já a ação pelo ser humano se dá através de suas escolhas, suas ações geradas a partir de seus novos valores originados pela ação do Espírito. Suas ações e atitudes irão refletir no seu caráter, gerando integridade e retidão (*tsedaqah*). Essa fé vívida, é prática, atuante, não alienada ou conformada com qualquer modalidade de opressão ou injustiça. Segundo Silva (2018, p. 82), a raiz da palavra hebraica justiça refere-se a prática da justiça (*tsdq*), à noção de “ordem como organização harmoniosa entre as diversas relações cósmicas na natureza, das relações sociais entre os seres humanos e do bem-estar das pessoas consigo mesmas”.

O Espírito é a fonte dos atos humanos, o que de forma alguma retira da pessoa a autenticidade ou responsabilidade, antes a virtude do Espírito inspira os atos para que sejam únicos. Várias ações são movidas pelo Espírito e manifestam sua presença não somente na igreja ou na comunidade de fé, mas também na sociedade. “A ação feita pelo homem divino é dom de Deus”. Este homem renovado, mesmo incompleto e imperfeito, torna-se um canal de Deus para expressar sua justiça com o fim último da plenitude da sociedade. (Comblin, 1984, p. 156-157).

Através da ação do Espírito de *Yahweh*, há libertação da personalidade humana para expressar-se em atos de justiça, e assim toda ação influenciada pelo Espírito torna-se um dom, que poderá produzir compaixão, caridade, serviço, justiça, libertação, entre outros. Dentro da realidade neotestamentária, o Espírito dá a liberdade de escolha dos atos, e empodera pessoas à medida que optam pela retidão,

pela justiça, pela liberdade e pela paz. É o mesmo poder que instiga indivíduos a lutar pela justiça social, a fim de construir comunidades mais justas, diminuindo as opressões e toda a forma de desumanização, colocando ordem em lugares e situações em que impera o caos.

É certo que as ações humanas por vezes impactaram e ainda impactam a ordem natural da criação. O ser humano, através do seu livre arbítrio, pode impactar tanto positivamente quanto negativamente o meio no qual vive. O Antigo Testamento mostra desde Gênesis uma estreita relação entre a humanidade e a criação, entre a ordem humana e a ordem cósmica, e nos profetas esse assunto não foi de forma alguma deixado de lado, pois o que se nota é que através das ações de justiça e do direito, através da ação do Espírito de *Yahweh*, é possível sim haver uma restauração.

Entende-se que através de um compromisso de fidelidade e integridade humana, poderá resultar em bênçãos para a criação através da ação do Espírito de *Yahweh*, que conduz também o homem ações que incluam o direito da preservação e cuidado com a natureza criada. Levítico 26,32-35 fala da ação divina em favor do sábado (descanso) da Terra:

Eu mesmo devastarei a terra, e se espantarão os ossos inimigos que a vierem habitar! Quanto a vós, eu vos dispersarei entre as nações. Desembainharei a espada contra vós e farei da vossa terra um deserto e das vossas cidades, ruínas. Então a terra cumprirá os seus sábados, durante todos os dias da sua desolação, enquanto estiverdes na terra dos vossos inimigos. Então a terra repousará e poderá cumprir os seus sábados. Repousará durante todos os dias de sua desolação, o que não aconteceu nos vossos dias de sábado, quando nela habitáveis. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Levítico 26,32-35, p. 399).

Na sequência deste texto há uma sentença para com Israel devido a infringir esse descanso. Segundo, por ação do pecado humano, houve impacto na terra, o que resultou na degradação do meio ambiente. Os textos dos profetas mostram em várias passagens que não somente o ser humano precisa da redenção, mas também toda a terra que sofre e precisa também desta restauração. (Is 35,1-10; 41,18-19; 51,3; 55,12-13; 11,6-9; 42,15-16; 51,4-6; 65,17-25).

Imagens de elementos da natureza tornam-se então simbólicos desta restauração realizada por *Yahweh* através do seu espírito. A terra coberta de plantas e de animais sem ferocidade são imagens chave da promessa de libertação divina para com Israel e, ao mesmo tempo, tais imagens poéticas também denotam uma

restauração e renovação da alegria para todas as criaturas. O que Deus faz agindo em favor de Israel tem ação em tudo ao redor – ser humano, natureza e cosmos.

Isso mostra que a ação do espírito de *Yahweh* não pode ser reduzida, como muitos fazem, a uma espiritualidade imaterial, alienada e que projeta a vida do ser humano para fora da história; mas material, tangível, pública, inserida e encarnada na história do cotidiano em prol da sociedade com ações justas, mas também em favor da própria natureza e do cosmos, e que se concretiza através das ações do ser humano. É uma ação criativa e regenerativa, um dom escatológico do espírito agindo através do homem e em favor do homem, e que reflete em toda a natureza.

Campusano (2019) argumenta que uma nova criação é fruto de relações justas, e que o espírito de *Yahweh* está intimamente ligado a essa situação, visto que traz uma nova dinâmica às diversas relações humanas, tanto uns com os outros, quanto com a natureza. A justiça neste caso, efetivada pela presença da *ruah Yahweh*, intermedia estas novas relações favorecendo transformações positivas em todos os sentidos e provocando uma nova realidade no espaço público.

O dom escatológico do Espírito não afeta somente o relacionamento do ser humano com Deus e com seu próximo, mas também com toda a comunidade de fé, a sociedade, a natureza e o cosmos. Esta ação positiva do Espírito implica em responsabilidade do fiel para com toda a criação divina, uma ação positiva em favor da ordem natural tal qual como descrito Isaías 11,6-9.

Como a ordem do universo possui como referência o Deus criador, nada mais natural do que a justiça se encontrar na sua criação e nas suas criaturas. “O Deus que estabelece os parâmetros da justiça é o mesmo que cria o universo e o mantém” (Silva, 2018, p. 82).

A tsedeq pensava-se como uma força cósmica envolvente, ordenadora das justas relações entre os homens; essas justas relações era a *tsedaqah*, a “justiça” entre os humanos, que harmonizava a vida com a justa ordem criada ou com um plano divino universal (Silva, 2018, p. 82).

Observa-se que a ideia de justiça na compreensão hebraica ultrapassa muito o conceito da necessidade de boa convivência entre os seres humanos, pois ela só se torna possível para homem à medida que o próprio Deus, cujo principal representante na terra é seu próprio Espírito, se torna o padrão de justiça para aqueles que nele creem, afinal de contas, a justiça é parte de sua essência, e precisa também ser um atributo daqueles que carregam em si o dom do Espírito. Pelo padrão bíblico, é

também um atributo dos reis e governantes garantirem a efetividade da justiça social para seu povo, assegurando que o governo seja equânime e justo para todos.

Outro fato interessante na perícope, e que vale a pena destacar com relação a questão das relações harmoniosas influenciadas pelo Espírito de *Yahweh*, é que os animais fortes é que estão na casa dos animais fracos e não o contrário, simbolizando a possibilidade de segurança para o fraco na sua própria terra e casa. O texto não menciona a violência no mundo animal, este não é escopo bíblico. Há sim uma visão utópica da passagem de Isaías 11,6-9 com intenção de mostrar que Israel terá novamente sua paz e restauração a ponto de não ser ameaçada por animais ferozes (inimigos) como estava acontecendo dentro do contexto histórico da perícope.

Num mundo bom criado por Deus os animais comem palha e feno, não são ameaças ao ser humano. Isso, segundo Gowan (2000, p. 104), poderia indicar a esperança da restauração da paz para Israel, o que pode sem dúvida alguma ser estendido para todas as sociedades humanas. Um sonho ou ideal humano, de que um dia não haverá mais extorsões, corrupções e injustiças. O profeta retoma essa questão em vários momentos em Proto-Isaías,

[...] até que seja derramado sobre nós o Espírito do alto. Então o deserto se transformará em vergel e o vergel será tido como floresta. O direito habitará no deserto e a justiça morará no vergel. O fruto da justiça será a paz, e a obra da justiça consistirá na tranquilidade e na segurança para sempre. Meu povo habitará em moradas de paz, em mansões seguras e em lugares tranquilos. Embora a floresta venha abaixo, embora a cidade seja humilhada, sereis felizes, semeando junto de águas abundantes, deixando andar livres os bois e os jumentos. (Bíblia de Jerusalém, 2.002, Isaías 32,15-19, p. 1.303).

Esta espiritualidade com certeza deverá ir além de si mesma, para uma nova experiência prática com todas as criaturas de Deus, no sentido de garantir a equidade, a harmonia e a justiça social na sociedade.

No caso dos cristãos, é preciso ir além dos limites da igreja, para redescobrir o Espírito na natureza, na sociedade e no cosmos, o que conduz ao respeito e à dignidade por todas as criaturas, o que sem dúvida, é uma condição de sobrevivência na atual situação do planeta, tão devastado e afligido pelo ser humano.

Sem dúvida, a ação do espírito de *Yahweh* deve ser muito além dos dons espirituais restritos às comunidades cristãs, mas precisa influenciar a sociedade de tal forma que conduza à plenitude em todos os relacionamentos humanos, na sociedade garantindo a equidade e justiça social e no cosmos visando harmonia. Com certeza,

esta seria uma libertação e salvação plenas, tão sonhada e aguardada pelo ser humano.

5.4 REFLEXOS DA PERÍCOPE DE ISAÍAS 11,1-9 NOS EVANGELHOS E NA IGREJA NASCENTE

Os textos isaianos tiveram uma grande influência na construção do Novo Testamento e da fundamentação do cristianismo, principalmente na formulação da cristologia. Particularmente, o texto da perícope de Isaías 11,1-9 é atribuído e interpretado como o cumprimento da profecia messiânica na pessoa de Jesus Cristo, o descendente de Jessé, da linhagem de Davi.

A citação da perícope no Novo Testamento é significativa, pois para os protestantes, Jesus Cristo é o cumprimento das profecias messiânicas do Antigo Testamento. Ele é a raiz de Jessé, o messias aguardado dos cristãos. Seu ministério, foi marcado pela presença do Espírito de *Yahweh*, ou seja, com a capacitação do Espírito de *Yahweh*, que vem sobre ele como uma pomba no seu batismo (Lc 3,22). Seus ensinamentos são cheios de conselho e sabedoria, seus milagres denotam poder e força sobrenatural. Sua missão é a implementação do Reino de Deus, caracterizado pela paz, retidão e justiça. Sem dúvida alguns todos estes elementos procedem da imagem messiânica veterotestamentária, e mais especificamente, de Isaías 11,1-9.

Schwantes (1999, p. 35) apresenta algumas características que, conforme o autor, remetem a Jesus Cristo como Messias vindouro, o descendente de Davi, sobre o qual repousaria o Espírito de *Yahweh*. Os autores do Novo Testamento relembram continuamente esta predição messiânica, pois mostram que toda a sua vida e ministério terrestre foi marcado pelo poder do Espírito em toda a sua plenitude (João 3,34). Isaías 11,2 cita dons memoráveis do futuro rei e messias, sabedoria e entendimento, conselho e fortaleza, conhecimento e temor do Senhor. Os dois primeiros atributos mostram sua inteligência, os dois subsequentes denotam seu poder, e os dois últimos a sua íntima relação e conhecimento íntimo e imediato sobre Deus, pois ele mesmo afirma: “Ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho, o quiser revelar” (Mt 11,27). Para este autor, Jesus Cristo é inegavelmente o cumprimento da raiz de Davi apregoada no texto de Isaías 11,1-9, e é possível em inúmeras passagens dos Evangelhos observar tal fato.

No Novo Testamento, o Evangelho que mais afirma a messianidade de Jesus é o Evangelho de Lucas, que também é o autor que mais enfatiza a obra do Espírito de *Yahweh*, tanto em Jesus quanto na igreja nascente. Em Lucas 3,20 o Espírito desce sobre Jesus. Já em Lucas 4,18-19 é possível encontrar a primeira pregação pública, uma proclamação pública na sinagoga de Nazaré, citando Isaías 61,1-2. Jesus, ao ler a passagem, se autoproclama como Messias, e muitos presentes não aceitaram tal proclamação ficando até mesmo irados, entretanto outros se admiraram de suas palavras (Lc 4,28-29). O que chama a atenção nessa proclamação em relação a perícopes de Isaías 11,1-9 é justamente a primeira parte da afirmação realizada por ele: “O Espírito do Senhor está sobre mim...”.

Apesar de os cânticos do servo serem uma expressão do rosto de Jesus no Novo Testamento, é possível citar que as atribuições de Isaías 11,1-9, principalmente os versos 2-3, também se encontram esboçadas em Cristo. Jesus declara que o Espírito está sobre ele para trazer boas novas aos pobres, liberdade aos cativos, visão aos cegos e libertação aos oprimidos. Não somente no Evangelho de Lucas, mas também nos demais evangelhos, é possível observar que Jesus incorpora vários elementos do messias real e ideário de Israel, tanto em seus ensinamentos, quanto em suas ações (González, 1997, p. 237). Até mesmo na descrição do Reino de Deus, observa-se que o intuito é justamente um reino pacífico e de justiça.

Moltmann (1992) faz uma conexão da presença do Espírito no Antigo Testamento com a presença do Espírito de Deus derramado sobre ele no seu batismo e que atuou durante toda a sua vida, para realização de grandes obras entre os homens. Destaca também a importância do espírito de *Yahweh* para a esperança messiânica, e interpreta Isaías 11,2 como um oráculo que aponta para o Messias, que tem como objetivo capacitá-lo para realizar a sua missão e, assim, trazer a justiça de Deus e a “*shalom*” ao mundo. O Espírito sendo derramado sobre Jesus seria então um evento inaugural, o início de uma nova era, um novo tempo de relacionamento com Deus e de esperança messiânica, pois assim como Jesus foi empoderado pelo Espírito, seus discípulos e a igreja também o foram para realizar sua missão de libertação e redenção (Moltmann, 1992, p. 124-125).

Cheios do poder do Espírito, as comunidades de fé são chamadas a viver tal qual Jesus Cristo, levando libertação aos cativos e oprimidos, vivendo a esperança de transformação do mundo dia após dia para que a justiça, a paz e a *shalom* de Deus

possam se efetivar na terra para todos os homens e para a criação (Moltmann, 1992, p. 126-127).

Da mesma forma que Karl Barth, Moltmann também estabelece uma relação intrínseca entre Isaías 11,2 e Lucas 4,18, sendo que em Jesus e em sua obra cumpre-se as passagens e esperanças messiânicas, e da mesma forma, o mesmo Espírito continua a inspirar e empoderar as comunidades cristãs para a transformação da sociedade, no trabalho incansável para o estabelecimento da justiça e dos direitos, a fim de que se estabeleça a paz (*shalom*) para todos os seres humanos e a criação. O Espírito é aquele que conduz as ações de poder, tanto de Jesus quanto da comunidade cristã de Atos dos Apóstolos. No Evangelho de Lucas, é Jesus que lidera a ação do espírito de Deus, já em Atos dos apóstolos, a igreja é liderada pelo Espírito divino.

O Espírito anunciado pelos profetas, particularmente por Isaías, é assumido por Jesus Cristo nos Evangelhos. Particularmente, na América Latina, o messianismo assumiu outras leituras e interpretações diferenciadas das leituras europeias, principalmente em virtude dos inúmeros contextos socioeconômicos, por vezes sempre muito turbulentos. Santos (2012, p. 51), citando Schwantes (2013), cita o advento do Emanuel, o Deus conosco. Mas quem seria esse “conosco”? Aqueles que continuariam fiéis ao propósito davídico o que excluía as esferas de poder corruptas e injustas de Judá e Jerusalém. Da mesma forma, o messias estaria do lado dos pobres e oprimidos. Na teologia de Schwantes, o messias vem para inaugurar um novo tempo de paz, justiça e direito, sem o uso de força militar para alcançar seus objetivos. Ungido pelo Espírito de *Yahweh*, tem como objetivo salvar o povo que dele tanto precisa.

Segundo Schwantes (2009, p. 21),

O “rebento” terá a tarefa de realizar “justiça” e “direito”, o que no concreto implica na defesa dos “pobres”. Tais afirmações conhecemos a partir da ‘ideologia da realeza’ (Is 9.5-6; Sl 72). A novidade de Isaías reside em postular mediadores frágeis. Para implantar tão grandes tarefas, a palavra da boca (v. 4) é suficiente! A *ruah* (“espírito”) prescindirá da espada. (Schwantes, 2009, p. 21).

Para Schwantes (2009), o agir do Espírito é inicialmente histórico, um agente na história. Mais do que a força em batalhas, a ideia do messias no tempo de Isaías e Miquéias estava associada à pequenez, à fragilidade, à mansidão de uma criança: menino (9,5), às crianças (7,14), o rebento (11,1). Este é o rei ungido pelo Espírito de

Yahweh, uma pessoa guiada pelo Espírito para executar a justiça e o direito para os necessitados e oprimidos: “Ele é rei, porém suas ações refletem o agir de quem foi impulsionado por Javé por meio da unção, para salvar e libertar a população pobre e excluída” (Santos, 2012, p. 54). Jesus, nos Evangelhos, expressa muito bem esse ideal messiânico.

O Espírito em Jesus no seu batismo e sua autoproclamação de estar cheio do pelo mesmo Espírito não são, portanto, eventos isolados, mas sim a expressão da vontade divina, a manifestação da presença do próprio Deus na história humana. Da mesma maneira, o Espírito impulsiona a igreja na defesa dos pobres e marginalizados, na busca da efetivação da justiça e do direito, visando a plenitude do Espírito. A justiça social é justamente uma forma de expressão da justiça divina, a proclamação de uma salvação holística e ampla, que vai além do aspecto espiritual, mas que busca também uma transformação social e econômica com o intuito de vencer situações de desigualdade e opressões. Assim como o Espírito impulsionou Jesus e a igreja primitiva em sua missão, espera-se que impulsiona a igreja contemporânea a também proclamar libertação aos cativos e oprimidos, aos marginalizados e necessitados.

O texto da perícopes aplicada ao messianismo de Jesus incita os fiéis a uma nova postura, a luta pela justiça e libertação dos oprimidos, a ação visando a justiça social. Não somente Lucas, mas os demais escritores do Novo Testamento, relatam Jesus como o legítimo herdeiro ao trono davídico, a raiz de Davi, um rei no entanto diferente dos demais, pois personifica e demonstra a justiça e a misericórdia de Deus para todos os homens. Seu reinado é pacífico, pois como ele mesmo afirma, seu reino não é deste mundo. Há uma busca incessante pela plena paz, afinal Ele é o portador da paz.

A alegoria de um mundo transformado e em harmonia, no qual animais peçonhentos convivem com criancinhas, com certeza é uma metáfora poderosa, indicando a plenitude de paz que este reino messiânico almeja. O reino de paz messiânico alcança não somente as pessoas, mas também seus relacionamentos e restaura a humanidade com Deus.

A igreja, neste caso, não é mera coadjuvante no processo, antes a ela foi também atribuída a capacitação do Espírito de *Yahweh*, conforme Atos 2. É também responsável pela efetivação da justiça e do direito, através da ação pública do Espírito, expresso em suas ações. Assim como Jesus ofereceu esperança aos marginalizados,

também a igreja é chamada a ser portadora das boas novas de vida e transformação da sociedade, na busca ininterrupta de um mundo mais justo e fraterno.

5.5 AÇÃO DO ESPÍRITO DE YAHWEH NA SOCIEDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL A PARTIR DE ISAÍAS 11,1-9

Muitos cristãos, de diferentes denominações protestantes, ainda acreditam que a igreja não deve se envolver em questões sociopolíticas, alegando que o reino de Deus não é deste mundo ou mesmo que há uma esperança escatológica futura que acaba por isentá-los de uma responsabilidade cidadã e social com o presente. No entanto não é nada disso que os textos bíblicos demonstram. Antes há uma responsabilidade cidadã que é outorgada a todos inequivocamente, independentemente de suas crenças ou denominações religiosas. Isso tem mudado ao longo do tempo, e muitos tem proposto e efetivado ações sociopolíticas em prol da construção de uma justiça social, porém tais ações ainda são singelas por parte de algumas igrejas.

Outra característica do protestantismo brasileiro, e porque não dizer latino-americano, é a polarização do que é material e o que é espiritual, entre o profano e o sagrado. Rejeitar tudo que é “do mundo” tornou-se sinal de espiritualidade, no entanto todo ser humano é criação de Deus: corpo, alma e espírito. A salvação também precisa ser integral. Pensar holisticamente nas necessidades humanas, e da natureza, não é algo contra as Sagradas Escrituras, antes é buscar a plenitude do ser a fim de que tenha dignidade, e seus direitos efetivados. Justiça social, nesta perspectiva, é algo totalmente espiritual, e sua realização na sociedade é algo desejado por Deus.

A ação do Espírito de Deus no sentido da justiça e do direito implica na conscientização de lideranças e membresia das suas responsabilidades sociais, por uma opção a favor dos pobres e marginalizados. A educação teológica e pastoral precisa, neste sentido, ser também libertadora de pré-conceitos estabelecidos historicamente. A formação teológica e de lideranças pastorais é desafiada neste sentido a se ajustar a plenitude do Espírito não somente através do carisma sendo doado no interior da comunidade de fé, mas também no contexto na sociedade. A igreja, agindo como uma unidade, como um dom para a sociedade contemporânea, visando a sua plenitude no Espírito através de ações concretas em prol da justiça e do direito.

Há uma grande hegemonia quando se fala em igrejas protestantes na América Latina. Especificamente no Brasil, o público é muito diverso, mas é possível observar que o pentecostalismo e o neopentecostalismo possuem maior capilaridade nas comunidades mais empobrecidas e periferias das grandes cidades. As igrejas Pentecostais e Neopentecostais creem nos dons (carismas) do espírito de *Yahweh* e na sua efetividade em nossos dias, tal qual descrito nos Evangelhos e no Livro de Atos dos Apóstolos. Creem que este dom é presente e atuante na igreja contemporânea, porém perdem por vezes a perspectiva quanto o assunto volta-se para seu papel na sociedade e para obras sociais, ou seja, seu papel sociopolítico e participação na justiça social, perdem-se em argumentos (prós e contras), num embate por vezes infrutífero, que na maior parte das vezes não possui bases escriturísticas sólidas.

Synan, Yong, Álvarez (2016, p. 199) trazem uma importante reflexão sobre algumas afirmações bíblicas bastante comuns no meio protestante, e que normalmente são apenas espiritualizadas nas igrejas, mas que precisam ser repensadas também com relação a relação igreja-sociedade-justiça:

1. **Anunciar que Cristo salva** envolve também esta pergunta: O que é a realidade histórica, e quais os benefícios para os seus indefesos e vizinhos necessitados estão implícitos ou incluídos nessa salvação? Os pentecostais precisam entender que a pessoa que foi justificada pela fé em Jesus e libertados da opressão espiritual tem que estar comprometido com a justiça social e se tornar um agente de mudança social.
2. **Proclamar que Cristo cura** significa que os pobres e os excluídos têm acesso direto à saúde. Os pentecostais existem em uma sociedade que lhes nega este direito humano fundamental à saúde. Se Cristo cura, isso não significa que Cristo se preocupa com todas as necessidades humanas? Este ingrediente do evangelho pentecostal será então ser uma crítica pública a todos aqueles que, a partir das suas posições de poder, têm pouco ou nenhum interesse na saúde geral dos pobres e dos excluídos.
3. **Proclamar que Cristo santifica** significa deixar de lado perspectiva teológica individualista que entende que o chamado à santidade é apenas para pessoas boas ou decentes, portanto esquecendo que uma pessoa santa é chamada a mostrar uma preocupação genuína pôr a condição social do vizinho indefeso. Não a santificação também exige a prática da santidade social?
4. **Proclamar que Cristo batiza com o Espírito Santo** significa afirmar categoricamente que a defesa da vida, particularmente das dimensões políticas da vida, é uma forma legítima de viver no Espírito. Quem é batizado pelo Espírito é chamado a amar a vida e por isso é chamado a valorizá-lo e defendê-lo de todas as formas de violência.
5. **Anunciar que Cristo voltará** implica a relativização de todos os poderes humanos, incluindo os poderes sociais e políticos. Proclamar que Cristo está vindo deveria fazer com que os crentes cidadãos responsáveis que se tornam sujeitos de influência e transformação social e política. Deveriam ser

embaixadores da reconciliação, artesãos da paz, defensores da verdade num mundo de mentiras e meias verdades e profetas da justiça de Deus.
(Synan, Yong, Álvarez, 2016, p. 199, grifo nosso).

Se pastores, missionários e líderes de igrejas compreenderem o alcance sociopolítico da pneumatologia, com certeza a igreja não passará despercebida na comunidade, pois sua influência impactará a vida de pessoas comuns, tornando-se uma igreja relevante. Mesmo no aspecto escatológico, a relação do Espírito com a justiça social pode se fazer presente na libertação de inúmeras formas de violência e opressão, trazendo dignidade ao ser humano e transformação social na comunidade.

O que se observa desde o Antigo Testamento é que o espírito de *Yahweh* trabalha sempre de modo cooperativo, não somente dentro, mas para as comunidades. Neste ponto é possível inferir e ampliar ainda mais essa premissa com base no texto de Isaías 11,1-9, afirmando que o Espírito trabalha não somente nas vidas daqueles que creem, mas de toda a sociedade, no sentido de gerar paz, harmonia e justiça, pois tais características lhe são peculiares e inerentes. Deus é Espírito, e sua ação não é limitada por barreiras territoriais ou continentais, antes interpela o ser humano onde estiver a fim de provocar transformações e mudanças tanto no interior do homem, em seu caráter e personalidade, mas também na sociedade gerando justiça social visando a plenitude e a dignidade humana.

O texto isaiano apresenta um rei e reino ideal, e ainda mais, uma expectativa e esperança de um novo tempo firmado na justiça (*tsedaqah*) e no direito (*mishpat*). Wonsuk Ma (1999) chama tal teologia de “Teologia do Povo”, apresentada em Proto-Isaías, na qual o espírito de *Yahweh* atuou não somente através de reis, profetas e sacerdotes, mas no sentido de restauração de toda a comunidade, e que seria a fonte de inspiração para a pneumatologia do Novo Testamento, culminando posteriormente na pessoa do Espírito Santo, e como fonte de reflexões para uma escatologia messiânica dos textos isaianos. “O *ruah* torna-se um dos instrumentos de *Yahweh* para lidar com os humanos e o mundo criado” de acordo com a percepção hebraica monoteísta do espírito de *Yahweh* atuante “no mundo”, é sua ação no mundo, contribuindo com a concretização de sua vontade na criação, na sociedade e no universo.

O espírito de justiça e força é dinâmico e impulsiona a lutar contra todos os tipos de injustiças e ataques considerados perversos. Destarte, a pneumatologia está assim vinculada ao espírito de justiça, e a uma escatologia que também busca essa

mesma justiça através da ação do Espírito de *Yahweh*, através de uma ação escatológica realista, que mantém parâmetros sociais e políticos definidos pela estrutura social (Widyapranawa, 1990, p. 169).

Para Roldan (2001, p. 170-175), em seus estudos sobre Pannenberg, demonstra que é impossível dentro da perspectiva protestante desvincular pneumatologia de escatologia, pois há uma relação direta entre o Espírito e a criação e a nova criação, onde o Espírito possui uma manifestação proléptica²¹ que antecipa não somente a transformação integral dos crentes, mas também a participação de toda a criação que precisa ser renovada pela mesma ação e poder do Espírito de Deus, levando a uma reflexão muito forte com relação a atuação do mesmo Espírito na atualidade, levando a considerar uma escatologia mais ajustada ao mundo atual.

Da mesma forma, a ação do Espírito junto a uma escatologia que não pode se resumir a ações meramente sociais, a uma escatologia secularizada, distante dos parâmetros bíblicos, mas deve ser centrada no reino de Deus, mas que passa por também projetos humanos que gerem transformação através da ação do Espírito de Deus. Pannenberg (1971 apud Roldan, 2001, p. 172), explica a vinculação entre pneumatologia e escatologia destacando que “a consumação escatológica é atribuída ao espírito, que, como um dom do tempo final, já governa o presente histórico dos crentes”. Assim como a ressurreição de Jesus Cristo foi um evento proléptico, que antecipa um futuro escatológico do reino de Deus, também a consumação escatológica pode ser entendida como proléptica do Espírito, que no futuro transformará os crentes, e com eles toda a criação, mas que já é atuante no presente. Surge, segundo Roldan (2001, p. 174), o mesmo desafio de relacionar o reino de Deus com a história aqui e agora, na presença do Espírito de Deus hoje, mas como fazer isso para além da igreja ou da comunidade de fé?

Uma escatologia desvinculada da ação do Espírito e meramente futurista adquire uma conotação somente mística e deixa de lado a ação temporal do Espírito. Seus conteúdos tornam-se metáforas, concepções míticas e perdem sua interpretação escatológica da história. Como seres históricos, a consumação escatológica passa e é constitutivo da vida e história humana e como ela se constitui

²¹ Prolepse: Termo filosófico que significa “antecipação”. É uma palavra-chave na escatologia do teólogo luterano Wolfhart Pannenberg () e significa que, na ressurreição de Jesus Cristo, temos uma antecipação do reino escatológico de Deus (Roldan, 2001, p. 228).

no agora. É a tensão do chamado binômio de Cullmann, do reino de Deus que se constitui no “já e ainda não” (Roldan, 2001, p. 170).

O Espírito luta pela transformação de vidas. A missão do Espírito é, dentre outras, a missão de Deus, de efetivação da justiça e do direito na sociedade e em cada pessoa individualmente. Sua ação não está restrita a templos, igrejas ou denominações, mas os carismas divinos estão disponíveis para que todos possam finalmente a ter conhecimento do altíssimo. Ele luta pela vida, pela efetivação da justiça social. Participar da missão do Espírito é participar das lutas e sofrimentos do ser humano e conduzir pessoas a libertação, à plenitude de vida, à uma vida abundante, o que não se caracteriza apenas como conquista de bens materiais, mas sim a completude de uma vida digna e plena em todos os sentidos.

Através de uma esperança escatológica realizada, como afirmou Codina (2018), o Espírito capacita a todos os fiéis a realizar o reino de Deus no tempo que se chama “hoje”. Sua ação não está restrita, mas é dinâmica na sociedade, estabelecendo o reino de Deus, atuando nas lutas por justiça para a plenitude de vida e construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A missão do Espírito é a Missão de Deus (*Missio Dei*), que precisa ser também a missão de todo aquele que apregoa seu nome: justiça, paz e libertação, contra forças que diminuem o ser humano, oprimem os mais vulneráveis, desumanizam aqueles que foram criados à imagem e semelhança do Criador. Assim, o Espírito luta para a construção de comunidades e sociedades mais livres e justas.

Moltmann (2002, p. 27) cita que somente quando o ser humano conseguir atender ao Espírito da Vida, ao chamado divino, poderá seguir na missão com outras pessoas e lhes corresponder, respeitando a dignidade dos demais seres humanos como criaturas de Deus.

Missio Dei nada mais é do que o Espírito Santo do Pai por intermédio do Filho a este mundo, para que este mundo não se arruíne, mas viva. O que é trazido por Deus ao mundo, por intermédio de Cristo, isso é dito na simplicidade do Evangelho de João, *Vida*: “vivo, e vós também vivereis” (Jo. 14,19). **Pois o Espírito Santo é a “Fonte da Vida”, trazendo vida para dentro do mundo: vida total, vida plena, irrestrita, indestrutível, vida eterna.** O Espírito divino criado e vivificador traz essa vida eternamente viva já aqui antes da morte, não apenas depois, após a morte [...] (Moltmann, 2002, p. 27, grifo nosso).

Há uma profunda interdependência entre fé e justiça social, não há como desvincular os dois conceitos e suas práticas. Esses dois elementos são

indissociáveis e conduzem os crentes à busca de um futuro mais justo e pacífico para todos os homens e para o cosmos. Desta forma, é possível inferir que plenitude do Espírito não é algo somente individual, mas também coletivo, pois deve ser derramada por fim em toda a humanidade. Não é apenas um dom divino restrito, mas coletivo, que iniciou no Antigo Testamento, teve seu ápice no Pentecostes quando o Espírito foi derramado sobre todos os discípulos inaugurando uma nova era e uma nova forma de relacionamento entre Deus e os homens, através do Espírito do seu filho Jesus Cristo (Moltmann, 1989).

Na perspectiva da relação entre o Espírito e a justiça social, a teologia precisa fazer parte da vivência da fé a fim de construir uma nova sociedade a partir de um discernimento da história. Não pode ser meramente academicista, mas deve alcançar situações reais, propondo soluções concretas para os problemas da sociedade. Com os profetas é possível lidar teologicamente com questões reais, tendo como ponto de partida uma fé vivida e não somente dogmas ou questões abstratas que não impactam de forma alguma a realidade do povo. O *Yahweh* dos profetas é um Deus libertador do seu povo, cujo estudo provoca a ações libertadoras respaldadas numa genuína fé bíblica. (Vitório, 2022, p. 28).

“As diretrizes divinas revelam a preocupação de Deus com justiça e benevolência” (Yong, 2009, p. 41). A perícopes de Isaías 11,1-9, a exemplo de outros textos canônicos, oferece uma ação redentora da parte de Deus para o mundo perdido no caos e em injustiças.

Numa teologia pentecostal genuína, que não é uma linguagem emprestada de tradições estranhas, Deus e o Espírito Santo são experimentados e articulados (mesmo que apenas por modos orais de comunicação) como um poder que melhora a vida, como uma energia cosmológica não apenas na igreja, mas no mundo que desperta as pessoas, reforma as suas liturgias, ajuda-as a agir tanto em espírito de oração como politicamente, oferece-lhes cura e integridade, guia-as para o futuro e cria unidade na diversidade. . . que, como na Epiclese da Igreja antiga, “renova a face da terra. (Gerloff, p. 88 *apud* Yong, 2011, p. 63).

Com certeza novos horizontes teológicos e pastorais precisam ser abordados a fim de alcançar as mais diferentes comunidades e sociedades para que realmente façam a diferença na vida de centenas e talvez milhares de pessoas, para que a justiça social se efetive em diversos contextos sócio-políticos, atualmente tão conturbados por corrupções, injustiças, diferenças sociais, entre outros fatores que denigrem o ser humano. O “poder do Espírito” presente em Miquéias, se faz presente também em

Isaías 11,1-9 de uma forma ímpar, provocando transformações sociais na sociedade, visando a plenitude de vida de todos os seres humanos.

5.6 REFLEXÃO TEOLÓGICO-PASTORAL SOBRE A PLENITUDE DO ESPÍRITO E A JUSTIÇA A PARTIR DE ISAÍAS 11,1-9

Os textos de Isaías tiveram um valor muito grande para os autores neotestamentários. Sua mensagem continua atual e vívida apesar das distâncias contextuais existentes. Seus oráculos ainda iluminam a realidade atual, pois suas preocupações continuam vívidas em nossa sociedade.

Segundo Rossi e Erdos (2013) as lideranças políticas, religiosas e legais da sociedade judaíta eram egoístas, estavam preocupados somente com seus próprios interesses, principalmente acúmulo de poder e riquezas. Com certeza o contexto histórico mudou, mas as práticas não se alteraram no decorrer dos séculos. Essa situação reflete-se igualmente na sociedade atual, tanto na esfera religiosa quanto secular, porém no meio eclesiástico isso acaba sendo muito mais grave, pois entende-se que a estes está incumbida uma responsabilidade delegada pelo próprio Deus, para conduzir o povo com sabedoria, austeridade e justiça, apregoando os valores mais nobres do Reino de Deus.

O compromisso social da comunidade cristã, conforme afirma Miqueias em seus pronunciamentos, é um compromisso voltado para o povo, o empobrecido por esse sistema capitalista e explorador. A mente e o coração de cada integrante da comunidade cristã precisam ser o compromisso e responsabilidade com o próximo. Não se pode nem se deve deixar prevalecer o poder econômico, poder político, poder cultural e muito menos o poder de adquirir bens por meio da violência e opressão. (Rossi, Erdos, 2013, p. 112).

Tal qual ocorreu com Miquéias, que recebeu o poder divino para apregoar a justiça, e de coragem a fim de enfrentar os líderes ineficientes de Israel, os falsos profetas e demais lideranças inescrupulosas, também o profeta Isaías declara que um líder precisa estar cheio deste mesmo Espírito vivificador a fim de produzir bons frutos para a coletividade. A plenitude do Espírito expressa em ações de justiça e paz, conduzem ao equilíbrio entre as diversas relações humanas, incluindo o meio ambiente e o cosmos.

De acordo com a perícopes de Isaías 11,1-9, a presença do espírito de *Yahweh* se faz fundamental para a ação pública "hoje" nos diversos segmentos sociais a fim

de produzir a justiça social, refletida não somente em ações justas, mas em práticas e efetivação da diminuição de desigualdades sociais, sejam estas quais forem, a fim de se promover a dignidade humana.

Um dos fundamentos bíblicos é justamente firmar esse compromisso social inerente à fé cristã, e quando isso não ocorre, formam-se líderes aos moldes daqueles da época de Isaías e demais profetas pré-exílicos: cúmplices e corruptos, que negociam a verdade e a justiça em proveito próprio. Desta forma, sua mensagem traz esperança em mesmo diante do juízo, pois em meio ao caos social e ações predadoras de líderes insensatos, é possível ainda caminhar em direção à Deus exercendo uma espiritualidade viva e comprometida com a Sagrada Escritura.

O Novo Testamento traz a pessoa de Jesus Cristo, pregando sobre a chegada do Reino de Deus, baseado na justiça, na equidade e na paz. No Sermão do Monte (Mt 5-7), há uma convocação para a humanidade a tornar ao propósito original de Deus, e expõe que o cumprimento da lei mosaica vai além de meras regras e formalidades, mas tem como fim uma postura de responsabilidade para com Deus e com o próximo. Por isso Jesus apregoa que a justiça de seus discípulos e seguidores precisa ser muito superior à dos líderes religiosos de sua época, que compreendiam a lei apenas como regras e mandamentos, desvinculada da prática diária nos diversos relacionamentos e atividades em sociedade. (Kivits, 2012, p. 58). Neste sentido, a plenitude do espírito implica necessariamente numa fé prática, que tem inferências nas ações diárias.

No Novo Testamento, o Espírito tornou-se o propulsor da Missão da Igreja. Desde a efusão do Espírito, descrito em Atos dos Apóstolos (At. 1,8; 2,16-21), o seu papel não se restringiu mais a ações individuais e isoladas na vida de alguns poucos indivíduos escolhidos, e nem tampouco restringiu-se a ações individuais e intimistas na vida dos novos adeptos. Antes, pode-se observar nas Escrituras que o agir do Espírito foi em direção à libertação dos oprimidos, inspirando e instigando os crentes a atuarem de forma dinâmica em prol da justiça e da libertação, de uma forma dinâmica e desconhecida até então. Essa força propulsora e dinâmica instiga a igreja a atuar positivamente em prol do próximo e da sociedade ainda atualmente.

Moltmann (1992) mostra que além do dinamismo, o Espírito também impulsiona a igreja a viver em unidade, mesmo na diversidade. Da mesma forma que os dons são vários, as igrejas também atuam na diversidade, cada qual dentro da multiforme graça de Deus, mas de forma singular e em prol de uma missão: o Evangelho de

Cristo e a propagação do seu amor. Quando vivida de forma autêntica, a fé expressa-se no amor a Deus e ao próximo, em ações de justiça que impactarão a vida de muitas pessoas, acolhendo os desvalidos, os desafortunados, os pobres e marginalizados, demonstrando ações práticas de justiça na sociedade, ações transformadoras através da justiça social em ação pela e através do Corpo de Cristo.

O dom do Espírito Santo e sua ação em meio aos homens constituem a etapa atual do reino de Deus, o começo da libertação total. A ação de libertação do Espírito é, realmente, o modo de ele estar presente no reino de Deus. [...] Por seu Espírito, Deus já está começando a Reinar neste mundo. [...] O Espírito age por meio da palavra, do testemunho, da comunhão, da dedicação, da fraternidade, da esperança e da constância dos pobres. Esta luta perseverante é o próprio reino de Deus agindo na sociedade humana e no mundo. (Comblin, 1984, p. 340).

A igreja, como povo de Deus, é a comunidade daqueles que creem e agem em vista de um mundo mais fraterno e pacífico, buscando incansavelmente as bem-aventuranças. Assim, a igreja obedece ao Espírito quando promove libertação integral do ser humano, corpo, alma e espírito. O Evangelho impulsionado pelo espírito de *Yahweh* precisa ter em vista essa totalidade do ser humano, pois o Espírito irá suscitar uma “nova criatura”, transformada não somente no seu interior, mas também em suas atitudes e impactos exteriores, despertado para a ação. Esse é o Espírito de *Yahweh*, que impulsionou os profetas a buscarem a efetivação da justiça social de sua gente, que imperou no ministério terreno de Jesus Cristo, e é o mesmo que continuamente dá ousadia e coragem às comunidades cristãs durante os séculos a fim de buscarem a plenitude de vida para o ser humano. Para Comblin (1984, p. 341-342), essa constitui-se uma teologia da ação pneumática, uma teologia do espírito de *Yahweh* atuante na história, que atua concretamente na vida humana. Os homens não mudam enquanto suas relações reais não mudam. O espírito quer mudanças na área social, econômica e política dos homens.

A missão da igreja impulsionada pelo Espírito de Deus, o Espírito da Justiça, não se restringe aos ambientes eclesiais e não se reduz à esfera espiritual, mas alcança a dimensão pública, social e política, sendo chamada a contribuir de forma plena e proativa com a sociedade e a efetivação do Reino de Deus ainda neste tempo, na busca da paz e do bem comum. Sem dúvida, através da ação do Espírito, a Igreja de Cristo é chamada viver a plenitude em vários aspectos da sua missão, tanto de

forma espiritual e individual, mas também de forma pública, transformadora e vivificante da sociedade, atuando como instrumento de justiça e esperança.

O que se pode notar, portanto, é que os textos proféticos foram escritos de forma a firmar um compromisso social com a sociedade de sua época. A fé cristã herdou esse compromisso. Os profetas eram mensageiros incumbidos de anunciar a verdade e trazer luz a uma geração corrompida principalmente pela ganância e que havia se esquecido dos seus principais valores. Suas mensagens apregoam esperança mesmo diante do juízo, pois em meio ao caos social e ações predadoras de líderes insensatos, é possível ainda caminhar em direção à Deus exercendo uma espiritualidade viva e comprometida com a Sagrada Escritura.

Uma esperança que por vezes apresentou-se na forma de símbolos e oráculos figurativos, tal qual do texto de Isaías 11,1, no qual é possível entender o texto “ramo que sairá do tronco de Jessé” como o servo justo, que executará a justiça através do Espírito de *Yahweh*. Nota-se que não é qualquer tipo de justiça, mas uma que é capaz de transformar situações impensáveis em realidade, o que é apresentado em seguida na própria sequência da perícopes.

Uma justiça advinda do próprio espírito divino, geradora de esperança e certeza, pois é através dela que o reino de *Yahweh* será estabelecido - um reino de paz, de harmonia para todos, que promete não somente benesses futuras, mas principalmente que deve impactar o presente, principalmente daqueles quem mais necessitam desta intervenção. A relação da espiritualidade expressa na justiça divina traz consigo muito mais do que um futuro longínquo de equidade, mas um presente que pode ser transformado pela ação divina e humana, pois o divino passa também pelas ações públicas humanas e nelas é efetivado.

Portanto, a *mishpat* e *tsedaqah*, efetivadas pela ação do Espírito de *Yahweh*, deve causar ações presentes, atuais, públicas, reais, que desencadeiem acontecimentos transformadores e renovadores da realidade humana e cósmica. É justamente neste sentido que a análise da perícopes conduz a uma reflexão sobre como a execução do direito e da justiça expressam a esperança de uma plenitude do espírito, ressignificado através da presença de Deus no tempo que se chama “hoje”, com ações visíveis e palpáveis na sociedade, afinal a ação do espírito de *Yahweh* não pode ficar restrita às paredes das igrejas ou templos religiosos, não pode ficar presa em tradições, mas precisa necessariamente ser atuante na sociedade, de forma transformadora e libertária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida alguma, estudar o livro de Isaías foi (e ainda é) um desafio, que ao mesmo tempo instiga e intimida, tanto pela sua vastidão de estudos, quanto pelas profundas mensagens que transbordam dos inúmeros livros e comentários já escritos sobre o tema. Ao abordar a questão da justiça social juntamente com a plenitude do Espírito de *Yahweh*, a questão tornou-se ainda mais desafiadora, pois embora sejam conceitos fundamentais para a fé cristã, por vezes são delegados a segundo plano por muitas igrejas e suas lideranças, que atribuem a ação do espírito de *Yahweh* apenas aos aspectos pessoais, intimistas, ou ainda eclesiais, delegando a segundo plano o aspecto público da ação do Espírito. A devida compreensão destes elementos permitem reflexões e ações mais profundas rumo a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Dentro do panorama profético israelita, o livro de Isaías destaca-se pelo seu aspecto messiânico. Sem dúvida alguma, é um dos livros que mais originou comentários e interpretações no Antigo Testamento. Muitos estudiosos debruçaram-se a compreender sua mensagem ao longo dos séculos, e como uma agradável surpresa, ainda é possível descobrir novos caminhos e mensagens em meio aos seus escritos. Mesmo na perícopes estudada, Isaías 11,1-9, muitos relances surpreendentes foram descobertos, senão por outros estudiosos mais eruditos, mas pela própria autora desta tese, que se colocou como um humilde aprendiz, e que teve por muitas vezes seus olhos do conhecimento descobertos ao longo de paisagens inexploradas no caminho das inumeráveis leituras efetuadas. Impossível de se esgotar, o texto isaiano ainda causa sede e espanto, e da mesma forma deslumbramento.

Isaías 11,1-9 revela-se como um tesouro pneumatológico e escatológico, através de uma visão esperançosa do futuro na figura de um rei ungido pelo Espírito de *Yahweh*. Como fruto da presença divina, há uma expectativa de quem seria este novo rei que, através da presença do Espírito de *Yahweh*, concretizará a justiça e o direito, a ponto de toda a sociedade e até mesmo a criação e o cosmos serem transformados positivamente, resultando em felicidade e paz, o que pode ser traduzido como um estado de plenitude de vida. (Von Rad, 2006).

O capítulo primeiro da tese teve como objetivo iniciar a pesquisa através de uma introdução e contextualização do tema: “A Plenitude do Espírito e a restauração social na perspectiva da Justiça e do Direito: uma análise de Isaías 11,1-9”, situando

o assunto em seu tempo histórico e mostrando a hipótese a ser comprovada nesta tese: a possível relação entre o texto de Isaías 11,1-9 com a prática pública da justiça e do direito, não somente no tempo do profeta, mas para a contemporaneidade.

No capítulo 2 foi realizado o levantamento de referências e bibliografias consideradas relevantes para a pesquisa a fim de saber qual o estado da questão. Utilizando-se os principais descritores relacionados à perícopes estudada e ao livro de Proto-Isaías, buscou-se as bases de dados como *Scielo*, Portal da Capes, Bibliotecas Físicas e Virtuais, entre outras. Logicamente muitas referências foram pesquisadas e coletadas, tantas que seria impossível de citá-las todas no presente texto, porém buscou-se contemplar as mais importantes para a compreensão e discussão da temática, dentro das seguintes premissas: o profetismo em Israel; o profeta Isaías dentro do escopo da literatura profética israelita; justiça e direito no Antigo Testamento, nos profetas e em Isaías; artigos e estudos específicos relacionados ao Proto-Isaías, com foco na perícopes de Isaías 11,1-9; justiça social nos profetas e em Proto-Isaías; o espírito de *Yahweh* nos profetas e em Proto-Isaías, contemplando autores estrangeiros, mas procurou-se citar também os autores Latino-americanos, principalmente brasileiros. Todo o desenvolvimento desta tese exigiu uma abordagem interdisciplinar, pois partiu-se de conceitos multifacetados a fim de comprovar que a justiça e o direito são dons do espírito de *Yahweh* a favor da coletividade na atualidade.

Após a realização do levantamento de obras que compuseram o Estado da Questão, foi realizada a contextualização do livro de Proto-Isaías, dentro da literatura profética do século VIII a.C. Explanou-se sobre o profeta Isaías de Jerusalém e dos diversos contextos (histórico, social e econômico) que influenciaram as suas mensagens, tais como o contexto histórico de Judá com a ameaça de invasão externa da Assíria, a Guerra Siro-Efraimita, e outras ameaças internas relacionadas principalmente ao contexto socioeconômico da sociedade judaíta do século VIII a.C.

No capítulo 3 foi realizada uma aproximação textual da perícopes de Isaías 11,1-9 e uma análise de diversos contextos que envolveram o texto estudado. Sem dúvida, este foi um dos capítulos mais desafiadores na construção da tese, visto tratar-se da tradução do texto do hebraico para o português a fim de se compreender melhor as diversas nuances de cada versículo da perícopes. Através da análise realizada pode-se vislumbrar nuances da tradução até então encobertas em leituras superficiais. Insights durante a tradução ocorreram no sentido de compreender-se com mais

profundidade o que exatamente o autor falou e para quem falou, qual o sentido de sua mensagem.

No capítulo 4 desta tese foram pesquisados elementos relacionados aos termos justiça e direito no Antigo Testamento, mas especificamente nos profetas e em Proto-Isaías. Analisou-se a questão de *Yahweh* como juiz e guardião da justiça e do direito em Israel, e o rei como seu representante na terra. Observou-se que o *Yahweh* aqui apregoado era o *Yahweh* do rei, o qual deveria ser obedecido e adorado no templo, em Jerusalém.

Foram estudados mais a fundo os termos justiça (*tsedaqah*) e direito (*mishpat*) no contexto da mensagem dos profetas, do Proto-Isaías e mais especificamente com relação à perícopes de Isaías 11,1-9. No estudo dos conceitos relacionados à justiça e direito, observou-se que há diferenças sutis entre as palavras *tsedaqah* e *mishpat*, apesar de muitas vezes serem simplesmente traduzidos como justiça nas diversas versões em português, entretanto a compreensão dos significados de ambos os conceitos conduz a plena compreensão da justiça social no Antigo Testamento que, inevitavelmente, culminaram nos ensinamentos de Jesus sobre a justiça do reino de Deus, nos ensinamentos apostólicos e com certeza, com a prática cristã na atualidade. Juntamente a análise dos termos, foi também realizado um aprofundamento teórico no conceito de justiça social no Antigo Testamento e o que ela representa para Isaías.

Por fim, no capítulo 5 é feito um estudo sobre a ação do espírito de *Yahweh* no Antigo Testamento, nos profetas e na perícopes, relacionando os conceitos de justiça e direito à ação pública do Espírito em Isaías, e ampliando-se a compreensão dos termos buscando relacioná-los à questão da justiça social, no sentido de valorização do ser humano e a restauração social. Também foi feita uma reflexão teológico-pastoral sobre a ação do espírito divino na atualidade no contexto da justiça, buscando-se relacionar os conteúdos pesquisados a uma ação pública do Espírito “na” e “através da” igreja e dos cristãos, em atuações individuais e coletivas para o exercício da justiça na sociedade, mostrando que a ação do Espírito de Deus possui não apenas o aspecto carismático interno e místico que é dado atualmente dentro das igrejas, mas uma conotação externa, prática e cidadã, visando o bem comum de todos com manifestações visíveis do Reino de Deus nesta terra, observando-se também seu reflexo no Novo Testamento, na pessoa de Jesus Cristo, e na implementação do seu reino de justiça e misericórdia.

Sendo assim, a hipótese que foi destaque em todos os capítulos desta tese buscou compreender e elucidar a possível aplicação do texto de Isaías 11,1-9 à prática pública da justiça e do direito, numa mudança de paradigma quanto a leitura, interpretação e aplicação do texto à realidade social e econômica não somente no tempo do profeta, mas para a contemporaneidade, com efetivação de práticas justas que visem a paz, a equidade e a justiça na esfera pública.

A hipótese proposta por esta tese comprovou-se na medida em que foi possível notar que o texto de Isaías 11,1-9 se conecta com a tradição pneumatológica e escatológica cristã, as quais dentro da perspectiva pentecostal, estão intrinsicamente interligadas.

A *mishpat* e *tsedaqah* efetivadas pela ação do Espírito de *Yahweh*, pode e deve causar ações no presente presentes, atuais, públicas, reais, que desencadeiem acontecimentos transformadores e renovadores da realidade humana e cósmica. É justamente neste sentido que a análise da perícopes conduziu a uma reflexão sobre como a execução do direito e da justiça expressam essa presença de Deus no tempo que se chama “hoje”, com ações visíveis e palpáveis, afinal a ação do espírito de *Yahweh* não pode ficar restrita às paredes das igrejas ou templos religiosos, não pode ficar presa em tradições, mas precisa necessariamente ser atuante na sociedade, de forma transformadora e libertária.

“A terra cheia de conhecimento” implica em mais do que um advento escatológico messiânico futuro. O “temor do Senhor” também diz respeito à justiça, pois o princípio da sabedoria é o temor do Senhor, e sabedoria é justamente um dos dons atribuídos na perícopes ao novo rei. Como resultado, o pobre, o desvalido, os oprimidos, os vulneráveis ou mais fracos da sociedade, são beneficiados: “E assim julga os pobres com justiça”. A hipótese se reforça, na medida em que a plenitude dos dons derramados sobre o messias futuro resulta na concretização da justiça tanto para o homem, quanto para os animais e o cosmos.

Há, portanto, uma dimensão pública do Espírito de *Yahweh*, que pode e deve ser sentida na sociedade contemporânea através da prática do direito e da justiça, principalmente em ações que culminem na efetivação da justiça social. Tais ações precisam ser observáveis, reais e transformadoras não somente de forma internalizada e intimista, mas pública e real, observável nas comunidades de fé, refletindo-se nos diversos relacionamentos humanos, na sociedade, na natureza e no cosmos.

Passa-se de um poder que atua na individualidade ou somente nos meios cristãos, para um poder comunitário, um dom do espírito para a ação em prol da efetivação da justiça social na sociedade. A eficácia da *ruah Yahweh* ultrapassa os limites de Israel do passado, dos profetas e reis, e nem tampouco espera-se dele uma ação particular e exclusivista no sentido da consumação do reino de Deus mediante a transformação do homem interior ou num futuro escatológico incerto. Antes, sua ação se faz presente, atuante transcendente, mostrando que o domínio de Deus se amplia a todos os tempos e eras, incluindo a presente, sustentando a vida, guiando, salvando e protegendo.

A justiça social e a plenitude do Espírito entrelaçam-se de forma harmoniosa, ecoando na missão transformadora da igreja no mundo. Não é algo do acaso ou simples coincidência, mas um chamado divino para a construção de uma nova sociedade mais justa e equitativa, o que de forma alguma contradiz o que é apregoado tanto nos Evangelhos, quanto nas cartas do Novo Testamento. O próprio apóstolo Paulo saliente na sua carta aos Gálatas que um dos frutos do Espírito é justamente a justiça (Gl 5,22-23), o que não implica somente na observância das leis humanas, mas a busca de um mundo em que todos os direitos sejam respeitados e a dignidade do ser humano plenamente reconhecida. O Espírito impulsiona a igreja a sair do seu lugar de conforto e ir em direção a lutar contra toda a forma de opressão, marginalização, em vistas de um mundo mais digno e justo.

Os dons assim vistos, não são mais exclusivos da igreja, mas devem estar disponíveis para as pessoas que dela tanto precisam. Não visam apenas o aperfeiçoamento pessoal, a busca interna de honrarias e poder, mas o serviço aos necessitados e a luta pela justiça social. Dons do Espírito, tais como os dons de cura, de discernimento, de sabedoria, de conhecimento, de profecia, entre outros, são colocados a serviço da construção de um mundo mais pleno e justo.

Há, portanto, uma nova forma de abordagem do texto a fim de contemplar uma pneumatologia e escatologia que sejam atuais e pertinentes para a sociedade contemporânea. Uma nova forma de leitura do texto que não somente a futurista realizada por muitas denominações cristãs, principalmente protestantes pentecostais. Defende-se, desta forma, que é possível um giro epistemológico a partir da perspectiva de que a perícopes de Isaías 11,1-9 tem implicações para a atualidade, principalmente no que tange à justiça (*tsedaqah*) e ao direito (*mishpat*), que por vezes não são sequer mencionados nas igrejas, sendo relegados à segundo plano.

A releitura da perícope permitiu observar que há necessidade urgente de novas abordagens hermenêuticas e conceituais dentro dos ambientes eclesiais, sob a ótica da justiça social e profética, que resultam numa pneumatologia e escatologia públicas, atuais e atuantes, contextualizadas com o momento presente, capazes de gerar sobretudo dignidade aos seres humanos e cidadania. Tal leitura é importante no sentido de não se cair no equívoco de interpretações alienadas da realidade e que não trazem nenhuma responsabilidade para os cristãos da atualidade com relação a problemas sociais tão presentes no mundo contemporâneo.

O Espírito de *Yahweh*, que é também o Espírito de Jesus Cristo, não se restringiu apenas a um momento no passado, pois sua ação pode ser sentida ao longo da história humana, e continua exortando e provocando a ações públicas, atitudes práticas e visíveis de espiritualidade. “Javé é Espírito acontecendo na história” (Schwantes, 1988). A base deste Espírito histórico está justamente nas profecias e nos diversos contextos que as interpelam. Compreender tais mensagens provoca ainda hoje a uma ação viva e prática da espiritualidade.

Não é possível separar espiritualidade da prática comunitária. Antes, faz-se necessário abordar a relação espírito de *Yahweh* juntamente com a espiritualidade, visto que ambos os conceitos partem do dinamismo do vento, do ar em movimento. Já as questões relacionadas à justiça são também bastante citadas nas Escrituras, porém muitas vezes deixada em segundo plano quando o assunto é espiritualidade. Deus está atento aos vulneráveis da sociedade, aos excluídos, àqueles que têm seus direitos usurpados. Ele odeia a injustiça. Seu deleite está na efetivação da justiça “O rei é poderoso, ele ama a justiça – você estabeleceu a equidade; em Jacó, você fez o que é justo e correto”. Miquéias declara isso, mostrando que a ação prática do espírito de *Yahweh* na vida humana é a efetivação da justiça (Mq 6,8). A adoração não está restrita aos templos, mas o fazer justiça faz parte de uma adoração verdadeira. Aprender a fazer o certo, buscar a justiça, defender a causa dos necessitados.

O espírito de *Yahweh* encontra seu próprio lugar dentro da escatologia cristã, particularmente na teologia pentecostal, como um poder vivificador de uma nova era e de uma nova criação. Não algo que ocorre esporadicamente, de forma isolada, mas que age publicamente em prol dos projetos divinos em toda a criação para efetivação da justiça (*tsedaqah*) e do direito (*mishpat*), no sentido de conduzir a criação à sua plenitude, para a qual foi criada. É ele também que vai de frente com o que é mal, pois o mesmo Espírito é citado indo contra a soberba, corrupções e mentiras dos políticos

e lideranças de Israel e Judá, mostrando seu poder espiritual de pureza, santidade e justiça, nas quais percebe-se claramente os atributos de Deus.

É a presença de Deus no meio do seu povo, influenciando através de sua presença e carismas. Mais do que ficar restrito a alguns poucos profetas e reis em Israel, ele alcança a natureza e o cosmos, ou seja, a todos os poderes que sustentam a vida através das pessoas. Como dom escatológico na era presente, não apenas como algo futuro e incerto, ou mesmo como um dom pessoal concedido a alguns poucos através de experiências espirituais individuais e internalizada, mas como um dom da coletividade, atuante na dimensão pública e prática das comunidades, de toda a sociedade, da natureza e do universo.

Interessante observar, que através desta abordagem é possível falar do dom do Espírito de uma forma nova e impactante não somente para o meio eclesial, mas dentro da perspectiva de uma teologia pública e atuante em diversos campos da sociedade. Seu efeito pode ser sentido não apenas na comunhão do povo de Deus, em ações pontuais, ou mesmo através de sinais extraordinários ou milagrosos. Antes, a vontade divina também pode ser expressa publicamente com ações que refreiem o mal e ajam em prol de todos os seres humanos e do cosmos. Tal qual ocorre com o rebento de Jessé, o rei messiânico de Isaías 11,1-9, e semelhantemente com o Servo de *Yahweh* à posteriori (Is 42,1), os atributos divinos, como conhecimento e temor de *Yahweh*, e a capacidade de efetivar a justiça e o direito, também são compartilhados com aqueles que participam do mesmo Espírito.

O estudo dos profetas e suas mensagens, nessa situação, é importantíssimo para a compreensão não somente histórica e teológica, mas hermenêutica do assunto. Através deste estudo, pode-se comprovar que a justiça e o direito se constituem pedras fundamentais para construção da paz e do bem comum e que não há como desvincular o espírito de *Yahweh* dos conceitos de justiça e direito na busca da efetivação da justiça social. A fé cristã, impulsionada pelo Espírito de *Yahweh*, precisa ser prática, impulsionadora do compromisso com a transformação social. Acreditar no Deus da justiça implica na ação contra as injustiças e a construção de um mundo mais fraterno e equitativo.

Dentre os vários desafios na efetivação deste ideal, encontra-se a resistência das próprias estruturas de poder dentro das igrejas. Conforme cita Comblin (1984, p. 343), a história da igreja é uma constante entre o Espírito e a carne, entre uma igreja que obedece ao Espírito e uma igreja que segue confiando em elementos como

dinheiro, governo, prestígio social, ciência e técnicas humanas satisfazer seus próprios interesses. A igreja precisa assim de discernimento, de sabedoria, conhecimento, para conhecer os sinais dos tempos, identificar os novos desafios, encontrar formas proféticas e eficazes de agir em prol da missão do Espírito. Para tanto, precisa escutar a realidade, abrir-se ao diálogo sem perder seus valores mais caros. Precisa refletir criticamente quais são suas ferramentas para agir em prol da justiça social a fim de gerar frutos de justiça.

Na maior parte das vezes as ações precisarão ser conjuntas com a própria sociedade civil, buscando-se o diálogo, a vida conjunta, a colaboração e engajamento em projetos concretos e que impactem as diferentes comunidades. Há, portanto, necessidade de se construir pontes em diversos setores da sociedade e trabalhar em conjunto a fim de superar os desafios da justiça social. A fé e o conhecimento nos impulsionam a agir em prol da justiça social através de ações transformadoras impulsionadas pelo Espírito de *Yahweh*

A mensagem de Isaías 11,1-9, se entrelaça com a missão da igreja, herdeira do mesmo poder e ousadia pneumatológica, e a impulsiona a agir em prol da justiça social na perspectiva da plenitude humana. Em um mundo marcado por guerras, desigualdades sociais, opressões e sofrimento, a igreja é chamada a ser um farol de esperança e compaixão. Instigada pelo Espírito e pelos ensinamentos dos profetas, de Jesus Cristo e dos apóstolos, os quais dedicavam-se a construir comunidades acolhedoras, onde os fiéis partilhavam seus bens, cuidavam dos necessitados e de nada tinham falta. A perícopes estudada consiste numa mensagem de esperança e transformação para a igreja e o mundo, afinal a missão do messias é restaurar a paz, a plenitude (*shalom*), a ordem justa desejada por Deus em sua criação (Isaías 11,2-5).

Este é um desafio contínuo que impulsiona a igreja, e os cristãos individualmente, a sair da sua zona de conforto e desafiar o *status quo*. Sem dúvida o mundo anseia por justiça e transformação, e a igreja e os cristãos, revestidos pelo Espírito de *Yahweh*, pode fazer a diferença, ser um farol de esperança, uma igreja relevante, agindo como catalisadora de mudanças para além de si mesma. Os ideais encontrados na perícopes encontram-se também nas igrejas e comunidades cristãs, tanto na América Latina, como em outros países em desenvolvimento, nas quais se busca o resgate da dignidade de incontáveis desfavorecidos, invisíveis socialmente, que se acham por vezes perdidos e injustiçados pelos sistemas de poder dominantes.

Pessoas que por vezes lutam para ter direito a ter direitos, na busca de segurança, saúde, moradia e, por que não dizer, o pão de cada dia. A injustiça ainda persiste, como um mal na humanidade. A realidade injusta clama por ações libertadoras em prol da dignidade dos seres humanos, da boa convivência com a natureza e o planeta, das inúmeras interações humanas com o cosmos.

Não se trata apenas de ter uma esperança escatológica futura e utópica, como muitos pentecostais (protestantes e até mesmo católicos) acreditam, nem uma espiritualidade alienada da realidade, meramente contemplativa, mas consiste em compreender que o dom do Espírito de *Yahweh*, que é o Espírito do Cristo Encarnado, age na igreja, pela igreja, nos cristãos e pelos cristãos, em prol da implementação do reino de Deus no dia que se chama “hoje”, ou seja, onde a igreja estiver, aí estará o reino de Deus transformando realidades e a sociedade através da ação do espírito de *Yahweh* agindo em prol da justiça social, na busca da vida abundante, plena e de um mundo melhor e mais equânime entre o homem e seu próximo, o homem e Deus e o homem e a natureza.

Sem dúvida alguma, mais do que um dom divino, o Espírito outorgou à igreja e aos cristãos em todos os tempos histórico uma tarefa: a de participar da *Missio Dei* no mundo, com ações práticas que culminem na efetivação da justiça social e na plenitude dos seres humanos, nascidos imagem e semelhança de Deus. A ação e obra do Espírito desta forma interpretada é uma agente de transformação social do mundo, conduzindo não somente os crentes, mas a sociedade a um modo de viver mais altruísta e fraterno.

O espírito de *Yahweh* não está limitado à determinadas denominações religiosas, ou mesmo está preso dentro das esferas eclesiais, ou é atuante somente em alguns poucos escolhidos. Antes sua ação está no mundo todo como agente de transformação da criação, na concepção de um mundo mais justo e fraterno. O ardor de Isaías de Jerusalém em sua mensagem dá um vislumbre de esperança de salvação, de libertação, de justiça social para aqueles que mais sofrem, que mais carecem de ajuda, em prol de uma sociedade mais justa e equânime. A grande lição que se tem através da mensagem do profeta é que onde há efetivação da justiça, aí há a presença do Espírito de *Yahweh* em busca da plenitude de vida de todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

- A Leitura Profética da História.** Coleção Tua Palavra é Vida. São Paulo: Publicações Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB); Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1992.
- AMSLER, S.; ASURENDI, J.; AUNEAU, J; MARTIN-ACHARD, R. **Os Profetas e os Livros Proféticos.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.
- ANDERSON, Ana Flora; GORGULHO, Gilberto; SILVA, Rafael Rodrigues; VASCONCELLOS, Pedro Lima. **A História da Palavra I. Teologia Bíblica.** v. 2. São Paulo: Paulinas; Valência, ESP: Siquem; 2014.
- ASTER, Shaw Zelig. **Refleitions of Empire in Isaiah 1-39.** Responses to Assyrian Ideology. Ancient Near East Monographs Monografías sobre el Antiguo Cercano Oriente, Society of Biblical Literature Centro de Estudios de História del Antiguo Oriente (UCA), n. 17. Atlanta: SBL Press, 2017.
- ASURMENDI, Jésus. M. **Isaías 1-39.** Cadernos Bíblicos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.
- AUTH, Romi; MOREIRA, Gilvander Luís. **Introdução ao estudo das formas literárias do Primeiro Testamento.** A Palavra de Deus em linguagem humana. Coleção Bíblia como Literatura. v. 2. São Paulo: Ed. Paulinas, 2021.
- BERKENBROCK, Volney J. **O Espírito Santo Deus-em-nós.** Uma pneumatologia experiencial. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2021.
- BEUKEN, Willem A. M. The Emergence of the Shoot of Jesse: An Eschatological or a Now Event? **Calvin Theological Journal**, n. 39, 2004, p. 88-108. Disponível em: < <https://www.calvin.edu/library/database/crcpi/fulltext/ctj/108281.pdf> >. Acesso em: dez. 2022.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Paulus, 2002.
- BLENKINSOPP, Joseph. **Isaiah 1-39: a New Translation with Introduction and Commentary.** The Anchor Yale Bible Commentaries Series. New York: Doubleday, 2000.
- BLOCK, Daniel I. Empowered by Spirit of God: The Holy Spirit in the Histrographic Writings of the Old Testament. **The Southern Baptist Theological Seminary.** Disponível em: < https://sbts-wordpress-uploads.s3.amazonaws.com/equip/uploads/2010/02/sbjt_011_spr97_block.pdfupload.s3.amazonaws.com/equip/uploads/2010/02/sbjt_011_spr97_block.pdf >. Acesso em: 30/12/2019.
- BOFF, Leonardo. **A Trindade e a Sociedade.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.
- _____. **O Espírito Santo. Fogo interior, doador de vida e Pai dos pobres.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.

BONNET, Jacques; CHESSERON, Joseph; GRUSON, Philippe; *et al.* **50 palabras de la Biblia**. Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2005.

BÖHNKE, Michael. **O Espírito de Deus na ação humana**. Pneumatologia Prática. São Paulo: Paulinas, 2020.

BOTTERWECK, G. Johannes; RINGGREN, Helmer; FABRY, Heinz-Josef (eds). **Theological Dictionary of the Old Testament**. 15 v. Grand Rapids, Michigan; Cambridge, UK: William B. Eerdmanns Publishing Company, 1997.

BOWMAN, Craig. The Spirit of God in the Ministry of the Old Testament Prophets. **Leaven**, v. 12, Issue 3, 2014, p. 128-135.

BRANDENBURG, Hans. **Die Kleinem Propheten I**. Berlin: Brunnen Verlag, Giessen/Basel, 1989.

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Ed. Paulus, 2018.

BRUEGGEMANN, Walter. **Isaiah 1-39**. Louisville, KY: Westminster John Knox Press, 1998.

CARROL, Robert P. **When prophecy failed: cognitive dissonance in the prophetic traditions of the Old Testament**. New York : Seabury Press, 1979.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Direito, Justiça e Sociedade. **Revista da EMERJ**, v. 5, n. 18, 2002. p. 58-65. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CERESKO, Antony R. **Introdução ao Antigo Testamento numa perspectiva libertadora**. São Paulo: Ed. Paulus, 1996.

CHILDS, Brevard S. **Isaiah**. The Old Testament Library. 5. ed. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 2001.

CLEMENTS, Ronald Ernest. **Isaiah 1-39**. New Century Bible Commentary. Grand Rapids: Eerdmans; London: Marshall, Morgan e Scott, 1980.

_____. **O mundo do Antigo Israel: perspectivas antropológicas, sociológicas e políticas**. São Paulo: Ed. Paulus, 1995.

CODINA, Víctor. **O Espírito do Senhor: força dos fracos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2019.

_____. **Espírito Santo**. São Paulo: Paulinas, 2018.

COMBLIN, José. **O Espírito Santo e a Libertação**. 2 ed. Coleção Teologia e Libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. **O Espírito Santo e sua missão.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

_____. **O Espírito no Mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

Comissão Teológico-Histórica do Grande Jubileu do Ano 2000. **Senhor, a terra está repleta do teu Espírito.** Coleção Fé Adulta. São Paulo: Paulinas, 1997.

CONGAR, Yves. **Revelação e experiência do Espírito.** Creio no Espírito Santo 1. São Paulo: Paulinas, 2005.

CROATTO, J. Severino. **Isaías. A palavra profética e sua releitura hermenêutica.** Vol. I.1-39. O profeta da justiça e da fidelidade. Petrópolis: Ed. Vozes; São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1989. (Comentário Bíblico).

_____; *et al.* Os livros Proféticos: a voz dos profetas e suas releituras. **RIBLA**, n. 35/36, Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

CROUCH, Carly L.; HAYS, Christopher B. Isaiah. **A paradigmatic Prophet and his Interprets.** Great Britain: T&T CLARK Bloomsbury Publishing PIC, 2022.

DÍAZ, J. Alonso. **El don del Espíritu y la justicia escatológica,** EDICABI, Madrid, 1978a.

_____. **Discernimiento entre el verdadero y falso profeta.** Madrid: Edicabi, PPC, 1978b.

DIETRICH, Luiz José; KAEFER, José Ademar. A formação do povo de Israel. No diálogo entre a leitura crítica da Bíblia e a arqueologia. In: CATENASSI, Fabrício; MARIANNO, Lília Dias (Orgs.). **História de Israel. Arqueologia e Bíblia.** São Paulo: Paulinas, ABIB, 2022.

_____. Monoteísmo, diversidades e Direitos Humanos. **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 773-794, set/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4497/449748254003.pdf>>. Acesso em: mar. 2024.

_____. **Violências em nome de Deus. Monoteísmo, Diversidades e Direitos Humanos,** São Leopoldo, RS: Cebi, 2013.

DORSEY, David A. **The literary structure of the Old Testament: commentary on Genesis-Malachi.** Grand Rapids, MI (USA): Baker Academic 2004.

ELLIGER, Karl; RUDOLF, Wilhelm (eds). **Bíblia Hebraica Stuttgartensia.** 5 ed. Stuttgart-Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

EPSZTEIN, Léon. **A justiça social no antigo Oriente Médio e o povo da Bíblia.** São Paulo: Paulinas, 1990.

EVANS, Craig A. "On the Unity and Parallel Structure of Isaiah." **Vetus Testamentum**, v. 38, n. 2, 1988, p. 129–147. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1517653?searchText=isaiah%2011&searchUri=%2Faction>

n%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Disaiah%2B11&ab_segments=0%2Fbasic_search_gsv2%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3A19bec20567c051574c1a27ed55c23f14. Acesso em: jan. 2023.

FONSATTI, José Carlos. **Os Livros Proféticos**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2022.

FRANCISCO, Edson de Faria. **Antigo Testamento Interlinear Hebraico-Português**. v. 3. Profetas Posteriores. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

FREEDMAN, David Noel (Ed.). **The Anchor Yale Bible Dictionary**. New York: Doubleday Dell Publishing Group, 1992.

_____; MYERS, Allen C.; BECK, Astrid B. (Eds.). **Eerdmans Dictionary of the Bible**. Michigan, Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2000.

FRIZZO, Antônio Carlos. **A Trilogia Social: estrangeiro, órfão e viúva no Deuteronômio e sua recepção na Mishná**. Tese de doutorado. Departamento de teologia do programa de pós-graduação em teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

GAEDNER, Clinton E. **Justice and Christian Ethics**. Emory University, Atlanta, USA: Cambridge University Press, 2010.

GONZALEZ, Angel; LOHFINK, Norbert; VON RAD, Gerhard. **Profetas verdadeiros e profetas falsos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1976.

GONZÁLEZ, Carlos Ignacio. Al encuentro com Jesucristo en América. **Medellín**, v. XXIII, n. 90, 1997, p. 221-244. Disponível em: <<https://revistas.celam.org/index.php/medellin/article/view/859>>. Acesso em: março, 2024.

GOWAN, Donald E. **Eschatology in the Old Testament**. Fortress Press, 2000.

_____. **Theology of the Prophetic Books. The Death and Resurrection of Israel**. Kentucky, USA: Westminster John Knox Press, 1998.

GUSSO, Antônio Renato. **Panorama Histórico de Israel**. Curitiba (PR): Ed. AD Santos, 2006.

HARRINGTON, W. J. **Chave para a Bíblia: a velelação, a promessa, a realização**. 8. Ed. São Paulo: Paulus, 2006.

HAYES, John H., IRVINE, Stuart A. **Isaiah, the eighth century prophet: his times e his preaching**. Nashville: Abingdon Press, 1987.

HAYS, Christopher B. **A covenant with death: death in the Iron Age II and its rhetorical uses in proto-Isaiah**. Michigan, Cambridge, UK: Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2015.

_____. The Book of Isaiah in Contemporary Research. **Religion Compass**, v. 5, n. 10, 2011, p. 549–566. Disponível em: https://www.academia.edu/1883357/The_Book_of_Isaiah_in_Contemporary_Research. Acesso em: mai. 2022.

HERBERT, A. S. **Isaiah 1-39**. The Cambridge Bible Commentary on the New English Bible. Cambridge, Eng.: University Press, 1973.

HESCHEL, Abraham Joshua. **The Prophets**. New York: Harper Perennial, 2001.

HILDEBRANDT, Wilf. **Teologia do Espírito de Deus no Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda; Edições Loyola, 2008.

HOLLADAY, William L. **Léxico Hebraico e aramaico do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

HOLMGREN, Frederick. Chiastic Structure in Isaiah 11,1-11. **Vetus Testamentum**, v. 19, n. 2, abr. 1969, p. 196-201. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1516410>>. Acesso em: 25/01/2023.

HOUSTON, Walter J. **Contending for Justice. Ideologies and Theologies of Social Justice in the Old Testament**. Library of Hebrew Bible. Old Testament Studies 428. London, New York: T & T Clark, 2007.

IRANI, K. D., SILVER, Morris. **Social Justice in the Ancient World**. Conference on Social Justice in the Ancient World (1993: City University of New York). Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1995.

JENNI, Ernest; WESTERMANN, Claus **Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento**. Huesca, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1985.

JENSEN, Joseph. **Isaiah 1-39**. Old Testament Message. A Biblical-Theological Commentary. V. 8. Wilmington, Delaware: Michael Glazier, 1984.

KAISER, Otto. **Isaiah 1-12: a commentary**. Philadelphia: Westminster Press, 1983.

KAMP, Peter W. Van de. **O Profeta Isaías**. São Leopoldo, RS: Ed. Sinodal, 1987.

KESSLER, Reiner. Ética profética para um mundo sustentável. **Revista Caminhando**, v. 18, n. 2, p. 21-34, jul-dez. 2013

_____. **História Social do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

KNIERIM, Rolf P. **The Task of Old Testament Theology**. Substance, Method, and cases. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans, 1995.

KOCH, Klaus. **The Prophets**. The Assyrian Period. v. 1. Philadelphia: Fortress Press, 1983.

KRAMER, Pedro. Estrangeiro, órfão e viúva na legislação deuteronomica. Programa de uma sociedade igualitária, de solidariedade e de partilha. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, a. 18, n. 35, p. 247-264, jul./dez. 2010.

LACOSTE, Jean-Yves (Ed.). **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2014.

LECLERC, Thomas L. **Yahweh is exalted in justice. Solidarity and conflict in Isaiah**. Minneapolis, MN: Augsburg Fortress, 2001.

LEXICON. **Dicionário Teológico Enciclopédico**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOWERY, R. H. **Os Reis Reformadores**. Culto e sociedade no Judá do Primeiro Templo. São Paulo: Paulinas, 2004.

MA, Wonsuk. **Isaías**. In: BURKE, Trevor; WARRINGTON, Keith. **A Biblical Theology of the Holy Spirit (Eds)**. Londres, Gran Bretaña: SPCK, 2014.

_____. **Until the Spirit Comes. The Spirit of God in the Book of Isaiah**. Journal for the Study of the Old Testament. Supplement, series 271, Sheffield Academic Press, Sheffield, 1999.

MALOWE, W. Creighton. The Spirit Chiasm in Isaiah 11,2a-3a. **Scandinavian Journal of the Old Testament**, v. 28, n. 1, p. 44-57, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09018328.2014.926693>>. Acesso em: 25/01/2023.

MARQUES, Mariosan De Souza; SILVA, Rosemary Francisca Neves. Direito e Justiça na Teologia do Proto-Isaías. **Estudos Bíblicos**, vol. 35, n. 139, p. 288-300, jul/set 2018. Disponível em: <<https://revista.abib.org.br/EB/article/view/58>>. Acesso em: 25/01/2023.

MOLTMANN, Jürgen. **O Espírito da Vida. Uma pneumatologia integral**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A Fonte da Vida**. O Espírito Santo e a teologia da vida. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

_____. **The Church in the Power of the Spirit**. 2. ed. London, Grait Britain: SCM Press, 1992.

_____. **La Justicia crea futuro. Política de paz y ética de la creación em um mundo amenazado**. Presencia Teológica. Santander, España: Sal Terrae, 1989.

MONTAGNINI, Felice. **Isaías 1-39: o olhar do profeta sobre os acontecimentos da história**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1993.

MOSKALA, Jiri. The Holy Spirit in the Hebrew Scriptures. Andrews University. Old Testament, **Faculty Publications**, paper 97, 2013, p. 18-58. Disponível em: <<http://digitalcommons.andrews.edu/old-testament-pubs/97>>. Acesso em: ago. 2019.

MALCHOW, Bruce V. **Social Justice in the Hebrew Bible**. Collegeville, Minnesota: The Liturgical Press, 1996.

MURILLO, Luís Carlos Jaime. Isaías 11: forma y significado. Um canto de paz y de esperanza. **Revista de Cultura Teológica**, a. 1, n. 4, jul/set, 1993. p. 51-68. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/14104>>. Acesso em jan. 2024.

NAPIER, Bunyan Davie. **Song of the vineyard**. Philadelphia, USA: Fortress Press, 1981.

NAKANOSE, Shigeyuki; PEDRO, Enilda de Paula. **Como ler o primeiro Isaías (Is 1-39)**: confiar em Javé, o santo de Israel. São Paulo: Ed. Paulus, 1999.

NIELSEN, Kirsten. There is Hope for a Tree. The Tree as Metaphor in Isaiah. **Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series 65**. Sheffield, England: JSOT Press, Sheffield Press, 1989.

NISSINEN, Martti. **Prophets and prophecy in the ancient Near East**. Atlanta, GA: Society of Biblical Literature, 2003.

Orígenes. **Homílias sobre el Génesis**. España: Ciudad Nueva, 1999.

OSWALT, John N. **Isaías. Capítulo 1-39**. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2011.

PEARLMAN, Myer. **Através da Bíblia livro por livro**. Rio de Janeiro: Ed. Vida, 1992.

PELINSKI, Márcio José. **A Vocação para o direito e a Justiça No Primeiro Canto do Servo de Yhwh (Is 42,1-9)**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 148 p., 2021.

PFEIFFER, Charles F. **Comentário Bíblico Moody**. Gênesis a Malaquias. v. 1. São Paulo: Editora Batista Regular, 1994.

PIXLEY, Jorge. **A História de Israel a Partir dos Pobres**. Petrópolis: Vozes, 1991.

RAZ, Yosefa. **Weak Prophecy: Recasting Prophetic Power in the Classical Hebrew Prophets and in Their Modern Reception** Tese (Doutorado em Filosofia e Teologia). University of California, Berkeley, 2013. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt33x7c1pk/qt33x7c1pk.pdf?t=odz5a>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

REIMER, Haroldo. Leis de mercado e direito dos pobres na Bíblia Hebraica. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 69, p. 9-18, jan./mar. 2001. p. 13-14

REIMER, Ironi Richter; REIMER, Haroldo. Cuidado com as pessoas empobrecidas na tradição bíblica. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 40, 181-197, jan./jun. 2011.

RIDDERBOS, J. **Isaías: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1990.

ROBERTS, J. J. M. **First Isaiah**. Hermeneia Serie. Minneapolis: Fortress Press, 2015.

ROMER, Thomas. **A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome**. São Paulo: Paulus, 2016.

ROSA, Dirlei Abercio da. **Projeto do Pai**. Antigo Testamento. São Paulo: Paulinas, 2023.

ROSEL, Martin. **Panorama do Antigo Testamento: história, contexto e teologia**. São Leopoldo (RS): Sinodal/EST, 2009.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano (org.). **Miquéias. Memórias Libertadoras de um líder camponês**. Coleção Pão da Palavra. São Paulo: Paulinas, 2016.

_____; ERDOS, Ivanilza Belmiro. A construção social das vítimas de Miqueias. **Pistis & Praxis Teologia Pastoral**. Curitiba, Ed. Champagnat, PUC PR, v. 5, n. 2, jul./dez. 2013. p. 563-586.

_____; _____. O discurso profético de Miqueias em meio à violência e opressão e sua relevância para a atualidade. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 2, p. 94-113, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342585>>. Acesso em: maio 2018.

_____. **Os profetas. Vocação para a liberdade e solidariedade**. São Paulo: Paulus, 2018.

_____. Os agentes da violência e suas formas de opressão em Miqueias. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 53, n. 2, p. 325-337, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/1114/1055>. Acesso em: jun. 2018.

_____. Do centro para a periferia: o caso da vocação do Profeta Isaías. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 336-345, 2021. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/8612/5296>>. Acesso em: jan. 2023.

_____. A importância do conceito de justiça e direito na construção da vocação profética. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 38-53, 2013. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2468>>. Acesso em: jan. 2023.

ROTH, Wolfgang. **Isaiah**. Atlanta, Georgia: John Knox Press, 1988.

SANTOS, Jeová Rodrigues dos. 'Direitos Humanos' entre os povos antigos e em Israel. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 1/2, p. 77-90, jan./fev. 2009.

_____. Direitos Fundamentais do ser humano: o conceito de justiça social nas tradições judaica e cristã e suas implicações para o contexto social brasileiro. **Vox Faífa: Revista de Teologia da Faculdade Faífa**, v. 5, n. 3, 2013. Disponível em: <www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifa/article/download/82/92>. Acesso em: jun. 2018.

_____. A importância do movimento profético diante da injustiça de Israel. **Fragmento de Cultura**, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 172-181, abr./jun. 2018.

SANTOS, Sandra Moraes Ribeiro dos. **A Plenitude do Espírito e a prática da justiça a partir de Miquéias 3,5-8**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 148 p., 2020.

_____; ROSSI, Luiz Alexandre Solano. O Espírito de Yahweh e sua relação com a justiça social em Miqueias 3,5-8. **Estudos Bíblicos**, São Paulo, v. 38, n. 146, p. 156-168, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://revista.abib.org.br/EB/article/download/961/938/1302>>. Acesso em: jan. 2023.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Immanuel e o Espírito de Yahweh: Leitura e releitura do messianismo em Isaías (7, 10-17; 8,23-9,6; 11,1-9)**. 2011. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião Área de Concentração: Linguagens da Religião Linha de Pesquisa: Literatura e Religião no Mundo Bíblico. 2011. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/2162/2/Suely%20Xavier%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: jan. 2024.

SCHMID, Konrad. New Creation Instead of New Exodus. The Innerbiblical Exegesis and Theological Transformations of Isaiah 65:17–25. In: Tiemeyer, Lena-Sofia, Barstad, Hans M. (Eds). **Continuity and Discontinuity: chronological and Thematic Development in Isaiah 40-66**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2014.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. 5 ed. São Leopoldo (RS): Ed. Sinodal, EST, 2013.

SCHNEIDER, Dieter. **Isaías**. v. 1. Comentário Esperança. Antigo Testamento. Curitiba: Ed. Evangélica Esperança, 2022.

SCHÖKEL, Luis Afonso; DÍAZ, José Luis Sicre. Grande **Comentário Bíblico. Profetas**. v. 1. e v. 2. São Paulo: Paulus, 1991.

SCHWANTES, Milton. **Sufrimento e esperança no exílio**. São Paulo: Sinodal, Paulinas, 1987.

_____. **O Espírito faz História**. São Leopoldo, RS: CEBI Programa de Publicações, 1988.

_____. **A Terra não pode suportar suas palavras**. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. “E de suas raízes um renovo trará fruto”: o messias no Espírito em defesa dos pobres em 11.1-5 (.6-9). **Revista Caminhando**, v. 14, n. 1, p. 15-21, jan. jun. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/1060/1095>>. Acesso em: jan. 2024.

_____. **O direito dos Pobres**. São Leopoldo (RS): Oikos; São Bernardo do Campo (SP): Editeo, 2013.

SCHWANTES, Siegfried J. **Isaías. O profeta do Evangelho**. São Paulo: União Central Brasileira, 1999.

SCOTT, R. B. Y. **Os profetas de Israel, nossos contemporâneos**. São Paulo: Ed. Aste, 1968.

SEITZ, Christopher R. **Interpretation. A Bible Commentary for Teaching and Preaching. Isaiah 1-39**. Louisville, Kentucky: John Knox Press, 1993.

SEUBERT, Augusto. **Como Entender a mensagem dos profetas**. Introdução Pastoral aos profetas. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

SHIFMAN, Arie. A Scent' of the Spirit: Exegesis of an Enigmatic Verse (Isaiah 11:3). **Journal of Biblical Literature**, v. 131, n. 2, 2012, p. 241-249. Disponível em: . https://www.jstor.org/stable/23488223?searchText=isaiah%2011&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Disaiah%2B11&ab_segments=0%2Fbasic_search_gsv2%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3A19bec20567c051574c1a27ed55c23f14. Acesso em: jan. 2023.

SICRE, José Luis. **Introdução ao Profetismo Bíblico**. São Paulo: Ed. Vozes, 2016.

_____. **Introdução ao Antigo Testamento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

_____. **Profetismo em Israel**. O profeta. Os profetas. A mensagem. 2 ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1996.

_____. **A Justiça Social nos Profetas**. São Paulo: Paulinas, 1990.

_____. **Com os pobres da terra: a justiça social nos profetas de Israel**. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2011, 638 p.

_____. **De Davi ao Messias. Textos básicos da esperança Messiânica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

SILVA, Airton José. **A Voz Necessária: encontro com os profetas do século VIII a.C.** São Paulo: Paulus, 1998, 144 p.

SILVA, Fernando Cândido da. **Conflitos Proféticos. A posição da profecia no campo religioso judaíta do século VIII a.C.** 2006. 142p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

SILVA, Omar João. Os símbolos de uma utopia paradisíaca em Is 11,1-9. **Estudos Bíblicos**, vol. 35, n. 139, p. 301-315, jul/set 2018.

SILVA, Valmor da. **O Caminho da Justiça na Sabedoria dos Provérbios**. São Paulo: Paulus, 2018.

_____. O rei como juiz de pobres, órfãos e viúvas em provérbios do Antigo Oriente Médio e da Bíblia. **Caminhos**. Revista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 13, n. 2, jul./dez. 2015, p. 254-269. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/4290/2465>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

_____. Rei pela causa da verdade, da pobreza e da justiça (Sl 45). **Estudos Bíblicos**, São Paulo, v. 20, n. 76, p. 33-43, 2022. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/796>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SKA, Jean-Louis. **Antigo Testamento: 1. Introdução**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2018.

SKIBA, Richard J. **Pre-exilic prophecy: words of warning, dreams of hopes, spirituality of pre-exilic prophets**. Message of Biblical Spirituality, v. 3. Collegeville, United States: Liturgical Press, 1990.

SMITH, Mark S. **O Memorial de Deus. História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **História Primitiva de Deus. Yahweh e outras divindades no Antigo Israel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOGGIN, J. Alberto. **Introduction to the Old Testament**. The Old Testament Library. 3 ed. Louisville, Kentucky (USA): Paideia Editrice, Brescia, 1987.

SOUZA, Glaucio Alberto Faria de. A misericórdia como remédio para a cultura da indiferença. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 34, n. 3, set./dez. 2019, p. 453-465.

STROMBERG, Jacob. The “Root of Jesse” in Isaiah 11:10: postexilic Judah, or Postexilic Davidic King? **Journal of Biblical Literature** 127, n. 4, 2008, p. 655-669. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25610148?searchText=isaiah%2011&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Disaiah%2B11&ab_segments=0%2Fbasic_search_gsv2%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3A19bec20567c051574c1a27ed55c23f14>. Acesso em: jan. 2023.

STRONG, James. **The Strongest Strong's Exhaustive Concordance Bible**. Grande Rapids, MI, Zondervan, 2001.

STRONG, James. **Dicionário Bíblico de Strong. Léxico Hebraico, Aramaico e Grego**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2002.

SUMNER, Stephen T. The Genealogy and Theology of Isaiah 11:1. **Vetus Testamentum**, n. 68, 2018, p. 643-659. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26566799?searchText=&searchUri=&ab_segments=&searchKey=&refreqid=fastly-default%3Ae9d5942119fc278e42495657a715f701>. Acesso em: jan. 2023.

SWEENEY, Marvin A. Jesse's new shoot in Isaiah 11: a josianic reading of the prophet Isaiah. p. 103-118. In: Weis, Richard D.; Carr, David (Eds.). **A Gift of God in due season**. Essays on Scripture and Community in Honor of James A. Sanders. Journal for the study of the Old Testament. Supplement Series, 225. England, UK: Sheffield Academic Press, 1996.

_____. **Isaiah 1-39**: with an introduction to prophetic literature. Grand Rapids, Mich.: William B. Eerdmans Pub. Co., 1996.

_____. Eschatology in the Book Isaiah. In: BAUTCH, Richard J.; HIBBARD, J. Todd. **The book of Isaiah: enduring questions answered anew: essays honoring Joseph Blenkinsopp and his contribution to the study of Isaiah**. Eschatology in the Book Isaiah. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2014. 223 p.

SYNAN, Vinson; YONG, Amos; ÁLVAREZ, Miguel. (Eds). **Global Renewal Christianity**. Spirit-Empowered Movements. Past, Present, and future. v. 2. Latin America. Lake Mary, Florida: Charisma House, 2016.

TRAPIELLO, Jesús García. El Rey de Israel, valedor de la justicia social. **Revista de Derecho Público**, n. 31-32, p. 25–48, 2016. Disponível em: <<https://revistaderechopublico.uchile.cl/index.php/RDPU/article/view/43807>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

UNTERMAN, Jeremiah. The (Non)Sense of Smell in Isaiah 11:3. **Hebrew Studies**, National Association of Professors of Hebrew (NAPH), v. 33, 1992, p. 17-23. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27909277>>. Acesso em: novembro 2023.

VAZ, Armindo dos Santos. O específico da justiça na Bíblia hebraica. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, Universidade Católica Portuguesa, v. 30, 2012, p. 63-75. Disponível em: <<https://cultura.revues.org/1563#text>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

VERKINDÈRE, Gérard. **La justicia em el Antiguo Testamento**. Estella, Navarra: Ed. Verbo Divino, 2001.

VITÓRIO, Jaldemir. Fazer Teologia com os profetas de Israel. **Fronteiras**, Recife, v. 5, n. 2, p. 417-448, jul./dez., 2022. Disponível em: <<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/2228>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

_____. Nas Sendas do direito e da justiça: educação para uma vida ética no profetismo bíblico. **Estudos Bíblicos**. Petrópolis: Vozes, v. 29, n. 113, n. 2012, p. 23-36.

VON RAD, Gerard. **Teologia do Antigo Testamento**. v. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Aste, Targumim, 2006.

WELCH, John W.; PARRY, Donald W. (Eds). Chiasmus. The State of the Art. BYU Studies Quarterly, v. 59, supplement, 2020. Disponível em: <<https://byustudies.byu.edu/wp-content/uploads/2020/11/chiasmus-interactive.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

WELKER, Michael. **O Espírito de Deus. Teologia do Espírito Santo**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

WIDYAPRANAWA, S. H. **The Lord is Savior: faith in national crisis: a commentary on the Book of Isaiah 1-39**. Grand Rapids: Eerdmans; Edinburgh: Handsel Press, 1990.

WIERSBE, Warren W. **Wiersbe's Expository Outlines on the Old Testament**. Wheaton, IL: Victor Books, 1993.

WILDBERGER, Hans. **Isaiah 1-12: a commentary**. Minneapolis: Fortress Press, 1991.

YONG, Amos. **The Spirit Poured Out on All Flesh**. Pentecostalism and the Possibility of Global Theology. Grand Rapids, MI (USA): Baker Academic, 2011.

_____. **The Spirit Renews the Face of the Earth**. Pentecostal Forays in Science and Theologia of Criation. Eugene, Oregon (USA): Pickwick Publications, 2009.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. **Miquéias: voz dos sem-terra**. Série Comentário Bíblico Antigo testamento. Sinodal, Vozes, 1996.

OBRAS DE APOIO

[?] CEBI. **Das tribos a monarquia. Profetas Anteriores.** Roteiros para Reflexão III. São Leopoldo: CEBI, 1993.

[?] CEBI. **Livros Proféticos. Profetas Posteriores.** Roteiros para Reflexão IV. São Leopoldo: CEBI, 1996.

BALLARINI, Teodorico; BRESSAN, Gino. **O profetismo bíblico.** Uma introdução ao profetismo e profetas em geral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BEUKEN, Willem A. M. Mišpāt: The First Servant Song and Its Context. **Vetus Testamentum**, v. 22, n. 1, jan., 1972, p. 1-30. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1517504>>. Acesso em: jul. 2019.

BEAUCAMP, Evode. **Los profetas de Israel.** Estella (Navarra): Ed. Verbo Divino, 1988.

BOFF, Clodovis, **Teoria do Método Teológico.** 3ª ed. São Paulo: Vozes, 1999.

BOVATI, Pietro. Re-Establishing Justice. Legal Terms, Concepts and Procedures in the Hebrew Bible. **Journal for the Study Old Testament Supplement Series 105.** England: Sheffield Academic Press, 2009.

BROWN, Reymond E.; FITZMEYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. **Novo Comentário São Jerônimo Antigo Testamento.** São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda, Paulus, 2007.

CAMPUSANO, Maria Cristina Ventura. Justicia y Nueva Criación. Uma Lectura de Isaías 11,1-10. **Revista de Interpretación Bíblica Latino-Americana – Ribla**, Dossiê Ecologia, v. 80, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Ribla/article/view/9903/7008>>. Acesso em: jan. 2024.

CHISHOLM JR., Robert B. **Handbook on the Prophets.** Grand Rapids, Michigan: Baker Academic, 2002.

DILLARD, Raymond B.; LONGMAN III, Tremper. **Introdução ao Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2006.

GRAY, Mark. **Rhetoric and Social Justice in Isaiah. Library of Hebrew Bible/Old Testament Studies 432.** New York/London: T & T Clark, 2006.

GUSSO, Antônio Renato. **Os Profetas Maiores.** Introdução fundamental e auxílios para a interpretação. Curitiba, PR: A.D. Santos Editora, 2014.

JAMIELSON, Roberto; FAUSSET, A. R.; BROWN, David. **Comentário Exegetico y Explicativo de la Biblia.** Tomo I: El Antiguo Testamento. 20 ed. El Paso (Texas): Casa Bautista de Publicaciones, 2003.

JENNI, Ernest; WESTERMANN, Claus. **Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento**. Madrid, Spain: Ediciones Cristiandad, 1978. 2v.

KAEFER, José Ademar; JARSCHER, Haidi (Orgs). **Dimensões sociais da fé do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2007.

LACY, J. M. Abrego. **Los libros proféticos. Introduccion al estudio de la Biblia**. Stella (Navarra): Ed, Verbo Divino, 1993.

LEWIS, Theodore J. (Ed.). **Prophets and Prophecy in the Anciant Near East**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

LIMA, Maria de Lourdes Correa. **Exegese Bíblia. Teoria e Prática**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2014.

MACKENZIE L. John. **The Anchor Bible**. New York: Doubleday, 1968. 225 p.

MOMLOUBOU, Louis. **Os profetas do Antigo Testamento**. Cadernos Bíblicos. 39. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

MOREIRA, Gilvander Luís. A Bíblia respira profecia: “se calarem a voz dos profetas...”. In: Bíblia: uma paideia libertadora. **Estudos Bíblicos**, n. 113, jan/mar 2012.

OPORTO, Santiago Guijarro; GARCIA, Miguel Salvador (Orgs). **Comentário al Antiguo Testamento. Tomo II**. Estella (Navarra): Atenas, PPC, Sigueme, Verbo Divino, 1997.

Pneumatologia. **Perspectiva Teológica**, v. 52, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/issue/view/578>. Acesso em: 2022.

RIVAS, Pedro Jaramillo. **La injusticia y la opresión em el lenguaje figurado de los profetas**. Institucion San Jerônimo 26. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 1992.

SAWYER, John F. A. **Isaiah. v. 1**. Edinburgh, Scotland: The Saint Andrew Press; Philadelphia, Pennsylvania: The Westminster Press, 1984, p. 1.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. **Metodologia de Exegese Bíblica 2.0**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2022.

SILVA, Fernando Cândido da. Conflitos Proféticos. **A posição da profecia no campo religioso judaíta do século VIII a.C**. Assis, SP, 2006, 142 f. Dissertação (Mestrado em História), Área de História e Sociedade, UNESP – Universidade Estadual do Estado de São Paulo.

SOARES, Paulo Sérgio (Org.). **Em busca de vida, o povo muda a história: reino de Israel**. Coleção Bíblia em Comunidade, Série Visão Global, v. 6. Equipe SAB.

São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. **Entre a fé e a fraqueza: Reino de Judá.** Coleção Bíblia em Comunidade, Série Visão Global, v. 7. Equipe SAB. 6 ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

VERDINI, Leandro Ariel. ¿No les corresponde conocer el derecho? **Teologia: revista de la Facultad de Teología de la Pontifica Universidad Católica Argentina**, n. 106, 2011, p. 483-500. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3823036>>. Acesso em: jun. 2018.

VINE, W. E.; UNGER, Merrill F.; WHITE JR., Willian. **Dicionário Vine.** O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. São Paulo: CPAD, 2002.

VITÓRIO, Jaldemir. **Análise narrativa da Bíblia.** Primeiros passos de um método. Bíblia como literatura. v. 8. São Paulo: Paulinas, 2016.

WALTON, John H *et al.* **Comentário del contexto cultural de la Biblia: Antiguo Testamento.** Texas: Editorial Mundo Hispano, 2004.

WEINFELD, Moshe. **Social Justice in Ancient Israel.** The Hebrew University. Jerusalém: The Magnes Press, 1995.

WILSON, Robert R. **Profecia e Sociedade no Antigo Israel.** 2. ed. revista. São Paulo: Targumim/Paulus, 2006, 392 p.

WERBOOWSKY, R. J. Zwi; WIGODER, Geoffrey. **The Oxford Dictionary of the Jewish Religion.** New York: Oxford University Press, 1997.

SITES E PROGRAMAS DE APOIO

BIBLE WORKS, LCC. **BibleWorks**. Versão 7.0. Norfolk: BibleWorks, 2007. CDROM.

Bible Hub. Disponível em: <<https://biblehub.com/>>. Acesso em: 2020-2024.

Blue Letter Bible. Disponível em: <<https://www.blueletterbible.org/>>. Acesso em: 2020-2024.

Study Bible. Disponível em: <<https://www.studybible.org/>>. Acesso em: 2020-2024.